



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**AS VERTIGENS DA GRANULARIDADE: AS INSUFICIÊNCIAS DE
HARMAN, DE SIMONDON E O CARÁTER SITUADO DA
INDIVIDUAÇÃO**

JADSON ALVES DE FREITAS

**BRASÍLIA
2022**

JADSON ALVES DE FREITAS

“AS VERTIGENS DA GRANULARIDADE: as insuficiências de Harman, de Simondon e o caráter situado da Individuação”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, na Linha 1: “Epistemologia, Lógica e Metafísica”, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Filosofia e aprovada em 20/04/2022, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Hilan Nissior Bensusan
Universidade de Brasília (orientador)

Profa. Dra. Maria Teresa Martins Vieira Teixeira
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Rodrigo Guimarães Nunes
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Thiago de Araujo Pinho
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Julio Carlos Bezerra
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (suplente)

A474v Alves de Freitas, Jadson
 As Vertigens da Granularidade: as insuficiências de
 Harman, de Simondon e o caráter situado da individuação /
 Jadson Alves de Freitas; orientador Hilan Nissior Bensusan.
 -- Brasília, 2022.
 226 p.

 Tese (Doutorado - Doutorado em Filosofia) --
 Universidade de Brasília, 2022.

 1. Individuação Situada. 2. Locus Standi. 3. Grãos e
 Graus. 4. Estereoscopia da Individuação. 5. Importância. I.
 Nissior Bensusan, Hilan, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Minhas palavras de agradecimento são apenas como um aceno aos vários *agentes/agenciamentos* que colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização desse projeto. Foram conversas, gestos de incentivo, olhares confiantes, que me permitiram iniciar, mas, principalmente, pelear em minhas buscas filosóficas durante esses quase cinco anos, dois deles em um mundo assolado pela pandemia de COVID-19. Um lidar com o tempo que dispomos, o que falta, as incertezas, as apostas, e, nesses momentos, é sempre fundamental saber que temos com quem contar.

Inicialmente gostaria de agradecer aos colegas do grupo de estudos Anarchai/UnB, que estiveram comigo presencialmente e à distância, sempre dispostos a colaborar com o meu aprendizado, colocando boas perguntas, antevendo caminhos frutíferos e aqueles a serem evitados. Sou grato principalmente a Alice Gabriel, André Arnault, André Cerri, Barbara de Barros, Bianca Corrêa, Damares Bastos, Elzahra Osman, Gabrielle Correa, Jan Araújo, João Foti, Otávio Maciel e Pedro Mentor.

Também não poderia deixar de mencionar o incentivo dos colegas de trabalho, que nos diferentes momentos desse processo e, na medida de suas possibilidades, se mostraram interessados nas discussões que me moviam, que me estimularam a continuar escrevendo e confiaram na minha capacidade de realizar esse plano. Agradeço especialmente a André Oliveira, Ernando Gonçalves, Gilson Diana, Josias Alves, Leda Veloso, Manuela de Freitas, Marcelo Pinto, Michelle Rodrigues, Petra Funke e Raphael Lapa.

Um agradecimento incomensurável para minha mãe, Maria de Fátima Alves de Freitas, pelo cuidado, carinho, confiança e exemplo de perseverança, e para meu pai Cícero Pereira de Freitas (*in memoriam*), que, embora por menos tempo do que eu gostaria, foi lugar de acolhimento, de benção, de paciência e humildade. Aos meus irmãos Jackson, Mônica e Nadja Freitas por estarem sempre ao meu lado. À Claudia Solano por ter me conduzido emocionalmente por esse percurso tão desafiador, momentos de conversa, de reflexão e amadurecimento. À João Rafael Barbosa, Rosane Marques e Hélvia Teixeira pela torcida.

Quero agradecer ao professor Rodrigo Nunes pelos comentários, sempre construtivos, feitos na banca de qualificação, que permitiram, apesar de um primeiro momento de incertezas, construir um texto final mais robusto filosoficamente. Grato, ainda, pela generosidade em me receber entre seus alunos para dialogar sobre a obra de Gilbert Simondon.

Não tenho palavras que descrevam minha gratidão ao grande amigo e orientador Hilan Bensusan, que teve a paciência e o cuidado de me guiar pelos melhores caminhos, seja quando

insistentemente eu teimava em não me desvencilhar de opiniões pouco férteis, ou mesmo ao alertar para os desdobramentos positivos atingidos a partir de uma descoberta preliminar. Nosso trabalho, como o de um arqueólogo, foi guiado pela concepção de que um achado qualquer pode sempre ser tomado como pista para a obtenção de uma resposta ainda mais incrustada que conecta os elementos superficiais. Agradeço, assim, pelo aprendizado obtido por meio dessa parceria. Há uma lição whitehediana sobre a práxis filosófica que se fez presente no processo de elaboração da tese, na labuta com Hilan, que é o de acreditar que o pensamento deve sempre incluir um cantinho especial para a imaginação.

Gostaria ainda de salientar o meu muito obrigado à Secretaria de Educação do Distrito Federal por ter me concedido o afastamento remunerado para estudos. Sem ele eu não teria conseguido me dedicar e ter a saúde física e emocional necessárias para a produção deste trabalho. Vejo como um investimento importante abrir espaço para que os servidores da rede possam, momentaneamente, interromper suas atividades laborais para aprender mais, investigar, se aperfeiçoar no seu campo de atuação. Nesse contexto, agradeço imensamente pela acolhida e apoio constantes dos profissionais que atuam na área de afastamento para estudos da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Distrito Federal (EAPE/SEDF).

Por fim, ter Irvana Teixeira Fernandes comigo, minha amada companheira, que compreendeu e acolheu esse desafio desde o início, foi a receita para que ele tivesse alguma chance de dar certo. Sem ela, mas também sem os nossos filhos, Bruna Nery, sempre interessada em saber se as coisas iam bem, e os cinco felinos: Tarsila, esta inclusive como conselheira de escrita, pois, literalmente, sempre no meu pé, Helena, Ivete, Simba e Olívia, eu não teria o carinho necessários nos momentos de maior dificuldade. Lidar com o cansaço, com as frustrações, com a tensão de buscar um caminho novo, abrir mão de momentos de lazer e descanso, foram apenas alguns dos momentos difíceis, acalentados por um abraço emocionado diante da banca de defesa, quando fui informado que o trabalho tinha sido aceito, aprovado.

“Não existem factos com sustentação própria, planando no nada.” Alfred. N. Whitehead

RESUMO

Esta tese examina a fertilidade de uma proposta de individuação que a entende como inteiramente situada. É pensada como uma resposta ao antagonismo entre grãos e não grãos, embasada no contraste entre a Ontologia Orientada a Objectos (OOO) - o grão - elaborada por Graham Harman, e a proposta de individuação como processo - o não grão - de Gilbert Simondon. Ao tomar ambas as filosofias em termos de como os indivíduos são constituídos, explicito alguns pressupostos comuns ocultos e mostro como uma dinâmica friccional é articulada entre elas. A intuição de que há pontos de proximidade é tornada mais clara quando nos voltamos para o âmbito da tecnologia, na abordagem baseada no OOO elaborada por Tessa Leach e na análise de Simondon sobre o modo de existência dos objectos técnicos. Argumento que o problema da individuação - e da granularidade - refere uma pergunta sobre o critério de medida e com isso, que o contraste entre grãos e não grãos é, sobretudo, uma questão sobre graus. Para defender este ponto de vista, parto de um exame da concepção de individuação própria à monadologia, a fim de investigar o papel dos agenciamentos na constituição dos entes individuais. Depois, indo um pouco mais longe, considero o que há a ganhar com os argumentos de Whitehead contra a bifurcação da natureza. O passo seguinte é abraçar o gesto de Tristan Garcia na sua distinção entre o formal e o objectivo que dá lugar ao que se argumenta ser um aspecto estereoscópico indispensável, uma vez que nada é individuado por si só. Acrescento então um terceiro elemento, o da situação, relacionado com a ocupação de uma posição, o "aqui" e o "agora", do que Whitehead define como *locus standi*. A noção de importância de Whitehead revela-se também crucial para pensar o tema da medida e a questão da individuação por um mesmo viés. As duas principais reivindicações, de que existe uma estereoscopia para a individuação e de que ela é por natureza situada, são reunidas para esboçar um relato completo sobre a conexão entre grãos e não-grãos. A proposta analisa brevemente concepções que possuem uma semelhança de família com a individuação situada encontradas no relato do perspectivismo ameríndio, tal como apresentado por Viveiros de Castro e no indexicalismo de Bensusan. O resultado aponta para a ideia de que os grãos e não-grãos, que marcam a indexicalidade, respondendo satisfatoriamente ao problema da medida, são, portanto, intrinsecamente situados.

Palavras-chave: agência; grãos; não-grãos; graus; estereoscopia; importância; individuação situada; *locus standi*; medida.

ABSTRACT

This thesis examines the fertility of a proposal for individuation that understands it as thoroughly situated. It is thought of as a response to the antagonism between grain and non-grain, grounded in the contrast between the Object-Oriented Ontology (OOO) - the grain - elaborated by Graham Harman, and Gilbert Simondon's proposal of individuation as process - the non-grain. By taking both philosophies in terms of how individuals are constituted, I make explicit some hidden common assumptions and show how a frictional dynamic is articulated between them. The intuition that there are points of proximity is made clearer when we turn to the realm of technology, to the OOO-based approach elaborated by Tessa Leach and to Simondon's analysis of the mode of existence of technical objects. I argue that the problem of individuation - and granularity - refers to a question about the criterion of measurement, and with that, that the contrast between grains and non-grains is primarily a question about degrees. To defend this view, I start from an examination of the conception of individuation proper to monadology, in order to investigate the role of agency in the constitution of individual beings.

Then, going a little further, I consider what there is to be gained from Whitehead's arguments against the bifurcation of nature. The next step is to embrace Tristan Garcia's gesture in his distinction between the formal and the objective that gives rise to what is argued to be an indispensable stereoscopic aspect, since nothing is individuated by itself. I then add a third element, that of situation, related to the occupation of a position, the "here" and "now," of what Whitehead defines as *locus standi*. Whitehead's notion of importance also turns out to be crucial for thinking the issue of measurement and the issue of individuation through the same bias. The two main claims, that there is a stereoscopy to individuation and that it is by nature situated, are brought together to outline a comprehensive account of the connection between grains and non-grains. The proposal briefly analyzes conceptions that have a family resemblance to situated individuation found in the account of Amerindian perspectivism as presented by Viveiros de Castro and in Bensusan's indexicalism. The result points to the idea that the grains and non-grains that mark indexicality, satisfactorily answering the problem of measurement, are therefore intrinsically situated.

Keywords: agency; grains; non-grains; degrees; stereoscopy; importance; situated individuation; *locus standi*; measurement.

PREFÁCIO

Esta tese poderia ser descrita como uma estratégia de investigação para averiguar, *in loco*, como a agência está distribuída no mundo, considerando o pressuposto monadológico que ensejou a publicação de *A Diáspora da Agência*. Entretanto, o transcurso de tal análise nos fez perceber que não se tratava de dirigir-se a mundos diferentes e incomunicáveis, em que se buscam traduções próximas daquilo que é por natureza distinto de tudo mais. Contrariamente, verificou-se como um vestígio específico acaba por referir ou indicar outros pontos que, embora indiretamente presentes, são imprescindíveis.

A individuação situada, aqui defendida é uma proposta que busca demonstrar que qualquer posição filosófica que supera a dicotomia que marca a distinção moderna entre pensamento e natureza, denunciada por Whitehead como a falácia da bifurcação da natureza, terá que constituir-se como *locus standi*, um tipo de situação que coloca tal ponto em referência a tudo mais. Grãos e não-grãos são dois caminhos distintos semanticamente, porém próximos filosoficamente, pelo fato de repousarem em uma necessidade latente de serem referenciados.

Toda a dificuldade dos argumentos que levam a granularidade e a não-granularidade ao extremo repousam na falta de um lastro que permita mostrar circunstancialmente o alcance de cada uma dessas posições. Nesse sentido, entre grãos e não-grãos, como ponto de partida de nossa análise, chega-se aos graus como resposta, pois tudo acaba por implicar relações de seguimento, um tipo de projeção esboçada mais detalhadamente pelo perspectivismo ameríndio e articulada pelas ferramentas indexicais.

Em outras palavras, conforme discutiremos no texto principal da tese, diremos, inspirados em Whitehead, que o nosso problema diz respeito a uma questão sobre a medida. Como esta pode ser satisfatoriamente recepcionada de modo a fazer ver que nada é por si mesmo instrumento de medição ou coisa a ser mensurada. A individuação situada responde afirmando que qualquer apelo à medida inclui uma referência ao modo como será procedida a medição, sendo esta uma conclusão pela negativa de fatos isolados, como uma abertura para a continuidade que, por não ser redutiva, ampara a diferença enquanto indicativa de lugares, de posições ou perspectivas, que devem ser a base do fazer filosófico.

SUMÁRIO

1	ENTRE GRANULARIDADE E NÃO-GRANULARIDADE: A IMPORTÂNCIA COMO ELO.....	10
1.1	A Diáspora da Agência – uma abertura para uma reflexão sobre agentes e agência	10
1.2	Agentes e agência: granularidade e não-granularidade	14
1.3	Harman e Simondon – Granularidade e Não-Granularidade	15
1.3.1	A Ontologia Orientada a Objetos (OOO) de Graham Harman – o indivíduo como grão.....	16
1.3.2	A Filosofia dos Processos de Individuação de Gilbert Simondon	19
1.3.3	Grão e não-grão: os primórdios da discordância.....	21
1.4	Medida e Medição - entre Objetos e Processos de Individuação	26
1.4.1	O critério de Importância	29
1.4.2	Grãos e Graus	32
2	A DEFESA DE UM MODELO GRANULAR DE INDIVIDUAÇÃO EM GRAHAM HARMAN	34
2.1	As influências do movimento do Realismo Especulativo na OOO de Harman	35
2.2	A estrutura quádrupla dos objetos	43
2.3	Granularidade e imaterialismo: o exemplo da companhia holandesa das índias orientais (VOC).....	62
2.3.1	O grão, a VOC.....	64
2.3.2	Estudo de caso sobre a VOC.....	67
3	A DEFESA DE UM MODELO NÃO-GRANULAR DE INDIVIDUAÇÃO EM GILBERT SIMONDON	73
3.1	A individuação física	74
3.1.1	Matéria e forma - o modelo hilemorfista.....	74
3.1.2	Energia potencial e Individuação.....	81
3.1.3	Partículas e quantização	84
3.2	A Individuação vital.....	89
3.3	A Individuação Psíquica e Coletiva	100

3.3.1 - O Psíquico.....	100
3.3.2 - O Coletivo.....	110
4 INDETERMINAÇÃO E FENOMENOLOGIA ALIENÍGENA: O LUGAR DAS MÁQUINAS.....	117
4.1 Leach e a não-granularidade da OOO	119
4.2 Simondon - a granularidade dos objetos técnicos	131
4.2.1 Simondon – a medição e a medida na tecnicidade dos objetos técnicos.....	132
4.2.2 Simondon – a medida na medição - a questão da hipertelia	139
4.2.3 Simondon – elemento, indivíduo e conjunto - graus de medição	143
4.3 O lugar da medida e da medição.....	149
5 UMA PROPOSTA DE INDIVIDUAÇÃO SITUADA	152
5.1 A chave para a individuação	152
5.2 Um insight latouriano: o papel das Associações.....	155
5.3 Garcia e a Possibilidade de uma Estereoscopia da Individuação	158
5.3.1 Entre objetos e processos	158
5.3.2 O Formal e o Objetivo	162
5.3.3 Coisas, objetos e mundo.....	170
5.3.4 Garcia: a estereoscopia como ferramenta.....	176
5.4 Whitehead e a defesa de uma ontologia dos eventos	180
5.4.1 Whitehead – Objetos e processos de individuação como eventos	180
5.4.2 Uma ontologia de eventos: duração e <i>locus standi</i> como reconhecimento em Harman e Simondon	185
5.5 O perspectivismo ameríndio como pista	188
5.6 Entre grãos e graus - uma proposta de Individuação Situada.....	197
5.6.1 Com Harman e Simondon: interlocuções.....	197
5.6.2 Os contornos de uma proposta de individuação situada	200
5.6.3 Entre Medida e Medição	202
5.6.4 Grãos são graus ou para além de Harman e Simondon.....	205
5.6.5 Graus e continuidade: consequências.....	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215

1 ENTRE GRANULARIDADE E NÃO-GRANULARIDADE: A IMPORTÂNCIA COMO ELO

1.1 A DIÁSPORA DA AGÊNCIA – UMA ABERTURA PARA UMA REFLEXÃO SOBRE AGENTES E AGÊNCIA

O foco da discussão que ensejou a produção do livro escrito por mim, em coautoria com Hilan Bensusan, *A Diáspora da Agência: Ensaio sobre o Horizonte das Monadologias*¹ é bastante esclarecedor para o tipo de problema que se busca examinar por meio desta tese, por isso, partiremos dele para, em seguida, apresentar nossa questão. O livro busca demonstrar como o âmbito social pode ser tomado significativamente para a elaboração de um novo e frutífero modelo metafísico. Por isso, importante ressaltar que até o início do Século XX a sociologia não era percebida como dotada do potencial de generalidade que interessava à metafísica. A abordagem metafísica era, ainda, fortemente refém daquilo que as ciências naturais podiam dizer sobre o mundo e, sobretudo, daquele tipo de relação ali estabelecida, uma centralidade no humano em que a realidade, em sentido amplo, era vista como mero instrumento.

A discussão muda de figura quando se reconhece, principalmente com a redescoberta do pensamento de Gabriel Tarde² (1843-1904), a possibilidade de as associações serem estendidas à natureza como um todo, o que implicou mudanças no próprio sentido e extensão da reflexão metafísica. Descrever o real passa, ontologicamente, a ter de conter uma análise sobre o status de cada coisa, inclusive o não-humano, e ainda considerar como a relacionalidade reverbera nos indivíduos como postulados básicos de qualquer pensamento. Estudos em campos como a técnica, por meio de uma preocupação com um reconhecimento cultural dos objetos técnicos, de Gilbert Simondon em 1958, e a Ontologia Orientada a Objetos (OOO), por Graham Harman (2011), com ênfase na afirmação de uma condição de dignidade própria aos objetos, são exemplos importantes de uma abertura que se dá pela intuição de que outras sociedades têm muito a dizer sobre o real como um todo, inclusive, permitindo refundar a ontologia sobre o humano.

¹ Publicado em 2018 pela EDUFBA.

² Nesse ponto, Gilles Deleuze (2011), assim como Bruno Latour (1988) e Eduardo Viveiros de Castro (2002) são nomes fundamentais para essa retomada da obra e da fertilidade presentes nas ideias de Gabriel Tarde. Sobre isso ver Bensusan & Alves de Freitas (2018), capítulo 3.

Leibniz (1646-1716) já havia antecipado, desde o século XVII, essa ênfase nas associações como fundamento para qualquer concepção de substância postulada metafisicamente. Entretanto, tal filosofia não foi a prevalente, sobretudo considerando a visão de homem e natureza herdadas pela tradição, notadamente a partir de Descartes. Gabriel Tarde seria, de fato, alguém que recebe a inspiração monadológica leibniziana para postular um novo sentido para a sociologia. Por isso, pode-se dizer que no século XX tem-se uma abertura sociológica que permite que a metafísica seja ressignificada, retomando a relevância de uma posição filosófica, em certo sentido, preterida até aquele momento.

Nesse sentido, o Diáspora busca discutir a fertilidade e as conexões entre abordagens que bebem da fonte monadológica. Deve-se ressaltar, de todo modo, que já em 2014³ discuto alguns pontos dessa análise por meio da tentativa de elaboração de uma caracterização básica dos condicionantes metafísicos das monadologias em geral. Gabriel Tarde, Bruno Latour e Alfred N. Whitehead, além de Leibniz, são protagonistas desse projeto e reaparecem no livro. Além disso, há um ponto de especial interesse que diz respeito ao rastreio que a agência, como categoria monológica primária, recebe em algumas ontologias do final do século XX, afirmativas do papel indispensável das sociedades, sejam elas de indivíduos ou sociedades de sociedades, como isso aparece em Tarde (2003), por exemplo. Conforme definido no livro: "Em termos muito gerais, agência está vinculada à ação, à animação, à atividade. Agência remete à espontaneidade, à iniciativa e, em medida considerável, à decisão. Ela, a agência, vai ser entendida, na maioria dos casos neste livro, como a capacidade de dar início a algo." (2018, p. 20).

As mônadas, genuinamente consideradas a partir de Leibniz, incluem necessariamente um viés duplo, que as habita como começos, já que implicam um centro individual aliado a uma capacidade operativa. Vê-se que, por um lado, o mundo é unidade agencial dada pelo viés operativo e relacional que o implementa, por outro, cada indivíduo deve ser capaz de representar essa realidade e incluí-la em sua substância particular. Se for procedida uma decomposição, teremos, assim, uma polarização dupla que constitui o modelo do borboletóide proposto no livro. O centro gravitacional desse inseto imaginário, a mônada, resulta de uma consideração do real como elaborado a partir de unidades simples e por outro, pelas ações decorrentes.

De acordo com o modelo adotado no *A Diáspora da Agência*, haveria cinco posições, dois polos compostos por duas posições cada, mediados por uma central, modelo padrão de monadologia baseado em Leibniz, que comporiam esse mapa de distribuição da agência no

³ Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília (UnB).

mundo. Seriam cinco pontos de vista comprometidos com o pressuposto de que o humano, como tudo mais no mundo, se explica pela presença de algum tipo de agenciamento. Entretanto, nos interessa aqui discutir em mais detalhes as posições 2 e 4, pela proximidade em relação ao ponto 3. Considerando que o mote do livro diz respeito a um questionamento, a partir das associações, da prevalência do humano como referencial de qualquer ontologia e da ontologia como exercício de descrição de um mundo objetivo, tal qual proposto pelas ciências da natureza, discute-se as consequências derivadas de uma ontologia e da antropologia dadas a partir dos agenciamentos, como exposto a seguir.

Inicialmente sobre a posição 2, analisada pelo referencial da antropologia da agência, tem-se que: “É aquela que rejeita a existência de agentes humanos genuínos, mas postula agência nas sociedades humanas. Os indivíduos humanos não são genuínos agentes, mas são produtos do agenciamento social ou coletivo” (BENSUSAN, H; ALVES DE FREITAS, J; 2018, p. 24). Em outras palavras, o humano é parte nos agenciamentos, mas não ponto de partida ou arquétipo. A agência perpassa o humano como tudo mais. A posição 4, por sua vez, considera:

Nela, cada agente é constituído em completa indiferença com respeito aos demais – indivíduos são como átomos e a sociedade que eles formam não é nada mais do que sua sombra. Trata-se de considerar que não há genuinamente sociedades – como na célebre declaração de Margareth Thatcher de que não há uma coisa chamada sociedade, apenas indivíduos – que seriam dotados de toda agência. (2018, p. 27).

No caso da posição 4, a agência é interna a cada um dos indivíduos, não fazendo sentido supor nada entre estes, pois tais indivíduos são constituídos de modo totalmente independente. Isso não implica uma negativa de afetação, mas ela não é o locus da agência. De modo semelhante, embora com base em razões distintas, o humano também não é o centro dos agenciamentos, mas tais indivíduos são a base de tudo. Antropologicamente considerada, a posição 3: “É aquela que entende a agência social humana como sendo sempre um produto de agentes já constituídos. Ou seja, os agenciamentos não podem produzir indivíduos se não estiverem balizados, patrocinados ou mantidos por outros indivíduos.” (Idem, p. 26).

Assim, a análise preliminar da antropologia da agência nos faz ver que as posições 2 e 4 contrapõem uma polarização entre social e individual. Por um lado, o corpo social determina os agenciamentos que produzem nossa concepção de humano e, por outro, entes individuados precisam se fazer presentes de antemão. A posição 3, por sua vez, contém as bases que permitem sintetizar a tensão dessas concepções ao entender que os agentes constituídos são fundamentos para qualquer antropologia, desde que se considere o papel social próprio a eles.

No âmbito de uma ontologia da agência, deixando de lado o eventual papel ocupado pelo humano nesses sistemas, as posições 2 e 4 encaminham uma defesa de que o começo ou está nas operações ou com os indivíduos, tal qual descrito a seguir; inicialmente quanto à postura 2: "Aqui a agência está no convívio dos sensíveis, é imanente a eles, mas não em agentes. O próprio espaço de tudo que há de concreto tem forças de agenciamento que presidem processos de individuação." (Idem, p. 36). Sobre a postura 4: "entende que os agentes trazem em si toda agência. Aqui agentes são particulares com substratos que transcendem toda a sua expressão no convívio dos sensíveis - eles guardam uma capacidade própria de agenciar, independentemente dos demais." (Idem, p. 37). Vê-se que as implicações identificadas no âmbito da antropologia e da ontologia da agência são semelhantes no que diz respeito àquilo que é o cerne de qualquer início.

As posições 2 e 4 possuem um atrativo metodológico comum que as diferencia da postura 3. Nesses dois casos, o início é definido por um princípio unívoco, que está nas operações ou nas substâncias. O erro da monadologia⁴ para tais posturas estaria em não ter focado o cerne da individuação⁵, em não ter se dado conta de que há uma referência substantiva, um algo indispensável que precisa ser indicado. Ao considerar que agentes e agência são o cerne, a monadologia teria que apelar para um tipo de indicação adverbial, um lugar do encontro, por isso, representaria uma posição fraca em termos de identificação do ponto de partida de um comando. Para 2 e 4, há um "o quê" por meio do qual a realidade é iniciada, começada. Em outros termos, para as posições 2 e 4 a individuação pode ser mapeada, pois ela está no mundo como uma marca específica. Na monadologia, por outro lado, afirmar algo é uma atividade que se fará sempre em referência a outras coisas, não havendo nada que se defina por si só.

Tal diferença permite que as posturas 2 e 4 mencionadas sejam semelhantes, ao mesmo tempo que embasadas em uma diferença abissal. Explicando melhor, por um lado adotam um

⁴ O termo monadologia decorre, via de regra, da consideração da agência como distribuída no mundo, envolvendo, nos termos do A Diáspora da Agência, uma ontologia de agentes e uma concepção de interdependência entre eles. Leibniz é o ponto de partida desse modelo metafísico que recebe na contemporaneidade vários matizes inspiradores. Mais que uma referência específica a um autor que nos interessa, sugere-se que as ocorrências da palavra monadologia presentes neste texto sejam tomadas como um direcionamento para os critérios ou condições em que os agenciamentos são dados.

⁵ Os conceitos de indivíduo/individuação respondem ao que, nos termos do A Diáspora da Agência, é indicado como referencial de comando e começo, arché. Nos interessa demonstrar, sobretudo a partir de Harman e Simondon, o que está implicado em um começo e nos comandos decorrentes de uma descrição do real, respectivamente, por um viés granular e um não-granular. Assim, palavras como indivíduo e individuação, que nortearão a discussão conceitual aqui proposta, possuem uma raiz comum considerando o que é início, pois são pontos de partida ontológicos, mas que divergem quanto a uma lógica de comando, de organização do real.

mesmo tipo de princípio para demonstrar que uma ontologia e uma antropologia da agência podem e devem ser elaboradas. Entretanto, divergem radicalmente sobre qual caminho deve ser escolhido, uma apelando para operações exclusivamente e a outra para indivíduos. Entretanto, uma suspeita que conduz essa pesquisa diz respeito a uma auto implicação direta de 2 e 4, de modo que tudo que pode ser dito sobre uma, apenas faz sentido como negativo no horizonte da outra. Assim, um questionamento central que é tomado como fio condutor deste trabalho diz respeito à plausibilidade da coexistência dessas duas posturas, sem que isso se faça por um tipo de mediador exterior, como adotado no livro através da centralidade da posição 3.

1.2 AGENTES E AGÊNCIA: GRANULARIDADE E NÃO-GRANULARIDADE

Em linhas gerais, a diferença entre as posições 2 e 4 torna-se mais clara se compreendida à luz de distintos pressupostos sobre o que são os indivíduos e à plausibilidade de um princípio de individuação. Indivíduos podem ser definidos como o locus de produção da diferença, onde estariam, em uma ordem de mundo, a razão explicativa para as coisas serem dadas de uma certa maneira. Isso se aplicaria também à monadologia, que tem nas mônadas a explicação de uma realidade, como por exemplo, no contexto de Leibniz, o fato de nosso ser o melhor dos mundos possíveis (2013). Se a agência é representativa de um começo, a pergunta pelo princípio de individuação, como condicionante dos entes individuais, é básica, embora respondida negativamente nos dois casos quanto à sua presença, pois nenhum começo pode ser condicionado por um princípio outro. Temos assim, antes de qualquer coisa, uma diferença sobre o que e como são constituídos os indivíduos, respondida, em nossos termos, pela adoção de uma posição granular, quanto à postura 4, e não-granular para a posição 2.

Justificamos a granularidade da posição 4 pelo fato de o cerne da individuação ser explicado tomando a unidade como condição primordial. O caráter básico do indivíduo se faz com total independência daquilo que ele não é. Toda relação se elabora entre unidades, não há nada mais básico do que tais indivíduos, sendo a pergunta sobre a procedência de um grão tomada como um redirecionamento para um outro grão, dado a partir deste. Por isso, uma ontologia granular tende a considerar a questão sobre o princípio de individuação como sinônimo de granularidade: tudo são grãos. O que há no mundo são indivíduos, sendo impensável um grão lidar com aquilo que não é também granular, pois é essa unidade específica o cerne de qualquer explicação possível. Por isso um não-grão é inviabilizado, já que se suporia que uma unidade individual autônoma poderia lidar com o que existe independente da individualidade.

A posição 2, por sua vez, admite que indivíduos são o resultado e se afirmam em direta e constante vinculação com os agenciamentos que os implementam. Nenhum indivíduo está alheio aos agenciamentos de que resulta, e daqueles dos quais participa na elaboração. Trata-se de um tipo de ontologia não-granular justamente pelo fato de indivíduos serem totalmente dependentes das operações que se dão em um meio. Não há, preliminarmente, indivíduos, mas processos que formam e sustentam individuações. A individualidade é, nesse caso, totalmente aberta, virtual, já que se faz em direta conexão com os fundamentos pré-individuais que a engendra. Diferente da monadologia, que alia a agência a uma substância individual, criando um grão aberto em suas fronteiras constitutivas, a agência como posição isolada precisa negar a granularidade, pois tal grão implicaria uma interrupção dos agenciamentos, dos processos, dos devires que condicionam o real.

O que se percebe, assim, é que temos duas concepções que se fecham ontologicamente e que veem, naquilo que é o seu oposto, equívocos a serem evitados. Uma afirma que toda pergunta ontológica é sobre indivíduos completos, como grãos, estando neles o referencial de qualquer suposição de início; a outra entende que o começo não pode ser fragmentado em unidades separadas, mas dado no devir, sendo indivíduos o resultado de processos de agenciamentos e por isso indissociáveis destes. Considerando o foco na especificidade de cada uma dessas posições, buscaremos analisar os pressupostos que produzem essa diferença, supondo, em razão da autoimplicação em comum, se tratar de abordagens tomadas logicamente como subcontrárias, não podendo ambas serem falsas, ao mesmo tempo em que podem ser as duas verdadeiras. Isso ocorre porque nada nos faz pensar que conseguiremos descartar alguma dessas posições pelo argumento dado por sua oponente, mas que talvez consigamos frear o tipo de contraditoriedade que produzem entre si. A vantagem do uso de uma tal solução estaria, assim, em fortalecer tais ontologias naquilo que elas se propõem como argumento, ao mesmo tempo evitando a confrontação.

1.3 HARMAN E SIMONDON – GRANULARIDADE E NÃO-GRANULARIDADE

Adotaremos dois modelos de ontologia como focos para uma discussão pormenorizada acerca da tensão entre granularidade e não-granularidade. O primeiro deles diz respeito ao pensamento de Graham Harman, notadamente sua Ontologia Orientada a Objetos (OOO), e o segundo a teoria dos processos de individuação proposta por Gilbert Simondon. Estes já aparecem no *A Diáspora da Agência*, mas são apresentados rapidamente, já que o livro se propunha, como já explicado, a um diálogo com algumas posições do Século XX mais afeitas

a um tipo de olhar monadológico sobre o real. O livro toma esses dois autores como possuindo uma predisposição parcial para um pensar de viés monadológico, o primeiro, por permitir um olhar detalhado sobre o aspecto individual da mônada, e o segundo, por seu aspecto relacional. Na sequência abordarei os contornos gerais do pensamento desses dois autores buscando demonstrar como os aspectos da granularidade e da não-granularidade são centrais para a defesa de suas posições em específico, assim como para um diálogo entre eles.

1.3.1 A Ontologia Orientada a Objetos (OOO) de Graham Harman – o indivíduo como grão

Inicialmente buscando compreender o sentido e o alcance da OOO, devemos fazer referência, conforme Harman, às influências da fenomenologia e mais propriamente de Husserl e Heidegger. Conforme Harman:

O termo "filosofia orientada a objetos" aparentemente data de algumas notas que fiz em 1997, embora a pré-história dessa abordagem se origine de 1991–2, no curso dos primeiros esforços de um estudante de graduação para dar sentido à famosa análise da instrumentalidade de Heidegger. É importante notar que nenhuma das outras vertentes do realismo especulativo têm uma dívida intelectual significativa com Heidegger ou com a fenomenologia. Em contraste, minha versão da OOO trata Husserl e Heidegger - não Derrida, Deleuze ou Badiou - como os grandes filósofos mais recentes com os quais ainda devemos chegar a um acordo. (2018, p. 114, tradução Nossa).

Assim, Husserl e Heidegger constituem a base do argumento que permite a Harman ter a ontologia orientada a objetos como um tipo de descoberta, como esperamos demonstrar. Nesse sentido, tendo em conta que nada pode anteceder um objeto, tal qual explicado pelo sentido de granularidade própria à postura 4, a realidade destes é um pressuposto, sendo, de fato, problemática as implicações da conexão entre a existência e o acesso. Por isso, o argumento fenomenológico é tão importante, pois contém a chave para a afirmação de um existente que está no mundo, mas que contém, especificamente com Heidegger nesse ponto, um forte aspecto de velamento. Assim, uma ontologia de base realista se forma com um apoio imprescindível da fenomenologia. Tal concepção, inspirada em Lovecraft: “(...) é sobre a estranheza da realidade que não é projetada na realidade por nós. Já está aí por ser real. E, portanto, é uma espécie de realismo sem bom senso.” (Idem, 2018, p. 115). Essa estranheza como dado básico de um realismo efetivo é explicada:

Quando a OOO fala de estranheza, ele está tentando capturar a lacuna entre a realidade e suas manifestações explícitas, que é encontrada não apenas nos escritos de Lovecraft, mas em *Macbeth* de Shakespeare, *Paraíso Perdido* de Milton, *Amada* de Toni Morrison, em quase tudo escrito por Edgar Allan Poe, e em uma ampla gama de outros clássicos da literatura. Dado que qualquer entidade é mais do que seus

componentes “subminados” e também um excedente mais profundo do que todos os seus efeitos “supraminados”, a OOO sustenta que qualquer realismo que não seja estranho é simplesmente uma capitulação, um acordo para se tornar o servo do senso comum ou das ciências naturais. (Idem, 2018, p. 116, tradução Nossa).

Essa afirmação ajuda a identificar o tipo de concepção atrelada ao que são os objetos⁶. A estranheza diz respeito a um tipo de existência não completamente captável pelas percepções, ou mais genericamente, por qualquer descrição epistemológica ou fenomenológica. Nisso, a subminação e a supraminação⁷ constituem as duas ameaças extremas, no sentido de constituírem estratégias que nos fazem perdê-los, tirando seus alicerces ou os recobrando com falsos fundamentos. Vê-se o que nos faz intuir um tipo de granularidade como dado básico dos objetos harmanianos, pois ter uma natureza, por mais velada que seja, implica em partir do que se elabora como unidade. Vale salientar que objetos compõem o real entre outros objetos, e a condição de cada um deles é parcialmente modificada pelo que lhe é exterior. Objetos afetam e são afetados, seja fomentando mudanças em outros objetos ou modificando-se eles mesmos sensualmente, além de serem passível de destruição, sem que isso implique em um total desnudamento de sua estrutura. De todo modo, é sempre uma relação de unidade para unidade.

Detalhando o aspecto fenomenológico da OOO harmaniana, importa expor em mais detalhes a importância de Martin Heidegger. Conforme mencionado por Harman, a OOO seria proveniente de uma reanálise da distinção conceitual heideggeriana dada entre *present-at-hand* (*Vorhandenheit*) e *ready-to-hand* (*Zuhandenheit*). Para os propósitos do filósofo alemão, era importante demonstrar a relevância e o papel do *Zuhandenheit* em nossas práticas mundanas, ou seja, que aquilo que, teoricamente, parece existir de modo separado do humano, possui uma presença subjacente. Tal compreensão é vista claramente se tivermos em conta o exemplo do martelo que, aparentemente separado da subjetividade como objeto, mostra sua relação ao homem, pelo infortúnio de sua quebra durante o uso. Assim, pela prática, o humano descobriria que a separação entre ser e mundo é de fato uma falsa distinção.

Harman se utiliza da concepção heideggeriana da relacionalidade subjacente dada entre sujeito e mundo, invisível do ponto de vista moderno, para mostrar que tal cegueira pode ser maior ainda, no sentido de haver coisas que existem juntas umas às outras sem estarem

⁶ Não se trata de uma concepção de objeto tomado em seu sentido usual, daquilo que pode ser disposto por um sujeito, mas sim, com Harman, de uma concepção que os toma como referenciais básicos para qualquer descrição ontológica. Ao invés de dizer o que é um objeto, para a OOO harmaniana faz mais sentido a pergunta sobre onde eles podem estar, como eles se relacionam compondo o real.

⁷ Essa opção de tradução busca preservar maximamente o alcance de dois conceitos fundamentais da ontologia harmaniana, respectivamente, *undermining* e *overmining*. Nisso, agradeço a contribuição de Thiago de Araújo Pinho.

amparadas por qualquer relação, enquanto mediadora externa⁸. Da relacionalidade implícita entre tudo como fonte para uma nova forma de estar no mundo, proposta por Heidegger, Harman deriva um outro modo de estabelecer os indivíduos, suprimindo a subjetividade centralizadora, atacada por outro viés pelo filósofo alemão. Ser objeto então implica em afirmar uma defesa radical do foco ontológico enquanto dado na unidade. Como dito acima, tudo parte dos objetos, mesmo a possibilidade de criação de novos objetos, pois caberá a estes ocupar o papel antes tomado na filosofia moderna por uma estrutura bipolar e amparada por uma concepção da relação como tipo de conector externo. Objetos são, assim, os entes básicos, existem, estão no mundo, mesmo que, nesse ponto, totalmente com Heidegger, não se mostrem como presentes. Heidegger permite a Harman, desse modo, mostrar como a unidade pode ser o fundamento do real sem que, ao mesmo tempo, tudo precise estar dado.

Nossa impressão é, assim, que Harman necessitaria fazer dos objetos unidades granulares para levar adiante a sua interpretação do projeto heideggeriano. Se há algo retirado e que participa de alguma maneira do que é o mundo, necessário será supor uma estrutura pronta ou contemporânea ao contato com outros entes, dado pela causação indireta, que explicaremos em detalhes no próximo capítulo. Nesse sentido, se Heidegger buscava uma forma de refundar o pensamento por uma outra vertente, para que possamos estar com as coisas de uma outra maneira, Harman usa o argumento como chamariz para demonstrar que há outras coisas, sem que necessitemos estar totalmente com elas. Nesse sentido, ele diz: “Em outras palavras, teoria e práxis (estão do mesmo lado): o lado da superfície das coisas, que não faz justiça à profundidade de sua realidade. Em oposição à teoria e à prática, estão os próprios objetos.” (Ibidem, 2018, p. 116).

Edmund Husserl (1859-1938) (apud HARMAN, 2018), por sua vez, permite a Harman coadunar a estranheza do realismo velado com o dado sensível. A questão aqui está em como utilizar a percepção enquanto elemento fértil, tanto para fazer ver uma presença parcial dos entes, como para justificar o seu encobrimento. O ponto alto do argumento está em demonstrar que não há sensação separada do que são as coisas e, nesse caso, os objetos. A crítica ao empirismo clássico, que dissociava o ente de sua percepção, é restabelecida contemporaneamente e direcionada por Harman para uma afirmação dupla, tanto da relevância da sensação, quanto para demonstrar seu atrelamento ao que povoa o real:

⁸ Como veremos adiante, a relacionalidade é tomada intrinsecamente a estrutura dos objetos, não se distinguindo ontologicamente destes. Por esse motivo, essa concepção de relação é considerada como um forte argumento a favor de uma defesa da granularidade no modelo ontológico proposto por Harman.

O que vem primeiro é o próprio objeto: embora as qualidades desse objeto mudem constantemente à medida que o experimentamos de diferentes ângulos e distâncias, o objeto permanece firme como uma unidade invariável. Na verdade, é disso que se trata a fenomenologia: despir todas as qualidades e silhuetas variáveis de uma coisa, seus "esboços" (*Abschattungen*), como Husserl os chama, a fim de chegar eventualmente ao que ele chama de "essência" do objeto. (2018, p.121, tradução nossa)

Objetos mostram-se parcialmente, mas essa possibilidade de dar-se por modos de apresentação não os fragmentam, apenas os colocam como pista para provar que há algo mais do que aquilo que se consegue acessar. Assim, a percepção, ela mesma, não serviria para esconder os objetos, mas sim para atestar a existência desses. Toda tentativa de um conhecimento de trato, por *acquaintance*, tal qual definido por Russell (1995), demonstraria que, ao invés de não podermos estar errados sobre uma coisa, não podemos negar sua existência. O fato de o grão nunca poder ser experimentado em sua unidade é um dado para a afirmação de como é ser tal coisa. Em outras palavras, a parcialidade do acesso implica sua completude ontológica.

1.3.2 A Filosofia dos Processos de Individuação de Gilbert Simondon

Como pudemos verificar, o argumento de Harman em favor da sua OOO se faz por meio da defesa de um ponto de vista segundo o qual não podemos ir além ou mesmo parar antes dos objetos, sendo toda nossa experiência do mundo, sensações ou percepções, como rastros indicativos da existência de suas unidades básicas⁹. Seu argumento se dá no sentido de afirmar um tipo constituído como indivíduo. Não há princípio para os objetos, pois eles antecedem e concentram numa estrutura completa a construção de qualquer ontologia, estes são o princípio, por isso os nomeamos grãos. Simondon, por sua vez, considerará a questão por um outro viés, entendendo que não há efetivamente um princípio a que se possa chegar, já que sua busca demonstrar que, pelo contrário, o que poderemos encontrar é uma ação de produção contínua daquilo que enganosamente tomamos como entes constituídos. Tal filósofo afirma:

Gostaríamos de mostrar que é necessário operar uma reviravolta na busca do princípio de individuação, considerando como primordial a operação de individuação a partir da qual o indivíduo vem a existir e da qual ele reflete em seus caracteres o desenrolar, o regime e, por fim, as modalidades. Assim, o indivíduo será apreendido como uma

⁹ Nos termos do *A Diáspora da Agência*, a posição harmaniana concentra em tipos de unidades o foco ontológico daquilo que existe. Objetos são indivíduos pois não há nenhum fato do mundo capaz de explicá-los ou fundamentá-los para além do que eles são como estrutura, com eles se elabora um sentido de *arché*. Mesmo a relacionalidade da conexão estabelecida entre objetos, parte e se encerra naquilo que são tais entes individuais para Harman. Negar isso ensejaria a possibilidade de a OOO cair nas falácias da sub e da supriminação.

realidade relativa, uma certa fase do ser que supõe, antes dela, uma realidade pré-individual e que não existe completamente só, mesmo depois da individuação, pois a individuação não esgota de uma única vez os potenciais da realidade pré-individual e, além disso, o que ela faz aparecer é não só o indivíduo, mas o par indivíduo-meio. (2020, p. 16).

Duas conclusões interessantes poderiam ser derivadas, sendo que a primeira implica a segunda, pois a individuação, tomada como operação, faz com que o indivíduo seja sempre um ser incompleto, dependente da realidade pré-individual da qual provém, que não se esgota com a mudança de fase que constitui essa passagem. A ontogênese simondoniana é o símbolo dessa filosofia, já que designa “(...) o caráter de devir do ser, aquilo por que o ser devém enquanto é, como ser.” (Ibidem, p. 16). Defender a ontogênese como princípio tem como consequência afirmar que nada existe como dado, mas como um devir interminável do ser.

Assim, toda existência deve ser referida ao processo que a constitui presentemente. Tal processo é mais que o indivíduo, indicando este último apenas um momento, uma condição transitória do ser. Por isso, é interessante considerar o que diz Simondon, ao afirmar que: “Para pensar a individuação, é necessário considerar o ser não como substância, ou matéria, ou forma, mas como sistema tenso, supersaturado, acima do nível da unidade, que não consiste unicamente em si mesmo e não pode ser adequadamente pensado mediante o princípio do terceiro excluído;” (Idem, p.17). Desse modo, o indivíduo existe permeado pelas tensões de que é origem e às quais dá continuidade, não sendo possível encontrar nele uma condição puramente estável, já que é algo diferente da unidade, é metaestabilidade, e se faz como transição contínua.

Para que se compreenda o papel da metaestabilidade, necessário é que seja levado em conta, sobretudo no âmbito da individuação física, as noções de energia potencial de um sistema, a de ordem e a de aumento da entropia. Nesse caso, a presença da energia potencial permite que a individuação seja estabelecida como tipo de processo ou espaço do devir, enquanto resolução de um sistema metaestável marcado pelo acréscimo de entropia. Por isso, individuar é encaminhar um problema, pois se coloca como a resposta proveniente de potenciais que lhes são anteriores ontologicamente, o que justifica a prioridade da agência, sendo os indivíduos soluções momentâneas às tensões que estão eclodindo no âmbito de um sistema.

Tais pressupostos nos permitem compreender a filosofia da individuação simondoniana como símbolo de um pensamento não-granular; mais que isso, vê-se que há uma abertura para que a individuação seja pensada como produção de descontinuidade no contínuo. Amparamos nossa conclusão tomando como referência o papel basilar que as operações exercem em sua ontologia, inclusive tendo em conta a sua definição de ontogênese e a preponderância do que é metaestável sobre o que seria apenas estável. O não-granular recebe sua fundamentação a partir

da própria condição de incompletude que caracteriza sua concepção de individuação. O grão é unidade, se coloca no mundo sem necessidade de complementação. O não-grão caracteriza uma impossibilidade de separação radical do indivíduo em relação ao meio que o constitui.

Por isso, as operações antecedem e permeiam os indivíduos, já que elas são o exercício infundável de manutenção dos agenciamentos. Há uma contradição que move o processo e ela está justamente no fato de a ontogênese gerada demandar a continuidade da operação, que produzirá um novo indivíduo, não havendo um fim para o processo, já que o cessar da agência é já a morte individual. Assim, a incompletude do não-granular simondoniano se faz por uma razão positiva ou virtuosa, já que o indivíduo retira de si, assim como do seu meio, a realidade pré-individual, o fundamento de sua possibilidade ontológica. Desse modo, o indivíduo como grão é impossível, pois este perde a dimensão ativa, metaestável, de que é origem.

Por essa razão, com Simondon, o pensamento agencial, tal qual apresentado no *A Diáspora da Agência*, é afirmado pelo viés dos potenciais operacionais, a partir dos quais a individuação acontece, sendo tal indivíduo apenas como uma fase de uma dinâmica maior amparada pelo devir. Aqui a capacidade de dar início é realizada por uma lógica operativa, um começo que se faz de forma totalmente desvinculada do apelo a qualquer tipo de substancialidade. Por essa razão, é possível inferir, a partir da estrutura ontológica de seu pensamento, que um indivíduo não seja nada por si mesmo ou isolado de tudo mais. Esse aspecto de potenciais energéticos, o pré-individual, é indissociável daquilo que é um indivíduo, por isso sua realidade sempre suporta um tipo de complementação, aberta para que interior e exterior se contaminem. Nossa afirmação da não-granularidade como proposta está justamente em tal consideração da vinculação estabelecida entre pré-individual, individual e pós-individual, como indissociáveis em termos de panorama ontológico. Notadamente, indivíduos se inserem nessa sistemática, pois são momentos dos processos que os fundamentam e, ao mesmo tempo, que apontam para o devir.

1.3.3 Grão e não-grão: os primórdios da discordância

Interessante notar que os argumentos que fazem com que Harman e Simondon optem pelos objetos e pelos processos de individuação ou coisas e operações, respectivamente, incluem críticas do primeiro quanto a uma interpretação equivocada sobre a real natureza dos agenciamentos, assim como do segundo, sobre a prioridade dos indivíduos autônomos, da unidade como ponto de partida, não contemplar o que implementa essa realidade. Nesse ponto, fica claro que são posições que não são apenas distintas, mas que trazem entre si uma tensão

latente. Assim, na sequência, tentarei apresentar o ponto de discórdia por meio da exposição do que diz Harman sobre o que, em seu entendimento, haveria de equivocado na tese dos processos de individuação de Simondon. O filósofo francês, inversamente, não apresenta uma crítica direta a Harman, sobretudo por uma óbvia impossibilidade temporal, já que a OOO de Harman surge por volta do início do Século XXI. Entretanto, a crítica simondoniana ao monismo e ao hilemorfismo, seus reais inimigos conceituais, pode ser indiretamente referida à OOO, como esperamos demonstrar, já que se constitui como uma denúncia da falácia de tomar a forma, um tipo de essência, como o aspecto básico dos indivíduos.

O argumento de Harman para a crítica à filosofia simondoniana está em afirmar, nos nossos termos, que uma estrutura granular precisa ser pressuposta no conjunto de uma tese não-granular. Este afirma, como poderemos notar a seguir, que a filosofia simondoniana pode ser compreendida como um modelo mais sutil de monismo das coisas pré-individuais, já que ela sempre precisará indicar uma unidade de um mesmo mundo totalizante que inclua todos os devires, ou uma em que cada processo é um mundo. As duas estratégias indicariam a presença de um tipo de unidade básica anterior aos processos:

É precisamente essa preocupação que muitas vezes dá origem a um modelo mais sutil: um monismo mais indiferente das coisas “pré-individuais”. Suas origens estão em Anaxágoras, para quem as lascas quebradas do ápeiron contêm as sementes de todo o resto: uma árvore também deve conter as formas criptografadas de pássaros, flores e fogo, permitindo que uma coisa se transforme em outra. Essa teoria ressurgiu na metafísica selvagem de Giordano Bruno, com sua matéria infinita atada com formas dobradas que aguardam “contração” em seres individuais. Outras teorias foram propostas por Gilbert Simondon e agora por Manuel DeLanda que fala (à maneira de Bergson) de um plano de virtualidade “heterogêneo mas contínuo”. No entanto, se a filosofia do Um tem dificuldade em explicar o surgimento de inúmeras coisas, e uma filosofia pluralista acha difícil explicar sua interconexão, então o apelo a um reino “pré-individual” não nos ajuda muito. Pois se esta realidade mais profunda contém sementes de coisas individuais, então essas sementes são distintas umas das outras ou não são. Se não, então temos monismo. E se eles são distintos, então temos a mesma situação que no mundo real dos objetos, sem nada ganho, mas a afirmação de que eles estão "conectados e desconectados ao mesmo tempo." (2011, p. 10, tradução Nossa)

Desse modo, o argumento está construído no sentido de mostrar que se trata de um erro pensar que o real pode ser estabelecido sem conter tipos seminiais, vestígios de coisas, seja um apenas ou vários. Nesse caso, interessante ver como Harman argumenta buscando localizar exceções, indivíduos que se fariam de modo alheio aos processos de individuação e que por isso poderiam corroborar seu argumento granular internamente a teses como a da filosofia dos processos de individuação simondoniana. Não se trata, assim, apenas de uma defesa interna de uma posição, mas sim uma que se faz externamente, buscando captar eventuais falhas argumentativas no que se coloca como viés antagônico.

Na sequência, Harman também desconfia da possibilidade de os objetos serem entendidos em termos de um princípio mais fundamental dado pelo Devir. Isso implicaria a adoção de uma estratégia inadequada que submina (*undermining*) seus grãos por meio da admissão de uma estrutura não-granular de realidade:

Mais poderia ser dito sobre cada uma dessas estratégias. Porém, para nossos propósitos, basta chamá-los de estratégias que subminam os objetos como a raiz da filosofia. Todos eles afirmam que os objetos são específicos demais para merecer o nome de realidade última e sonham com alguma base indeterminada mais profunda da qual surgem coisas específicas. Eles acham ingênuo pensar em cães como elementos básicos do mundo, uma vez que cães realmente devem ser apenas agregados de produtos químicos orgânicos, ou fragmentos de *apeiron*, ou um "cão" ativo, em vez da estase de um cão sólido, ou o resultado de uma longa luta evolutiva com o clima e predadores. Todas essas estratégias pressupõem que um cão, uma vela ou um exército é constituído de algum elemento físico ou histórico básico cujas permutações dão origem a esses objetos como uma espécie de produto derivado. Todas são versões do reducionismo em que os objetos só ganham sua realidade de outro lugar. Todas são formas de crítica que veem objetos individuais em um espírito de niilismo, destruindo-os com escavadeiras para abrir caminho para algo mais fundamental. Eles consideram os objetos muito superficiais para serem a realidade fundamental do universo. (2011, p. 11, tradução Nossa)

Vê-se, desse modo, que o inimigo a ser evitado está em tipos de argumentos reducionistas, pois estes tendem a tirar dos objetos sua condição de princípio primeiro. Ressalte-se que parece claro, conforme argumentado acima, que a possibilidade de se parar nos objetos e situar o fundamento da individuação nestes se dá por um tipo de granularidade como condição, pois somente tomando o real por uma estratégia de diluição ou fragmentação, pode-se ir adiante ou parar antes de tais objetos. Assim, uma teoria dos indivíduos constituídos é um modelo que tende a barrar teses que considerem os indivíduos como sujeitos à complementação. Por isso, parece evidente que a posição 4, discutida no *A Diáspora da Agência*, está em um tipo de embate constante com a posição 2, mesmo que seja dispensado o tipo de mediação trazida pela monadologia.

Esse ponto fica mais evidente se pudermos perceber como ele também aparece a partir da posição 2. Simondon, buscando fundamentar sua concepção sobre o papel da individuação no *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information (ILFI)* (*A Individuação à Luz das Noções de Forma e Informação*), publicado originalmente em 1958, visa justamente demonstrar como a forma, enquanto dado estático e pronto, é um equívoco ou falácia filosófica a ser evitada, pois dada por uma tentativa de provar a coerência do indivíduo em uma existência elaborada em total independência de condicionamento aos processos ou devires que, de fato, lhes sustentam. Este, logo no início da obra referida, afirma:

Existem duas vidas segundo as quais a realidade do ser como indivíduo pode ser abordada: uma via substancialista, que considera o ser como consistente em sua unidade, dado por si próprio, fundado sobre si mesmo, não engendrado, resistente ao que não é ele mesmo; e uma via hilemórfica, que considera o indivíduo como engendrado pelo encontro de uma forma e de uma matéria. O monismo do pensamento substancialista, centrado em si mesmo, opõe-se à bipolaridade do esquema hilemórfico. No entanto, há algo em comum nessas duas maneiras de abordar a realidade do indivíduo: ambas supõem que exista um princípio de individuação anterior à própria individuação, suscetível de explicá-la, de produzi-la, de conduzi-la. A partir do indivíduo constituído e dado, esforçam-se para remontar às condições de existência dele. (2020, p. 13).

Simondon é crítico da individuação tomada como um produto separado daquilo que a fundamenta. Pois isso, o indivíduo como realidade completa é o inverso das relações que o elaboram continuamente, de acordo com o seu pensamento. Nada pode sustentar uma individuação ou continuá-la se o resultado obtido a partir desse começo, seu princípio, for de natureza distinta do que são os indivíduos eles mesmos. Em sua concepção, de fato, não haveria indivíduos no que propõem o monismo substancialista e o hilemorfismo, mas apenas resquícios de sua presença. Para o filósofo, a individuação precisa dar conta de outros aspectos do ser atrelados aos indivíduos, mas que não aparecem se os tomarmos como simples resultados obtidos ao final de uma elaboração:

Essa maneira de colocar o problema da individuação, partindo da constatação da existência de indivíduos, esconde uma pressuposição que deve ser elucidada, pois ela acarreta um aspecto importante das soluções que está se propondo e se infiltra na busca do princípio de individuação: é o indivíduo enquanto indivíduo constituído, que é a realidade interessante, a realidade a ser explicada. O princípio de individuação será buscado como um princípio suscetível de dar conta dos caracteres dos indivíduos, sem relação necessária com outros aspectos do ser que poderiam ser correlativos do aparecimento de um real individuado. *Tal perspectiva de busca concede um privilégio ontológico ao indivíduo constituído.* Portanto, ela corre o risco de não operar uma verdadeira ontogênese, de não recolocar o indivíduo no sistema de realidade em que a individuação se produz. *O que a busca pelo princípio de individuação postula é que a individuação tenha um princípio.* Nessa própria noção de princípio, há certo caráter que prefigura a individualidade constituída, com as propriedades que ela terá quando estiver constituída; a noção de *princípio de individuação*, em certa medida, deriva de uma gênese às avessas, de uma ontogênese *revertida*: para dar conta da gênese do indivíduo, com seus caracteres definitivos, é necessário supor a existência de um termo primeiro, o princípio, que traz em si aquilo que explicará que o indivíduo seja indivíduo e que dará a razão da *ecceidade*. (2020, p. 13-4).

Vale ressaltar que a crítica ao substancialismo e ao hilemorfismo atingem a OOO, como teses que partem de um indivíduo constituído, embora Harman não seja postulante à nenhuma dessas posições em específico, sendo a OOO uma espécie de híbrido destas, já que os objetos incluem um aspecto substancial e uma junção de partes componentes no que concerne à dimensão quádrupla inerente a esses indivíduos. Outro aspecto relevante da crítica está no fato de se tratar de uma divergência sobre o que exerce o comando ou, em outros termos, tem

capacidade de iniciar algo. Nisso, a OOO defende que o ponto de partida deve estar focado nas coisas e no modo de existência delas no mundo. Não se trata de mostrar o ponto zero, mas sim de fazer ver que o foco para compreensão do problema deve estar dirigido aos objetos. Como discutiremos em detalhes adiante, as tensões que Simondon identifica em torno dos processos de individuação são trazidas por Harman para o interior dos objetos.

Tratando da questão da *ecceidade* de modo mais detalhado, é fato, como já aludido, que, ao menos parcialmente, os objetos precisam conter tal referência a um *este*, como marca indispensável que faz com que cada grão seja o que é, um tipo de princípio que por isso independe das relações e das ocorrências dadas no mundo e permite a afirmação de uma identidade interior e de uma diferença exterior. Nesse ponto, vale citar o modo como a teoria da referência kripkiana é inspiradora para a OOO, já que esta supõe um tipo de essencialismo modal a partir do qual diz-se que uma determinada propriedade pertence a uma coisa se ela pode ser dita desta em todos os mundos possíveis.

Ressalte-se que Harman vai além em seu realismo, postulando que a condição de cada objeto pode contemplar um aspecto de *este*, embora ele nunca possa ser identificado. Por isso, o filósofo cita a posição de Kripke (2012) como decepcionante, já que ela caminharia no sentido de um realismo sobre o status de tal essência modal, mas não levaria a reflexão tão adiante, aceitando a descrição científica do real como fundamento da *haecceitas*, retirando o véu que a OOO entende ser inseparável da condição de cada objeto:

Como afirmei na Goldsmiths: "a razão pela qual chamo [a filosofia de Kripke] de 'realismo decepcionante' é porque acaba sendo a estrutura física das coisas ... que é real sobre elas. Então, o que é real sobre o ouro é que ele tem 79 prótons. Acho isso muito decepcionante" (380). A presença do senso comum aos olhos daquela aparência metálica amarela de ouro é subvertida pelo apelo de Kripke a um *je ne sais quoi* desconhecido, apenas para ser substituído pelo privilégio científico de 79 prótons. (2018, p. 122, tradução nossa)

Por isso a crítica de Simondon à *ecceidade* se dirige a todas as posições situadas no polo 4, o que incluiria, principalmente, para o nosso estudo, Harman. Toda a sua defesa do papel da informação nos processos de individuação, a ser discutida em mais detalhes em capítulo específico sobre o filósofo francês, se faz como negativa à possibilidade de que a forma, como espécie de essência, seja explicativa de como as coisas ocorrem no mundo. Nos termos de Simondon, para que haja um princípio de individuação, teria sido necessária a existência de algum tipo de operação. De todo modo, com Harman a afirmação da *haecceitas* seria problemática se ela fizesse de seus indivíduos reféns de uma realidade totalmente pré-determinada, quando o seu foco está, de fato, em manter um aspecto de velamento ou

indeterminação. Deve-se notar, entretanto, que, por outro lado, Simondon precisa incluir a indeterminação como motor para a realização dos processos, para explicação dos devires. Assim, se a *haecceitas* é forte demais para conter a indeterminação, o devir pode ser visto como representando uma posição demasiado fluída para uma tal defesa.

Por essa razão, nesse ponto, reafirmo o que disse anteriormente na comparação inversa: Simondon tem em Harman um exemplo paradigmático de polo inverso e incontornável. Isso ocorre pelo fato de a negação da posição 2 nos dirigir à defendida pela 4, sendo a recíproca verdadeira, o que nos permite concluir que uma análise da individuação como problema precisa responder duplamente aos modelos defendidos por esses filósofos.

1.4 MEDIDA E MEDIÇÃO - ENTRE OBJETOS E PROCESSOS DE INDIVIDUAÇÃO

Seria a relação entre grão e não-grão equivalente a que se dá em outros contextos entre coisas e operações? Tal pergunta nos dirige para o problema da conexão entre medida e medição na análise do problema da congruência matemática e a conexão desta com a apreensão sensível conforme apresentado por Alfred N. Whitehead (1993). Segundo ele, a congruência “É a teoria do dimensionamento no espaço e no tempo.” (1993, p. 143). Essa definição, por mais simples que pareça, traz algumas dificuldades. Isso ocorre porque ao estabelecer o dimensionamento quantitativo entre dois segmentos distintos, é pressuposta a congruência e, apesar disso, “a igualdade das medidas numéricas e a congruência dos dois segmentos nem sempre são claramente discriminadas, sendo ambas confundidas sob o termo da igualdade.” (Ibidem).

Whitehead é claro ao considerar que o dimensionamento ele mesmo é, em muitos casos, insuficiente para prover congruência e, mais ainda, auto congruência a algo. Um fio de elástico, conforme exemplo apresentado, por ser maleável, se usado para verificar o dimensionamento de um determinado segmento e, depois, seu resultado comparado com um outro, provável é que não venhamos a obter um resultado confiável, o que implica a possibilidade de incoerências no que é a medição enquanto ação. Um outro problema, esse no que concerne à medida, decorre do fato, segundo o filósofo, de que as modernas formulações dos axiomas geométricos; uma teoria completa de pontos, retas, planos e da ordem de pontos nos planos, as condições, ou conjunto de axiomas, que determinam a congruência entre segmentos; não são exclusivas, pois, segundo ele, “foi provada, então, a existência de relações alternativas que satisfazem tais condições de modo igualmente satisfatório e que nada há de intrínseco na teoria do espaço que

nos leve a adotar qualquer uma dessas relações de preferência a qualquer outra, como a relação de congruência por nós adotada.” (Idem, p. 144-5).

Assim, o critério de medida mostra-se variável de acordo com o sistema adotado, não havendo um caminho específico para definir o que é mais ou menos legítimo. A questão aqui está em avaliar se há algum referencial na natureza capaz de prover uma decisão por um ou outro desses sistemas. Caso a resposta seja positiva, haverá naquilo que é medido um elemento que afeta e dirige a medição. Se entendermos que não, será a medição o ditame para o que é medido: “Poincaré, o grande matemático francês, sustentava que nossa escolha final entre essas geometrias é guiada puramente pela convenção e que o efeito de uma mudança de escolha seria apenas alterar nosso modo de expressar as leis físicas da natureza.” (Idem, p. 145).

Whitehead indica, complementando a controvérsia, a posição de Bertrand Russell, para quem, se adotada a visão de Poincaré, “nada haveria na natureza que determinasse se a terra é maior ou menor que uma bola de bilhar qualquer.” (Idem, p. 145). O que se presume a partir dessa resposta é que Russell acredita haver na natureza um critério de decisão capaz de estabelecer as condições de congruência e, assim, as razões de escolha de um determinado sistema em detrimento de outros. Neste caso, a medida, ou aquilo que é medido, é sim critério para estabelecer como a medição deve ser realizada. No caso de Poincaré, é a medição que discrimina a medida, de modo que a escolha por um sistema determinará a forma como o que é medido será tomado.

Trazendo essa dificuldade para o âmbito da tensão entre granularidade e não-granularidade, poderíamos nos perguntar se não estamos aqui diante do mesmo tipo de problema. Como visto, objetos e processos de individuação negam-se, ao mesmo tempo que demandam um ao outro, no mesmo sentido em que medida e medição o fazem, pois a tomada de uma como ponto de partida faz aparecer uma falha que somente pode ser respondida se dirigirmos nossa atenção para o polo oposto. O problema é que esse movimento não resolve a questão, apenas a coloca de modo inverso. Há sempre algo, dado como pressuposto implícito, que é desconsiderado quando optamos por uma dessas duas possibilidades.

A expressão que nos parece melhor expor essa oposição, inspirada em Whitehead, está em afirmar que Harman e Simondon estão certos e cegos. Certos porque se as suas ontologias forem tomadas internamente ao que constitui seus pensamentos, então não há qualquer questionamento pertinente. Entretanto, ambos parecem cegos para um aspecto externo, por não perceberem que o crescimento interior gera uma pergunta sobre a sustentação exterior. Para que objetos - enquanto representantes de uma ontologia de coisas - sejam o caso, é necessário estabelecer uma organização ontológica específica como um tipo pronto e completo, ao tempo

que restará a pergunta sobre o que produziu tais entes, uma ação de criação¹⁰. De modo inverso, processos como operações contínuas, parecem demandar uma realidade ou ambiente em que ocorrem, um tipo de coisa como fundamento.

A solução whiteheadiana para a dificuldade discutida se dá pela consideração de que ambos estão corretos, se tomarmos os seus pressupostos ou posições como fundamento. Poincaré está certo em considerar que qualquer medição deve levar em conta o sistema de medidas considerado. Russell também está correto em afirmar que a apreensão sensível é indispensável para estabelecer qualquer sistema de medição, sendo ela o referencial para que não haja dúvidas sobre a diferença de tamanho entre a Terra e uma bola de bilhar. Entretanto, os dois matemáticos não teriam sido capazes de situar, de estabelecer o “aqui” e o “agora” de suas metodologias de medição. Whitehead, detalhando o argumento, avalia que a resolução dessa aporia e a apresentação de uma descrição efetiva do dimensionamento do espaço e do tempo pode vir a lograr êxito, caso se supere a concepção tradicional sobre a natureza, sobretudo o materialismo, em favor de uma teoria que toma espaço e tempo como interligados, tal qual proposto por ele por meio de sua ontologia de eventos: “e esse fator peculiar do tempo, tão imediatamente distinguível entre as revelações da nossa apreensão sensível, relaciona-se a uma relação de congruência particular no espaço.”(Idem, p. 148).

Para ele, a palavra chave para resolver o problema da congruência é *reconhecimento*. “Na percepção, nós reconhecemos” (Ibidem). Isso é diferente do estabelecimento de uma comparação entre natureza e memória, como parecem ser os caminhos adotados por Poincaré e Russell. O reconhecimento se estabelece no âmbito da presença. Isso ocorre porque o “o fato presente é uma duração com suas durações antecedentes e consequentes, que são partes de si própria.” (Ibidem). Pelo reconhecimento, a apreensão sensível coloca diante de si fatos da natureza e, por isso, é capaz de discriminar os eventos passageiros e o aspecto permanente presente no real. Essa explicação esclarece em que termos Poincaré e Russell estariam corretos: saberiam que a medição, assim como a medida, são um fato, desde que tomados pelo viés da presença.

Vê-se que o reconhecimento apresenta uma resposta que busca trazer à tona o contexto em que se dão a granularidade e a não-granularidade. Seria como o estabelecimento de um ambiente a partir do qual uma posição consegue perceber a si mesma. O reconhecimento permite que a ontologia seja colocada como que em um plano de possibilidades no qual certas coisas ganham destaque, enquanto outras aparecem secundariamente como que em um fundo.

¹⁰ Por mais que relações criem objetos em Harman, o vínculo entre elas se dá como entre unidades.

De todo modo, haveria ainda um aspecto não resolvido atinente à explicação sobre o que faz com que, ontologicamente, uma posição prevaleça enquanto a outra é deixada em segundo plano.

1.4.1 O critério de Importância

A pergunta sobre o critério que dirige a opção pela medida ou pela medição é um aspecto chave para a nossa problemática. Parece uma tarefa árdua a tentativa de estabelecer razões para além daquilo que é o alicerce desses dois tipos ontológicos. A questão, entretanto, que se apresenta é sobre como o percebido pode ter sido obtido a partir de um horizonte de possibilidades que mais do que balizar escolhas, as explica e, por isso, pode cumprir uma tarefa imprescindível de situar tais posicionamentos. De fato, a granularidade se estabelece como caminho pelo pressuposto de que a realidade da coisa nunca pode ser complementada, ela já está lá, sendo a sua mudança como um suplemento, um acréscimo que remodela, mas que nunca pode ser dito como falta. A medição, por sua vez, supõe que o indivíduo não pode ser separado de uma operação, havendo sempre algo que é complemento.

Tratam-se, assim, de dois pontos de partida que, pelo arcabouço ontológico a partir do qual estão construídos, não permitem o estabelecimento de um panorama, de um plano comum a partir do qual suas ocorrências particulares sejam plotadas. Encontrá-lo permitiria supor a subcontrariedade como possibilidade de coexistência dessas duas ontologias. Negaríamos, assim, a possibilidade de que estas duas posições sobre como o mundo é estejam erradas. Whitehead nos oferece a experiência como ambiente a partir do qual essa análise pode ser realizada, para que a partir dela sejam marcados os pontos ou posições ocupadas por cada uma, dadas por um critério denominado por ele de *Importância*.

A granularidade e a não-granularidade, tomadas como posições radicais e incompatíveis, seriam geradas a partir de um certo equívoco de supor que o contato com o real se dá diretamente com relação àquilo que são os fatos. Entretanto, é necessário ver que tais fatos são aportados em um critério de importância procedente da experiência. Isso explicaria o apelo do filósofo à necessidade do *Reconhecimento*, mencionado acima, já que sem ele as ontologias não conseguiriam identificar a amplitude do panorama a partir do qual são afirmadas. Diz Whitehead: "Aqueles que deliberadamente limitam sua atenção aos fatos o fazem por causa do senso de importância que atribuem a essa atitude. Ambas as noções são antitéticas e exigem uma da outra." (1944, p. 14, tradução nossa). Assim, só há fatos a partir da experiência, que é contactada por um critério de importância subentendido. O pressuposto aqui implicado está na

ideia de que a experiência não pode ser articulada em separado do modo como a acessamos. Não há simples fatos orbitando sobre a realidade passíveis de serem capturados por um sujeito puro. Em realidade, há um tipo de conexão dada como coordenação ao ambiente que permite que tomemos algo como um fato.

Por isso, as concepções de mundo, os sistemas de realidade, não podem ser tidas como orbitando no espaço em total indiferença a tudo mais. O filósofo considera que nenhum sistema pode conferir as razões de sua elaboração por si, sendo necessário dar um passo atrás e investigar o critério de importância obtido a partir de uma certa abordagem factual da experiência. O problema, assim, não está concentrado em um pensar sistemático, mas na adoção do fechamento como estratégia. Diz Whitehead: “devemos ser sistemáticos. Entretanto, é preciso que deixemos abertos nossos sistemas. Em outros termos: devemos sentir suas limitações. Há sempre um vago "além" que espera que avancemos em seus detalhes.” (1944, p. 16, tradução nossa).

Diante de tal assertiva, abre-se a reflexão sobre se as ontologias de Harman e Simondon concentram seu aparente antagonismo ao adotarem o fechamento sistemático como dinâmica. Esclareça-se aqui que não está em discussão os meandros do que são os indivíduos internamente a cada uma dessas ontologias, inclusive no que concerne ao seu aspecto de indeterminação, mas sim uma pergunta sobre como um sistema pode lidar com aquilo que lhe é exterior. Isto implica em atribuir à experiência um poder de mediação, explicativo dos fatos e, por isso, capaz de colocar essas duas visões em um mesmo plano. Um desafio imprescindível, que tende a encaminhar a resposta proposta neste trabalho, está em coadunar esses dois aspectos, o interno e o externo.

O que pode ajudar no oferecimento de tal caminho é a conclusão de que a *Importância* whiteheadiana deve ser capaz de fazer referência ao mais e ao menos e por essa razão, ser alusiva a um sentido de multiplicidade. Esse argumento é defendido por Whitehead através de uma conexão entre fato e existência. Diferentes tipos de fatos teriam de ser compatíveis com múltiplas formas de existências. Se fatos são dados a partir de um critério de importância, então, seria possível admitir que a *Importância* é gradativa e múltipla, não existindo no vácuo. Por isso, a *Importância* demanda um tipo de "seleção", uma determinação, conforme Whitehead, de que "isso é melhor do que aquilo" (1944, p. 7, tradução nossa). Assim, a liberdade intelectual surge da seleção e esta requer, para adquirir um significado, a noção de importância. Desse modo, "importância", "seleção" e "liberdade intelectual" estariam intimamente ligadas e, juntas, envolveriam alguma referência aos fatos.

Se vige a seleção, então temos mais um argumento para afirmar que as ontologias de Harman e Simondon não são posições isoladas, como oásis no deserto, mas sim possibilidades equivalentes. Esse ponto nos leva diretamente ao argumento whiteheadiano denominado de mito do isolamento, representado pela crença falaciosa na possibilidade de um tal tipo de evento separado do ambiente que o articula: “daí decorre que, em qualquer consideração de um evento isolado, a supressão da coordenação ambiental necessária para sua existência é pressuposta. Esse ambiente, assim coordenado, é a totalidade do universo considerado sob a perspectiva do fato.” (Idem, p. 20, tradução nossa). O mito, assim, ilustra de forma bastante clara a falácia de tomar o fato como tipo de necessidade, o caracterizando a partir de uma condição de isolamento que é, verdadeiramente, seleção dada a partir de uma coordenação ambiental.

Qualquer fato, por isso, seria originado em uma perspectiva decorrente da atribuição de um sentido de importância, a criação de um tipo de referencial, um sentimento nos termos do filósofo. Dito de um outro modo, a *Importância* agiria a partir da percepção de sentimentos que, como radares, permitem o estabelecimento de um ponto de vista. Não há perspectivas, por si mesmas, independentes do modo como a experiência é tomada. O fato percebido é, assim, o encontro de uma posição, uma definição diante de uma situação de aturdimento, como um holofote que consegue estabelecer um foco, se dar conta de um sentimento em um ambiente de não distinções e, à primeira vista, de indiferenças.

Nesse sentido, a *Importância* é como o rastreio de algo que faz diferença. Há um aspecto de interesse nela que não se faz como apelo pragmático individual, mas sim como "unidade do universo" (Idem, p. 19, tradução nossa), segundo Whitehead. A lógica do argumento está em considerar que um intelecto finito não precisa implicar uma realidade também de caráter finito. O papel da *Importância* está justamente em demonstrar o mecanismo a partir do qual o infinito pode ser continuamente formatado na finitude, uma fonte que nunca se esgota, mas que permite sempre ser acessada, provada. Por tal razão, estar em uma perspectiva não configura uma simples exclusão daquilo que não está em evidência, mas sempre uma possibilidade de retomada, já que se trata de extrair o sentido máximo da importância.

Nossa presença no mundo, de acordo com essa abordagem, se dá sempre no sentido de "salvar a importância da experiência tal como ela se oferece em um momento concreto da história do mundo". (Idem, p. 26, tradução nossa). Não se trata de mero relativismo, a experiência dirige a atribuição de importância. O pensamento é sempre situado, dado no contexto das limitações que o definem. Nesse ponto, como luz para o problema da medida, Whitehead diz: "toda classificação depende do caráter corrente da importância." (Idem, p. 25 - 6, tradução nossa). Isso traz como consequência que a decisão entre medida e medição diz

respeito a uma questão que é, inegavelmente, sobre aquilo que importa. Poincaré e Russell, por isso, como afirmado pelo próprio Whitehead, não estavam errados, apenas em focos distintos de importância. Não há fatos isolados, já dizia Whitehead nesse mesmo texto, mas sim “formas especiais de importância predominantes em cada época” (Idem, p. 29, tradução nossa), tipos de interesses intrínsecos dentro de cada período. Com isso, afastamos a hipótese de um erro conceitual nas ontologias de Harman e Simondon, tomadas em particular. Alternativamente, preferimos cogitar que são abordagens múltiplas dadas em pontos distintos sobre um mesmo plano possível de importâncias. Isso nos permitiria concluir que a metáfora mais adequada para tratar grãos e não-grãos seria como atinentes, em última instância, a graus.

1.4.2 Grãos e Graus

O que se apresenta então a partir da abertura de uma ontologia dos objetos e uma dos processos de individuação, em que ambas incluam um sentido de importância, é a necessidade de desabsolutizar o guia a partir do qual grãos e não-grãos são tomados. Isso nos ajudaria a identificar uma plausibilidade entre essas posições sem que sejamos constantemente dirigidos de uma à outra. Não buscamos argumentar em favor de uma opção, na verdade, o exercício está em mostrar como viabilizar, nos termos de Whitehead, que medida e medição possam ser defendidas em separado, sem que isso implique em um argumento dado por exclusão. Essa tarefa parece ser possível se adotarmos o pressuposto de que objetos e processos de individuação compõem um mesmo plano ontológico, separados, entretanto, pelo sentido de importância, que tais concepções engendram. Por essa razão, defendemos um caminho whiteheadiano para demonstrar que Harman e Simondon podem estar ambos certos.

Nosso esforço, na sequência, conforme exposição dos três próximos capítulos, será justamente no sentido de demonstrar como um conceito de experiência rege a compreensão dos objetos e dos processos de individuação como base para suas distintas concepções de individuação. Por isso, nessa esteira, tentaremos apresentar em detalhes o critério constitutivo dos objetos, a ser discutido no capítulo 2, e dos processos de individuação, capítulo 3, para ressaltar a presença subliminar de um critério de importância.

Nisso, não devemos esquecer que a *Importância*, ao mesmo tempo que destaca uma perspectiva, precisa resguardar um lugar para o que fica na sombra. Harman somente pode formular objetos, como tipos de medida, acentuando a *Importância* destes, se processos puderem ser derivados dos seus indivíduos. Simondon, de modo semelhante, terá como conceber os processos de individuação, enquanto ações de medir, se a medida, como dado,

repousar em algum tipo de objeto. Em razão disso, os capítulos 2 e 3 desta tese serão separados por razões didáticas, mas devem ser analisados um em relação ao outro.

O modelo da individuação física em Simondon (2020) e o tipo de defesa proposta por Harman sobre a Companhia Holandesa das Índias Orientais, VOC (2016), seriam exemplares de concepções que transitam entre processos e coisas por uma dinâmica dupla: inicialmente, de negação do seu oposto e, ao mesmo tempo, de inclusão deste, sob uma nova roupagem. Nada está apartado, como demonstrado pela falácia do isolamento, por isso, tentaremos demonstrar como esses autores precisam ressignificar o horizonte desfocado de suas ontologias para que aquilo que não está em primeiro plano possa ser adequadamente incluído.

Isso implica em investigar com mais detalhes o significado da *Importância*, sobretudo em referência ao papel da perspectiva, uma vez que é por esse viés que esta se afirma, como dito anteriormente, um sentimento que é chamariz para uma tomada de posição. Whitehead oferece alhures outros elementos para a defesa que estamos preparando, sobretudo por meio de seu conceito de *locus standi*, que com a dedeterminação e a possibilidade de um pensamento estereoscópico, baseados na ontologia de Tristan de Garcia (2014), constituem o arcabouço do nosso argumento, a ser apresentado no capítulo final, de número 5. Antes disso, no capítulo 4, mostraremos como um caso específico de objetos técnicos, os robôs, tomados por Tessa Leach (2020), e um manifesto a favor da dignidade da técnica em geral, proposto por Simondon, conseguem antever o viés de encaminhamento de nossa proposta.

2 A DEFESA DE UM MODELO GRANULAR DE INDIVIDUAÇÃO EM GRAHAM HARMAN

Conforme discutido no capítulo anterior, a polarização entre granularidade e não-granularidade é a base da oposição de uma reflexão sobre a ontologia tomada desde um viés fornecido pelas ciências sociais, como este trabalho se propõe a discutir. Nesse sentido, dedicaremos o presente capítulo ao estudo da Ontologia Orientada a Objetos (OOO), elaborada por Graham Harman, buscando demonstrar o sentido de granularidade presente em sua obra. A escolha desse filósofo se deve ao sentido forte de indivíduos como unidades que compõem o arcabouço de seu pensamento.

De forma geral, vale salientar, a granularidade, em nossos termos, pode ser descrita como a defesa da tese de que as mudanças no real se fazem pela presença de indivíduos cujos contornos constitutivos, suas fronteiras, elaboram-se em total autonomia em relação a tudo mais. Pode-se dizer que nada é alheio ao que são os grãos e suas possibilidades de atuação. Ainda assim, a captação dos contornos ontológicos que viabilizam internamente a interpretação por nós atribuída demanda uma compreensão exterior das concepções ontológicas que guiaram as intuições para a formulação de OOO proposta por Harman. Esses dois vieses permitirão elaborar uma concepção ampla de granularidade.

Por isso, nossa apresentação da filosofia harmaniana tentará responder a duas preocupações, respectivamente: a que envolve as influências externas à OOO, sobretudo as provenientes do movimento do realismo especulativo; e a que diz respeito à descrição da estrutura interna dos objetos, individualidade e possibilidades de interação. Isso ocorre, externamente, pelo fato de considerarmos que ser um grão, nos termos harmanianos, implica uma análise do significado de realidade e especulação. De fato, a proposta harmaniana, no contexto das teses defendidas pelos idealizadores do movimento, é a única que apresenta um compromisso claro com a formulação de uma ontologia elaborada apenas e exclusivamente por meio de indivíduos como unidades. Nesse âmbito, pode-se dizer que tal compromisso situa Harman em relação às demais concepções.

Em razão disso, apresentaremos, na sequência, nuances das teses apresentadas pelos palestrantes no evento da Goldsmiths, tal qual relatado pelo próprio Harman (2018)¹¹. Na

¹¹ Harman produziu a obra, já citada no decorrer do capítulo 1, *Speculative Realism: An Introduction* (2018), que traz os pontos gerais das apresentações dos filósofos protagonistas do evento da Goldsmiths, assim como a conexão destas com a sua proposta de uma ontologia orientada a objetos (OOO). Nesse sentido, temos de considerar que a abordagem apresentada a seguir representa um olhar específico sobre evento. Isso, entretanto, não é empecilho

sequência, focando especificamente nas teses basilares que elaboram a OOO, examinaremos os principais argumentos constantes de *Quadruple Object* (HARMAN, 2011) e, por último, trataremos sucintamente de um caso prático relativo ao significado da individuação em termos de uma teoria social organizada granularmente, analisando o exemplo da companhia holandesa das índias orientais, VOC, discutida no contexto da obra *Immaterialism: Objects and Social Theory* (2016).

2.1 AS INFLUÊNCIAS DO MOVIMENTO DO REALISMO ESPECULATIVO NA OOO DE HARMAN

Na Universidade de Goldsmiths, Londres, em 2007, um workshop, reuniu um grupo de filósofos de vertente continental interessados na defesa de uma posição realista pós kantiana. O grupo compunha-se de Ray Brassier, Iain Hamilton Grant, Quentin Meillassoux e o próprio Graham Harman. Primeiramente cumpre esclarecer que não havia uma unidade completa de pontos vistas entre eles, mas sim uma mesma queixa quanto aos modelos dominantes de pensamento, proveniente da modernidade, com foco naquilo que o dado, permeado por uma ideia basilar de acesso, poderia fornecer. Nesse sentido, vale mencionar que o termo realismo especulativo foi cunhado por Brassier logo antes do evento, “como um compromisso necessário.” (Apud HARMAN, 2018, p. 9, tradução nossa). Vale ressaltar que há um inimigo fundamental a ser combatido em prol do realismo, o correlato. Este termo tem origem em Meillasoux, servindo para fazer referência a posições que reduzem o real ao que pode ser pensado ou conhecido. Por quaisquer desses dois caminhos, idealismo e antirrealismo, as possibilidades do real seriam podadas, sendo o movimento uma maneira de demonstrar as deficiências de uma tal postura. A seguir, esboçamos, em linhas gerais, aspectos das falas desses três realistas e o espalhamento destas em termos da proposta de uma OOO.

Tratando especificamente de sua abordagem, Brassier busca trazer à tona ou recolocar questões filosóficas pretensamente resolvidas desde Kant. O caminho trilhado por esse filósofo por ser descrito como a defesa de uma posição niilista, apresentada por meio de seu livro *Nihil Unbound* (2007). Tal obra é pautada pela busca da demonstração da fertilidade do existencialismo, até então desacreditado, com um tipo de racionalismo não moderado, original, de base realista. Segundo Brassier, conforme relatado por Harman: “niilismo é o corolário inevitável da convicção realista de que existe uma realidade mental independente, que apesar

para que percebamos como a OOO mostra-se original em relação aos demais pontos de vista defendidos naquele contexto.

das pressuposições dos humanos, é indiferente à nossa existência e, obviamente, aos valores e significados que nós poderíamos imaginar com o intuito de fazê-lo mais hospitaleiro” (Apud HARMAN, 2018, p. 21, tradução nossa). Isso implica, ainda, em admitir que todo conteúdo mental interno, objeto das teorias racionalistas, por exemplo, pode ser entendido em termos de simples dados provisórios e dispensáveis, elimináveis pela ciência.

O projeto de Brassier inclui, com isso, a negação do que se entende como a imagem manifesta de realidade, em defesa de uma imagem científica, Sellars (2008). Heidegger, Husserl e Latour são criticados, sendo estes dois últimos tomados como postulantes de visões que focam em um aspecto não efetivo, sobretudo pela crença husserliana na transparência daquilo que aparece, bem como pelo fato de os atores ou *actantes* latourianos serem significados pelas, e nas relações que instituem. Heidegger, por sua vez, teria errado, pois mesmo negando a transparência do fenomênico, priorizou outros modos de exposição não científicos.

Um ponto interessante da proposta de Brassier, em comum com Alain Badiou (2007), diz respeito à negação da individuação enquanto dado básico do mundo, e do velamento como condição, mesmo que parcial, do que existe. Assim, não haveria algo como a unidade, o uno, que estaria incluído no conceito de individuação clássico, inclusive proposto pelo próprio Harman. Brassier afirma:

Para Badiou, a ontologia não pode ser coordenada em torno de um 'conceito de ser' porque a própria ideia de um 'conceito de ser' é incompatível com a alegação de que ser é uma multiplicidade inconsistente" (99). Além disso: "A necessidade da estrutura é uma característica nomológica da apresentação discursiva, não uma característica ontológica do próprio ser" (Apud, HARMAN, 2018, p. 101, tradução nossa).

Brassier explicará a conexão entre o real e o âmbito do fenomênico por meio do que ele, inspirado em François Laruelle, denominou de imanência inobjetiva. A inobjetividade seria para Laruelle a condição mesma do ser humano retirado da filosofia, o que implicaria no âmbito filosófico, a superação do dualismo cartesiano em termos de uma subjetividade que ela mesma não seria dirigida para nada ou por nada. Some-se a isso o compromisso de Laruelle com o unilateral, definido como: "Uma intervenção cirúrgica no corpo da síntese transcendental, separando termos das relações, amputando a reciprocidade e aguçando a unilateralidade." (Apud, HARMAN, 2018, p.147, tradução nossa).

Quanto a Brassier, há pelo menos três aspectos que dissonam sua posição quanto aos pressupostos da OOO. Trata-se do antropocentrismo vinculado ao acesso ao real, já que a imagem científica implica um modelo humano e, por isso, apenas compreensível por tal viés; da inexistência de um papel para indivíduos, pois, nesse caso, vê-se que a recusa da

individuação é uma estratégia interessante para prover velamento ao que não existe de modo separado. Por último, tem-se o papel inócuo da conexão entre o aparente e o efetivo, que é dado panoramicamente, por isso desprovido de significado para o que poderia povoar tal realidade.

Em Harman, como discutiremos em mais detalhes adiante, a superação desses três problemas, antropocentrismo, ontologia desprovida de agentes e a conexão entre dado e velado, será estabelecida no próprio conceito de objeto, pois é nele e por ele que a ontologia cumpre seu papel. Nesse sentido, a ideia de indivíduo como grão, marca da OOO harmaniana, é já uma proposta que busca concentrar a superação dessas três dificuldades, pois mostra que objetos incluem o humano mas não estão restritos a eles; demonstra que toda significação deve ser buscada por meio de objetos; e por último, refere ao grão qualquer possibilidade de atribuição de significados, dados em termos de aparência e realidade.

Iain Hamilton Grant, o segundo a falar na Goldsmiths, apresenta um ponto de vista que diverge do proposto por Brassier, sobretudo tendo em conta a forma como o pensar será fundamentado no âmbito da sua defesa do realismo especulativo. Para ele, o tema acerca de um espaço para a mentalidade mostra-se escorregadio pelo fato de haver uma tendência de associação entre o ato de pensar e o problema do correlato, como primazia da presença. A questão seria, então, sobre como conceder um espaço para a mente sem que esta possa ser tomada como um repositório do real. Grant adotará uma solução, embasada na influência exercida pelo alemão Friedrich Wilhelm Joseph Schelling (1775-1854), uma espécie de naturalização do pensar, explicativa do caminho através do qual a natureza pode produzir o pensamento: “se a filosofia da natureza é seguida de forma consistente, isso implica que a especulação se torna necessária, como o único meio não de avaliar o acesso que temos, mas de produzir o pensamento” (idem, p. 71, tradução nossa).

Por esse viés, Grant propõe uma composição ontológica elaborada em termos de natureza, especulação e pensamento. De acordo com essa lógica, a natureza seria o fundamento, a especulação o meio, e o pensamento o produto. Isso implica em admitir que, até certo ponto, Grant está com Brassier, pois considera que o tipo de conteúdo do mundo seria dado por uma natureza ela mesma, captável simbolicamente apenas por meio da especulação, o que explica e, ao mesmo tempo, estabelece um âmbito adequado para o pensamento como partícipe do mundo. Abre-se espaço para uma ressignificação do correlato em termos de sua origem, assim como para o diagnóstico do problema causado por ele.

Sobre a natureza diz Grant, apud Harman: "Devemos [aceitar] que há algo antes do pensamento e que existem várias camadas de dependência entre o que é anterior ao pensamento. Não é apenas uma coisa, é toda uma complexa série de eventos (334)" (Idem, p. 72, tradução

nossa). Nos termos de Harman, a natureza seria, desse modo, para Grant “um reino de múltiplas camadas” (Ibidem, tradução nossa). Além disso, a conexão dada entre estas camadas não poderia ser demonstrada, mesmo que de modo causal, uma vez que nenhuma coisa estaria conectada a outra em separado, havendo efetivamente contatos diversos entre tais âmbitos.

Ao tratar do papel do pensamento, Grant afirma que o pensar, como condição para as ideias, está incluído na estrutura de camadas do que seria a natureza. Nesse caso, o idealismo não seria uma posição sustentada por si, mas nos termos de Harman “um irmão próximo do realismo.” (Idem, p. 73, tradução nossa). Para Grant, nossos pensamentos não são produtos de indivíduos tomados de modo isolado, mas sim fazem parte de uma estrutura de mundo, tais quais as forças e demais potências constitutivas da realidade natural. Admite-se, com isso, que o correlato, enquanto problema básico de qualquer tese idealista, seria dissipado implicando outras instâncias para além do que seria o pensamento, tomado isoladamente.

Grant entenderá que é a natureza, ela mesma como força, que conduzirá tais encontros entre os diferentes níveis ou camadas dadas por ideias, pensamento e mundo. Isso se mostra relevante, sobretudo, se tivermos em conta o caráter assimétrico entre o que é a realidade em suas diferentes camadas. Em outros termos, no naturalismo de Grant não há espaço para uma harmonia preestabelecida entre âmbitos ou níveis. Não há identidade, nem correspondência ou qualquer outro critério de verdade que relacione o dado de uma camada com o que ocorre nas demais. Isso porque a natureza seria dotada de um tipo de atividade, de produção contínua, na qual não seria cabível uma assimilação perfeita dada simetricamente.

A pergunta sobre o critério de individuação é respondida por Grant a partir da crítica às posições que ele denomina de somatistas, por reconhecerem o mundo como o somatório dos indivíduos que o compõem. Em uma tese mais próxima de Deleuze e, sobretudo de Simondon, como notado por Harman, o que vige para Grant: “é a ideia da natureza como uma força produtiva que gera corpos individuais como um subproduto derivado.” (Idem, p. 81, tradução nossa). Nesse sentido, Grant estaria mais interessado naquilo que são os processos de individuação do que nos indivíduos eles mesmos. Em suas palavras: “A filosofia da própria natureza (...) não está mais fundamentada [nas propriedades ou acidentes dos corpos], mas na dinâmica da qual todo terreno e todos os corpos emergem” (8) (Ibidem, tradução nossa).

Haveria, assim, uma inversão do pensamento de Platão, fazendo a *eidōs*, as formas ideais, não serem dadas em separado, replicadas de maneira imperfeita no mundo sensível, mas sim estabelecidas como inerentes ao que seria a natureza enquanto componente do real. Desse modo, a essência não estaria nos indivíduos, mas no processo produtivo que esta engendra. Aqui, como em Simondon, não há que se falar em indivíduos como dado pronto e acabado, mas

sim ressaltando o aspecto processual que privilegia uma ideia de individuação, como operação. De todo modo, vale ressaltar que Simondon se compromete com um critério de individuação, dado por condições específicas inerentes aos processos. Grant, por outro lado, dissolve os indivíduos em um campo marcado pela sua concepção de natureza. Isso permite inferir que sua saída para o problema do correlato não tem nos indivíduos uma chave, mas sim que estes colaboram na composição de um arcabouço mais amplo.

Como conclusão sobre Grant, percebe-se que seu naturalismo especulativo tende a tomar a agência no real como elaborada por uma estratégia não-granular, embora a natureza possa ser tida como uma espécie de grão absoluto. Indivíduos implicam a natureza como elemento primordial. Em Grant, por outro lado, parece vigor um tipo de reducionismo que não resolve ou lida satisfatoriamente com a questão da individuação. Em razão disso, a OOO harmaniana tenta justamente argumentar que nada pode ser ontologicamente mais relevante do que os entes individuais¹². São estes que produzem agência, no sentido de centralizar o foco ontológico do real. Ressalte-se, ainda, como discutido no capítulo 1, que a granularidade harmaniana é também oriunda de uma insatisfação com a possibilidade de que a agência possa se fazer sem agentes, como no caso de Simondon.

Na interpretação de Harman, trata-se de uma estratégia falaciosa de desviar do que, de fato, centraliza o referencial de realidade, os objetos ou grãos. Um outro ponto a ser considerado, e este inclui Brassier, é que a não separação entre o aparente e o velado, que embasa o papel da especulação, tende a não resolver a ânsia pelo correlato, que move a forma tradicional de fazer filosofia. Isso ocorre porque se o real está no aparente, torna-se dispensável o estabelecimento de uma distinção conceitual, já que não haveria saída por ou em contraposição ao correlato. Esse é um ponto importante que deve ser levado em conta ao tratarmos da partição quádrupla dos objetos proposta por Harman.

Quentin Meillassoux, filósofo francês, foi o quarto a falar no evento de Goldsmiths, por isso, depois de Harman. Como já referido, o termo correlacionismo surge como sua criação, posteriormente adotado pelos demais componentes do grupo. A pergunta central de

¹² É possível localizar na concepção de OOO proposta por Harman, ainda que de modo rápido, uma afirmação sobre a tomada dos objetos como entes individuais. Isso aparece em sua crítica das filosofias da virtualidade, tendo como pano de fundo as concepções de Gilles Deleuze e de Manuel Delanda: “Assim, subscrevo o modelo de uma realidade não-relacional, desprovida de potencial, mas contendo reservas para mudança, na medida em que é retirada das relações.(...) Em segundo lugar, na medida em que as singularidades são admitidas no reino virtual, nunca têm qualquer semelhança com os meus 'objectos', que são indivíduos genuínos e simplesmente retirados de todas relações. Considere-se o reino virtual de DeLanda, por exemplo, que é composto por atratores, estruturas topológicas invariantes, ou gêneros tais como "vertebrados", nada disso se assemelha a indivíduos concretos.” (The Speculative Turn: Continental Realism and Materialism, 2011, p. 299, tradução nossa)

Meillassoux diz respeito a como proceder diante de tal fantasma. O filósofo afirma a possibilidade de um absoluto, estabelecido para além de qualquer correlação. Nesse sentido, Meillassoux admite que a única forma de lidar com as consequências dessa posição é sustentando suas premissas, aceitando, assim, que o correlacionismo é inescapável. O correlacionismo, nesse caso, seria dado em duas roupagens, enquanto uma posição mais fraca que admite a viabilidade de pensamento sobre um dado em si, embora negue qualquer possibilidade de conhecimento deste, e uma posição forte, sustentada pela tese de uma realidade em si, cujo pensamento e conhecimento seriam ambos inviáveis.

Para o filósofo, o correlacionismo fraco seria uma posição em si mesma contraditória, pois admitiria uma cisão radical entre pensar e conhecer. De modo semelhante, o realismo ingênuo é interpretado como uma posição problemática, pois admite a plausibilidade do pensamento e do conhecimento das coisas em si mesmas. Isso faz com que Meillassoux admita que a única posição que vale a pena ser examinada seja o correlacionismo forte, já que esta admite a possibilidade de existência do real desvinculado de nossas condições de acesso.

O filósofo francês tenta demonstrar a viabilidade de sua proposta argumentando que outras saídas, como as que tendem a vislumbrar o correlacionismo como dizendo respeito a um âmbito específico de pensamento, não aplicável universalmente, são um erro, sobretudo, pelo fato de não apresentarem uma resposta satisfatória para o problema relativo ao círculo correlacionista¹³, como é o caso de Laruelle. Brassier, por exemplo, vê no postulado de um universo não filosófico, o âmbito da Realidade ou ocasião em que o correlacionismo como questão não se faria presente, o contexto no qual a menção a um mundo seria viável. Para Laruelle o real é radicalmente indiferente à uma independência do círculo de objetividade. O real precede o pensamento – em particular o pensamento filosófico, e é indiferente a ele. Para tal filósofo o problema em si não estaria no correlacionismo, mas sim na resistência dos leitores em permanecer com a filosofia. Posicionando-se contrariamente ao argumento, Meillassoux conclui que:

Laruelle não escapou ao correlacionismo, uma vez que apenas alcançou um Real "postulado" como qualquer outra pessoa, e sua reivindicação de fazer o contrário é o resultado de um mero golpe de força e não de um argumento. (Idem, p. 159, tradução nossa)

¹³ Representado pela tese de que não será afirmado: “Nenhum X sem que X tenha sido dado, e nenhuma teoria sobre X sem tomar um postulado sobre X. Se você fala sobre alguma coisa, você fala sobre alguma coisa que é dada a você, e postulada por você.” (Idem, p. 153, tradução nossa)

Meillassoux expõe algumas outras estratégias, na mesma linha da que este compreende ter sido o caso em Laruelle, como presentes, sobretudo adotadas pelos modernos, de contraposição ao correlacionismo por um caminho de distanciamento, ao invés de refutá-lo. A primeira delas é o da “riqueza do mais além”, que tenta mostrar um horizonte fora do correlacionismo, mas sem combatê-lo efetivamente como estratégia de pensamento. O exemplo citado na explicação do argumento considera:

Schopenhauer disse que o solipsismo era uma fortaleza impossível de penetrar, mas também sem sentido atacar, uma vez que está vazio. O solipsismo é uma filosofia que ninguém pode refutar, mas também uma que ninguém pode acreditar. Então, vamos deixar a fortaleza como está e explorar o mundo em toda a sua vastidão! 423. (Apud, HARMAN, 2018, p. 160, tradução nossa)

Meillassoux denomina tal estratégia de “uma retórica da concretização frutífera das coisas, a vingança das descrições e o estilo das queixas repetitivas”. Esse filósofo entende que qualquer apelo a tal modelo de argumento é uma maneira sub-filosófica de lidar com os oponentes. A segunda estratégia é a lógica da secessão, que consiste em denunciar as motivações do oponente, o que implica em entrar, intencionalmente, em questões que fogem ao argumento filosófico. Claramente, tal estratégia não seria efetiva no ímpeto de resolver o problema do correlacionismo. Por outro lado, Meillassoux toma como uma via legítima para lidar com o tema do correlacionismo um argumento sustentado em bases matemáticas.

Harman, analisando as ideias de Meillassoux, entende que não há argumentos que são derrubados, como quer a filosofia de tradição analítica, mas sim que falham em incluir partes importantes da realidade em suas reflexões, o que implicaria em produzir um defeito por inadequação e incoerência. Essa conclusão é importante pois ajuda a compreender o papel da individuação como estratégia de resposta ao problema, seja ela dada granularmente ou em termos de processos, como proposto por Simondon, já que no indivíduo a diferença entre o dado e o absoluto precisam ser demarcadas, interna ou externamente.

No caso da OOO, ela responderá filosoficamente ao problema por uma estratégia que busca demonstrar o objeto quádruplo como parcialmente capturado pelo correlato, ao mesmo tempo, contendo uma dimensão associada, mas separada, de velamento. Não se trata assim de se render ao correlato, mas de mostrar que sua própria possibilidade demanda o que existe de modo velado. Diferente de Harman, nenhum dos demais expositores na Goldsmiths concedeu um papel de destaque ao indivíduo como estratégia para o tratamento do problema da correlação, o que faz com que haja sempre uma sombra demarcando toda tentativa de estipulação de um absoluto autônomo.

Tal problema ocorre com Meillassoux em *After Finitude* (2010), por exemplo, na discussão sobre a teoria das qualidades primárias e secundárias. Para o filósofo, no rastro do argumento original dos empiristas modernos, certas qualidades, as secundárias, não podem existir nas coisas, como é o caso do sabor, da cor, do odor, da textura, mas apenas através de nossa relação com elas. As qualidades primárias, por sua vez, existiriam de modo independente da presença ou da ausência de nossa consciência. O discurso moderno quanto à questão, sobretudo nas visões de Berkeley e Kant, buscou sustentar a falta de sentido dessa separação, fazendo supor que não haja algo como qualidades primárias, sendo tudo dado em termos de qualidades secundárias, como correlato. Meillassoux afirma, por sua vez, que é possível sustentar as qualidades primárias, inclusive informando a possibilidade de acesso direto a elas, matematicamente. Assim, estaria colocado o embate entre correlacionismo e realismo forte.

O filósofo francês vê nas qualidades primárias de uma coisa o contexto adequado para que se proceda a matematização, que seria o único tipo de contato possível com o absoluto não permeável pelo correlacionismo. Ele toma a matemática como uma estratégia de descrição que diz respeito às coisas como elas são nelas mesmas. O artifício para a viabilidade de tal propósito parte de uma comparação, denominada de metáfora da ancestralidade, que consiste em supor que realidade e pensamento não necessitam coincidir temporalmente, já que haveria no mundo entes anteriores à própria existência humana, o que demonstraria que o correlato é historicamente demarcado. Entretanto, todo o tratamento dado a qualidades primárias se faz em referência a um absoluto que é alheio ao modo como as coisas são dadas no mundo. É como se Meillassoux tivesse adotado um polo extremo e inverso aos propostos por Brassier e Grant, que também não individualiza o mundo, mas cria uma cisão radical. Sem uma tese clara sobre a individuação, a separação torna-se demasiado ampla, nos fazendo pender para posições não filosóficas como a de Laruelle.

A granularidade estipulada pela OOO parece inspirada nos pressupostos do correlacionismo fraco, por isso em discordância da visão de Meillassoux, já que, apesar de o conhecimento do objeto real não ser admitido, o velado é passível de um contato indireto. Entretanto, com Meillassoux, nesse aspecto, supõe-se um tipo de separação entre o correlato e o recôndito. Tal solução decorre de a OOO conter um apelo à unidade, tomando Aristóteles como encaminhamento para o problema do correlacionismo. Harman afirma: "Somente com Aristóteles os objetos individuais se tornam o jogador central na filosofia. Para ele, o abismo importante não está mais entre as formas perfeitas e suas manifestações imperfeitas na matéria. Em vez disso, há duelos em andamento no coração dos próprios objetos: entre um gato individual e seus traços acidentais fugazes, ou mesmo entre aquele gato e suas qualidades

essenciais." (2011, p. 16, tradução nossa). É no trato com as coisas que o velamento pode ser intuído sem que possa ser, efetivamente, dado.

Assim, percebe-se que o movimento do realismo especulativo traz importantes insights que nos ajudam a compreender o papel e as funções da OOO como possibilidade de resposta ao problema do correlato, justificando o sentido de sociedade de indivíduos independentes, ao mesmo tempo que compreendendo o papel estruturante do recôndito para essa concepção. Estamos aqui lidando com a nossa capacidade de medição, ou mesmo com a consciência da impossibilidade de realização de tal tarefa, mas isso não pode ser feito sem que se escolha um modelo: o sol, uma bola de bilhar. Afirmar objetos é fazer opção pela medida, por elementos que organizam o mundo e existem parcialmente escondidos.

2.2 A ESTRUTURA QUÁDRUPLA DOS OBJETOS

Considerando a necessidade de focar na obra mais marcante que declara os contornos da OOO, não trataremos diretamente da fala de Harman na Goldsmiths. Buscaremos no seu livro publicado em 2011, *The Quadruple Object*, as linhas que produzem a granularidade como marca de seu pensamento. Tal livro aparece como uma resposta ao imanentismo absoluto de Meillassoux, já que busca, por meio de uma teoria de objetos, o caminho para incluir o absoluto em um sistema de mundo.

Como já referido, nos interessa a conexão entre a OOO como tese ontológica geral e as consequências dela para a defesa de um ponto de vista granular sobre a individuação. Seguiremos esse norte em todos os momentos, tal qual discutido acima, ao tratarmos especificamente do movimento do realismo especulativo. Nessa linha, vale, inicialmente, apresentar os pressupostos teóricos que estão nos bastidores da OOO, conforme apresentado por Harman em *Object Oriented Ontology: a new theory of everything*, publicado em 2017, assim descritas:

- (1) Todos os objetos devem receber igual atenção, sejam eles humanos, não humanos, naturais, culturais, reais ou fictícios.
- (2) Os objetos não são idênticos às suas propriedades, mas têm uma relação tensa com essas propriedades, e essa mesma tensão é responsável por todas as mudanças que ocorrem no mundo.
- (3) Os objetos se colocam em apenas dois tipos: objetos reais existem afetando ou não qualquer outra coisa, enquanto objetos sensuais só existem em relação a algum objeto real.
- (4) Objetos reais não podem se relacionar diretamente uns com os outros, mas apenas indiretamente, por meio de um objeto sensual.

(5) As propriedades dos objetos também se colocam de duas maneiras apenas: novamente, reais e sensuais.

(6) Esses dois tipos de objetos e dois tipos de qualidades levam a quatro permutações básicas, que a OOO trata como a raiz do tempo e do espaço, bem como dois termos intimamente relacionados, conhecidos como essência e *eidós*.

(7) Finalmente, a OOO sustenta que a filosofia geralmente tem uma relação mais próxima com a estética do que com a matemática ou a ciência natural. (2017, p. 9, tradução nossa)

Os pressupostos 1 e 7 dizem respeito a uma espécie de corolário, consequências gerais da aceitação da OOO, tendo como norte o elaborado por meio dos quesitos 2, 3, 4, 5 e 6. De qualquer maneira, vê-se que o item 1 demonstra a planitude da ontologia harmaniana dada entre os objetos, diferente do que ocorre quanto ao aspecto interno de composição destes. É ela, vale ressaltar, que permite afirmar esse modelo de OOO como uma sociedade de indivíduos independentes, já que a autonomia e horizontalidade do contato são o norte ontológico. Como referido por Harman: "(...) os objetos serão definidos apenas por sua realidade autônoma. Eles devem ser autônomos em duas direções distintas: emergindo como algo além e acima de suas partes, enquanto também se velam parcialmente de relações com outras entidades." (2011, p 17, tradução nossa).

Sobre o item 7, a defesa da estética decorre da própria impossibilidade da epistemologia de responder ao que está implicado num modelo ontológico engendrado a partir de objetos, como o proposto por Harman. Nesse ponto, o real, considerado em termos de sua estrutura ontológica, pode ser indiretamente conhecido ou apenas esteticamente experimentado. Segundo esse filósofo, tomar a filosofia como prática de desvelamento, de descoberta de um dado disponível ou das atividades tomadas como seu fundamento, implicaria no cometimento de um erro crucial, embora evitável. Nesse caso, mesmo a epistemologia e a fenomenologia, vistas como exercício de captura, falham em seus propósitos. Como vimos, Husserl e Heidegger têm um papel importante para a sustentação do projeto harmaniano, mas isso se faz buscando demonstrar como a experiência, mesmo a *epoché* husserliana, é indicativa de uma proximidade, uma alusão, que parte da presença havendo, entretanto, sempre algo que escapa. Ressalte-se, trata-se da maneira como Harman absorve o instrumental husserliano que é, ele mesmo, dirigido fenomenologicamente para o que aparece.

Especificamente sobre os itens de 2 a 6, que elaboram a granularidade por um viés interno, Harman (2011) apresenta a OOO como uma teoria surgida a partir das filosofias de Husserl e Heidegger, focada, ainda, na preocupação dos realistas especulativos em pensar o real

como estando para além de qualquer tipo de correlação. A insatisfação desse filósofo com os rumos que a tradição filosófica deu ao pensamento atua como instrumento para a denúncia de formas de fazer filosofia que, de alguma maneira, teriam contribuído para uma rejeição dos objetos, caminhos que tenderiam a afirmar que estes “ são um mero efeito superficial de algo mais profundo” (2011, p. 8, tradução nossa), o que implicaria em uma concepção que submina (*undermining*) o poder que seria inerente a tais objetos. Outro ponto de vista, seria um que afirma que “os objetos são uma superstição comum em comparação com suas mais evidentes qualidades ou relações” (Ibidem, tradução nossa), gerador de um tipo de supraminação dos objetos (*overmining*).

As críticas da sub e da supraminação podem ser compreendidas como marcas decisivas da granularidade como característica de sua OOO, já que se busca denunciar modelos filosóficos que param antes do indivíduo ou que promovem um tipo de extrapolação deste¹⁴. Ressalte-se aqui que não se trata de uma questão especificamente geográfica de definição de um simples lugar, mas sim da percepção de que objetos são, de fatos, os entes capazes de conter os condicionantes daquilo que é o real, considerando sua dimensão aparente e velada. Por isso, nossa insistência no conceito de granularidade, já que esteja o indivíduo entre outros, numa ou noutra posição, ele sempre carregará consigo os seus requisitos existenciais como unidade, os condicionantes que lhe permitem ser parte no mundo. Isso, é claro, tem implicações para um dos seus pressupostos basilares, que é o de autonomia individual.

Como já referido no capítulo 1, Husserl e Heidegger são fundamentais por terem fornecido os insights para o rastreio das 4 dimensões interiores constitutivas dos objetos. De qualquer maneira, tais filósofos, embora taxados pela tradição como aderentes a uma posição de viés idealista, o que reduziria a extensão dos indivíduos ao dado pela correlação, teriam aberto a possibilidade de exploração de dimensões imprescindíveis no objeto, sejam elas explícita ou apenas indiretamente dadas. Considerando a classificação harmaniana¹⁵ elaborada em dois polos: objetos reais (RO) e sensuais (SO); qualidades reais (RQ) e sensuais (SQ), Husserl, apesar de dirigido por uma análise fenomenológica que toma a coisa à sua forma de percepção, teria indiretamente demonstrado que a experiência de algo, um objeto sensual, sempre carrega consigo a marca das qualidades que definem essa coisa, sejam elas qualidades

¹⁴ Conforme Harman, a pergunta sobre o que é um objeto costuma ser respondida por dois vieses igualmente problemáticos, os subminando ou os supraminando: “Do que uma coisa é feita [ou] o que uma coisa faz” (2017, p. 28, tradução nossa).

¹⁵ Buscando a máxima proximidade quanto ao vocabulário original adotado pelo filósofo, as siglas aqui referidas seguem o apresentado por Harman na obra original em língua inglesa.

efetivas ou apenas decorrentes do modo como a coisa é captada. Por meio do conceito husserliano de adumbração, Harman reconhece a conexão do objeto sensual com qualidades transitórias, múltiplas e dispensáveis, alusivas aos modos intencionais, a um estar no mundo e às significações decorrentes dessa relação. A estas o criador da OOO denominou de qualidades sensuais (SQ).

De todo modo, é pela representação fenomênica que tanto as qualidades apenas aparentes, das quais o objeto não depende para ser o que é, como as efetivas do objeto, que possuiriam essa vinculação, podem ser dadas. Por isso, retiradas todas as adumbrações, permanecem apenas aquelas qualidades inseparáveis. Temos assim, a segunda descoberta proveniente de Husserl, relativa ao rastro das Qualidades Reais (RQ) notadas a partir dos Objetos Sensuais (SO). Conforme Harman, em sua interpretação da fenomenologia husserliana, a *eidós* nunca é diretamente captada, embora a presença desta no escopo de um objeto possa ser sempre intuída. Por isso as qualidades reais se apresentam por uma atividade de alusão iniciadas no objeto sensual como contato indireto.

Vê-se que o compromisso de Husserl com a imanência, tendo como pano de fundo sua defesa do método fenomenológico, e assim de um idealismo como forma de estabelecer a existência no mundo, faz com que o sentido de velamento extraído por Harman, um real desconhecido como campo de possibilidades da consciência, seja trazido para dentro da estrutura individual. Isso é já uma maneira de elaboração do que estamos definindo como o grão. Se fosse o caso de uma partição externa haveria pedaços dispersos de uma realidade, o indivíduo seria tomado, assim, a partir de uma lógica dos fragmentos. Por isso, o grão, como dito, é consequência direta da interiorização do escopo constituinte dos objetos que encontra em Husserl parte de sua fundamentação no que Harman define como Qualidades Sensuais (SQ) e Reais (RQ).

Com Heidegger, esse desenho será complementado, no sentido de afirmar que a superação do correlato como abertura para um sentido de realidade amplo e aberto, se faz pelo estabelecimento de uma fronteira que projeta um território por um ângulo estritamente interno. Nesse contexto, Harman extrai a conexão dada entre objetos reais e sensuais, notadamente por meio da análise da instrumentalidade, da oposição entre *vorhanden* e *zuhanden*. Ressalte-se que não se trata de uma simples analogia, claramente colocada por Heidegger, mas sim de uma metáfora explorada e extrapolada por Harman, com implicações que fazem sentido no âmbito de uma tese que, como dito, traz para o interior dos objetos a arquitetura do mundo. Vê-se que até Husserl, a OOO consegue derivar a existência no objeto, dado sensualmente em razão de seu caráter fenomênico, de qualidades inerentes ao contato

mediado pela experiência, bem como aquelas que dizem respeito ao que é a coisa nela mesma, retiradas suas qualificações transitórias e contingentes. Entretanto, o traço que marca a existência do objeto sensual demonstra um outro tipo de vinculação, que será esclarecida a partir de Heidegger.

Assim, o ponto de partida do argumento diz respeito àquilo que a metáfora da análise da instrumentalidade permite a Harman inferir:

A análise da instrumentalidade não nos dá uma massa monística de ser, mas uma paisagem onde objetos individuais são retirados para interiores privados, quase incapazes de se relacionar. Ao contrário do que parece, Heidegger é um pensador orientado para o objeto não menos do que Husserl. A principal diferença é que ele substitui os objetos sensuais de Husserl por seu próprio modelo único de objetos reais. Mas esses objetos reais complementam os objetos sensuais em vez de substituí-los. (2011, p. 28, tradução nossa)

Com Heidegger, a valorização fenomenológica da presença passa a ser dirigida para o que não está dado, um reino subterrâneo, o que implica em uma virada que modifica o sentido padrão do papel da fenomenologia desde Husserl. O argumento heideggeriano consiste em demarcar uma diferença entre a coisa manualmente considerada e o que ela é como disposição, simplesmente dada. A coisa como instrumento seria tornada invisível em favor de um propósito ou finalidade que culminou em sua criação e das demais coisas a ela relacionadas. Apenas quando ocorre falha no que está pronto-a-mão, em seu propósito, é que ela seria notada, embora sempre estivesse lá, presente-à-mão. Um aspecto importante está em perceber que a presença, o chamado, não esgota o sentido completo do utensílio, havendo sempre um resquício de velamento, sendo este um sinal marcante para uma redefinição acerca do que de fato interessa ontologicamente. Note-se, o utensílio retrata, de maneira bastante interessante, o conceito geral de objeto, assim como o seu caráter granular, já que se trata de chamar a atenção para algo que há nele, uma projeção para o interior, com vistas a explorar aspectos de sua composição até então ignorados.

Esse ponto é fundamental para Harman, que insiste que o essencial na interpretação de Heidegger não está na contraposição entre prática e teoria ou mesmo entre consciente e inconsciente, supondo o primeiro polo como indicativo do que está pronto-a-mão e o segundo daquilo que é presente-a-mão, pois ambos ainda falham por condicionar o indivíduo ao que seria dado. De fato, a relevância do argumento estaria concentrada no seguinte aspecto:

No entanto, a oposição básica na análise da instrumentalidade não é entre o consciente e o inconsciente. Em vez disso, a fenda verdadeiramente importante está entre a realidade retirada de qualquer objeto e a distorção desse objeto por meio da teoria e da prática. Olhar fixamente para um martelo não esgota seu ser, mas

tampouco usá-lo. Em vez disso, a fenda verdadeiramente importante está entre a realidade retirada de qualquer objeto e a distorção desse objeto por meio da teoria e da prática. (Idem, p. 32, tradução nossa).

Assim, o aprendizado obtido a partir da análise da instrumentalidade consiste em notar o papel que esta fenda, um tal âmbito velado ou recôndito, possui para qualquer projeto de ontologia. Harman obviamente o tomará como isca para a afirmação de que não é a presença que cria o seu anteparo, mas o velamento que fomenta o que está dado. Isso pode ser claramente compreendido se tivermos em conta sua interpretação de que a presença, prática, consciência, inconsciência ou relações não são capazes de esgotar ou mesmo de acessar o que seria essa realidade recôndita. Trata-se de uma interpretação não compatível com o projeto heideggeriano, mas que ampara a necessidade da OOO de que o objeto sensual seja implicado por algo que o embase, o objeto real:

Pois, se o ser das coisas está velado por trás de toda teoria e prática, isso não se deve a algum mérito ou defeito precioso do *Dasein* humano, mas ao fato de que todas as relações traduzem ou distorcem aquilo a que se referem: mesmo as relações inanimadas. Quando o fogo queima o algodão, ele entra em contato apenas com a inflamabilidade desse material. Presumivelmente, o fogo não interage de forma alguma com o odor ou cor do algodão, que são relevantes apenas para criaturas equipadas com os órgãos dos sentidos. (Ibidem, tradução nossa).

O argumento nos dirige a pensar que a relacionalidade é a prova de que objetos existem e como eles existem, inclusive para além da capacidade de captação efetiva. De todo modo, vale ressaltar que Heidegger mais diretamente permite a Harman estabelecer as condições granulares dos objetos, demonstrando que é interiormente à coisa, como no martelo, que a dimensão quádrupla se estrutura. Sem isso, a OOO, seria apenas uma espécie de retomada geral dos pressupostos realistas sustentados por Meillassoux. Por essa razão, a relacionalidade deve estar de acordo com a possibilidade de velamento e, por isso, de contato indireto dado em um objeto. Continua Harman:

Embora seja verdade que o fogo pode alterar ou destruir essas propriedades que estão fora de seu alcance, ele o faz indiretamente: por meio do desvio de alguma característica adicional do algodão que a cor, o odor e o fogo são capazes de tocar. O ser do algodão se retira das chamas, mesmo que seja consumido e destruído. O ser do algodão é escondido não apenas dos fenomenólogos e trabalhadores têxteis, mas de todas as entidades que entram em contato com ele. Em outras palavras, a retirada de objetos não é um trauma cognitivo que aflige apenas humanos e alguns animais espertos, mas expressa a inadequação permanente de qualquer relação. (Idem, p. 33, tradução nossa).

Vê-se, assim, que o projeto harmaniano permite estender o sentido de realidade para além do dualismo e das fronteiras estabelecidas pelos postulados kantianos assumidos quase que integralmente no âmbito filosófico. A metafísica especulativa é justamente consequência da possibilidade de que tudo possa estar direta ou indiretamente em alguma relação. Desse modo, o elo entre o objeto real e o sensual permite considerar, tendo em conta a negação da consciência e da presença como fiéis da balança, a possibilidade de que tudo esteja no mundo, como é o caso do descrito quanto à fogo e algodão. Assim, Harman não apenas abre caminho para que objetos sejam tomados como modelos de individuação, tal qual grãos em nossa abordagem, mas também para que essa metáfora seja extensível a tudo, já que demonstra que toda relação supõe um contato entre objeto real e sensual¹⁶.

A estrutura do objeto quádruplo emerge assim, como mostrado, tendo Husserl e Heidegger como inspirações. Tal estrutura, mais do que isso, permite estabelecer no grão uma espécie de mapa situacional do que existe. Isso é importante, já que se coloca como um compromisso com um modelo individualizado de ontologia. Está no indivíduo o âmbito para onde os clamores do realismo especulativo deve ser canalizado. Isso aproxima, como já mencionado, Harman de Aristóteles e o distancia de Platão, que parece mais atrelado aos pressupostos de Meillassoux. É esse vínculo com a filosofia de Aristóteles, incluindo as inspirações mencionadas acima, que tornam a OOO harmaniana um modelo de granularidade. É na coisa que presença e velamento precisam ser coordenados. Isso soluciona e, ao mesmo tempo, gera dificuldades, já que se trata de uma ontologia da coisa, mas que precisa ser feita sem uma distinção hierárquica entre entidades mais ou menos relevantes. Tudo é ontologicamente fundamental, embora o modo de ser no objeto tenha peculiaridades, o que embasará a diversidade ou multiplicidade do real.

Voltando ao argumento harmaniano, o cenário permite a compreensão de duas tensões fundamentais; uma dada a partir dos objetos sensuais em relação às qualidades sensuais e reais; a segunda, proveniente da descoberta dos objetos reais em Heidegger, diz respeito ao modo como estes, apesar de recônditos, deixam marcas de sua presença no mundo. O exemplo da conexão entre fogo e algodão mostra-se frutífero ao fazer ver que desde o ângulo do objeto real, presente no algodão, certas qualidades sensuais são trazidas à tona, específicas à conexão dada entre este e o fogo, enquanto outras, alusivas às qualidades essenciais do objeto, as qualidades reais, podem ser apenas indiretamente afetadas, como o desaparecimento do

¹⁶ Como dito, na OOO relações não possuem um status ontológico independente, mas vinculam-se ao que são os objetos.

algodão como consequência da ação do fogo. Ressalte-se que mesmo a destruição desse objeto não implica a apresentação do que existe de modo recôndito. Quanto a este ponto Harman afirma:

Por um lado, o verdadeiro martelo emite qualidades sensuais na esfera da presença, apesar de ser retirado por si mesmo. As qualidades encontradas na experiência devem, de alguma forma, emanar de um objeto real, não menos do que um sensual, porque embora tais qualidades estejam obviamente ligadas a um objeto sensual em qualquer dado momento, elas são a única maneira pela qual os seres-instrumentos retirados se tornam presentes na consciência. E, por outro lado, o martelo real não é uma unidade totalmente vazia, mas possui uma infinidade de qualidades reais próprias. (Idem, p. 35, tradução nossa).

Reitera-se, desse modo, que há um objeto afetando o que aparece, uma unidade que é velada. Com isso, temos o arcabouço completo constituído por dois objetos autônomos e irreduzíveis a qualquer conjunto de características, o sensual que existe acoplado à experiência e o real que se elabora em relativo afastamento. Além das qualidades sensuais, que obviamente dizem respeito ao que se dá empiricamente, e as reais, acessíveis apenas indiretamente. Esse é o mapa que elabora o objeto como estrutura quádrupla, justificando o direcionamento interior que viabiliza a compreensão da presença de um argumento granular em Harman.

Entretanto, não se coloca ainda claramente uma sistematização dessas combinações, já que tal formulação deve ensejar um arcabouço coerente de tensões, que dê conta de explicar a dinâmica do real. Como ressaltado por Harman, esses quatro polos sozinhos são incipientes para explicar os eventos perceptíveis, assim como para justificar o velamento. Por isso, é necessário apresentar a dinâmica de interação, pois é ela que permite mostrar no mundo o que foi ilustrado por uma imagem congelada. Nesse ponto, é interessante notar que nos dois modelos a serem discutidos, o granular e o não-granular, indivíduos existem em estreita conexão com as tensões que os viabilizam. Dessa maneira, o aspecto granular do modelo harmaniano, mostra-se corroborado, tendo em conta que todas as polarizações são produzidas internamente. É na coisa que se produzem as tensões, já que objetos devem ser, ao menos, concomitantes às dinâmicas que engendram.

Nisso, um ponto importante do argumento que precisa ser esclarecido diz respeito às implicações de uma existência que, até certo ponto, parece dar-se relacionalmente e, ao mesmo tempo, levar a sério o sentido de autonomia presente nos objetos. A resposta consiste em afirmar que a estrutura do objeto deve conter as polarizações que deem conta de explicar a autonomia e as possibilidades de interação. Para Harman, tal preocupação deve considerar a

própria estrutura específica de cada objeto, já que estes implicam um contato que é sempre parcial, o que resolveria o problema da possível quebra de autonomia.

Um outro âmbito em que essa sistematização repercute diz respeito ao próprio sentido de temporalidade, pois, relacionalmente considerado, o tempo vincula a existência, conecta os eventos, os determinando a partir de uma linha mestra constante e insubstituível. Isso não é coerente com o tempo heideggeriano, que modela o sentido do objeto real, do instante isolado, em que a coisa vincula as ordens de passado, presente e futuro, as fatiando nessas três direções. Há assim, dois sentidos de tempo que precisam ser levados em conta, que coadunam com a polarização dada entre relacionalidade e autonomia. Desse modo, vê-se que a unidade do objeto deve ser o referencial de organização de tais tensões, reafirmando o aspecto aristotélico do argumento.

Um dos riscos a ser evitado é o do ocasionalismo, já que a independência dos objetos reais parece ameaçar a sua participação no que existe como grão. Em outras palavras, se a polarização for procedida por contatos dados de modo meramente ocasional, então a unidade do objeto pode ser ameaçada. Desse modo, buscando oferecer respostas ao problema ocasionalista, diz Harman: "(...) Um objeto não é um feixe de qualidades e, por isso, uma coisa não pode ser reproduzida simplesmente duplicando todas as suas qualidades e agrupando-as. (...) Em seu sentido primário, um objeto não é usado ou conhecido, mas simplesmente é o que é" (2011, p. 52, tradução nossa).

Isso afastaria a possibilidade de um Deus onisciente como responsável pelas relações, uma vez que "Nesse sentido, não pode ser verdade que Deus seja onisciente, visto que uma entidade onisciente não precisaria apenas saber todas as coisas, mas ser todas as coisas." (Ibidem, tradução nossa). Como conclusão, então têm-se que: "O acesso às próprias coisas só pode ser indireto" (Ibidem, tradução nossa). Note-se que a causação indireta representa uma forma coerente de levar a granularidade como característica dos indivíduos ao extremo, pois se somente há grãos - e é por meio deles, sem intermediários externos, que o contato deve ser estabelecido - então uma relação é causada pelo próprio tensionamento inerente aos objetos. Nisso, o compromisso com o velamento explicará as peculiaridades dessa conexão, dada indiretamente. Desse modo, o contato não seria ocasional, mas sim indireto, implicado nos elos que estruturam a polarização interior.

Há um sentido de unificação dos objetos indispensável. Nesse sentido, Harman diz: "Os objetos são unificados, como as mônadas de Leibniz" (Ibidem, tradução nossa). Tal princípio de unificação pode ser visto na própria crítica da sub e da supraminação a partir do qual ser parte não pode, em qualquer hipótese, implicar uma redução do objeto a tais pedaços,

a produção de um semiobjeto. Harman diz: "há peças destacáveis associadas a eles, assim como há minúsculas peças que os originam. Mas isso não significa que o objeto seja redutível, seja para baixo em seus pedaços ou para cima, em seus traços analisáveis" (Ibidem, tradução nossa).

Assim, descrevendo a trama que permite lidar com a problemática ocasionalista na estrutura dos objetos, Harman partirá de alguns pressupostos, que decorrem das descobertas provindas das análises das fenomenologias de Husserl e Heidegger. O primeiro postulado consiste em ter que objetos reais estão em conexão direta com sensuais ao mesmo tempo que afastados um dos outros: "objetos reais, sempre tocam os objetos sensuais. Os objetos sensuais nem existiriam se não existissem para mim, ou para algum outro agente que gasta sua energia em levá-los a sério" (Ibidem, tradução nossa). O segundo, decorrente do primeiro, consiste em considerar que os objetos sensuais se unem indiretamente como experiência de um mesmo objeto real que esteja em contato com ambos: "os objetos reais afastam-se para sempre uns dos outros nas sombras do mundo, e os objetos sensuais não são mais do que contíguos uns com os outros por meio de um objeto real que por acaso está experimentando os dois ao mesmo tempo" (Ibidem, tradução nossa).

Um terceira conclusão, essa atinente à possibilidade de conexão entre os objetos reais, já que entre eles mesmos vige o afastamento ou distância, consiste em considerar os objetos sensuais como mediadores das relações entre os objetos reais: "Se o contato no reino do real é totalmente impossível, mas o contato no âmbito sensual é um requisito absoluto, então, obviamente, o reino sensual da experiência deve ser onde toda causação é provocada" (Idem, p. 53, tradução nossa). Assim, é pela experiência que, indiretamente, essa conexão deve ser explicada. Tal conclusão demonstra o caráter assimétrico desse contato, pois não se pode falar em via de mão dupla, mas que sempre partirá de um e apenas um sentido:

Algumas palavras sobre assimetria são necessárias. Objetos reais não podem tocar objetos reais e, a este respeito, a análise da instrumentalidade de Heidegger desperta o cenário ocasionalista. E os objetos sensuais não tocam outros objetos sensuais, mas existem apenas como contíguos em uma única experiência que serve como sua ponte. Por esta razão, o único tipo de contato direto possível é assimétrico, com objetos reais tocando os objetos sensuais que experimentam. Isso contradiz a suposição usual de que o contato causal ou relacional é sempre simétrico, sempre transitivo. (...). Em vez disso, há sempre apenas um objeto real envolvido em qualquer interação. Se eu perceber a árvore, provavelmente ela também poderá me perceber. Mas isso deve ocorrer como parte de uma relação diferente, não como o reverso desta (Idem, p. 54, tradução nossa)

Necessário considerar, ainda, o modo que se dá a conexão entre os objetos e suas qualidades. Nesse caso, uma especificidade se apresenta: as qualidades, embora ligadas a um

objeto, são indiferentes a estes: "(...) pois o objeto tem e não tem suas qualidades" (Ibidem, tradução nossa). Isso faz com que entre o que é um objeto e as suas qualidades seja necessário algum tipo de intermediação: "Em contraste, a casa que observo não faz contato direto com nenhum de seus próprios perfis sensuais, pela simples razão de que é um objeto sensual e tem acidentes apenas para aqueles que o experimentam. (...) Talvez até mesmo essas tensões precisem de pontes para se relacionar de alguma forma" (Ibidem, tradução nossa).

Diante do exposto, considerando que as qualidades sensuais somente se apresentam, como descrito, por meio de objetos sensuais, e visando responder parte do questionamento, Harman afirma que o contato entre as diferentes qualidades deverá ser mediado por um objeto sensual. Por um argumento equivalente, vê-se que as qualidades sensuais são mediadas também por um objeto real, pois as várias qualidades de um objeto não emanam apenas do objeto sensual, mas também do real, que existe de modo retirado. Harman exemplifica dizendo:

Pois as várias qualidades de um martelo não emanam apenas do martelo sensual que tenho em vista. Elas também emanam do martelo real que se retira para as profundezas subterrâneas além de todo acesso. As qualidades sensuais servem a dois mestres, como luas orbitando dois planetas ao mesmo tempo: um visível e outro invisível. (Idem, p. 55, tradução nossa)

Quanto às múltiplas qualidades reais, teríamos uma situação semelhante: "Em certo sentido, todas elas são inerentes ao mesmo objeto real. Mas, ao mesmo tempo, uma infinidade de qualidades reais também pertence a um martelo, cão ou árvore sensual como componentes de seu *eidos*". (Ibidem, tradução nossa).

Tal descrição da assimetria contém a chave para a solução do problema ocasionalista, pois apenas os objetos reais serão tomados como raiz de qualquer contato. Não se trata de um princípio externo, de algo que intervém na realidade do objeto, pois isso feriria a autonomia e unidade destes, mas uma dinâmica própria em que o velado causa indiretamente as ocorrências dadas no âmbito do sensível. Como um motor que para funcionar e movimentar os diversos componentes precisa de uma faísca inicial na ignição, os objetos reais são os responsáveis por essa tarefa no objeto quádruplo. Indiretamente, outros componentes são iniciados a partir da ação desse primeiro princípio e passam a atuar como guias das demais funções articuladas. Para efeitos do nosso argumento, percebe-se que nada pode ferir o grão, este deve conter o princípio de sua dinâmica relacional. Ressalte-se que algumas dificuldades decorrentes de um asseveramento na autonomia dos objetos foram discutidos no decorrer do capítulo 1 e serão aprofundados no capítulo 4 com Tessa Leach.

Assim, elabora-se uma ontologia estranha, conforme Harman, baseada, sobretudo, em pontos importantes das filosofias de Husserl e Heidegger: "A partir dos insights básicos de Husserl e Heidegger, uma estranha, mas refrescante geografia de objetos começa a emergir, levando a resultados que mal podem ser adivinhados" (Ibidem, tradução nossa). É essa descrição elaborada de modo mais completo que nos interessa apresentar. Vale ressaltar que esses dois filósofos não são relevantes apenas por apresentarem os pontos da polarização, mas também por favorecerem o tensionamento que explicará o papel de tais objetos no mundo.

Desse modo, ao tratar da questão da vinculação presente no objeto quádruplo, Harman toma novamente Heidegger como uma inspiração para a sua proposta. Em seus escritos, Heidegger teria feito ver que ao pensarmos cada um dos quatros elementos, pensamos também os outros três: "Não temos apenas quatro polos do quádruplo. Também descobrimos que eles não estão isolados um do outro, mas refletem um ao outro, cada um à sua maneira" (Idem, p. 59, tradução nossa). Além disso, o fato de, para Heidegger, haver mais profundidade no ser do que em qualquer uma dessas manifestações, sugere uma estrutura ontológica ubíqua, em vez de uma taxonomia de quatro tipos diferentes de entidades. Por isso, o quádruplo pode ser visto como a intersecção de dois sentidos relacionados, que interessam a Harman: *velado versus não velado* e *unidade versus multiplicidade*. Nesse ponto, o jovem Heidegger das conferências de Freiburg de 1919 e Husserl, respectivamente, teriam sido os filósofos que melhor captaram essas oposições indispensáveis ao que são os objetos quadruplicamente considerados.

Sobre a conexão entre unidade e multiplicidade, o Heidegger de 1949, das conferências de Bremen, é preterido em favor de Husserl pelo fato do criador de *Ser e Tempo*, "conceber a unidade do mundo como um todo, não de coisas individuais" (Idem, p. 63, tradução nossa). Seu mestre, por outro lado, a toma como dada "entre o objeto intencional unificado e sua pluralidade de traços" (Idem, p. 72, tradução nossa). Essa distinção marca claramente como a unidade é significada pela OOO harmaniana, já que não se trata da afirmação de um monismo assimilador de toda e qualquer realidade, o que representaria um tipo de subminação, mas sim das unidades como repartidoras do mundo seja externa ou internamente considerado, o acessível e o velado. Assim, o grão como unidade seria estruturador das multiplicidades externas e internas. Nesse ponto, voltamos a ressaltar a inspiração aristotélica como modelo para estruturação da unidade do objeto, pois o risco de um imanentismo do todo pode implicar numa perda do sentido de indeterminação e velamento atinentes ao objeto real. Este precisa ser tensionado em referência ao que aparece, para que não se torne um mero desconhecido e isso se faz a partir de um real composto a partir das relações estabelecidas entre tais unidades.

Tendo trazido esse esclarecimento sobre como os objetos devem ser unificadores da multiplicidade, Husserl e Heidegger, tomados em separado como modelos incompletos de uma concepção granular de objetos, promovem, em conjunto, os dois sentidos a partir dos quais os dados do mundo precisam ser assimilados, seja em termos de qualidades sensuais ou reais. Por um lado, Husserl ao afirmar que: "há um duelo entre o objeto-maçã e as qualidades cambiantes da maçã em sua superfície" (Idem, p. 63, tradução nossa). Por outro, o jovem Heidegger, das conferências de Freiburg de 1919, que afirma: "há um duelo entre a maçã como 'alguma coisa' (qualidades sensuais) e suas qualidades específicas (qualidades reais) de maçã" (Ibidem, tradução nossa).

Com isso, primeiramente Husserl teria permitido ver que a organização entre unidade e multiplicidade deve levar em conta um aspecto de unidade presente no âmbito intencional, realizada pelo que Harman define como objeto sensual. Segundo Harman: "no caso de Husserl, temos um insight verdadeiramente maravilhoso, em que a unidade de um melão é uma unidade de melão bastante diferente de uma unidade de gato ou moeda. O objeto é um número inteiro vago, mas atraente, uma unidade um tanto durável incrustada com exteriores mutáveis" (Idem, p. 64, tradução nossa). Desse modo, a unidade deve conter a abertura para que aquilo que o objeto é qualitativamente. Novamente, nesse ponto, o argumento é bastante aristotélico em inspiração, pois se trata de mostrar, não mais como substância primeira e segunda, mas sim como qualidades reais e sensuais, sendo ambas partes igualmente indispensáveis do objeto, viabilizam a unificação do objeto, sua condição granular.

Nesse ponto, vale ressaltar, o grão é unificação inicial, o que não impede, e efetivamente fomenta, uma abertura para a diversidade interior. Em complemento ao argumento, o jovem Heidegger teria permitido identificar a unidade que também é dada interiormente pelo objeto real. Isso ocorre, conforme Harman, na medida em que se vislumbra uma disputa nas profundezas entre objetos individuais e suas qualidades, e não apenas entre a realidade como um todo e as qualidades. Por isso, para Harman: "Em certo sentido, então, o modelo quádruplo endossado neste livro segue Husserl quando se trata de objetos sensuais, e o jovem Heidegger quando se trata de objetos reais." (Idem, p. 65, tradução nossa)

Assim, visando concluir o desenho da proposta do objeto quádruplo, trataremos sucintamente de uma apresentação da conexão entre objetos e suas qualidades, elaborada no sentido de demonstrar que o guia da realidade dos objetos é a tensão. É isso que permitirá que um objeto não seja tomado apenas como um composto dado a partir de quatro elementos, que se espelham, nos termos de Heidegger, mas sim que existem por uma capacidade de cada um desses polos de exercer um tipo de atração sobre os demais. Esse recurso é importante

para Harman, no sentido de demonstrar que sua visão quádrupla não constitui um exemplo da própria falácia denunciada por ele quanto à sub e a supraminação. Em resumo, a OOO precisa que a unidade, como grão, contenha a sistemática explicativa da sua autonomia interna, que é já uma explicação da maneira como a relacionalidade se elabora atrelada ao que são os objetos como viés ontológicos fundamental. Como já referido, o desafio de Harman, nesse caso, consiste em demonstrar como a unidade do objeto, associada, à primeira vista, a um tipo de imanência, pode viabilizar o velamento do aspecto real presente nos objetos. Trata-se de uma tensão que é internalizada, que situa o objeto definindo o seu escopo, por isso o viés aristotélico. Simondon, como veremos no próximo capítulo, espalha as tensões ao conceber que nada está individuado desde sempre, sendo o real o âmbito a partir do qual os potenciais progridem e retornam.

Especificamente sobre Husserl, ele oferece duas tensões: entre os objetos sensuais (SO) e suas qualidades sensuais (SQ), principal tópico de sua fenomenologia. Este também nos oferece uma segunda tensão dada entre o objeto sensual (SO) e suas qualidades reais (RQ), que não podem ser retiradas dos objetos. Há, ainda, uma tensão adicional entre objetos reais (RO) e suas qualidades sensuais (SQ), encontrada na análise da instrumentalidade. E, finalmente, esses objetos reais (RO) retirados não são apenas pedaços unificados, mas diferem uns dos outros na medida em que cada um tem suas próprias qualidades essenciais (RQ). Harman ressalta a tensão entre a coisa real como ente unificado e sua multiplicidade de qualidades. Esta é resolvida por meio da *Monadologia* (2004b) de Leibniz escrita originalmente em 1714, em que a mônada é tomada como um repositório de qualidades associadas. Isso permite a ele afirmar que um objeto real é independente de tais qualidades, embora exista vinculados a elas. Harman nomeia as tensões elencadas como: tempo (SO-SQ), espaço (RO-SQ), essência (RO-RQ) e *eidós* (SO-RQ).

Apresentando o argumento explicativo da adoção de tais conceitos, ele afirma que, comumente, presume-se simplesmente que o espaço e o tempo são contínuos incomparáveis. Mas, em vez de assumir o status primordial de espaço e tempo como certo, a OOO aproveita a oportunidade para elaborar uma nova interpretação, tomando estes em termos de algo ainda mais básico: a polarização entre os objetos e suas qualidades. Pelo tempo, os objetos dos sentidos são exibidos incrustados com características mutáveis. A explicação para essa ocorrência, visando justificar tais mudanças, está em considerar que parece haver objetos sensuais de maior ou menor durabilidade. "Tempo é o nome dessa tensão entre os objetos sensuais e suas qualidades sensuais" (Idem, p. 71, tradução nossa). Quanto ao espaço, temos

de ter em conta que este não é apenas o local de relação, mas antes da relação e da não relação. Nenhuma relação sensual pode exaurir o seu fundamento real. A esse respeito, a análise da instrumentalidade de Heidegger seria, para Harman, sobre espaço. O espaço é a tensão entre objetos reais ocultos e as qualidades sensuais associadas a eles.

Junto com a tensão tempo, há outra tensão entre os objetos e suas qualidades verdadeiramente cruciais, que são reveladas por um processo de variação eidética. O objetivo deste método é aproximar um núcleo interno da coisa, despida de suas qualidades variáveis e da dependência dos pontos de vista, uma *eidōs* que a torna o que é para quem a percebe. Conforme Harman, Husserl deixa claro que essas características eidéticas não podem de forma alguma ser sensuais, na medida em que nenhuma experiência sensorial pode apreendê-las. Essa tensão entre os objetos sensuais e suas verdadeiras qualidades ocultas é o que Harman chama de *eidōs*. E, finalmente, há a quarta e última tensão, nunca acessível à experiência humana, que diz respeito ao duelo, em curso nas coisas reais ocultas, entre o objeto real unificado e sua multidão de características ocultas reais. Esta tensão entre o objeto real e suas qualidades reais é chamada de essência.

Ao tratar das tensões Harman resolve uma questão importante, sobre como no âmbito do objeto quadruplo as polarizações se encaminham. Entretanto, a passagem ou mudança ocorrida no âmbito de cada uma delas, sobretudo quando algumas destas não geram quaisquer mudanças no real ainda, demanda esclarecimentos. Para isso, o criador da OOO se utiliza dos termos inspirados na física, fissão e fusão, de conexão inerente, para justificar o fato de objetos e qualidades nunca existirem fora de algum vínculo que deve ser rompido para que outro surja. Considerando a exposição acima sobre os quatro tipos de tensão: tempo, espaço, essência e *eidōs*, serão explicadas as implicações relativas ao rompimento ou produção de cada uma dessas tensões.

O tempo foi descrito como a luta entre um objeto sensual e seus múltiplos traços sensíveis. Nisso, é comum que ocorra uma mudança do que é percebido sem que seja implicada uma modificação do objeto de percepção. Para Harman: "Quando isso acontece, ocorre uma quebra momentânea do equilíbrio anterior entre os objetos sensuais e suas qualidades" (Idem, p. 73). Por isso, o filósofo propõe o termo "confronto" (*confrontation*) como orientador desse processo. Quanto ao espaço, há uma dificuldade a ser superada, que diz respeito à forma de contato, pois, como descrito, a tensão entre objetos reais, que estão além do acesso, e qualidades sensuais que existem apenas quando encontradas, demanda que estes dois polos estejam unidos. Em vez do tipo de contato direto que ocorrem com os objetos sensuais, há uma alusão ao objeto silencioso nas profundezas que se funde vagamente com sua legião de qualidades sensuais.

Como um termo geral para a fusão de objetos reais retirados com qualidades de superfície acessíveis, podemos usar a palavra "encantamento" (*allure*). Trata-se de uma espécie de reconhecimento indireto da presença do objeto real a partir de uma quebra do encanto, um apelo rastreado a partir de sua dimensão sensual.

Sobre a conexão de objetos sensuais e qualidades reais, é necessário referir-se ao significado de *eidos*, ou qualidades cruciais que fazem do objeto aquilo que ele é. Essas qualidades não estão presentes como as sensuais, sendo captadas apenas pela intuição categorial e não sensorial. Por isso, a fusão prévia dada entre objeto sensual e qualidades reais, precisa ser desfeita. Isso explica o uso da palavra "teoria" (*theory*) para designar a fissão que separa um objeto sensual unificado das qualidades reais de que ele precisa para ser o que é. Finalmente, a "causação" (*causation*) é apresentada como a tensão entre um objeto real e suas qualidades reais. Nesse caso, Harman ressalta que o próprio objeto não tem suas características essenciais, existindo em separação. Por isso, devem ser reunidos por meio da fusão.

Deve-se notar os caminhos diversos pelos quais objetos reais e sensuais se relacionam com qualidades de qualquer tipo. Qualquer objeto sensual já está em contato com suas qualidades de ambos os tipos. Há dois movimentos bastantes claros: o primeiro, uma fusão entre polos previamente separados e o segundo, uma fissão de polos fixos. Por exemplo, entre objeto sensual e as qualidades reais, é requerida uma fissão de partes previamente ligadas. O contrário ocorre com o que existe de modo separado, demandando uma fusão, como os objetos reais, pois um objeto real assim o é e tem um caráter definido, mas sua essência é produzida primeiro de fora, por meio de interações causais em referência às suas qualidades sensuais. Desse modo, pode-se constatar que não há objetos sem relações. Estas últimas não negam o grão, mas atuam como instrumento de articulação para eles. Por isso, deve-se enfatizar esse segundo ponto da relevância de Husserl e Heidegger: mostrar como as ligações se dão em função da unidade. A OOO, assim, não deve ser descrita como avessa ao que conecta, mas sim dirigida para a autonomia dada necessariamente por um viés de fronteira.

Para finalizar a análise dos principais pontos que compõem a OOO, Harman ressalta alguns erros comuns derivados de uma interpretação equivocada de sua categorização dos objetos. O primeiro deles seria admitir que os objetos estão separados radicalmente em função da condição em que se encontram. Este ressalta, em resposta, que não existe algo como um reino dos objetos reais e outro dos sensuais, mas sim que estes se definem pelo modo em que se colocam. Assim, o exemplo heideggeriano do martelo é utilizado para mostrar que este existe por meio de relações sensuais, mas que também está escondido, se tomado por um outro âmbito. Isso implicaria em considerar que um objeto possui vários lados e que, diante disso, há um

infinito dentro de cada um deles, a depender do viés em que é tomado, considerando o conjunto de qualidades pertinentes ao contexto. Em outras palavras, um grão pode conter vários outros. O fundamental, assim, seria a manutenção do sentido de unidade e autonomia de seus objetos.

Desse modo, não é que os tipos de objetos ensejem uma relação de repulsividade entre si, mas sim que cada entidade possui um aspecto sensível, sujeito à experiência, e outro recôndito. Isso implica em considerar que as qualidades que pertencem a um objeto, sensuais ou reais, se deem em diferentes níveis ou camadas, de modo que é negada a possibilidade de os objetos serem pensados em termos de uma simples e única oposição entre estarem ocultos ou sujeitos a algum tipo de experiência. Harman salienta que o sentido referencial é o de regressão a condição a que os objetos se submetem, não havendo algo como um oposto, um tipo de progressão ao infinito. Nesse ponto, vê-se como a OOO interioriza no objeto, granularmente, aspectos do pensamento de Grant.

De fato, os objetos teriam uma espécie de superfície tortuosa a partir da qual o retorno para o interior deles mesmos seria o único direcionamento. Aqui temos um elemento importante a ser destacado no âmbito da ontologia de objetos de Harman, que diz respeito à possibilidade de sustentar que, no âmbito dos objetos, existe algo como relações internas. O próprio Alfred Cyril Ewing em *Idealism: A Critical Survey* (2012)¹⁷, no contexto da análise dos vários significados e aplicações possíveis de relações internas, sustenta que a admissão destas não implica em assumir um ponto de vista idealista, nem em considerar que exista algo como um interior oposto ao que é exterior, mas efetivamente, com Harman, a concepção de que os objetos possuem características relacionais que os vinculam entre si, compatível com os pressupostos da OOO.

O segundo destes preconceitos estaria em supor que as qualidades experimentadas pelos objetos possuem um viés psicológico semelhante ao presente entre os seres humanos. Na verdade, esta condição seria apenas uma das várias possibilidades as quais os objetos teriam para se relacionar com suas qualidades, havendo em função do regresso ao infinito, acima detalhado, uma multiplicidade de percepções a serem experienciadas. Nesse sentido, tudo seriam objetos e todas as relações seriam vinculações realizadas por meio destes, superando o antropocentrismo que comumente cerceia o aparato e busca ser utilizado como referencial central para a existência. Humanos são o ponto de partida, inclusive tendo em conta o problema da filosofia do acesso ou correlacionismo, mas isso não deve implicar um ponto de chegada, já que a abertura ontológica permite ampliar o sentido de realidade pelo que está

¹⁷ Obra originalmente publicada em 1934.

implicado na atividade de especulação. Aqui Whitehead aparece como uma grande inspiração, já que demonstra, conforme salientado pelo próprio Harman em outros momentos, que a apreensão¹⁸ coloca em uma mesma condição humanos e todos os demais existentes, fugindo de eventuais privilégios ou de psicologismos que associam, de forma necessária, a ação de perceber como prática restrita.

As duas afirmações acima implicam, ainda, na negação da mente como repositório das qualidades e dos objetos, como poderiam sugerir os filósofos idealistas. Nesse sentido, Harman busca mostrar que aquilo que está inserido na conexão entre o objeto e suas qualidades é já o objeto real a que estes se referem. Assim, não é que a mente absorve as qualidades de um objeto, mas que tal ação já se insere como parte daquilo que constitui os objetos em sua realidade velada. Essa asserção e o seu oposto, isto é, a afirmação de que as qualidades e os objetos apreendidos na experiência podem ser reduzidos à dimensão física, implicam em cair no que Harman denomina de Falácia Taxonômica, ou seja em atribuir razões ao que efetivamente não as possui, já que, em fato, físico e mental seriam ambos, mais do que qualquer coisa, objetos, e que, em complemento, ser um objeto “é algo que possui uma realidade unificada para além de seu contexto ou das partes que se vinculam a este, suas qualidades” (2011, p. 81, tradução nossa). Assim, como conclusão complementar, quaisquer relações entre objetos implicam ainda em objetos, tomados em uma dimensão mais ampla¹⁹. Em resumo, o grão é a unidade explicativa do mundo.

Isso se torna claro ao se considerar a condição dos objetos sensuais em termos da cadeia causal que os gera e sustenta. Harman parece apelar para uma atribuição de intencionalidade para todos os objetos, o que permitiria localizar um objeto sensual enquanto entidade individual. Não haveria aqui uma distinção entre o mundo enquanto suscetível às categorias do entendimento e o mundo para além desse contexto, como proposto por Kant. Para Harman, mente e mundo físico, isto é, conteúdo intencional e coisa em si, seriam ambos conceitos atinentes ao modo tradicional de fazer filosofia, que deveriam efetivamente ser ressignificados em termos de objetos, estando, de fato aqui, um elemento declarado da crítica à bifurcação da natureza, a ser discutida em mais detalhes no capítulo 5, e um posicionamento relativo à sua solução.

¹⁸ Conceito apresentado em *Processo e Realidade* (2010), que diz respeito a uma ampliação ou extrapolação do sentido comum contido na ideia de percepção, tal qual tomada pelos empiristas clássicos. A apreensão é modo de ser a partir do qual qualquer coisa toma posição no mundo, pelos sentires dados positiva ou negativamente.

¹⁹ Essa concepção das relações corrobora o nosso argumento em favor de uma tese granular associada à OOO harmaniana.

Com isso, é possível admitir que a experiência contempla atos intencionais, que nessa condição seriam extensíveis a tudo, não apenas aos humanos, o que o aproxima de Whitehead. Assim, o escopo experimental, atos intencionais e dados brutos, diriam respeito ao elo estabelecido entre um objeto sensual e um real, que ocorreria em um lugar apenas, na composição de um objeto maior²⁰. Desse modo, a experiência não envolveria nem transcendência, nem imanência, mas sim uma espécie de “cavar para dentro” das entidades que conjuntamente implementam a sua composição. Ao invés da menção a essas duas dimensões conflitantes, teríamos uma unificação elaborada por meio do que são os objetos, os grãos²¹.

Não há como deixar de notar como o conceito de experiência, inspirado na concepção estabelecida por Whitehead, possui um papel decisivo na OOO de Harman. Como visto, ela está vinculada a uma condição ativa de interação do indivíduo incluído em um âmbito de realidade. Esta deixa de ser simples captadora, em uma condição passiva, para atuar como participante ativa daquilo que é o mundo. Além disso, e como consequência do afirmado acima, mental e físico são dirimidos em função da ligação estabelecida entre objetos reais e sensuais que, por possuírem uma conexão assimétrica, de modo que apenas os reais acessam os sensuais, permite que a percepção, dada como processo mental ou físico, ocorra como um tipo de relação entre objetos. Por essa razão, ao invés de um problema mente-corpo, Harman indica um entre objetos reais e objetos sensuais.

A concepção harmaniana, ao diluir a oposição mente-corpo em termos de objeto, acaba podendo ser acusada de aderente ao pampsiquismo, já que tudo estaria se conectando a tudo a partir dos tensionamentos inerentes aos objetos tomados em sua composição quádrupla. Como resposta, Harman afirma que são as relações entre os objetos, incluindo suas qualidades, que efetivamente produzem as mudanças. Não é um encontro de elementos sensíveis ou insensíveis à presença, mas sim que produzem e recebem afetação, direta ou indiretamente. Uma outra forma de fugir das acusações de pampsiquismo seria afirmar que há modos de existência naquilo que é cada objeto, o que implica em jogar com as polarizações e os tensionamentos decorrentes, demonstrando que a prevalência, o sentido e a disposição para as relações, não pode ser explicada fora da estrutura quádrupla.

²⁰ Trata-se, com Whitehead, de considerar a experiência como relacionalidade proveniente do que é mundo ele mesmo, que é recebida por Harman em termos de uma significação granular, atinente à sua própria visão sobre a vinculação ontológica das relações à realidade dos objetos.

²¹ Interessante notar, conforme argumento a ser detalhado no próximo capítulo, como Simondon toma imanência e transcendência enquanto polarizações não incluídas no indivíduo, mas sim que coordenam os processos de individuação.

Com isso, encerramos a apresentação da estrutura interna dos objetos, conforme proposto pela OOO harmaniana. Visando evitar redundâncias, pode-se dizer sucintamente que o grão é o âmbito mesmo da polarização entre o presente e o velado, assim como das tensões que esses dois âmbitos elaboram. Por essa razão, a possibilidade e a necessidade de estabelecimento de relações deve ser explicada em referência a eles. Agora trataremos de um estudo de caso sobre um objeto *sui generis*, já que marcante, do ponto de vista da história da filosofia²², assim como exemplar para a demonstração de como os objetos elaboram o real, inclusive socialmente.

2.3 GRANULARIDADE E IMATERIALISMO: O EXEMPLO DA COMPANHIA HOLANDESA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS (VOC)

O que pode ser mais emblemático para uma categorização dos objetos que a possibilidade de termos um como CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica). Em nossa realidade, uma empresa, pessoa jurídica, é um existente que nada teria a ver com um grão, já que uma companhia diria respeito a um nome em uma lista ou cadastro. Entretanto, Harman propõe uma reflexão sobre como uma entidade abstrata tal a qual a VOC, a companhia holandesa das índias orientais, pode se mostrar exemplar em termos de significação sobre o que é ser objeto.

Trata-se de demonstrar como a materialidade, a marca de sua presença no mundo perceptível pelos impactos causados no real, e sua relacionalidade, as conexões ou contatos, decorrem de um princípio unificador primário, o grão. Isso implica em afirmar que a VOC se define, como qualquer objeto, pelas polarizações em que esteve envolvida e isso diz muito sobre a mundaneidade, tal qual apresentado nos livros de história. A VOC seria, assim, um testemunho acerca da fertilidade de uma teoria social orientada a objetos. Isso coaduna com o anunciado no início deste trabalho, de que Harman traz um insight inspirador para nossos interesses quando toma a ontologia como base para um modelo de sociedade.

Desse modo, considerando que uma análise específica da coisa, tomada como indivíduo no sentido geral, pode mostrar como esta é implicada socialmente, vê-se que a compreensão da dimensão quádrupla do objeto expõe a abertura e as possibilidades de coexistência estabelecidas entre tais entes individuais. Nisso, há dois oponentes que claramente precisam ser combatidos, anunciados acima, que retiram dos objetos sua fundamentação que, como dito, seria também

²² Discutido em 1686 nas correspondências entre Leibniz e Arnauld (*Correspondencia con Arnauld*, 2004).

social. Trata-se dos novos materialismos e da teoria latouriana (1988), ator-rede (ANT - *actor-network theory*). São concepções que transitam no horizonte da ontologia orientada a objetos (OOO), mas que ao mesmo tempo, e por razões distintas, carregam elementos que ameaçam a condição de dados básicos, de indivíduos, a que Harman pretende alçar tais elementos.

O principal problema representado por essas concepções está no que Harman denomina como *duomining* ou duplaminação, dois caminhos simultâneos que implicam a perda dos objetos naquilo que estes são em sua condição mais fundamental, para os nossos propósitos, indivíduos. Partindo-se do pressuposto de que há dois tipos básicos de conhecimentos sobre as coisas, sendo o primeiro pela consideração a respeito do que elas são feitas e o outro, tomando o âmbito do modo delas de agir, o argumento harmaniano afirma-se como uma tentativa de mostrar que nós não necessitamos optar nem pelo primeiro nem pelo segundo caminho, pois a insistência em uma tal postura pode fazer com que, tal qual discutido antes, acabemos por subminar (*undermining*), crendo que é possível localizar algo mais básico do que aquilo que constitui as coisas como elas são, bem como por supraminar (*overmining*) os indivíduos, com um tipo de busca do que poderia ser efetivamente tido como um efeito, mais do que causa das operações que ocorrem no real. Assim, o *duomining* representa o erro duplo sobre como considerar o lugar dos objetos enquanto dados básicos.

Como dito, o que se tem aqui, nos termos da nossa pesquisa, é uma disputa sobre a afirmação de um princípio de individuação, que para Harman não pode encontrar fundamentação nem na matéria e nem em ações, pois nelas a dignidade e autonomia dos objetos não teriam respaldo. Tanto os novos materialismos como a ANT parecem sustentados por um critério de transparência duramente questionado pela OOO. A negação de um papel determinante à matéria, e por isso, a adoção pelo filósofo de uma abordagem imaterialista do problem; o mesmo quanto às ações, que encontrariam fundamento em objetos, faz-se pela compreensão, como espero demonstrar na sequência, de que indivíduos possuem uma dimensão recôndita indispensável em seu papel constitutivo e, além disso, nos nossos termos, elaboram-se granularmente. Mais incisivamente, poderíamos conceber que a defesa da VOC é um argumento sobre o fundamento granular do mundo. Por não suporem o viés unitário aristotélico, tanto o materialismo como a ANT falhariam em captar o que de fato para a OOO designa um começo.

Desse modo, a análise da VOC implica em suportar um papel para a matéria, da mesma forma que para as ações, como alusivas, em última instância, ao que são os objetos. A VOC precisa dizer respeito ao que é a matéria e ser conhecida pelas atividades implementadas, fazendo com que objetos precisem lidar com essas dimensões. A discordância, entretanto, é

sobre como isso será determinado ontologicamente. Por isso, para Harman, a filosofia não precisaria se comprometer em ser um modo de conhecimento, já que evitaria o risco de sub ou supraminação. Esta deveria ser vista como dizendo respeito ao exercício mais sutil, indireto, de acessar o mundo, isto é, de localizar os objetos. Nosso breve percurso por esse estudo de caso será conduzido, desse modo, buscando demonstrar como a OOO pode mostrar-se frutífera na elaboração de uma teoria social, por uma interpretação que buscará defender que onde, aparentemente, vemos matéria e ações há, de fato, objetos ou grãos.

2.3.1 O grão, a VOC

Um primeiro ponto desta análise, diz respeito a determinar o que estaria em jogo na oposição entre materialismo e imaterialismo, de acordo com Harman. A primeira dessas questões trata da oposição entre objetos, tais quais defendidos pela (OOO), e atores, postulados base da ANT, isto é, a reflexão sobre o objeto e sua relevância para a teoria social. A teoria ator-rede (ANT) é vista como um dos mais importantes aportes em filosofia desde a fenomenologia, levando em conta ainda os novos materialismos e a OOO, não devendo esta última ser tomada como um exemplar clássico de tese materialista, segundo Harman. Naturalmente, o compromisso com o materialismo seria uma forma fácil de autocontradição, já que colocaria a OOO como acatando um tipo de subminação (*undermining*) dos objetos. De todo modo, vale ressaltar, os novos materialismos e a ANT incorporam parcialmente os termos de um pensamento não-granular, como proposto por Simondon. Poderíamos, inferir que esses dois antagonistas da OOO assim se colocam por assumir que o fundamento do que é o social não pode ser concentrado e retido em um tipo de unidade completa e autônoma.

Diferente disso, a OOO teria uma característica mista, já que incorporaria os objetos na teoria social, levando em conta o aspecto agencial dos indivíduos, sem que isso implique uma perda deles por uma redução de sua condição à ação, exclusivamente, além de ter um lugar para o que é um objeto enquanto composto, sem, entretanto, tomá-lo apenas em termos de tais componentes. Para a ANT, os objetos são igualmente existentes enquanto agem, embora distintos em termos de força, o que parece ser aceito por Harman, que ao seu turno nega qualquer possibilidade de hierarquização entre os seus objetos. O fiel da balança, de fato, parece estar no sentido de duração e permanência de tais entes. A OOO entende a duração como concernente ao objeto. A ANT, por sua vez, às relações tomadas em termos de forças. Todavia, quando se questiona o critério de permanência, o velamento permite afirmar o objeto como dado de modo oculto, participante da dinâmica do real, embora isso ocorra nos bastidores.

Objetos, assim, não condicionam a permanência à presença, como é o caso da ANT, embora incluam esses dois aspectos. Trata-se de uma abordagem distinta para a interpretação dos eventos sociais, que incorpora e inclui o que não aparece como relevante para o que são os acontecimentos.

Para a ANT e às teorias associadas aos novos materialismos é fácil entender que o comportamento de um dado pode permear a sua transmutação em termos distintos, já que a matéria, ela mesma, entendida nesse âmbito, é dotada dessa flexibilidade, como é o caso do realismo agencial de Barad (2007), o qual entende por exemplo que: "Um fenômeno é uma ação intrínseca específica de um 'objeto' e das 'agências de medição'; o objeto e as agências de medição emergem, e não precedem, a intra-ação que as produz." (Barad, 2007, p. 128, tradução nossa). Assim, é possível constatar que vige um sentido forte de performatividade, nada sendo definido de antemão. Isso é exatamente o oposto do que se espera de um objeto, tomado pelo modelo granular, pois há um dado estrutural básico não material, o quádruplo, que condiciona toda a ação no mundo. Esse é um fator decisivo para que Harman se comprometa com um caminho imaterialista, tentando demonstrar como o movimento ou as relações surgem de um ente cuja materialidade não concentra o foco da diferença. Obviamente, Barad estaria muito próxima de Simondon nesse aspecto, já que o real é determinado por ações ou processos, reafirmando o que temos aludido, de que o inimigo efetivo é um pensamento de aspecto não-granular.

Nesse contexto, buscando demonstrar o vínculo com a matéria, embora mantendo a oposição ao materialismo como proposta filosófica, Harman argumenta que o interesse em objetos é confundido com o interesse no materialismo, que mina os objetos, os tratando em termos de mudanças constantes, embasando-se na maneira como estes aparecem, o que implicaria em admitir que tudo está em constante transformação, que tudo é contingente, bem como centrando o foco na ação, mais do que na substância, além de postular que as coisas são geradas a partir de suas práticas, não havendo nada para além disso. O imaterialismo, por outro lado, como símbolo de um manifesto em favor dos pressupostos ontológicos da OOO, assume como compromissos (HARMAN, 2016, p. 16, tradução nossa):

#	Compromissos
1º	a admissão de que as mudanças são intermitentes, sendo a permanência a norma;
2º	há fronteiras definidas entre todas as coisas, sendo cada uma estabelecida em termos de sua própria constituição;
3º	nem tudo é contingente;

- 4° substâncias possuem prioridade sobre ações;
- 5° tudo possui uma essência autônoma;
- 6° o que uma coisa é, é mais relevante do que aquilo que ela se torna;
- 7° o mundo não é só imanente.

Os pontos acima elencados são relevantes como argumento contra os novos materialismos e a ANT, mas, sobretudo, para os nossos interesses, por reforçar os pressupostos que nos permitem identificar uma tese granular na OOO harmaniana. Nisso, a permanência como palavra de ordem, já que as mudanças são dadas no objeto quádruplo em momentos específicos, refere-se à estabilidade implicada na unidade como sinônimo de indivíduo. O segundo ponto mostra claramente o sentido de granularidade como base da OOO harmaniana, expondo o aspecto de fronteira e de delimitação interna que constituem os objetos, pois tudo o que pode ser dito deve o ser em referência a ele, como dinâmica interna. A negação da contingência como pressuposto universal coaduna com polarização constitutiva dos objetos em que algumas coisas podem estar mais diretamente suscetíveis a mudanças, enquanto outras mais afastadas. Sobre o quarto ponto, pode-se dizer que a OOO é um manifesto quanto à necessidade de que ações sejam atreladas ao indivíduo, não havendo relações dispersas no mundo, como supõe a ANT, reafirmando seu fundamento como ontologia granular. Ressalte-se, afirmar a unidade como fundamento para uma concepção de indivíduos não implica em comprometer-se com uma defesa do substrato, já que este último acaba por promover um tipo de subminação dos objetos, os tomando em termos de uma essência mais fundamental. A prioridade da substância aqui afirmada por Harman coaduna com a própria necessidade de que ações devam sempre ser sustentadas por algo, justificando o aspecto granular de nossa interpretação sobre sua ontologia.

O quinto ponto é sinônimo de OOO: unidades acrescidas de independência. Assim, ser objeto, como grão, implica que toda explicação, como abertura para a autonomia, deva ser buscada nos tensionamentos a estes inerentes. Os dois últimos indicam que não se pode perder de vista que é a unidade que rege a mudança. Harman não nega que haja transformações, ao contrário disso, ressalta que estas dizem respeito a objetos, estejam eles dados ou aparentemente ausentes. Tomar a imanência apenas como parte do significado de objeto indica, como um postulado básico do movimento do realismo especulativo, uma abertura para a transcendência, sendo ela projetada dentro dos objetos. Isso permite ao mundo não ser assimilado a uma espécie de jogo de tabuleiro, em que as coisas parecem ser autônomas e decididas às claras, quando, na verdade, estão sendo definidas por elementos estranhos. É o objeto real, como transcendência,

que permite mergulhar esse indivíduo em um sentido de imanência, pois exerce uma função de âncora, impedindo que este seja subsumido como correlato.

Resta ainda a Harman mostrar como os objetos, mais especificamente a VOC, concede um lugar para a relacionalidade, já que esse é um argumento importante a favor do materialismo, assim como da ANT. Quanto a esses aspectos, o filósofo afirma: "(a) objetos mediam relações; e (b) objetos possuem agência, isto é, estão implicados em ações (Idem, p. 6, tradução nossa)". Primeiramente, vale destacar: relações mediadas pelos objetos contemplam o aspecto humano, mas também o extrapolam, pois haveria, de acordo com a OOO, "um universo de relações que os objetos mediam que não contemplam a participação humana" (Idem, p. 6, tradução nossa). Entretanto, a resposta ao problema deve considerar que primeiro, objetos existem, o que permite a eles agir e não o contrário, estes seriam como gigantes dormentes, por isso eles precedem ontologicamente toda e qualquer relação, embora estas não sejam inviabilizadas. Como já mencionado, esse argumento é aristotélico em inspiração, pois introduz um tipo de prioridade no objeto semelhante ao modo como Aristóteles define a substância primeira. Para o estagirita, "há vários sentidos em que as coisas são ditas serem primeiras, e as substâncias são primeiras em todos os sentidos – na definição, no conhecimento e no tempo." (1985, Apud BARNES, 2009, p. 143). Por isso, relações estão vinculadas a objetos, mas não podem fundamentá-los. Essa seria, como já mencionado, uma conclusão importante no sentido de mostrar que uma lógica granular é inseparável da OOO, já que se faz presente inclusive no que são as relações.

Segundo Harman, as metafísicas relacionais apenas lidam com relações, não havendo um lugar devido para os objetos nestas. A vantagem destes é que, por meio deles, relações poderiam ser aportadas, as tirando de uma navegação a esmo. Sua posição, o imaterialismo essencialista, cuida para que seja estabelecida uma essência, velada, que afeta o real de forma indireta, por meio de uma atividade de causação. O argumento consiste em defender que se o sentido de social for amplo e irrestrito, então o real pode ser entendido como um excesso, contendo a relacionalidade, como imanência, e a própria transcendência contida nos objetos.

2.3.2 Estudo de caso sobre a VOC

A VOC, companhia holandesa das índias orientais, constitui um caso exemplar do que é um objeto em seu contexto de aparição, relações e ocultamento. Primeiro, deve-se salientar que o caso, tomado por Harman, é inspirado em Leibniz, que no diálogo com Arnaud, de 1686,

reflete sobre o tema da unidade daquilo que faz uma coisa aquilo que ela é. A história da VOC é vista por Harman como constituindo um compromisso ontológico. Nesse sentido, diz Harman:

O presente livro, por falta de um termo melhor, é uma ontologia e não uma história da VOC. Estaremos menos preocupados com o que ocorreu do que com as várias entidades-chave que estavam em cena, além do que aconteceu com elas. Se a história é análoga à trama de um romance, a ontologia é mais como um estudo dos personagens centrais do romance, sejam eles humanos, corporações ou entes inanimados. Embora a ANT sempre nos aconselhe a “seguir os atores”, a teoria orientada a objetos também está interessada em seguir os cães que não latiram, ou os cães que latem nos momentos em que eles dormem. (...). E se os novos materialismos nos pedem para ver os atores como em um estado de constante mudança (Harman 2014b), o método imaterialista vê a maioria das mudanças como superficiais e geralmente encontra mudanças importantes nos casos de simbiose... (2016, p. 40, tradução nossa)

Desse modo, onde buscar o fundamento da VOC, nos acontecimentos ou em entidades-chave? As últimas são privilegiadas pois é por meio delas que qualquer explicação ontológica pode ser fornecida pela OOO. Quanto aos acontecimentos, às mudanças devem ser compreendidas em termos das simbioses promovidas nessas entidades. Por isso, a proposta de estudo da VOC afirma-se como uma espécie de rastreio, de busca pelas ações naquilo que se dá como vinculação às entidades, sejam elas humanos, corporações, entes inanimados. Pode-se afirmar, nesse sentido, que o estudo da VOC é prova cabal de como relações, tomadas em termos de simbioses, são fundamentalmente vinculadas ao que são os objetos como entes primeiros e absolutos.

Nisso, tendo em conta o sentido prioritário daquilo que é um objeto, as ocorrências do mundo são tomadas como indícios, ainda que opacos e indiretos, da presença virtual deste, como condição para as mudanças perceptíveis na realidade:

(1) A VOC tem claramente um efeito retroativo em suas partes: mudar a vida e as carreiras de seus funcionários, reduzir os empregados à escravidão, provocar o redesenho e a fortificação dos territórios asiáticos, desviando as especiarias de e para cidades sem precedentes. (2) A VOC gera claramente novas peças: frotas especialmente encomendadas e projetadas para suas necessidades, novos postos comerciais e novas moedas estampadas com o emblema da empresa. (3) A VOC também possui propriedades emergentes não encontradas em seus componentes: tomados individualmente, os muitos soldados e navios da VOC representariam pouca ameaça aos navios ingleses ou aos aldeões das Ilhas Molucas (ilhas que atualmente fazem parte do território da Indonésia); uma vez organizado, no entanto, a VOC unificada é uma máquina de guerra temível e muitas vezes vingativa. No entanto, devemos enfatizar que esses efeitos retroativos, novas partes e propriedades emergentes visíveis são meramente sintomas de que um objeto está presente e que nenhum é condição *sine qua non* para a objetificação. (Idem, 2016, p. 41, tradução nossa).

Objetos antecedem ontologicamente os sinais, fazendo com que suas qualidades, embora sensivelmente primeiras, sejam ontologicamente secundárias. De todo modo, se estabelece uma liga inextrincável entre sinais e objetos fazendo com que aquilo que deva ser buscado na multiplicidade de acontecimentos sejam as simbioses, almejando seguir o rastro da presença de algum destes objetos. Trata-se assim de uma inversão da ANT, mostrando que objetos não estão imunes a relações, mas que estas são, na verdade, aspectos até então não dados deles, ou mesmo sinais de um novo que se apresenta. Isso se torna mais claro se considerarmos que nada existe e, por isso, pode ser explicado para além da fronteira granular²³.

Em razão disso, vale contrapor esse sentido de simbiose com o adotado por abordagens imanentistas, tal qual Deleuze, que tendem a considerar que todas as alianças e composições (para não mencionar contágios, epidemias e vento) são suficientes para contar como simbiose. (Idem, p. 48). Para Harman, contrariamente, o uso de simbiose apresenta-se para: “(...) referir a um tipo especial de relação que muda a realidade de um dos termos da relação (relata), em vez de simplesmente resultar em um impacto mútuo discernível.” (2016, p. 49, tradução nossa). Assim, simbioses são para objetos, destacando, além da unidade constitutiva básica, o aspecto recôndito que é marca do objeto real.

Harman, nesse contexto, se utiliza de um conceito também adotado por Simondon que é o de fase, embora com enfoque distinto. Ressalte-se, não há coincidência na formulação da ideia, mas uma espécie de obrigação em comum aos dois filósofos sobre como explicar a passagem que explica o lugar dos indivíduos e dos processos de individuação. Para o criador da OOO esta deve ser tomada como aplicável ao ciclo de vida de um objeto, delimitando momentos de sua história. A não-granularidade, por outro lado, situará a presença de fases como condicionantes dos processos de individuação, afirmativa, portanto, de um aspecto pré e pós-individual. Voltando à Harman, vê-se que as simbioses não são dados exteriores àquilo que são os objetos, mas sim uma espécie de testemunho do ciclo de vida destes. De todo modo, deve-se ter claro que o estabelecimento do conceito de simbiose representa a definição de um critério. Nesse sentido, a escolha de Harman assim pode ser descrita:

Embora a simbiose possa certamente ser descrita por meio de um verbo, uma vez que expressa o que ocorreu, o cerne do conceito é uma conexão entre dois objetos, manifesta linguisticamente como substantivos. (...). Neste ponto, estamos simplesmente organizando as informações disponíveis sobre a VOC. (Idem, p. 53, tradução nossa).

²³ Notar a diferença quanto ao postulado simondoniano, a ser examinado a seguir, segundo o qual relações têm valor de ser.

Assim, a simbiose visa cumprir uma função demonstrativa, indicando onde estão os substantivos²⁴, as coisas, podendo ser elas uma pessoa, um lugar e um objeto. Uma relação para a OOO nunca será um verbo, pois se fosse implicaria na afirmação de um ente outro existindo entre os objetos. Para a continuidade da análise do exemplo da VOC, focaremos aqui no aspecto relativo à pessoa, entretanto, Harman afirma lugares e coisas como outros contextos complementares que demarcam o caráter individual, diga-se granular, da VOC.

Claramente, considerando a lógica do argumento já apresentada, o humano será tomado como referencial para a localização dos objetos, tal qual dito: “O imaterialismo é negociado na moeda dos objetos, e isso muitas vezes torna possível ver os diferentes trajetos dos seres humanos como respostas variantes a um objeto subjacente.” (HARMAN, 2016, p. 54, tradução nossa). Humanos são também objetos, ressalta Harman, e por isso trazem consigo bem mais do que aquilo que é expresso pelo simples critério espaço-temporal adotado pela reflexão filosófica tradicional. Em outras palavras, trata-se de tomar o humano por uma abordagem granular.

Desse modo, buscar-se-á localizar no grão, enquanto pessoa, ou como coisa, tal qual apresentado adiante, as simbioses indicativas da realidade de uma sociedade de objetos. Nisso, a figura do general holandês Jan Pieterzoon Coen (1587-1629) será apresentada como exemplificativa do tipo de simbiose buscada pelo imaterialismo, como um objeto diretamente conectado à outro que permitiu a emersão de vários outros entes individuais. Coen, como o principal general da VOC, aquele que realizou os feitos mais brutais para a manutenção e ampliação do poder da companhia, é tomado como foco para verificação dos acontecimentos determinantes para o sucesso da empresa. Harman ressalta três momentos na vida do General Coen que teriam sido de grande importância para a compreensão das simbioses ocorridas no ciclo de vida da VOC.

Um deles seria o proferimento, em 1614, do Discurso sobre o Estado da Índia ao chamado Heeren XVII, conselho corporativo do VOC em Amsterdã. Note-se que os efeitos de tal discurso aparecem efetivamente em 1621 com o massacre ocorrido na cidade de Banda, entretanto, tal diferença, de aproximadamente 7 anos, entre a data em que o discurso foi lido e a reação a ele, é entendida como uma espécie de período de dormência do objeto, no qual a simbiose já se faz efetiva, mas demanda um intervalo para que apareça. Desse modo, mostra-se claro um pressuposto básico da OOO que é o fato de os objetos condicionarem, serem o ponto de partida dos eventos do mundo, sendo as simbioses sinais dos tensionamentos

²⁴De fato, entenderemos a OOO e a concepção simondoniana sobre os processos de individuação como concepções substantivistas, inspirados em Indexicalim (2021), já que dirigem a pergunta ontológica para algo, um substantivo que isoladamente é começo.

decorrentes. “Os eventos não podem acontecer a qualquer momento, mas são os tremores secundários do nascimento ou o novo estágio de um objeto.” (Idem, p. 67, tradução nossa). O que ocorre com o manifesto de 1614 de Coen é a abertura para que um objeto já nascido possa se colocar em cena, apresentando o que até então existia de modo não manifesto. Isso ratifica o nosso argumento de que simbioses emulam um papel de substâncias secundárias, já que intimamente ligadas ao que é primário, o objeto. De todo modo, o ser como não pode ser distinguido da realidade mesma do objeto, diria Harman, sob risco de cairmos em alguma das falácias denunciadas por ele. Simbioses são como metáforas de disposições múltiplas, que estariam efetivamente concentradas na realidade do objeto. Por isso, nossa tendência de entendermos a granularidade como constantemente prolongada, mesmo que isso implique dificuldades. Nesse sentido, o estudo do capítulo 4 será bastante esclarecedor.

Trazendo esse ponto para a nossa proposta de trabalho, temos aqui uma conexão forte entre os argumentos do *Quadruple Object* e os conceitos que norteiam o *Immaterialism*. Uma tensão apresenta um objeto, o que em outros termos implica em considerar que simbioses são efetivamente a demonstração de que um indivíduo, um grão é parte do mundo, ocultado ou como presença:

Qualquer momento histórico é preenchido não apenas com vencedores e perdedores, mas também com pré-vencedores e pré-perdedores ainda indeterminados, e uma ontologia das Índias Orientais deve considerar isso também. (...) A história não tem escolha senão reconhecer o maior sucesso de alguns objetos em detrimento de outros: dos romanos aos etruscos, dos revolucionários americanos aos conservadores americanos e do exército de independência de Atatürk sobre o rejeitado Tratado de Sèvres. Uma ontologia imaterialista parte da história na pesagem das simbioses de um objeto com mais peso do que os conflitos que enfraquecem ou destroem o inimigo ou o próprio objeto. (Idem, p. 65, tradução nossa)

Vale ressaltar que as simbioses, além de serem sinais da presença de um objeto oculto, são também indicativas da presença de outros objetos, conectados ao primeiro. Uma sociedade de objetos precisa, obviamente, considerar que nenhum indivíduo é um absoluto em termos de mundo (desse modo, teríamos uma tese monista), mas sim que o real é produzido a partir dos tensionamentos produzidos granularmente. Nesse caso, uma outra história que estivesse interessada nos modelos de embarcações do século XVII poderia tomar a VOC como um objeto periférico, uma simbiose secundária decorrente de uma inovação tecnológica, causa do aparecimento de um outro objeto, sendo este o protagonista.

Ao mesmo tempo que as tensões nos objetos destacam a presença dos que estavam ocultos, estas também permitem que outros indivíduos permaneçam ou passem a se esconder. Essa seria uma diferença importante em relação às teorias relacionais: “De tudo isso, vemos

outra maneira em que teorias relacionais de objetos muitas vezes dão errado: elas super enfatizam as ligações e alianças feitas por objetos, enquanto negligenciam considerar as maneiras como a simbiose protege um objeto de ligações, solidificando ainda mais sua autonomia.” (Idem, p. 93, tradução nossa). Com isso, há um segundo papel imprescindível das simbioses, garantir que objetos existam de forma independente em referência aos demais. De todo modo, vê-se que as simbioses, invariavelmente, respondem à polarização constitutiva dos objetos, seja colocando em presença alguns destes ou velando outros. Isso não implica que a afetação seja negada, mas ela nunca será a condição de existência de um objeto, como ocorre nas monadologias tomadas em sentido geral. Novamente, isso se dá tendo como pressuposto de que a predicação nos objetos é tensão interna. O que vem de fora é interiormente tratado.

Para concluir, pode-se dizer que a defesa de uma ontologia de objetos coaduna com a afirmação de uma tese forte sobre indivíduos como unidades granulares. Trata-se, ainda, de trazer um tipo de aristotelismo como estratégia de resolução das questões primordiais sobre as quais o realismo especulativo se coloca. Isso é percebido claramente quando temos em mente todo o aspecto, acima relatado, da defesa da VOC como um objeto, em conexão com o esquema proposto em *Quadruple Object* (2011), fortemente influenciado por Husserl e Heidegger. Harman, assim, reclama a possibilidade de pensar uma ontologia estabelecida a partir de entidades individuais, regida por um tensionamento interior que implica o estabelecimento de uma fronteira, pois há pontos específicos de contatos e âmbitos de afetação por esses intercâmbios. Por isso, internamente aos grãos, se estabelece um tipo de diferença como polarização. Por outro lado, entre eles vige a horizontalidade e a autonomia, já que nada pode ser estabelecido fora de um sentido de unidade. Nesse caso, nem todos os negociantes aparecem, embora possam sempre mandar avisos.

3 A DEFESA DE UM MODELO NÃO-GRANULAR DE INDIVIDUAÇÃO EM GILBERT SIMONDON

O presente capítulo será dedicado ao estudo da individuação enquanto processo, conforme proposto por Gilbert Simondon (1924-1989), buscando identificar o sentido de não-granularidade presente em sua obra. Ressalte-se, o não-granular está elaborado em conexão a um sentido de importância, nos termos de Whitehead, respondendo a um tipo de possibilidade de afetação dada pelo mundo, o que nos dirige para a identificação dos termos a partir dos quais esse referencial é elaborado, sobretudo, considerando a polarização ontológica de Simondon com Harman.

Nesse aspecto, vale indicar as principais intuições que nos fazem acreditar que com Simondon estamos diante de uma tese não-granular sobre o papel dos indivíduos. Não há propriamente indivíduos, estes não são um ponto de partida ontológico, mas sim entendidos em termos dos processos que implementam. Por isso, percebe-se a prioridade do que se realiza como operação. Assim, o indivíduo não pode ser dito primeiro em referência a tudo mais, como um tipo de substância²⁵, existindo de fato um foco na atividade, uma concepção de individuação dada a partir de uma dinâmica relacional. Isso nos remete à transdutividade como marca fundamental dessa ontologia.

Ao invés de estabilidade e identidade individual, o foco na individuação implica em uma possibilidade de existência que extrapola as coisas, é recusar um estado original de unidade, buscando demonstrar que a individuação pressupõe um ser mais que um. Desse modo, se em Harman o sentido de unidade aristotélica é adotado como modelo, com Simondon pode-se supor uma inspiração platônica, pois indivíduos potencialmente estão em tudo como participação transdutiva. Não se trata de priorizar a unidade, um grão, mas sim de fazer ver como as operações reposicionam a pergunta pelo critério individual.

Seguramente não existe um compromisso de Simondon com o platonismo, pois não há nada como uma unidade individual estabelecida por si mesma, seja no sensível ou alhures. No entanto, o conceito platônico de participação, entre sensível e inteligível, ilustra mais claramente como se elabora a ontologia simondoniana, pois indivíduos não estão no sensível como unidade, mas perpassam o sensível por um fundamento que extrapola esse contexto. Por essa razão, nos importa o ponto de vista de Aristóteles sobre Platão, para quem o discípulo de

²⁵ Isso é diferente de negar que haja na concepção simondoniana um sentido da individuação como substantivo. Ela de fato é presente, havendo um “o que” como interesse, elaborado não-granularmente.

Sócrates seria um heraclítico, abrindo espaço para o papel ocupado pelos processos de individuação.

Em razão disso, o real é dado sempre em estado de disparação, de tensões pré-individuais que são explicativas da própria possibilidade de haver individuações, assim como daquilo que a segue, um pós-individual. Se o conceito de Fronteira, como instrumento de separação, exerce um papel indispensável para uma compreensão de uma proposta granular de individuação, a não-granularidade é sinônimo de informação: "ela é um encetante de individuação, uma exigência de individuação, jamais uma coisa dada; não há unidade e identidade da informação, pois a informação não é um termo; ela supõe tensão de um sistema de ser; (...) é aquilo pelo qual a incompatibilidade do sistema não resolvido devém dimensão organizadora na resolução." (SIMONDON, 2020, p. 26-7). Isso faz com que, ao invés de instrumento de diferenciação interior, fronteiras sejam como um norte para o tateamento do espaço intermediário, que demarca por fora, que localiza o "entre", as zonas de aproximação, pois são nelas que estão situados os processos.

Tal dimensão organizadora supõe mudanças de fase de um sistema, uma passagem pelo estado pré-individual que se individua por um tipo de organização que é descoberta. Por isso, o não-granular encontra amparo na filosofia simondoniana como estratégia de um pensamento do indivíduo que se faz como propagação, de próximo em próximo, nos termos do filósofo. Enquanto o indivíduo granular pode ser definido em referência a um sentido de unidade, o não-granular é alusivo a uma atividade ou agenciamento. Uma posição assume o indivíduo constituído como sendo carregado apesar das mudanças, a outra toma a mudança como instrumento de individuação.

Na sequência, buscaremos rastrear os aspectos centrais da concepção de individuação simondoniana, que implicam o real em suas dimensões constitutivas: o físico, o vivente, e o psicossocial, como seguimentos de uma organização sistemática que inclui operações plurais dando-se em paralelo, o que corrobora o pressuposto não-granular de nosso argumento.

3.1 A INDIVIDUAÇÃO FÍSICA

3.1.1 Matéria e forma - o modelo hilemorfista

Ao discutir a individuação física, a primeira a ser apresentada de acordo com a lógica de sua exposição²⁶, Simondon toma os conceitos clássicos de matéria e forma como ponto de partida. Nesse caso, interessa ao filósofo demonstrar como estes não receberam um tratamento adequado no âmbito das teorias hilemórficas. Desse modo, não é que se deva mudar o panorama de termos utilizados, mas sim o significado a partir do qual eles devem ser considerados. Simondon defende uma abordagem a partir da qual esses dois elementos passem a ser tomados como foco e protagonistas de individuações, ao invés de meros instrumentos externos.

Por essa interpretação, o hilemorfismo não teria levado em conta o que de fato importa, já que não considera o que ocorre antes das composições, aquilo que permite à matéria ser potencialmente utilizada como base para individuações. Assim, o argumento vai no sentido de demonstrar que não é qualquer matéria ou forma, tomadas abstratamente, que resultarão em base para individuações, havendo um aspecto operativo tanto na matéria quanto na forma que condiciona os processos. Nesse ponto, pode-se dizer que o hilemorfismo parte de uma estratégia granular de recepção de matéria e forma, pois toma esses dois elementos como meros dados constituídos ou prontos que são aglutinados, enquanto a Simondon interessa fazer ver que há algo além, um aspecto operativo, sem o qual indivíduos não poderiam ser sustentados.

Nisso, o exemplo do tijolo será utilizado para demonstrar como um produto técnico, de caráter aparentemente simples, tem a individuação fundamentada nos agenciamentos de que é sede. Esse objeto, se analisado pelo ponto de vista clássico hilemórfico, seria interpretado como resultado da junção da argila e de um molde. Simondon, entretanto, entende que a argila não pode ser reconhecida apenas pela participação no esquema hilemórfico, mas sim tomada quanto aos potenciais que enseja:

para que possa haver um tijolo paralelepípedo, um indivíduo existindo realmente, é preciso que uma operação técnica efetiva institua uma mediação entre uma determinada massa e essa noção de paralelepípedo. Ora, a operação técnica de moldagem não basta em si mesma; ademais, ela não institui uma mediação direta entre uma massa determinada de argila e a forma abstrata do paralelepípedo; a mediação é preparada por duas cadeias de operações prévias que fazem matéria e forma convergirem para uma operação comum (2020, p. 40-1).

Interessa em uma abordagem não-granular demonstrar que a individuação é mais do que aquilo que aparece externamente e posterior ao encontro de matéria e forma. Nesse sentido, não se pode esquecer que esta se realiza como um tipo de atividade de contaminação, procedida de próximo em próximo. Para Simondon há mediação antes: “ora, a preparação da argila e a

²⁶ Ressalte-se que, conforme Combes (2017), o domínio físico seria, em termos de estrutura, o primeiro no qual uma operação de individuação pode existir.

construção do molde já são uma mediação ativa entre a argila bruta e a forma geométrica imponente.” (Idem, p. 41). Tensões pré-individuais, intraelementares, já se fazem presentes antes mesmo da atividade do artesão que juntou o barro à forma, interelementar, por isso: “a operação técnica é mediação entre um conjunto interelementar e um intraelementar”. (Idem, p. 44). A tese hilemórfica poderia ser associada a um apelo à granularidade justamente pelo fato de desconsiderar o papel que o âmbito intraelementar pode exercer na constituição individual. Nesse caso, matéria e forma não são compreendidas por elas mesmas, mas sim pelo resultado obtido enquanto composição.

Por isso, Simondon identifica a operação interelementar, referida acima, como indicativa da presença de regimes de força, de ordens, não-granulares em nossos termos, que buscam uma estabilização provisória na constituição de um ser técnico no devir, como no exemplo do tijolo. Além disso, neles mesmos, como se poderia supor, o barro e a forma seriam o foco de potenciais energéticos. Considerando essa tríade formada pelos conceitos de força, energia e devir, diz Simondon:

São enquanto forças que matéria e forma são postas em presença. A única diferença entre o regime dessas forças, para a matéria e para a forma, reside no fato de as forças da matéria provirem de uma energia veiculada pela matéria e sempre disponível, ao passo que as forças da forma são forças que só produzem um trabalho muito fraco, intervindo como limites da atualização da energia da matéria. Não é no instante infinitamente curto, mas no devir, que forma e matéria diferem. (Idem, p. 47)

Esse aspecto não-granular da operação de individuação dada entre Força, energia e devir toma como ápice o conceito de ressonância interna. Conforme Simondon: “a ressonância interna é um estado de sistema que exige essa realização das condições energéticas, das condições topológicas e das condições materiais.” (Idem, p. 49). Isso faz com que no âmbito da individuação física tal ressonância seja explicativa da duração ou continuidade dos processos. Por isso, um relé eletrônico seria mais peregrino que um tijolo. A explicação para isso está no fato de tal componente eletrônico ser, em termos de dinâmica de ressonância interna, modulado, preparado para repetir o processo, enquanto o tijolo seria simplesmente moldado, tendo concluída a sua individuação ao final do trabalho do artesão.

Nesse sentido a não-granularidade individual estaria condicionada à vigência do princípio de ressonância interna, pois fora dele não há indivíduos, mas apenas resquícios de sua presença. Trata-se, vale ressaltar, de um tipo de internalidade que se elabora pela própria possibilidade de estabelecimento de uma conexão sistemática. Por isso, não há nada que diga o

que é interno antes de um processo de individuação e, ao mesmo tempo, exista de maneira independente do que se dá nos arredores. Desse modo, o verdadeiro princípio de individuação:

(...) é a própria gênese se operando, isto é, o sistema devindo enquanto a energia se atualiza. O verdadeiro princípio de individuação não pode ser buscado naquilo que existe antes da individuação produzir-se, nem naquilo que permanece depois que a individuação está cumprida. É o sistema energético que é individuante, na medida em que realiza em si a ressonância interna dessa matéria tomando essa forma. O princípio de individuação é uma operação (Idem, p. 53).

Assim, afirmar o indivíduo implica em um rastreio de suas operações. Trata-se de buscar na matéria seu aspecto informativo inalienável, o qual o filósofo denomina de *ecceidade*. Os caracteres específicos presentes no tronco de uma árvore, por exemplo, indicam que há relações na matéria que devem necessariamente ser levadas em conta quando a manipulação do objeto ocorrer, assim como na escolha do instrumento, do método de utilização, entre outros dados. A matéria produz modulações específicas que são o cerne do seu processo de individuação. Nesse sentido, a não-granularidade que atribuímos ao pensamento simondoniano consiste em buscar naquilo que é aparentemente grão, o princípio dos processos que extrapolam aquela unidade dada apenas exteriormente.

Não se trata, assim, de qualidades presentes na matéria, mas sim de aspectos inerentes que contêm a possibilidade informativa. O outro lado da moeda está, ainda, em conceder, como já mencionado, que as formas presentes no molde já incluem também uma *ecceidade* específica implícita, que permite que a informação seja, de fato, transmitida. Aqui há uma diferença importante sobre o significado da *ecceidade* para visões granulares e não-granulares. Para uma, a *ecceidade* é coisa, um tipo de dado, enquanto para a outra, trata-se de localizar os processos que fazem diferença. Assim, lidando com essa segunda abordagem, podemos afirmar que o princípio de ressonância interna que dá sentido ao encontro hilemórfico e à constituição do sistema, a alagmática, é transmissão de informação. É ela que pode ser tomada como o fio da meada, o aspecto condutor da individuação simondoniana, inclusive no âmbito da operação técnica.

O hilemorfismo se perde granularmente por uma defesa de que a individuação é dada apenas exteriormente e em separado entre matéria e forma, não havendo nenhum papel efetivo para o que produz a conexão enquanto constituinte efetiva de indivíduos. Por isso, Simondon foca a sua tese sobre a noção de individuação no conceito de informação, como não-granularidade em nossos termos. Segundo ele: “parece que o verdadeiro princípio deve ser descoberto no nível de compatibilidade entre o aspecto positivo e o aspecto negativo da noção

de individuação. Talvez então a representação do indivíduo terá de ser modificada, como o esquema hilemórfico incorporando a informação.” (Idem, p.75).

Por isso, considerando esse aspecto informativo do que são os processos de individuação, vê-se que individuar é produzir singularidades²⁷. Desse modo, o problema com o hilemorfismo estaria concentrado no fato de as singularidades preexistirem ao ato de individuação, já que deveriam estar presentes de antemão na forma ou na matéria. Reitere-se, tais singularidades não podem ser anteriores ou estabelecidas como medidas dadas apenas exteriormente, mas sim a produção de uma unidade que pressupõe uma derrubada de fronteiras, já que se faz por uma atividade de contaminação sistemática, tal unidade é não-granular.

A tomada da individuação pelo viés da informação, como elemento concomitante de produção de singularidade, permite inserir a sua gênese no processo que a implementa, demonstrando como a individuação decorre e por isso não pode anteceder qualquer operação. Se o fundamento for anterior, estando na matéria ou na forma, então a individuação nela mesma não teria um valor efetivo. Nesses termos, conforme Simondon: “colocar o princípio de individuação na forma ou na matéria é supor que o indivíduo pode ser individuado por alguma coisa que preexiste à sua gênese e que abriga em germe a individuação.” (Idem, p.73). A ideia mesma de uma gênese já é indicativa de uma diferença quanto ao que pode ser contraposto como um princípio, já que a primeira supõe algo que a antecede, que a sustenta ou condiciona, enquanto a segunda seria ponto de partida, devendo conter a semente individual.

Apelar à singularidade como sinônimo de informação, enquanto gênese, implica em admitir que um sistema energético em condição metaestável, que por isso busca atingir um equilíbrio provisório, é efetivamente o fundamento da individuação física. Toda individuação envolve, assim, a superação de uma disparidade sistemática como produção de singularidade. Nesse aspecto, Simondon afirma: “ora, o exame de uma operação de tomada de forma tão incompleta quanto a que realiza a operação técnica mostra que a tomada de forma, mesmo que formas implícitas já preexistam, só pode ser efetuada se matéria e forma forem reunidas num único sistema por uma condição energética de metaestabilidade.”(Idem, p. 76).

Ser e permanecer individuado implica então em uma capacidade de prolongar continuamente um processo de individuação. O verdadeiro indivíduo é para Simondon “(...) aquele que conserva consigo seu sistema de individuação, amplificando singularidades.” (Idem,

²⁷ Essa afirmação de Simondon é fundamental para os propósitos desta tese, já que não negamos que haja singularidades, sendo a individuação o próprio testemunho de sua presença, mas isso é diferente de situar, que inclui um apelo adverbial ausente na ontologia dos processos de individuação, como será discutido em detalhes no capítulo 5.

p. 76). O indivíduo simondoniano, assim, não é um dos termos de uma relação estabelecida entre ele e algo além, mas sim o próprio encontro, a singularidade “teatro e agente de uma relação” (Idem, p. 78). Por isso, não existe indivíduo exteriormente ao que são as relações. Nesse ponto, pode-se dizer que a medida de uma individuação é a sua própria capacidade de produzir e dar continuidade a agenciamentos. Desse modo, não há um território descritivo de um indivíduo, mas apenas uma projeção que continuamente se reestrutura, por isso, reiteramos, faz-se como não-granularidade.

Note-se que a afirmação da individuação enquanto processo - o que inclui um aspecto de defasagem, de fases²⁸ distintas que são mediadas - destaca que além do indivíduo há um meio, aquilo que permeia os processos, mas que não é incluído nestes. Isso permite ao filósofo situar a individuação, reforçando a negativa de que esta se dê como princípio ontológico básico. Por isso, Simondon considera indivíduo e meio como realidades interdependentes. O filósofo afirma, inclusive, uma relação de complementaridade entre sistema energético e meio associado, mostrando o papel que o não individuado tem para a sua concepção de individuação. Ser complementar, ressalte-se, implica um aspecto de imprescindibilidade quanto aos indivíduos, além de envolver um tipo de diferença. Em outras palavras, este se faz por um processo perene de infiltrações, sendo necessário que exista algo mais que o indivíduo para a realização dos processos. Nesse caso, vê-se como a não-granularidade decorre da própria possibilidade de que indivíduos possuam um excesso, algo que os rodeia e que, por isso, condiciona a continuidade e interrupção dos processos. Se os processos fossem apenas interiores, haveria apenas possibilidades multiformes de um mesmo grão.

Por isso, a crítica de Simondon à Leibniz e Espinosa seria, em nossos termos, consequência de uma defesa da granularidade como marca dos conceitos de substância formuladas por esses dois filósofos, que não teriam compreendido o papel do complemento para o que são os indivíduos. Nos dois casos, indivíduos não seriam apreendidos na condição sistemática de seres concretos. Espinosa teria feito do indivíduo um completo, um todo, incorporando a natureza, ou com Leibniz tomando a sua complementação como total e plena disponibilidade, já que cada mônada teria todas as demais como seu universo de interação. Esse é um ponto fundamental para a adoção de uma abordagem não-granular: há sempre um complemento, algo que condiciona, possibilita e mesmo medeia as individuações. A granularidade, por outro lado, se faz como sentido de completude, nada precisa atuar como

²⁸ Notar como o sentido de fase, utilizado por Simondon, diverge fortemente daquele tomado por Harman. Trata-se aqui de um compromisso com o que está sempre para além da unidade.

complemento para que os indivíduos se individuem. Nisso, vale ressaltar que a individuação para Simondon implica sempre um nivelamento, o estabelecimento de um tipo de ordem de grandeza intermediária que permite a constituição sistemática dos indivíduos. Por isso, vale citar:

a natureza, em seu conjunto, não é feita de indivíduos, e tampouco ela é um indivíduo: ela é feita de domínios de ser que podem comportar ou não comportar individuação. Há na natureza dois modos de realidade que não são do indivíduo: os domínios que não foram o teatro de uma individuação e aquilo que resta de um domínio concreto pós-individuação, quando se retira o indivíduo. Esses dois tipos de realidade não podem ser confundidos, pois o primeiro designa uma realidade completa, enquanto o segundo designa uma realidade incompleta, que só pode ser explicada pela gênese, a partir do sistema de que é oriunda (Idem, p. 82-3).

Assim, para Simondon, é a natureza que antecede e permite a realização dos processos de individuação, pois contém em si todas as potencialidades do pré-individual. Isso ocorre já que a concepção do real como sistema energético adotada permite a ele estabelecer que a ordem do natural é aquela que propicia eventuais equilíbrios, realizados como gêneses para os indivíduos. Se tal natureza fosse um tipo de dado, como supõem as teses hilemorfistas, haveria uma inversão de posições, sendo o caso de afirmar o indivíduo como anterior a ela. Por isso, aqui localizamos o sentido do complemento, daquilo que é indispensável nos processos de individuação sem que estejam implicados como indivíduos.

Desse modo, “a verdadeira *ecceidade* é funcional” (idem, p. 83), é relacionalidade pura, pois não se dá entre termos, mas sim tendo as relações como finalidades nelas mesmas, possuindo valor de ser. Vale notar aqui a diferença quanto à Harman, para quem relações devem ser indicativas da presença de objetos, sendo este o foco de qualquer reflexão ontológica. Por isso, talvez tenhamos aqui, com o conceito de relação, a exposição de um aspecto fundamental da proposta de individuação simondoniana em seu aspecto não-granular, pois relações são operativas e não vinculantes de uma conexão entre uma substância e suas qualidades²⁹.

Nesse sentido, será fundamental para Simondon explicar como, do ponto de vista microfísico, o real opera, sem, claro, admitir entes já individuados ou o mundo ele mesmo enquanto unidade individuada. Isso leva a um exame do papel exercido pela energia potencial na individuação física, visando demonstrar como o funcionamento de um sistema energético permite que indivíduos sejam produzidos. Desse modo, será apresentado um exemplo fundamental, a individuação dos cristais, adotado como modelo geral dos processos de

²⁹ Se em Harman relações são sinônimo de indivíduo, em Simondon indivíduos são realidades relacionais.

individuação, desde o físico até o coletivo, e que traz, de maneira clara, o pressuposto não-granular da individuação simondoniana.

3.1.2 Energia potencial e Individuação

Inicialmente, vale ressaltar que o duplo constituído por esses termos, energia e potencial, é o que estabelece a possibilidade da individuação física. A energia potencial implica uma tensão incontornável presente nos corpos, já que vincula um tipo de resolubilidade geradora dos indivíduos, obtida por meio de um equilíbrio provisório, dado pela distribuição desse potencial energético. Esse é um ponto importante para a compreensão da não-granularidade como marca da individuação simondoniana, pois indivíduos forjam-se como tensões e não como dados. De fato, a proposta simondoniana busca demonstrar como, a partir de uma tensão, pode ser produzido um tipo de equilíbrio que viabiliza a individuação.

Trata-se de um processo de ajuste de um sistema, em que, diante de uma relação de heterogeneidade relativamente a um suporte energético e da presença de um aspecto relacional compatível com o estabelecimento do equilíbrio sistemático de tal corpo, tem-se as condições propícias para que este adquira estabilidade. A fusão, a vaporização e a cristalização seriam exemplos de situações nas quais uma mudança estrutural irreversível gera consequências no aparato sistemático. Isso ocorre porque uma mudança de estrutura está envolta em uma alteração de ordem energética. Com isso, mostra-se claramente que indivíduos nunca são dados a priori como embriões que se desenvolvem, mas sim que se fazem em referência a condições energéticas e relacionais localizadas. O indivíduo resulta de uma compatibilização de diferenças oriundas de tudo o que é capaz de interagir. Por isso, ele seria o oposto do grão, que toma a unidade como possuindo prioridade ontológica.

Isso torna-se ainda mais claro quando Simondon afirma que a individuação decorre de discontinuidades, dadas nos processos de cristalização entre os estados cristalino e amorfo. Apoiando-se na hipótese de Tammann (1861-1938), que trata das correlações entre mudanças estruturais e intercâmbios energéticos, é possível identificar as condições sistemáticas que viabilizam uma alteração que fomenta individuações. O estado cristalino é marcado pela anisotropia, enquanto o amorfo, pela isotropia. Assim, tem-se uma diferença que já é de partida não-granular e que implica indivíduos por esse mesmo viés, marcado por um encontro energético e estrutural. A individuação, vê-se, ao invés de granularidade, é quebra, obtenção de um tipo de discontinuidade, que tem o cristal como resultado. Não é o caso de pressupor um tipo de fronteira, de separação clara e definida, como é o caso do grão, pois esta é permeável e

diluída, continuamente alimentada pelos seus arredores. Aqui, se com Simondon temos descontinuidades em meio a continuidades, na granularidade harmaniana adota-se a distinção radical, a descontinuidade é a regra, já que delimitações são produzidas pelas fronteiras que definem os objetos, mesmo as tensões são afirmadas granularmente naquele contexto.

Desse modo, há um referencial energético associado a uma estrutura capaz de fomentar uma modificação efetiva em um sistema, realizando processos de individuação. Nesse sentido, Simondon afirma:

a relação entre dois estados estruturais ganha, assim, um sentido energético: com efeito, é a partir das considerações relativas ao calor latente de cristalização e à variação de volume em função da pressão, isto é, um trabalho, que a existência e a posição dos pontos triplos são determinadas. Os limites do domínio de estabilidade de um tipo estrutural são determinados por considerações energéticas. (Idem, p. 100)

Considerando a diferença entre a energia presente em um sistema contínuo e reversível e o que se dá em um contexto descontínuo e marcado pela irreversibilidade, será a metaestabilidade, que viabilizará a gênese do indivíduo, já que esta se faz tendo em conta o estado do sistema como um todo, incluindo a estrutura e a energia potencial. Esse aspecto da individuação física como modificação de um sistema, mostra-se claramente tendo em conta que a propagação se dá “(...) de próximo em próximo” (Idem, p. 103).

Entretanto, a individuação como modificação do estado de um sistema, demanda, para que possa ser iniciada, o aparecimento da singularidade como informação, que no caso dos cristais diz respeito ao surgimento de um germe, que atuará como princípio de transformação, conduzindo ponto a ponto, tendo em conta o estado atual desse sistema, o redesenho que ali será produzido. Assim, teríamos um encontro que, de acordo com Simondon, possui uma natureza histórica, já que apresenta o real como a união dos diferentes sistemas a partir do qual ele é composto. Nesse ponto, vê-se que a informação é indispensável como norte que permitirá que a individuação ocorra. Não é qualquer passagem energética entre estruturas, mas sim uma que consegue produzir um estado metaestável, e isso demanda a informação como veículo. Por isso, tendo em referência tal conceito de informação, Simondon estaria próximo da adoção de um viés platônico, já que não se trata de procurar e localizar indivíduos, mas sim admitir que o real é permeável por estes, como incluídos nos processos. Considerando apenas o viés do sensível, sem um apelo ao mundo das ideias, pode-se dizer que indivíduos participam de tudo, mas não são tudo, pois não resumem neles mesmos toda a extensão do conceito de unidade.

Nesse sentido, vale ressaltar o método genético como marca dos processos: “Poder-se-ia dar o nome de alagmática a um método genético como esse, que visa apreender os seres

individuos como o desenvolvimento de uma singularidade que une, numa ordem média de grandeza, as condições energéticas globais e as condições materiais;” (Idem, p. 109). Assim, ao invés de um determinismo causal, a individuação seria fruto das contingências específicas que permitem o estabelecimento do encontro que é gênese dos indivíduos. Trata-se, desse modo, da afirmação de um método que, semelhante ao dito sobre a individuação de um tijolo na operação técnica, nega e, ao mesmo tempo, permite justificar aquilo que inviabiliza tomar os indivíduos como mero encontro de peças prontas ou grãos.

Por isso, buscando compreender a chave da individuação nos cristais, Simondon destaca: “É no dinamismo das relações entre situação hilemórfica e singularidade que se deve buscar a verdadeira gênese de um cristal como indivíduo.” (Idem, p. 115), já que a simples contraposição entre o estado amorfo e o cristalino não daria conta dos casos específicos em que a continuidade e o estabelecimento de uma equidistância entre tais estados sejam suficientes para explicar o surgimento do indivíduo. O indivíduo cristal surge a partir de um germe cristalino desenvolvido a partir de um conjunto ordenado, que incorpora uma matéria primitivamente amorfa e rica em potenciais, e a estrutura segundo a disposição de todas as partes entre si. Assim, há uma dinâmica de transformação interior que viabiliza o surgimento dos indivíduos. Isso é diferente da interioridade granular, já que as polarizações dadas no objeto o seguem, o indivíduo já está lá.

Há aqui uma verdadeira interioridade do cristal que se opõe ao seu aspecto exterior. Essa oposição entre interioridade e exterioridade faz da individuação aquilo que ela é – o indivíduo afirmado como um interior estruturado oposto ao seu exterior não individualizado. Trata-se da construção da história do indivíduo a partir de um acontecimento, de uma singularidade dada interiormente. Isso não implica que o indivíduo seja um grão, mas sim que uma dinâmica processual específica o habilita como um tipo de acontecimento, nos termos de Simondon, uma condição de estruturação que define a oposição entre interior e exterior. Tal acontecimento é diferente daquele que dá origem a uma mônada, por exemplo, já que a individualidade de um cristal se faz pela capacidade de prolongamento, de próximo em próximo, da singularidade que o origina. Há um meio fundamental que é interiorizado como dinâmica de individuação, pois, como dito, é sempre um "mais que um" que viabiliza a individuação como processo. O indivíduo é elaborado não à revelia, mas em referência ao que se dá em seus arredores.

Considerando as propriedades simétricas conhecidas no âmbito do estudo físico, isto é, o campo de polarizações que podem ser constituídas, as propriedades de um indivíduo cristalino expressam e atualizam, ao prolongá-la, a polaridade ou o campo de polaridades que presidiram sua gênese. Tais propriedades no indivíduo físico são como limites e isso demonstra, ainda,

como a condição de contínuo inacabamento do cristal é o que de fato realiza a sua individuação. Nesse sentido, o inacabamento teria conexão direta com o aspecto polarizante do que está envolvido nos processos de individuação, o fato desta se dá como relação entre agências, entre condições que não são o indivíduo já dado, mas que fomentam a sua realização, nos dirigindo para a questão do físico como incluindo um aspecto quantizável. Como já mencionado, o termo polarização aparece tanto em Harman como em Simondon, cumprindo, entretanto, funções distintas, já que no primeiro caso, explicam o modo de ser de um indivíduo, enquanto, no segundo, fomentam sua constituição.

3.1.3 Partículas e quantização

Considerando os propósitos de Simondon, o modelo de individuação física tem nos desenvolvimentos mais recentes da física de seu tempo respostas que corroboram a individuação enquanto processo. Se no contexto clássico o indivíduo era tomado a partir de uma realidade que aparentava um forte aspecto de continuidade, sobretudo se consideramos a mecânica newtoniana, de acordo com a qual as partículas podiam ser precisamente previstas em sua constituição, bem como no que diz respeito ao movimento e interação com o sistema físico como um todo, a mecânica quântica acaba por demonstrar que no aspecto micro esse tipo de lógica não funciona, sendo necessário quantizar, estabelecer um limite numérico afirmativo da existência de uma partícula, mas que, ao mesmo tempo, é incapaz de prever ou estabelecer como ela se comportará e se relacionará com tudo mais no mundo.

Em outras palavras, a individuação física precisa equalizar a condição individual com a indeterminação, como marca do nível micro. De fato, isso coaduna com a concepção de individuação simondoniana, pois nada pode ser determinado de antemão, ressaltando o papel da dinâmica processual. Trata-se da própria indeterminação como marca de uma ontologia elaborada como alagmática. Harman, por seu turno, tenderia a compreender a indeterminação quântica como interna à unidade que contém o objeto, incluída no grão, sobretudo tendo em conta o significado do objeto real.

Em Simondon, essa condição parece favorável à afirmação do aspecto não-granular da individuação, já que não se trata de uma indeterminação individual, mas sim relativa aos processos que incluem indivíduos. Não interessa a Simondon mostrar um indivíduo, mas sim explicar como sua dinâmica operativa é explicativa dos acontecimentos do mundo e, sobretudo, como um tipo de singularidade é aquilo que o fundamenta. Se indivíduos tivessem de ser simplesmente captados na continuidade newtoniana, os processos seriam prescindíveis, pois

tais entes já estariam presentes, embora ocultamente, desde sempre, teríamos objetos, como proposto pela OOO harmaniana. Por isso, a individuação será aqui tratada pela possibilidade de ocorrência de descontinuidades não-granulares, amparadas em um sentido forte de relacionalidade.

A descontinuidade do real é um fato que implica um giro importante em referência ao modo tradicional a partir do qual indivíduos constituem tipos contínuos e isso não pode ser apartado do atrelamento entre estes com uma abordagem substancialista. Em outras palavras, a insistência na continuidade era fundamentada em uma crença de acordo com a qual o real possuiria uma unidade básica substancial, sendo o dever da física apenas a sua descrição. Isso é claro na maneira como estóicos e epicuristas acabavam por vincular o papel da relação dada fisicamente a propósitos morais. A relação era útil apenas de um ponto de vista instrumental, um meio para o estabelecimento de vinculações, como ressaltado por Simondon.

Por outro lado, pela ideia de individuação, trata-se de identificar na natureza os requisitos que permitem conceber a relação como possuindo valor efetivo, de ser, e isso ocorre a partir desse novo paradigma físico, quântico, de negação da substancialidade como tipo de granularidade, que estabelece o papel do que liga apenas como intermediário. Ser descontínuo implica em afirmar que somente há realidade onde partículas são compensadas por relações, que seriam modificações dadas no mundo. Simondon afirma:

a relação pôde ser colocada no posto de ser a partir do momento em que a noção de quantidade descontínua foi associada à noção de partícula; uma descontinuidade da matéria, que consistiria apenas numa estrutura granular, deixaria subsistir a maior parte dos problemas que a concepção do indivíduo físico na antiguidade levantava. (Idem, p. 139)

Assim, a noção de partícula exerce um papel preponderante, já que vincula a individuação ao que, nos nossos termos, afirmam seu aspecto não-granular, o *quantum* de ação como representativo dessa mudança que ocorre por saltos bruscos, por isso, como modelo de descontinuidade. Se fosse granular, como criticado explicitamente por Simondon, não seria possível captar aquilo que no real se apresenta por meio de descontinuidades. Por isso, são as relações que indicam o tipo de quebra que permite o estabelecimento do contato que gera o indivíduo, não como grãos, exteriores entre si que se conectam pela participação de um tipo de intermediário, mas pela unidade que é produzida no encontro.

A partícula, em sua dupla condição, permite ver claramente que a solução para a individuação não precisa vir de fora, desde que se perceba a riqueza de potenciais dados interiormente, já que são eles que possibilitarão a mudança estrutural, dada a partir de potenciais

energéticos. O grão seria, por isso, indicativo de uma pobreza interior, de uma necessidade de modificação oriunda do que se dá exteriormente. Por sua vez, a riqueza interior da partícula é não-granular, pois se estabelece de modo descontínuo, ao mesmo tempo que, como ser ou relação, se dá continuamente. O efeito fotoelétrico demonstra justamente que o tipo de estrutura representativa da individuação física é a que leva em conta a descontinuidade como ponto de partida e a continuidade como possibilidade. Isso porque o conceito de frequência indica um tipo de regularidade nas interações, mas não uma perenidade, ou mesmo uma afirmação da intensidade como chave para as relações.

No âmbito quântico, até a noção de espaço precisa ser redefinida, uma vez que não se pode produzir uma distinção entre estrutura e estado amorfo, no caso dos cristais, por uma separação escalar. Ao contrário, teríamos grandezas que incluem potenciais estruturais e amorfos. Simondon vê a descontinuidade enquanto estrutura dos processos de individuação, já que ela opera por saltos, não é previsível, capaz de ser estabelecida de antemão, mas se dá como um encontro que altera a maneira mesma como uma partícula se comporta em uma relação.

Nesse caso, a descontinuidade é sinônimo de relação, pois é essa capacidade de alteração estrutural dada pelo efeito de um fóton que permite uma mudança radical de posição, sem que tal modificação necessite estar amparada pelo que acontece nas cercanias da partícula. Simondon afirma: “o descontínuo está no modo de relação, que opera por saltos bruscos, como entre um meio periódico e um meio amorfo, ou entre dois meios de estrutura periódica; aqui a estrutura é a mais simples possível, ela é a unicidade da partícula.” (Idem, p. 140).

A partícula concentra todos os potenciais e, por isso, faz por continuidade aquilo que aparentemente seria dado por complementaridade. A diferença está no fato de a continuidade estar assentada na tese de que o complemento para uma partícula, que viabiliza as relações, localiza-se em seu campo associado, dado não por algo distinto, mas sim por outras partículas, que aparecem ou se comportam como um contínuo a depender do estado de transformações a que tal ambiente estaria sujeito.

Essa conclusão é importante para o nosso argumento, pois demonstra, mais claramente, como a individuação se faz intimamente conectada, por continuidade, aos seus arredores. Isso só pode ocorrer se o indivíduo for o contrário de um grão, já que tal indivíduo granular demanda uma distinção radical entre interior e exterior. A partícula não é um todo completo, que pode ser simplesmente suplementada, acrescida de algo exterior, em um sentido granular, reacomodada. Ela elabora-se estruturalmente como abertura, fazendo do complemento um tipo de continuidade.

A partícula, assim, seria regida por caminhos múltiplos de apresentação consoante ao tipo de relacionalidade inerente à individuação física, aparecendo em termos de continuidade quando as relações ali produzidas não fossem suficientes ou adequadas para produzir um tipo de descontinuidade ou o contrário, quando houvesse um tipo de interação capaz de modificar estruturalmente a condição dessa partícula, por exemplo, tomando como referência um elétron presente em uma placa metálica que é atingido por fótons compatíveis com a possibilidade de liberação de energia e, assim, com uma mudança efetiva na condição desta.

Em nossos termos, diríamos que para a partícula é fundamental ser não-grão, viabilizando a abertura para que os processos de individuação se deem. A chave está, como já mencionado, no aspecto transdutivo associado à ela, já que a unidade desta se elabora em direta conexão com seu ambiente periférico. A dinâmica da partícula não é indutiva ou dedutiva, mas sim analógica. Por meio do método analógico é possível demonstrar como, por meio das operações, uma determinada estrutura, como é o caso do fóton, constitui efetivamente formas de energia que se superpõem parcialmente em extensão e se identificam em compreensão, constituindo como duplos, enquanto âmbitos paralelos e complementares, ou seja, enquanto realidade transdutiva.

Segundo Simondon, corroborando tal argumento: “o andamento intelectual que a progressiva descoberta da continuidade entre as ondas hertzianas e o espectro invisível manifesta não é nem indutivo nem dedutivo: ele é transdutivo.” (Idem, p. 148-9). A determinação de gênero, espécie, diferença específica, bem como a extensão e a compreensão não variam nem em sentido inverso nem por transferência de evidência, indução e dedução. Por isso, a analogia seria de fato o raciocínio que permitiria produzir uma compreensão efetiva dos processos dados no real, pois possuiria um vínculo essencial com a forma como a transdução busca tomar o real: uma identidade de nexos.

O ser é relação e nessa mesma toada não-granular. Uma identidade de relações e não uma relação de identidades, permitindo que a unidade se estruture de modo processual, como ontogênese do real. Ao invés de localizar uma partícula, é o caso de rastrear sua dinâmica relacional, que é não-granular. Nesse ponto, coloca-se uma pseudocontradição, pois, embora a partícula possa ser, à primeira vista, vinculada a um tipo de granularidade, tendo em conta sobretudo, seu significado etimológico, ela é como um vestígio ou pista, por isso, mais dirigida para a não-granularidade.

O que se tem como conclusão é uma afirmação do físico como rico em potenciais, dado em termos de fases e que incluem a defasagem como parte intrínseca dessa atividade. Assim, a oposição entre partícula e energia, contínuo e descontínuo, seria mais resultado do que causa

da individuação, representando dimensões que aparecem em parte como ontogênese e em parte como operações, que dão luz ao indivíduo, mas também à energia e ao campo associado a este. O indivíduo físico seria um conjunto crono-topológico, devir complexo feito de crises sucessivas de individuação. O devir do ser consiste nesta não coincidência entre a cronologia e a topologia. A individuação de um conjunto físico estaria então constituída pelo encadeamento dos regimes sucessivos dessas duas dimensões citadas.

Cronologia e topologia são aspectos chave para a compreensão da dinâmica inerente à individuação física, sendo ainda, como corolário, explicativos do caráter não-granular da concepção simondoniana. Como ressaltado, há uma não coincidência que faz com que meio e indivíduo estejam sempre frente a frente. Há escalas de grandeza imbricadas umas nas outras, topologicamente, e cada uma delas tendo, todavia, seu devir próprio, sua cronologia particular, indicando um aspecto de correlação entre esses dois universos. Se houvesse um encontro perfeitamente unificado, uma identidade, então o indivíduo seria efetivamente como um grão.

Simondon afirma que um sistema age sobre si modificando suas próprias estruturas através do tempo, cronologicamente. Esse devir é sua individuação. Nesse processo, há trocas entre as diferentes escalas, ressonâncias internas, limiares quânticos, que implicam a ocorrência ou não de processos de individuação. O indivíduo como oriundo de uma operação ou alagmática justifica-se pelo fato deste não ser totalmente simultâneo relativamente a si mesmo: "a ressonância interna só se cumpre de maneira descontínua e com certo atraso de um escalão a outro". (Idem, p. 216). Por isso, há uma certa distância entre cronologia e topologia, variável de acordo com o devir de cada indivíduo.

Vê-se, com isso, que as tensões que condicionam a gênese individual e que, ao mesmo tempo, se distinguem do ente obtido são paralelas e concomitantes. Assim, o pré e o pós-individual carregam consigo a potencialidade que produz os indivíduos processualmente: "O ser físico deve ser considerado, ao contrário, como mais que unidade e mais que identidade, rico em potenciais; o indivíduo está em via de individuação a partir de uma realidade pré-individual que o subentende" (Idem, p. 217). Assim, em referência a si mesmo, o indivíduo tem apenas "uma relativa coerência, uma relativa unidade e uma relativa identidade." (Idem, p. 217). Como temos reiterado, isso somente pode ser afirmado se a individuação puder ser distanciada de uma ideia de encaixe, de separação ontológica entre interior e exterior. Nossa defesa da não-granularidade em Simondon alude a esse argumento: o indivíduo precisa, em algum sentido, ser descabido, por essa necessária não coincidência entre cronologia e topologia.

3.2 A INDIVIDUAÇÃO VITAL

Ao trazermos as nuances do que está implicado na individuação vital nos interessa mostrar que a não-granularidade também é marca do âmbito biológico. De fato, para Simondon a individuação biológica ocorre em simultâneo à física, sendo limitada, entretanto, por uma estrutura operativa e por um arcabouço constituídos distintamente. Apesar desses aspectos de distinção, o modelo físico da individuação é o panorama para a elaboração das dissonâncias específicas do vital, que permitem tomar o indivíduo como sede de reiterados processos, balizados por um ferramental transdutivo que é, para os nossos interesses, pista essencial do indivíduo tomado não-granularmente, já que não centrado na unidade constituída e sim nos agenciamentos que permitem o estabelecimento de vinculações. Em defesa do nosso argumento, elencamos os principais aspectos da individuação vital indicativos do vivente como mais que o grão.

Um primeiro ponto a ser considerado sobre a individuação vital refere-se à disponibilidade de informação como condição para que haja indivíduos. Em comparação com a física, que estende o máximo possível um mesmo dado informacional ocorrente, tornando tal operação ilimitada, se propagando até enquanto houver matéria e energia disponível, a individuação vital por manter-se aberta à informação, voltar-se sobre ela mesma, se autoregulando ao longo do tempo. Nesta há uma carga de pré-individualidade que não é usada de uma só vez, o que possibilita a suspensão e a retomada de tais processos a qualquer momento.

Desse modo, para Simondon o ser vivo é como uma fração de tempo muito mais longa que a formação do cristal, uma cascata de desenvolvimentos neotênicos. A Neotenia vital se afirma como uma capacidade de manter traços distantes da condição atual dos indivíduos, uma possibilidade de retomada que explica a singularidade presente no que é vivo. Isso nos leva a considerar que o indivíduo vital, até mais que o físico, precisa possuir um arcabouço não-granular, pois tanto o início de novos processos como a retomada daqueles já iniciados, demandam que haja a possibilidade de comunicação e de constante redesenho individual entre interior e exterior. No físico, a individuação é limitada, possui condições específicas a partir das quais é dada e sustentada, até, por último, findar-se. Por isso, o não-grão é para aquela individuação em específico, um começo, que é único. No vital uma abertura perpetuada, continuada, é requerida. A neotonia, assim, amplia o horizonte não-granular da ontologia simondoniana, permitindo que esta se dê por orientações múltiplas.

De todo modo, uma semelhança fundamental explica a conexão entre esses dois tipos de individuação: a matéria como depositária de informação. A vida surge dos processos de

informação da matéria realizados na individuação física. Por essa razão, gêneros e espécies possuem raízes físicas, fazendo com que o caráter quântico da individuação, já defendido por Simondon ao tratar da individuação física e das aparentes discrepâncias presentes em tal contexto, seja adotado como modelo para a individuação biológica. Gênero e espécies seriam, assim, zonas de variação entre os quanta. A matéria inerte, inorgânica, seria capaz de produzir sistemas de elevado nível de organização, de modo que a organização interior integraria coisas que já são organizadas. Tal defesa é importante para o nosso argumento, já que se trata de demonstrar como as categorizações biológicas vinculam-se ao caráter transdutivo dessa ontologia.

Embora, como dito, o paradigma da individuação física seja utilizado para a compreensão da individuação biológica, nesse último caso, o nível de organização de um sistema, desde o que se concebe como físico ao que é o vital, deve ser levado em conta. Assim, a propagação de um cristal que explica a individuação física como continuidade particular deve ser tomada na individuação vital como dada a partir de uma organização ou sistema. Por isso, ocorre uma mudança de ordem operativa demandada por uma modificação das estruturas e funções que regem esses dois domínios.

Nesse caso, interessa demonstrar como a organização sistemática requer um tipo de influência recíproca estabelecida entre indivíduo e meio, um não-fechamento, uma estrutura que, por isso, afirma o indivíduo vital como performativo e desse modo, não-granular. A individualidade seria procedida, desse modo, pelos níveis de organização e pela integração em seres complexos desses diferentes graus de sistema. Tal organização gradativa retoma o caráter quântico da individuação física, de continuidades, bem como de descontinuidades, que situam a existência individual. Não se pode, por isso, simplesmente focar no aspecto unitário localizado nos gêneros ou nas espécies, mas sim buscar as interconexões que se estabelecem relacionalmente como limites entre essas diferentes zonas.

Explicar a individuação vital implica, por isso, uma análise dos processos de transdução, que se mostram distintos dos aspectos plano e direto em que a informação é transmitida no âmbito físico. No indivíduo vivo, vale ressaltar, segundo Simondon, ela é hierarquizada e indireta, o que demanda dinâmicas específicas de conexão com o meio e de separação de indivíduos. Desse modo, interessa compreender como os conceitos propostos pelo filósofo de integração e diferenciação elaboram a informação no vivente como condicionante transdutivo.

O que aparentemente indica a presença de granularidade no vivente, já que amparado num aspecto de junção e separação de unidades distintas, na verdade deve ser compreendido pela dinâmica informacional, diga-se transdutiva, que engendra. Em outras palavras, a

individuação está numa operação que, nesse caso específico, não é direta, supondo compartimentos que são, efetivamente, apenas veículos de informação. Ressalte-se que está na informação o centro desses processos, o que implica um tipo de descompartimentação do que aparentemente existe em separado, apartado por uma lógica de polarizações.

A Integração diz respeito a uma teoria hierárquica em que elementos de ordem inferior são incorporados a um sistema composto de outros sistemas. Cada coisa pode ser vista como um nível de um sistema mais amplo. Ela, tomada como memória do sistema, é o aprendizado pelo qual um ser vivo pode passar como internalização do mundo. Tal internalização elabora a unidade do processo, delimita um entorno de elementos, uma sistemática mais rica, mais elevada, que descobre a compatibilidade que não estava dada. Ela é a transformação de um descontínuo num contínuo, operação de resolução de uma incompatibilidade pela criação de um sistema que reúne elementos sem anular essa complexidade. Tudo pode ser, aparentemente, grão para uma unidade mais ampla, entretanto, isso somente pode ocorrer se essa dinâmica de amplificação possuir um princípio não-granular e não substancial, a informação.

A Diferenciação, por sua vez, é alusiva a um tipo de ação que introduz diferença no mundo. Por ela ocorre a transformação do contínuo em descontínuo, dispêndios ou distribuição de energia adquiridas progressivamente. Dadas quanticamente sobre a realidade física, por isso, supondo dinâmica não-substancial, a integração e a diferenciação, explicativas da conexão entre indivíduo e grupo biológico, seriam, ainda, o fundamento da transdução no vivente. Segundo Simondon: “O nível total de informação seria então medido pelo número de estágios de integração e diferenciação, assim como pela relação entre a integração e a diferenciação, que pode ser nomeada de transdução, no vivente.” (p. 232).

O que permite ao indivíduo biológico distinguir-se de um simples autômato é a capacidade de lidar, de vincular ou estabelecer nexos entre integração e diferenciação. Em termos psicológicos, integração e diferenciação seriam como representação e distribuição, a primeira guardando a informação adquirida e a segunda distribuindo no tempo energias reservadas progressivamente, produzindo as continuidades e descontinuidades que são o traço distintivo dos processos de individuação. De todo modo, é necessário que haja comunicação entre esses dois âmbitos do processo, já que somente assim se explica o surgimento da novidade individual.

Como já referido, a não-granularidade que supomos decorre da possibilidade de que o indivíduo seja obtido e mantenha-se por uma capacidade de interação entre domínios, o que faz com que estes sejam sempre constituídos em relação a algo mais. Nenhum indivíduo biológico, por essa tese, se explica internamente sem apelo ao que se dá em sua vizinhança, ao mesmo

tempo que o interno é influente em termos de suas externalidades. Assim, limites são provisoriamente estabelecidos, principalmente, por essa dependência dada entre interior e exterior e, sobretudo, pela relevância do que existe como trânsito entre sistemas.

Nesse contexto, Simondon menciona o papel do que ele define como qualidades reguladoras, instrumento de reatividade pela qual o vivente aprecia sua própria ação. É por meio delas que a transdução é viabilizada como nexos entre continuidade e descontinuidade, promovendo o alargamento de domínios nas espécies biológicas que, de uma ordem inicialmente restrita, estende seu campo de existência, marcado, sobretudo, pelo que é a reprodução. Por isso, essa qualificação seria como uma terceira atividade, conectada àquilo que é integração e a diferenciação, indispensável para a explicação da vida, definida como recorrência de causalidade, que aparece como um tipo de acoplamento que associa os diferentes processos de integração e diferenciação.

A recorrência de causalidade tem como consequência a admissão de que o organismo age e o resultado da ação é integrado como sinal de informação para ele. Tal recorrência explica como duas atividades complementares, nos termos de Simondon, são implicadas por uma que as integra e as diferencia continuamente. A recursividade não seria, ela mesma, uma terceira função, para além da integração e da diferenciação. Por isso, a afetividade teria um papel regulador operando essa bipolaridade, demandando a recorrência como instrumento de qualificação, de discriminação.

Nesse sentido, vale reiterar que a individuação possui uma unidade sistemática, aparentemente granular, mas que somente é funcional se houver algo que se destaque em termos de informação. O grão faz sentido, é necessário, mas apenas se sustentado por uma lógica agencial, não-granular. A afetividade seria, por isso, fundamental para demonstrar como as unidades sistemáticas específicas não contém nelas mesmas o princípio unificador e amplificativo da existência dos seres vivos. O grão que elabora as unidades específicas do vital existe como em um circuito aberto, viabilizando a continuidade do indivíduo.

Isso fica claro ao examinarmos o papel das sensações. Estas, em um meio, atuam como um quantum determinado de uma intensidade que a causalidade recursiva estabelece como mais ou menos. O organismo vai identificando variações de intensidade do seu meio, definindo qualidades quanto a este. Com isso, ele se singulariza em faixas de referenciais. Por isso, as qualidades, no geral, seriam unidades transdutivas, pois ligam e distinguem termos que não são idênticos nem estranhos uns aos outros. Essa dinâmica, vê-se, mostra como o processo de individuação supõe um tipo de quebra internamente à estrutura do próprio indivíduo

biológico. A recursividade³⁰, por exemplo, demonstra que nenhum indivíduo retira de um arcabouço interno e dado a priori as condições de sua continuidade e da própria espécie. Isso é não-granularidade.

A afetividade seria a ponte para as mudanças motoras e representacionais nesse processo, que se fariam quanticamente como continuidades e descontinuidades, integrações e diferenciações dos agrupamentos interiores com os exteriores, produzindo um equilíbrio da unidade do heterogêneo, uma qualidade que é transdutiva por natureza, pois, conforme Simondon: “todo espectro qualitativo liga e distingue termos que não são nem idênticos nem estranhos uns aos outros” (Idem, p. 237). Assim, o que está em jogo é a busca pelo equilíbrio transdutivo, que viabiliza a individuação. Ele não pode ser simplesmente achado, mas elaborado. Isso implica admitir que a realidade biológica precisa conter um campo de possibilidades ontológicas que transcende o simples encontro de coisas ou unidades. Se o indivíduo apenas localizasse o seu complemento, nenhuma operação ou dinâmica transdutiva seria necessária. De fato, como unidade pronta, todo encontro seria mera suplementação, rearranjo dado apenas externamente.

Simondon abre possibilidade, assim, para que se compreenda a identidade do sujeito a partir da transdutividade do tempo, que pode ser dada de modo fragmentado ou contínuo. Isso porque “cada instante está separado daqueles que o seguem ou que o precedem por aquilo mesmo que o liga a esses instantes e constitui sua continuidade relativamente a eles; distinção e continuidade; separação e relação são os dois aspectos complementares do mesmo tipo de realidade.” (Idem, p. 237-8). Por essa razão, o filósofo considera o papel que a série temporal exerce sobre a transdução vital como um tipo fundamental, que é, simultaneamente, integradora e diferenciadora.

Assim, a identidade do vivente seria constituída por sua temporalidade, sendo essa uma conclusão esclarecedora, a distanciando do mero atributo, afirmativa, por outro lado, de uma relação de caráter transdutivo. Não há um dado pronto, um elemento que mantenha a unidade deste em meios às contradições implicadas no que é a vida, mas sim uma identidade que é continuamente reafirmada por integração e diferenciação, transdutiva. O indivíduo simondoniano não possui na individuação qualquer garantia de continuidade, estando permeado pelo que ocorre interiormente como integração e exteriormente pela diferenciação. No vivente,

³⁰ Talvez pudéssemos tomar os conceitos de recursividade e simbiose, à luz dos significados específicos atribuídos para relação, enquanto ilustrativos para a diferenciação entre o granular e o não-granular. A recursividade está implicada na concepção de que toda e qualquer relação é anterior ao que são os indivíduos, ela elabora a individuação e por isso é não-granular, enquanto a simbiose é afirmativa do oposto.

vê-se que, embora haja interioridade como marca dos indivíduos, esta não se coloca como dado, mas sim por uma contínua necessidade de construção. A identidade prescinde de agenciamentos, os nega de fato, o grão é idêntico a si mesmo.

Isso aparece ao se examinar o significado da unidade no âmbito biológico como foco de uma tensão estabelecida entre colônia e indivíduo separado. Segundo Simondon, a resposta está na possibilidade de vida: “gostaríamos de mostrar que o critério que permite reconhecer a individualidade real, aqui, não é a ligação ou a separação material, espacial, dos seres em sociedade ou colônia, mas a possibilidade de vida à parte, de migração fora da unidade biológica primeira.” (Idem, p. 245). Considerando o caráter quântico da individuação, a existência individual em específico, fora da colônia, se dá em referência às capacidades relacionais, de produção de descontinuidade, já que quando esta é perdida com a morte, não há mais como ser atribuída a individualidade a tal indivíduo, que passa a integrar a continuidade, como corpo da colônia.

Isso implica em admitir que o indivíduo como unidade nunca se define de forma independente do que é o mundo. Note-se que o indivíduo simondoniano constitui-se por um viés forte de relacionalidade, o que permite afirmar que não há no vivente uma essência real em separado que carregue os traços da individuação, como um grão. Ser indivíduo é possuir essa capacidade de fomentar, de carregar a sua condição individuante, podendo ela se dar ou não em conexão com a colônia. Por isso, a relacionalidade como valor de ser pode ser dita como um traço marcante de uma tese não-granular. Não há grãos como determinações, pois é a polaridade do vivente como dada entre dois âmbitos que constituem as gêneses interna e externa do indivíduo. Trata-se de funções vitais indispensáveis e que testemunham a evolução como um processo transdutivo, já que implicam o desafio ao indivíduo de lidar com a informação enquanto demanda dirigida ao interior e exterior.

Em níveis pré-individuais, embora essas duas operações sejam indistinguíveis, há uma orientação que dirige a polarização. Em outras espécies que possuem um maior grau de individualidade essa diferença adquire um traço marcante, a ponto de ser possível distinguir o produto da gênese exterior daquilo que é a sua origem, vide o que ocorre com os mamíferos. De todo modo, o cerne para a compreensão do indivíduo vital está na forma como ele lida com tais polarizações, não havendo algo como um indivíduo dado por si mesmo, separado de suas tensões constituintes. Deve ser salientado, por isso, o papel imprescindível do pré-individual que, separado em maior ou menor grau, não deixa de influenciar os processos. Não se trata de uma relação entre peças, mas sim de polarizações entre dimensões não-granulares que demonstram que o indivíduo está sempre na espreita das ocorrências periféricas.

Isso permite concluir que não há apenas um modo de ser indivíduo como vivente, mas possibilidades dadas de acordo com o sistema vital em que cada processo está acontecendo. Essa dinâmica é reafirmada ao se tratar da questão da reprodução. Nisso, as contribuições do Zoólogo Francês Etienne Rabaud (1868-1956) são o Norte para a análise da questão por Simondon. Para Rabaud há um nexo de influências internas, metabolismo e massa individual, que se moldam aos desenvolvimentos externos, embasando a reprodução. Isso implica em admitir que esta não se realiza de modo separado do meio e por qualquer finalidade pré-definida, mas sim como um tipo de conexão causal, o que demonstraria, para os nossos interesses, o seu sentido não-granular. Por isso, nenhuma unidade seria dada e continuada por si mesma, independente do papel exercido pelo meio.

Conforme Simondon, “Toda reprodução, para Rabaud, é uma regeneração. Ela parte do próprio indivíduo que, em todas as suas partes, é substância hereditária” (Idem, p. 265). Essa compreensão é endossada pelo filósofo como caminho para mostrar que a reprodução não constitui uma exceção ao papel que a individuação possui para o vivente. Em outras palavras, regenerar é individuar. Por isso o produto da reprodução é derivado e atua como continuidade às polarizações a partir das quais se origina. Não há uma semente como coisa, um grão, mas sim agenciamentos, por isso a reprodução repercute a não-granularidade que observamos no pensamento de Simondon.

A reprodução é ampliação ontogenética, indica o aparecimento de uma novidade que se afirma como um tipo contínuo. Assim, uma descrição adequada do indivíduo é uma que capta os processos entre continuidades e descontinuidades, e isso somente pode ser realizável se os aspectos constitutivos dos indivíduos forem não-granulares, já que relativos a nexos que são o cerne de onde a individuação se dá. Nesse ponto, vale lembrar que a individuação do vivente se faz como um tipo de operação neotênica, um tipo de retomada de um processo de desenvolvimento dado por caracteres que, em princípio, não teriam um papel direto na reprodução. Essa aplicação da neotenia permite robustecer a tese simondoniana de que o processo de individuação e o de reprodução não podem ser distinguidos, pois aquilo que forma um indivíduo é, ao mesmo tempo, fundamento para uma retomada.

Em outras palavras, neotenia é informação. Desse modo, não é a reprodução que embasa as operações, como suporia uma resposta granular, tal qual a OOO, mas estas últimas que situam a reprodução. Nesse sentido, diz Simondon:

O indivíduo não é um ser, mas um ato, e o ser é indivíduo como agente desse ato de individuação pelo qual ele se manifesta e existe. A individualidade é um aspecto da geração, explica-se pela gênese de um ser e consiste na perpetuação dessa gênese; o

indivíduo é o que foi individuado e continua a se individuar; ele é relação transdutiva de uma atividade, a uma só vez resultado e agente, consistência e coerência dessa atividade pela qual foi constituído e pela qual ele constitui; ele é a substância hereditária, segundo a expressão de Rabaud, pois transmite a atividade que recebeu; ele é o que faz passar tal atividade, através do tempo, sob forma condensada, como informação (Idem, p. 281).

Pode-se concluir, assim, que a individuação é um tipo de amplificação, pois do ponto de vista neotênico, cada novo fluxo de informação repercute produzindo modificações globais. Nesse caso, uma diferença importante ocorre entre a individuação física e a do vivente. Na primeira, a informação produz o indivíduo, que não preexiste, mas é forjado por ela. Na individuação do vivente, por sua vez, o ente é afetado pela informação, que se produz como tipo de recorrência, havendo por isso, um indivíduo que está sendo continuamente retomado.

Como consequência, o indivíduo não pode ser separado das polarizações que o constituem. Há uma tensão que em maior ou menor grau é indispensável, descartando o espectro de mera substância e que reafirma a toada não-granular do indivíduo simondoniano. Em outras palavras, a ideia de amplificação permite concluir que a não-granularidade é produzida pela própria dinâmica agencial e, por isso, não substancial do que são os indivíduos processualmente tomados. O foco da tensão é informativo e não por um apelo a substâncias, isso explica porque, apesar de uma existência dada por um aspecto aparentemente granular, não é nela que repousa o cerne do vivente.

De acordo com Simondon, o regime de informação define o grau de individualidade. Um tipo de ato ou de acontecimento determinado pela possibilidade de reação, de controle, de utilização da informação em função do estado do organismo e, por consequência, de autonomia (Idem, p. 285). O indivíduo é, assim, resultado de um problema dado como disparação entre pares de elementos informativos antitéticos, acrescido de homeostasia, como um princípio de coesão que liga, por uma atividade de comunicação, esses dois domínios diversos. As amplificações, enquanto etapas de individuação, seriam, desse modo, resultado da dinâmica contínua de problematização e da resolução destas como homeostasia, obtenção de um equilíbrio. Vê-se que é a partir de uma assimetria que a homeostase pode ser obtida, há uma diferença que precisa ser regulada. Não se trata de dialética, pois não se busca desfazer a assimetria, mas sim produzir por meio dela um tipo de ressonância interna. Assim, para cada problemática, há uma nova individuação como tipo de mediação de uma tensão. Afirmar o indivíduo como resultado de uma problemática implica em considerar que este não pode preexistir ou se dá em total indiferença ao que ocorre em um determinado ambiente tensionado. A individuação como resolução de um problema explica sua não-granularidade, já que não pode

se separar de seu processo constitutivo, nem do que lhe prossegue, por isso implica em atividade de amplificação, agenciamentos.

A ontogênese presente no vivente, ao se constituir como modelo de amplificação, dirige o indivíduo continuamente para um mais adiante, um tipo de expansão para além de si mesmo. Isso ocorre porque a base individual é referencial de tensões. Essa conclusão mostra-se bastante relevante, já que demonstra que não há um centro, uma marcação do real dado pelo indivíduo enquanto tal, afastando um sentido de granularidade, mas sim uma polarização contínua, um tipo de existência dada em referência à metaestabilidade, enquanto solução provisória, nunca uma estabilidade. Isso fica claro se levarmos em conta a crítica que Simondon dirige à compreensão do indivíduo como *mônada* que é, ao nosso ver, um modo de afastar a possibilidade de que o vivente seja tido como realidade essencial, como semente ou grão. Diz o filósofo:

não há essência única do ser individuado, pois o ser individuado não é substância, não é *mônada*: toda sua possibilidade de desenvolvimento lhe vem do fato dele não ser completamente unificado, não ser sistematizado; um ser sistematizado, tendo uma essência, como uma série tem sua razão, não poderia se desenvolver. O ser não está inteiramente contido em seu princípio, ou melhor, em seus princípios; (Idem, p. 308).

A *mônada* seria, portanto, um tipo de realidade autocontida, um dado unificado por inteiro, que não carece de seu meio. Por isso, como dito, esta seria grão, por ter nela mesma toda a estrutura que a elabora e a suporta. De modo distinto, o indivíduo obtido a partir dos processos, por ser sempre o produto de uma polarização, supõe a participação indispensável de algo que é mais que um indivíduo, a conexão com um meio que lhe antecede e que o segue. Poder-se-ia dizer que há não-grão por estarmos sempre diante de uma unidade formada, necessariamente, de modo precário, pois diretamente vinculada às tensões que a sustentam.

Como disparação, percebe-se que a conexão entre o indivíduo e o meio cria um novo sistema ou topologia, não havendo simples acomodação, já que a individuação, como ação englobante é, antes de tudo, uma solução de diferenças. Isso justifica a impossibilidade do grão, pois a referência topológica é uma maneira de demonstrar que a individuação é um acontecimento e por isso, em algum sentido, tomar lugar enquanto singularidade. Ressalte-se, o lugar não é um dado, mas uma espécie de epicentro das ações, onde as tensões que fomentam as disparações ocorrem. Conforme Simondon: “a ação é uma descoberta da significação dessa disparação, daquilo pelo qual as particularidades de cada conjunto se integram num conjunto mais rico e mais vasto, possuidor de uma nova dimensão” (Idem, p. 313). Nada se define como topológico a priori em uma abordagem não-granular. Somente pelo seu oposto, um viés granular, como o suposto por Harman, a unidade antecede a situação, mas isso decorre do

sentido primário, com Aristóteles, a partir do qual o conceito de objeto é elaborado. Com Simondon a unidade é descoberta e mantida apenas por meio dos processos de individuação.

Desse modo, para o indivíduo, o mundo perceptivo não pode ser tomado como sistema autônomo e completo, já que deve levar em conta as modificações contínuas produzidas pela ação, que amplia continuamente o real, fazendo deste um universo completo, que assim o é enquanto o vivente opera. Conforme Simondon: “o vivente, entrando em meio a esses mundos perceptivos para dele fazer um universo, amplifica a singularidade que ele porta. Os mundos perceptivos e o vivente se individualizam juntamente em universo do devir vital” (Idem, p. 317). Para o filósofo: “Só esse universo do devir vital pode ser tomado como verdadeiro sistema total;” (Ibidem). Diferente de um ponto de partida, tal universo somente é encontrado ao longo da vida, como o sentido desta. Isso ocorre pelo fato de não se poder unificar em um todo os sistemas sensoriais que são a base das operações de individuação. O indivíduo biológico estaria, assim, incluído em um sistema totalizante como orientação, mas sempre em formação enquanto atividade, já que se trata de uma estrutura elaborada relacionalmente, por agenciamentos, que norteiam a existência do vivente.

Isso reforça a topologia do vivente como cerne da individuação biológica: seu tipo particular de espaço, a relação entre um meio de interioridade e um de exterioridade, para se aproximar do que é a vida como significado. Há uma condição topológica essencial no vivente como vivente: “a essência do vivente talvez seja um certo arranjo topológico que não se pode conhecer a partir da física e da química, em geral utilizando o espaço euclidiano.” (Idem, p. 336). Uma condição topológica fundamental diz respeito ao caráter polarizado, assimétrico, da permeabilidade celular. Trata-se de um espaço não-granular, já que não preexiste e mantém-se intacto aos processos de individuação.

A membrana para existir precisa abarcar um tipo de polarização, uma assimetria característica de sua existência e seu funcionamento, separando o meio de interioridade daquilo que é exterioridade, estabelecendo, assim, a existência do vivente como a fixação contínua de um limite. Tal limite é o que define o dentro e o fora, embora isso não se faça como separação radical, pois mesmo a definição de interior e exterior para um organismo é dada por um caráter dinâmico, levando em conta o que Simondon denomina de mediações transdutivas:

Pode-se então dizer que a estrutura de um organismo complexo não é somente integração e diferenciação; é também essa instauração de uma mediação transdutiva de interioridades e exterioridades, indo de uma interioridade a uma exterioridade absoluta, através de diferentes níveis mediadores de interioridade e exterioridade relativas (Idem, p. 338).

Trata-se de uma condição importante que repercute em termos de afirmação de uma tese não-granular. Temos insistido que uma distinção radical e com traços bem definidos entre dentro e fora são afirmativos do grão, pois funcionam como demarcadores das unidades e das diferenças entre tais entes. O indivíduo não-granular, como é o caso do vivente, por outro lado, inclui aspectos de uma diferença relativa. Por isso, nenhuma condição associada à vida pode ser dada de modo separado da organização sistemática que a compõe.

A topologia, aqui, é justamente um argumento para demonstrar como a relacionalidade articula essas diferentes dimensões do espaço implicadas no indivíduo, fomentando novos processos de individuação por um princípio de polarização e de mediação contínua de assimetrias. Não há vivente sem topologia, pois é ela que permite ao espaço de interioridade o contato com o que lhe é exterior. Se no indivíduo físico a condição de não-granularidade é dada sistematicamente, por um centro, a partir do princípio de ressonância interna que prolonga a existência, no vivente a não-granularidade é também periférica, já que o exterior complementa, está anexado ao que é o indivíduo como interioridade.

Ressalte-se que a topologia como organização dos espaços interior e exterior no âmbito do vivente implica, conforme Simondon, a admissão de uma cronologia, pois o processo já realizado, tomado como interioridade, e que ainda produz ressonância interna, reverbera naquilo que é o exterior enquanto devir, isso porque a individuação do vivente não se faz por mera interiorização, mas também por um aspecto de condensação. Assim, tal dinâmica de individuação implica em um tipo de conexão, além da espacial, temporal, entre o passado, o futuro e o processo em curso, como presente.

Nesse caso, a topologia e a cronologia não se opõem ou se excluem, mas aplicam-se uma à outra e constituem, conforme o filósofo, “a dimensionalidade mesma do vivente individuando-se”. (Idem, p. 341). Como dito ao tratar da topologia, nos parece que a cronologia oferece uma possibilidade de situar os processos temporalmente em termos de transdutividade, demonstrando como o vivente se elabora em referência a agenciamentos que o antecedem e que o extrapolam. A temporalidade seria, assim, um caminho não-granular ou não-substancial de demonstrar como um indivíduo pode estar no mundo, sem que precise ser simples conteúdo deste, mas sim parte de sua dinâmica operativa, já que espaço e tempo se afirmam em direta conexão com o que é obtido por meio dos processos de individuação. Em sentido oposto, com Harman, o tempo de um objeto é especificamente dele, mas não é posterior, pois o grão para existir precisa afirmar-se temporalmente.

Desse modo, essa caracterização geral da individuação biológica permitiu verificar que a vida é agenciamento, produção de ressonância interna, relacionalidade fundamental entre

níveis de grandeza que compõem o real. Trata-se de uma abordagem não-granular da individuação, já que embasada em um tipo de contaminação entre escalas dadas em um sistema organizado e nunca completamente saturado. Conforme Simondon: “A individuação não se faz apenas no indivíduo e por ele; ela também se faz em torno dele e acima dele” (Idem, p. 324). Entretanto, se algumas disparidades faziam com que o físico não pudesse conter o indivíduo como ser vivo, embora tais processos ocorram em simultâneo, sendo como que continuidades de uma corrida de revezamento, o vivo demandará o psíquico como caminho para o desdobramento de problemáticas novas e específicas não abarcadas pelo indivíduo biológico.

3.3 A INDIVIDUAÇÃO PSÍQUICA E COLETIVA

3.3.1 - O Psíquico

Comprometer-se com um argumento não-granular envolve demonstrar como as várias defasagens do ser se elaboram por uma abertura, como pré-individualidade, que é parte dos próprios processos de individuação. Nisso, considerando que o vivente não encerra por completo toda a problemática que diz respeito aos processos de individuação, o psiquismo se coloca como um novo âmbito de resolução de disparidades. Por isso é necessário explicar como a distinção entre o psíquico e o vital é produzida. Nisso, Simondon ressalta que não se tratam de duas substâncias, nem de duas funções paralelas ou sobrepostas, mas sim de um processo de lentificação da individuação vital que gera o psíquico, uma amplificação neotênica do estado inicial da gênese. Há psiquismo quando o vivente não se concretiza completamente, conservando uma dualidade interna. Ao invés de a vida conseguir resolver a problemática da percepção/ação, ela devém paralela a um conjunto composto pela percepção e pela ação que o vivente se problematiza. Desse modo, a não-granularidade produzida com a individuação biológica fomenta a continuidade dessa abertura em um outro nível.

A afetividade, que no vivente é reguladora resolvendo a tensão entre percepção e ação, mediando âmbitos heterogêneos e bipolares, resulta no psiquismo como geração de uma nova problemática. Para Simondon, a vida psíquica implica em um novo mergulho no pré-individual, um novo processo de individuação. As funções vitais como individuações dadas não são transportadas, não existem para a individuação psíquica. Por isso, para o psíquico, o vital sempre aparecerá como um tipo de problema. Nesse sentido, é como se o direcionamento para a granularidade, como resíduo de um processo de individuação, sempre deixasse um rastro não-granular, uma possibilidade de retomada dos processos. Diz Simondon:

O psiquismo aparece como um novo estágio de individuação do ser, que tem por correlativo, no ser, uma incompatibilidade e uma supersaturação que lentificam os dinamismos vitais, e, fora do ser enquanto indivíduo limitado, um recurso a uma nova carga de realidade pré-individual, capaz de aportar ao ser uma nova realidade; o vivente se individua mais precocemente, e ele não pode se individuar sendo para si mesmo sua própria matéria, como a larva que metamorfoseia alimentando-se de si própria; o psiquismo exprime o vital e, correlativamente, uma certa carga de realidade pré-individual. (Idem, p. 241).

O vivente é como uma cepa para a individuação psíquica, mas não em termos da conexão dada entre matéria e forma, pois não se articula enquanto conexão apenas exterior. Ao invés disso, faz com que, internamente, o que era aparentemente grão se torne componente não-granular para novos processos. A individuação se dá por saltos, por isso o referencial quântico é tão relevante, marcado por continuidades e descontinuidades. Isso implica em afirmar uma conexão que se faz de individuação para individuação. Isso também ocorreria da individuação psíquica para o coletivo, em que a passagem da individuação dada interiormente, como psíquico, para o exterior, é viabilizada enquanto coletivo. Muriel Combes ressalta que "a individuação psíquica e coletiva seriam então a unidade de duas individuações recíprocas". (2017, p. 58, tradução nossa). O aspecto quântico ajuda a demonstrar, em nossos termos, como a aparente granularidade é dada em torno de uma dinâmica que precisa ser não-granular.

Nesse sentido, o caminho por meio do qual a individuação psíquica e a coletiva são inseridas no âmbito dessa discussão demonstram um compromisso, conforme referido por Combes (Idem, tradução nossa), de proposição de um modelo que não precise apelar a novas substâncias, tais como alma ou sociedade. Por isso, tomar a individuação psíquica e coletiva como prolongamentos dados desde a vital, aparece como um argumento, em termos dos nossos interesses, de demonstração de que indivíduos são não-granulares em toda a sua extensão. Se houvesse granularidade, a passagem que é viabilizada a partir do vital seria entre entidades, o que provaria que algo precede hierarquicamente os processos de individuação, um grão. De fato, o grão é intuído indiretamente como perda dos potenciais de individuação que existem nos diversos âmbitos do real.

Desse modo, sucintamente, focaremos nossa análise sobre esses novos aspectos da individuação enquanto processo, visando demonstrar como os condicionantes da vida psíquica e coletiva se elaboram por uma dinâmica não-granular, como ampliação de domínios, o que contraria o sentido tradicional, granular, a partir do qual a psicologia e sociologia como ciências propunham a análise dos problemas nesses campos. Isso será visto por meio da análise do significado da percepção, da afetividade e da ontogênese da individuação psíquica.

Inicialmente, vale destacar que perceber é resolver uma incompatibilidade dada psiquicamente, não se tratando da mera captação de um conteúdo do real. Considerando seu direcionamento para o mundo, a análise dessa problemática envolve descobrir como se dá a segregação das unidades presentes no campo perceptivo, entre sujeito e objeto. Por isso, para Simondon é a tensão entre sujeito e objeto que gera a percepção. A percepção não seria, por isso, um dado pronto, uma forma localizada no mundo, mas sim uma gênese a partir da qual a unidade e a coerência são obtidas.

Nesse sentido, a percepção também pressupõe um estado de metaestabilidade, um conflito a ser dirimido entre sujeito e mundo, que incluiria como terceiro elemento a tensão produzida entre eles. Por isso, conforme Simondon "a percepção não é a apreensão de uma forma, mas a solução de um conflito, a descoberta de uma compatibilidade, a *invenção* de uma forma." (2020, p. 349). Se a percepção fosse forma, ela não poderia se desvincular de um aspecto de granularidade presente no mundo e que seria parte também daquele que percebe. Trata-se de um outro tipo de significado que, como dito, não está na coisa, mas em um tipo de operação.

Desse modo, ao invés de forma, ou mais especificamente boa forma, a segregação que se realiza como ato perceptivo demanda informação. Simondon entende que ao invés de caracteres geométricos, o caminho para a apreensão por uma criança da forma de um leão ou tigre, por exemplo, seria dado por um tensionamento, um potencial, que permite descobrir a polaridade envolvida, que se realiza como segregação das unidades de percepção:

a criança mostra uma surpreendente aptidão para reconhecer, para perceber, nos animais que vê pela primeira vez, as diferentes partes do corpo, mesmo quando uma similitude bem fraca entre a forma humana e a desses animais obriga a excluir a hipótese de uma analogia exterior entre a forma humana e a forma desses animais. É de fato o esquema corporal da criança que, numa situação fortemente valorizada pelo temor, pela simpatia, pelo medo, está engajado nessa percepção. É a tensão, o grau de metaestabilidade do sistema formado pela criança e pelo animal numa situação determinada que se estrutura em percepção do esquema corporal do animal. (Idem, p. 350-1).

Por isso, para Simondon, nem a teoria da informação, viés quantitativo, ou o pensamento da boa forma, qualitativo, seriam capazes de capturar o significado da realidade da informação como parte de sua ontologia dos processos de individuação. Ao tomar a informação enquanto intensidade, busca-se demonstrar como no sujeito ela se articula a partir do dinamismo vital, tendências, paixões, instintos. Não se trata de uma forma ou grão, mas um sinal, como modelo não-granular, a partir do qual o sujeito define e corrige sua situação em relação ao mundo. Isso se justifica pelo fato de o objeto ser uma realidade excepcional, não é ele que é apreendido, mas

o mundo polarizado. Assim, a intensidade de informação é veículo de polarização, como significação, produzida entre sujeito e mundo. A atividade perceptiva seria, desse modo, apreensão e organização das intensidades na relação do mundo ao sujeito.

Conforme Simondon, isso implica em admitir que a realidade individuada não pode ser descrita como referente a apenas um domínio, psicológico ou material, mas sim como um misto (Idem, p. 352). Para o filósofo, a individuação está num sistema em que se produz um estado metaestável. Esta pode ser dada apenas em um momento, como é o caso do indivíduo físico, ou manter-se e poder ser retomada, como no vivente, a depender da condição de reversibilidade de suas operações, a alagmática, que são, em algum sentido, sempre limitadas. Por isso, a metaestabilidade alude a um aspecto espacial, de situação, mas também aos potenciais, dados temporalmente.

Pode-se concluir, com isso, que a individuação não se produz em total independência daquilo que são as tensões, as polarizações, os condicionantes periféricos que elaboram e permitem que um estado metaestável seja continuado. Nada se faz em isolamento, como pura interioridade, tal qual proposto pelo modelo granular adotado pela OOO harmaniana. Não é a coisa que assimila, mas sim as operações que definem a realidade como polarização.

Essa tradução de organizações espaciais em sequências temporais e vice-versa implica uma teoria da informação, ao invés da simples localização de uma forma. Pode-se dizer, desse modo, que esse é o caminho para a objetificação do real, o percebido não é dado, mas sim, atividade de troca entre aspectos espaciais, temporais e informacionais. A resposta para esse intercâmbio, ao invés da simples admissão da forma ou da informação em separado, é localizada por Simondon na noção de *quantum*. Este captaria "o objeto físico como organização de limiares e de níveis que se mantêm e se transpõem através das diversas situações." (Idem, p. 356).

Trata-se, assim, de apreender a coerência do feixe de relações que produzem um objeto, de encontrar a polaridade atinente a essas relações dadas quanticamente. Como dito acima, a quantização do real diz respeito, justamente, a uma existência que se dá tensionada, por uma interioridade que nunca pode ser definida isoladamente sem apelar ao que se dá nos arredores. Em nossos termos, a granularidade seria sempre restrita, pois atravessada pelos potenciais que efetivamente compõem o indivíduo.

Conforme Simondon, é o caso de apreender a informação como intensidade. Considerando o exemplo de uma imagem, a melhor delas é a que tem mais sentido para o sujeito que percebe. Esta pressupõe, conforme Simondon, "um sujeito orientado por um dinamismo vital: a informação, portanto, é o que permite ao sujeito situar-se no mundo". (Idem, p. 360).

Isso não diz respeito à percepção de um simples objeto, que seria uma realidade excepcional, mas do mundo, que é polarizado, dando sentido aos acontecimentos, como mostrado por meio do exemplo da criança. Por isso, o objeto é percebido como caminho para orientação do sujeito no mundo, o que já indica o papel da afetividade, a ser discutida em mais detalhes na sequência. Antes disso, vale ressaltar, a individuação psíquica não está em um dado, mas se faz como orientação, enquanto polarização. Esta não pode ser apontada por um mapeamento, uma localização, mas sim expõe uma atividade, por isso ela é não-granular. O foco está, sempre, em fugir do risco de granularidade presente na maneira como a ontologia tradicional tende a tomar o problema da individuação.

Segundo Simondon, o sujeito percebe de maneira a crescer não a quantidade de sinais de informação ou a qualidade de informação, mas a intensidade de informação, o potencial de informação de uma situação. (Idem, p. 362). Em sintonia com Norbert Wiener (1894-1964), coloca-se a necessidade de organizar, manter ou inventar uma organização. A atividade perceptiva é mediação entre quantidade e qualidade, ela é intensidade, apreensão, organização das intensidades na relação do mundo ao sujeito. (Idem, p. 362). Decorre disso a necessidade de afirmar que um estado metaestável preceda a percepção, o que reverbera na conexão entre mundo e sujeito. Considerando o seu papel operativo, como alagmática, o sujeito é parte do processo perceptivo, cumprindo uma função indispensável.

Para Simondon, o sistema mundo-sujeito é um campo sobredeterminado ou supersaturado, instituindo-se, pelo ato perceptivo, uma saturação provisória da axiomática do sistema, que é o sujeito mais o mundo, um acoplamento. Esse sistema supersaturado e indeterminado faz com que apareça para o sujeito da percepção um número finito de soluções necessárias, iniciativas de uma única solução, que gera a estabilidade da percepção. A pregnância da percepção provém de seu grau de intensidade, do dinamismo do estado de incompatibilidade anterior, dependendo do caráter dinâmico do campo perceptivo. Desse modo, não há um sujeito como dado apreendendo um outro provindo do mundo, mas sim um nexo que é ele mesmo substancial, enquanto fator indispensável dos processos de individuação. O grão não pode ser afirmado mesmo na origem, tudo está imbricado, um “entre” que é ele mesmo primário do ponto de vista ontológico, pois o sujeito se faz como parte das polarizações que o psíquico engendra.

Por isso, de acordo com essa abordagem, o conceito está para a percepção, assim como a sincristalização está para a cristalização de uma espécie química. Há sempre uma função de conjunto que assegura a integridade do conceito, assim como limiares quânticos que sustentam a distinção entre estes. A busca é, como já discutido ao tratar do hilemorfismo na individuação

física, por demonstrar que nenhuma unidade previamente separada pode unir-se em uma composição efetiva. Há, de fato, uma dinâmica intensiva, que permite explicar o imbricamento entre sujeito e mundo.

A compreensão simondoniana da percepção, como visto, possui implicações diretas em uma concepção de consciência ou sujeito, que precisa ser esclarecida. Por isso, como pressuposto básico, o filósofo tomará a consciência como operada a partir de um caráter dado quanticamente, isso fica claro tomando como pressuposto que é papel do sujeito a segregação das unidades no mundo objeto de percepção, por meio de processos de individuação operados por ele. Nenhuma consciência pode assim formar-se em total oposição ao que é o mundo. Entre a unidade absoluta e a infinita pluralidade, a consideração da atividade da consciência por um viés quântico, permitirá o aparecimento de um regime de causalidade dado por diferenciação e integração, a transdução.

É o caso, com isso, de fazer ver, como transdução, que ser unidade implica incluir-se em regimes de continuidades e discontinuidades. Por isso, mesmo em termos psíquicos, nada se elabora por diferenças específicas. Nesse caso, o específico ou separado seria como o grão, um tipo de conexão apenas externa. Não se trata, por essa razão, da mera oposição entre sujeito e mundo, mas da consciência como implicada nas polarizações que explicam o psíquico. Ao invés de simples externalidade, a afetividade e a emotividade seriam "a forma transdutiva por excelência do psiquismo, intermediária entre a consciência clara e a subconsciência, ligação permanente do indivíduo a si mesmo e ao mundo, ou melhor, ligação entre a relação do indivíduo a si mesmo e a relação do indivíduo ao mundo". (Idem, p. 367). O movimento afetivo-emotivo seria, pela sua própria constituição transdutiva, bipolar como unidade, já que se faz intencionalmente como auto e heteroposição, nem pura interioridade ou mera exterioridade.

Assim, o âmbito onde deve ser buscado o indivíduo seria, conforme Simondon, na subconsciência afetivo-emotiva, tomando a individuação, tal qual dada nos demais âmbitos, como presente no limite, uma camada relacional que é centro da individualidade. As mudanças individuais seriam explicadas, então, como reorganizações quânticas, dadas por saltos bruscos estabelecidos como gradações, por isso estabelecendo mudanças de limiares. Nesse caso, a afirmação da individuação como dando-se no limite já esclarece o aspecto transdutivo e, por isso, não-granular de sua concepção, pois nada contém por si mesmo e isoladamente o princípio explicativo da individuação. Ressalte-se como o subconsciente reforça o aspecto transdutivo, estritamente relacional da individuação psíquica. Este situa ontologicamente, como operação, o que o consciente e o inconsciente incluem em termos de coisas, como substantivos ou grãos.

Por isso, a maneira como Simondon toma a espiritualidade "(...) a significação da coerência do outro e do mesmo numa vida superior." (Idem, p. 374), indica que potenciais pré-individuais permeiam e fundamentam a vida psíquica:

ela é a significação da relação do ser individuado ao coletivo e, então, por consequência, também do fundamento dessa relação, quer dizer, do fato de que o ser individuado não é inteiramente individuado, mas ainda contém certa carga de realidade não-individuada, pré-individual, e que ele a preserva, a respeita, vive com consciência de sua existência, em vez de se fechar numa individualidade substancial, falsa asseidade. É o respeito dessa relação do individuado e do pré-individual que é a espiritualidade." (Idem, 375).

De acordo com Combes, tal abordagem permite a Simondon "quebrar a oposição substancial entre indivíduo e coletividade no interior da qual a vida psíquica se encontra tradicionalmente definida como a vida interior do indivíduo." (2017, p. 64, tradução nossa). Nesse caso, se a vida psíquica fosse apenas intraindividual não seria possível a superação da disparidade dada entre as problemáticas perceptiva e afetiva. Considerando que a primeira diz respeito ao caminho para o estabelecimento de compatibilidade entre a multiplicidade de mundos perceptivos e um indivíduo já presente, resolvido por este último, na afetividade, o ser experimenta que não é somente indivíduo, pois este se relaciona com algo que leva consigo, mas que toma como exterior a ele, dada como um tipo de tensão. O que se percebe, assim, é que a individuação tem de modo atrelado certos potenciais que a condicionam ao mesmo tempo que se colocam como aberturas para novos processos. Nenhum indivíduo, por isso, é completo, contendo sempre uma potência complementar, que assim se define por não estar atualmente acoplada, mas que é condição para que as polarizações sejam resolvidas.

Assim, há uma diferença entre indivíduo e sujeito, sendo o primeiro conceito relativo às tensões perceptivas, e o segundo à heterogeneidade dada entre o mundo perceptivo e afetivo, entre o indivíduo e o pré-individual. Como dito, a espiritualidade é o caminho para que o psíquico se torne também coletivo. Há duas dimensões nesse ser que viabilizam a abertura para o coletivo: ser só e, ao mesmo tempo, atrelado. Nesse caso, a individuação separada, temporalmente anterior, precisa conter algo de pré-individual, que viabilizará o coletivo, compondo com o ser separado. O ser individuado, desse modo, contém um resquício, certa carga de pré-individualidade que o conecta ao coletivo. Por isso, nunca pode ser dito que a individuação produz um grão como indivíduo, já que ela sempre carrega o pré-individual como um resquício de não-granularidade, um potencial associado, mas ainda não desenvolvido. O grão é de fato o oposto de um processo de individuação.

Conforme Simondon, a espiritualidade é essencialmente afetividade e emotividade, como movimento entre o indeterminado natural e o *hic et nunc* da existência atual. Trata-se de uma vinculação entre indeterminação rumo ao presente que vai incorporá-lo ao coletivo. Por isso, a afeto-emotividade exerce uma função na relação entre o pré-individual e o individual. Há dois domínios do ser sujeito, um negativo e um positivo, ligados por ela, que também é agente de mediação, de regulação, desse nexos visando harmonizar o coletivo. A afetividade traduz e perpetua a possibilidade da individuação em coletivo, conduzindo a carga de natureza pré-individual a devir suporte da individuação coletiva, sendo assim a mediação entre o pré-individual e o individual. Ela repercute no sujeito da ação como emoção da presença. Nesse sentido, deve-se salientar como a problemática psíquica já demanda o coletivo como caminho de resolução. É justamente essa quebra presente no indivíduo, esse potencial pré-individual, que produz nele um tipo de disparidade. Tal corte viabiliza o prolongamento da problemática, visando solucionar-se no coletivo.

Desse modo, a afetivo-emotividade é o encontro realizado entre presença e ação. Esta última, como emoção, vertente individualizada da ação, além de resolver o problema perceptivo, soluciona o afetivo, da bidimensionalidade incompatível dada entre o prazer e a alegria. A emoção é fundamental para a afetividade, justamente por promover um tipo de resolução da problemática psíquica pela passagem ou descoberta de um nível mais elevado de equilíbrio metaestável. Por ela um sujeito é colocado na presença de outros ou de um mundo que o questiona como sujeito, ao mesmo tempo assumindo a pluralidade afetiva, a inserindo como unidade de significação. Esta seria uma marca não-granular por excelência ao demonstrar que há algo no psíquico que se faz necessariamente por uma conexão entre interior e exterior.

Há uma não coincidência do indivíduo que somente pode ser resolvida no coletivo. Isso é justificado em razão de uma heterogeneidade dada no sujeito quanto à conexão entre o perceptivo e o afetivo, entre individual e pré-individual, uma incompatibilidade consigo mesmo entre o sujeito tomado por si e a sua outridade. Por isso, ação e emoção precisam ser complementares, uma vez que a ressonância dada entre elas demanda a ocorrência de uma individuação superior que as englobe, a do coletivo. Para que o sujeito não se feche granularmente, há um outro que aparece como atividade, um prolongamento do processo. Desse modo, vê-se que mesmo no coletivo, que vai sendo desvelado aos poucos, esse é um traço não-granular, pois é dado como cisão operativa no sujeito, que viabiliza essa amplificação.

Nesse sentido, a angústia aparece como contradição do indivíduo que busca solucionar sua problemática interna sem apelar para o coletivo: "a angústia realiza aquilo que o ser sozinho pode cumprir de mais elevado enquanto sujeito; mas parece que essa realização permanece

sendo apenas um estado, não chegando a uma nova individuação, pois está privada do coletivo". (SIMONDON, 2020, p. 382). Em nossos termos, poderíamos dizer que a angústia decorre do erro de supor que a individuação possa vir a assumir uma condição granular. Tal tentativa mostra-se frustrada, justamente por não considerar o tipo de incompatibilidade que encaminha para o coletivo, seu fundamento não-granular, um resquício pré-individual.

Deve ser reforçado o papel exercido pela polaridade, como uma orientação que é primeira. A sensação não é apreensão da unidade do ser, mas sim de seu tropismo. Assim, a afetividade para o sujeito, realidade transdutiva subjetiva, é comparável ao que a sensação é para o objeto, realidade transdutiva objetiva, unidade tropística. Ela é uma maneira para o ser instantâneo situar-se segundo um devir mais vasto, é integração autoconstitutiva a estruturas temporais. A não-coincidência das afecções impele à emoção, assim como a não-coincidência das sensações impele à percepção. O tropismo situa demonstrando o significado do ser como polarização, um tipo de unidade que se faz como direcionamento e não como simples fechamento interior. Nesse sentido, o tropismo em ontologias granulares, como é o caso da OOO, se elabora visando acomodar os polos tensionados, sem cindir a unidade a partir da qual é estabelecida. Por outro lado, não-granularmente, o tropismo está sempre dirigido para um mais além, uma nova polaridade que lhe dará sobrevida.

A emoção é a descoberta da unidade do vivente, assim como a percepção é a descoberta da unidade do mundo. São duas individuações psíquicas prolongando a individuação do vivente, completando-a, perpetuando-a. O universo interior é emotivo assim como o universo exterior é perceptivo. Vê-se essa não coincidência como argumento para uma abordagem não-granular, já que se houvesse coincidência entre sensação e percepção, então o psíquico poderia se fechar em um tipo de identidade, uma coincidência que inviabilizaria o aspecto de defasagem³¹ como marca dos processos. Ser não-granular, por isso, é afirmar que a individuação advém de uma certa impossibilidade estrutural de fechamento. São dois movimentos, polarizações complementares, mas que não se fazem como encaixe em uma unidade substantiva superior.

Por isso, Simondon afirma o indivíduo psicológico como constituído por um domínio de transdutividade. Segundo o filósofo, esta se exprime pela relação entre a ordem transdutiva do simultâneo e a ordem transdutiva do sucessivo, sendo ela nomeada de reflexividade. Trata-se de uma relação com valor de ser no domínio psicológico marcada pelo estabelecimento de

³¹ É interessante reparar como, por uma dinâmica não-granular, o conceito de fase é definido em termos dos agenciamentos que elabora, ressignificado como *defasagem*. O não-granular supõe a não coincidência de fases justamente por elas serem permeadas por processos específicos.

um tipo de reciprocidade. É essa reflexividade como tomada de consciência que faz o indivíduo intervir buscando uma solução para o que aparece nele como problemático.

Existir para o indivíduo implica essa capacidade dupla de colocar e de resolver sua problemática. Entretanto, o problema explicita a limitação interior e a necessidade da participação de um tipo de exterioridade. Por isso, todo ato individual, para Simondon, é essencialmente ambíguo, "pois ele está no ponto onde existe o quiasma da interioridade e da exterioridade" (Idem, p. 415). Reafirma-se, com isso, a tomada da relação como possuindo valor de ser, já que não se trata de uma conexão dada entre interioridade e exterioridade como entre entes granulares, mas sim como tensões que se imbricam transdutivamente como relação. O interior não se resolve sozinho, a reflexividade o dirige para fora como encaminhamento de sua problemática.

Não há um espaço próprio do psiquismo, por isso ele precisa se espriar entre os domínios de mediação, homogêneo e heterogêneo, produzindo uma compatibilização elaborada como relação. Trata-se de uma realidade, que como dito, é sobretudo transdutiva, procedendo um tipo de ligação que é sempre incompleta e parcial, na medida da existência dos indivíduos psicológicos. Por isso, ao invés de um mundo psicológico, há indivíduos que elaboram um universo transindividual, uma problemática específica recriada através de espaço e tempo.

Nesse sentido, o âmbito psicológico comporta também relações que não extrapolam a conexão dada entre indivíduos. Trata-se de um tipo de relação meramente funcional que evita a colocação do indivíduo por ele mesmo como uma problemática, um questionamento dessa individualidade pelo próprio indivíduo, uma ilusão da granularidade. De modo distinto, segundo Simondon, "a verdadeira relação transindividual só começa para além da solidão; ela é constituída pelo indivíduo que se põe em questão, e não pela soma convergente de nexos interindividuais" (Idem, p. 417-8). Percebe-se, com isso, que a individuação não pode ser tomada como simples soma ou agregação de indivíduos, pois esse caminho não leva em conta a quebra implicada no centro do que é o individual. Esse viés não baliza o aspecto tenso ou problemático dos processos, bem como a necessidade de constituição de um tipo de alteridade representada pela informação veiculada transindividualmente.

Por isso, para Simondon, "o verdadeiro indivíduo é aquele que atravessou a solidão; o que ele descobre além da solidão é a presença de uma relação transindividual." (Idem, p. 418). Simondon traz Nietzsche para ilustrar tal defesa. Zaratustra, em sua caverna no topo da montanha, encontra a solidão que lhe permite pressentir o enigma do universo e falar ao Sol. Nesse caso, a solidão não exerce função de recolhimento, mas sim atua como possibilidade para que o indivíduo se coloque em questão, permitindo o ressoamento do transindividual. Isso

oportunizará à Zaratustra o estabelecimento do contato, que é alteridade, com os seus discípulos ou com o equilibrista, que caído no chão à sua frente, morto, foi abandonado pela multidão.

Aqui está a prova da solidão como caminho para a descoberta da transindividualidade. Ocorre uma espécie de necessidade da prova ao homem como um acontecimento excepcional (Ibidem). Esse ponto é bastante interessante para os nossos propósitos, pois demonstra que a solidão individual encaminha o encontro de uma quebra, de discrepância, um grão que existe cindido e, por isso, demanda a abertura ao transindividual. Uma granularidade preliminar, como foco na interioridade, é aqui, justamente, condição para uma extensão dos processos, que somente podem ser prolongados não-granularmente, como direcionamento para o que é exterior.

O Transindividual é, por isso, um tipo de ultrapassagem do indivíduo que produz o seu prolongamento. Não se trata de uma simples saída para o exterior, mas sim de um tipo de autoconstituição continuada, um destacamento dado a partir de um enraizamento constituído no limite estabelecido entre interioridade e exterioridade. Pode-se dizer que o transindividual caracteriza a verdadeira relação entre qualquer exterioridade e qualquer interioridade relativa ao indivíduo, pois conforme Simondon "é na relação entre a exterioridade e a interioridade que se constitui o ponto de partida da transindividualidade." (Idem, p. 420). Como conclusão, pode-se afirmar, com Simondon, que "a individualidade psicológica é um domínio de transdutividade." (Idem, p. 420). O coletivo, desse modo, aparece como problemática oriunda da individuação psíquica, como exterioridade ou direcionamento dado a partir de um tropismo, uma orientação que é marca da não-granularidade da ontologia simondoniana.

3.3.2 - O Coletivo

Simondon inicia a análise da individuação coletiva pontuando que o referencial de tal processo, dado no âmbito psíquico, não capta o sentido da conexão que se estabelece entre indivíduo e sociedade. A sociedade encontra o ser individual e é encontrada por ele no presente. Entretanto, esse não é o presente individual dado ou somáticopsíquico. A sociedade encontrada nesse nexos, estabelece sua presença sob a forma de uma correlação entre porvir e passado, um devir. Para o indivíduo, o engajamento na sociedade o dirige para o fato de ser este ou aquele a partir do presente. O indivíduo se vê propondo escopos, papéis a serem escolhidos. Por outro lado, diante do ser individual, a sociedade apresenta uma rede de estados e de papéis através dos quais a conduta individual deve passar.

Temos, assim, um aspecto de incompatibilidade que nos dirige para a conclusão, conforme Combes (2017), de que não existe um vínculo imediato entre esses dois âmbitos. Não se trata, por isso, de conectar individual e social, pois estes não são como contínuos, mas sim de demonstrar como um novo processo de individuação decorre do resíduo psíquico. O erro aqui está em supor um sentido de granularidade como lógica desses dois universos, o que permitiria afirmar um tipo de encontro ou conexão entre tais contextos. A não-granularidade consiste aqui em considerar que ao invés de uma simples conexão entre duas realidades, temos uma problemática que decorre da individuação da psíquica.

Vale ressaltar que há uma divergência essencial entre social e individual que impede a simples continuidade granular. Isso ocorre porque, para a sociedade, o que importa é sobretudo o passado individual, pois o acordo do individual com o social se faz pela coincidência de duas reticulações. Por isso, não haveria propriamente um meio social, mas sim dois âmbitos de individuação recíprocos. O indivíduo, assim, teria o social como prolongamento de um processo de individuação específico. Por isso, para Simondon, "a sociedade é a operação e a condição de operação pela qual se cria um mundo de presença, mais complexa que a presença do ser individuado sozinho". (Idem, p. 436-7).

Tal solução reitera a busca simondoniana por uma fuga do indivíduo constituído como meio de contato entre o psíquico e o coletivo, já que não se tratam de polos opostos e autônomos que precisam ser colocados frente a frente. Por isso, não é que um grão entra em um processo de individuação com algo que lhe é exterior, mas sim que há dois processos que se autoimplicam formando o coletivo. É a partir de não-grãos, de uma cisão no social e no individual, que o coletivo surge como um sistema de relações que não é simples mediação.

Por isso, a operação social está situada mais no limite entre grupo de interioridade e grupo de exterioridade, do que entre indivíduo e grupo. Apelando para uma explicação de caráter analógico, a integração do indivíduo ao social se faz pela criação de um paralelismo de funcionamento entre a operação que define a presença individual e a operação que define a presença social (Idem, p. 438). O indivíduo deve achar uma individuação social que recubra sua individuação pessoal. Nesse sentido, porvir e passado representam o nexo do indivíduo ao grupo de interioridade e ao grupo de exterioridade. O *in-group* é fonte de virtualidades, de tensões, como o por vir individual, ele é reservatório de presença porque precede o indivíduo no encontro com o grupo de exterioridade. Ele recalca o grupo de exterioridade, *out-group*.

Reitera-se, assim, a afirmação do social como sistema de relações, sistema que comporta uma relação e a alimenta. O indivíduo só entra em nexo com o social por meio do social, conforme Simondon. O grupo de interioridade mediatiza a relação entre o indivíduo e o social.

Tem-se uma zona de participação em torno do indivíduo. "a vida social é relação entre meio de participação e o meio de não-participação." (Idem, p. 439). Por isso, o indivíduo nunca entra em relação atomizado, granularizado, essa é a moral da história da abordagem por grupo de interioridade e exterioridade. Não são indivíduos, mas processos específicos. Aqui a divergência com a OOO harmaniana se acentua, pois, o social não é a soma ou rearranjo de unidades completas, mas sim a elaboração de processos que lidem com os resquícios não-individuados das polarizações anteriores. O coletivo não é simples reunião, mas dinâmica que prolonga os processos como não-granularidade³².

Sem esse mecanismo, a polarização clássica elaborada entre sujeito e objeto seria retomada, um grão incluído, interpretado, objetificado socialmente. Nesse sentido, o psicologismo e sociologismo são duas estratégias que consideram de modo equivocado a relação entre grupo de interioridade e de exterioridade, o primeiro supervalorizando o grupo de interioridade, o segundo o inverso. De fato, para Simondon, é na fronteira do grupo de interioridade e do de exterioridade que o psicológico e o sociológico são encontrados, o que permite salientar a importância do conceito denexo e o seu valor de ser, já que não se trata de reaproveitar processos já constituídos, mas de lidar com uma carga não-granular que viabiliza novas dinâmicas.

As personalidades individuais no grupo de interioridade desempenham um papel de estrutura e de função autoconstitutiva, a personalidade psicossocial é contemporânea à gênese do grupo, que é uma individuação (Idem, p. 442-3). Por isso, não é o grupo nem o indivíduo que aportam personalidades já prontas uns aos outros: "É preciso partir da operação de individuação do grupo, no qual os seres individuais são, ao mesmo tempo, meio e agentes de uma sincristalização; o grupo é uma sincristalização de vários seres individuais, e é o resultado dessa sincristalização que é a personalidade do grupo". (Idem, p. 443).

O indivíduo precisa ser portador de tensões, de tendências, de potenciais de realidade em vias de estruturação, mas ainda não estruturada, para que o grupo de interioridade seja possível. Este nasce, conforme Simondon, quando as forças do porvir, abrigadas por inúmeros indivíduos vivos, chegam a uma estruturação coletiva. A participação, o recobrimento, ambos se realizam nesse instante de individuação do grupo e de individuação dos indivíduos agrupados. (Idem, 443). Nesse ponto, a comparação com as mônadas, proposta por Simondon,

³² Por isso a compreensão de que o social simondoniano prescinde de indivíduos constituídos, elaborando-se fundamentalmente por meio de processos de individuação. De todo modo, o granular ou o individuado aparece sempre como limite aos agenciamentos, o que reforça nossa intuição de uma proximidade entre o granular e o não-granular.

é bastante ilustrativa. Para ele não se trata de uma individuação do grupo apenas, como mônadas que formam um mundo sem que nada mude nelas mesmas. Por outro lado, a individuação que faz o grupo nascer é também uma individuação dos indivíduos agrupados. Sem emoção, sem potencial, sem tensão prévia, não pode haver individuação do grupo. Se uma cisão individual implica uma quebra que gera o coletivo, as individuações de grupo também implicam no estabelecimento de problemáticas específicas. Trata-se de um caminho percorrido em duplo sentido, já que essa não-granularidade não é individual, mas diz respeito ao aspecto ontogenético de sua concepção de realidade.

Especificamente sobre o ser humano, este, apesar da independência somática e funcional que o faz ter a possibilidade de estar em grupo, tanto como também viver isoladamente, ainda permanece inacabado, incompleto, o que o dirige para uma segunda individuação, que é a individuação do grupo, como interioridade. O grupo, nesse caso, está sendo tomado para além das relações biológicas, biológico-sociais, ou seja, para além das conexões meramente interindividuais. Simondon afirma o nível do transindividual, que corresponde aos grupos de interioridade, como o âmbito de uma verdadeira individuação de grupo. Nesse ponto, vale destacar que o interindividual seria implicado como uma estratégia equivocada de considerar que novas individuações estão embasadas no centro de processos já constituídos. O aspecto de granularidade que orienta o indivíduo como dado demanda um espectro não-granular que é a base de novos processos. O grão não se quebra formando novos indivíduos, mas se faz carregando um aspecto não incluído que o sustenta e o amplia, marcado pela transindividualidade³³.

O transindividual faz com que os indivíduos existam juntos como os elementos de um sistema que comporta potenciais e metaestabilidade, espera e tensão, viabilizando a descoberta de uma estrutura e de uma organização funcional que integram e resolvem a problemática da imanência incorporada. (Idem, p. 450). A dinâmica transindividual é a de recobrimento e não a de aglomeração ou espacialização. Conforme Simondon: "o transindividual não localiza os indivíduos: ele os faz coincidir; ele faz os indivíduos se comunicarem pelas significações: são as relações de informação que são primordiais, não as relações de solidariedade, de diferenciação funcional." (Idem, p. 450). Em razão disso, podemos concluir que informação e significação ilustram, de maneira bastante clara, o significado de não-granularidade que buscamos na ontologia simondoniana, já que não se trata de uma união externa de elementos

³³ O não-granular em Simondon decorre, como referido acima, do fato de os processos de individuação serem mantidos ou continuados por aspectos não individuados, uma demanda pelo transindividual.

elaborados separadamente, mas sim de um encontro que se faz produzindo uma nova interioridade, como a solidão interior que leva ao encontro com o outro.

Por isso, não há redução, há um não resolvido da individuação biológica que permanece, fomentando essa coincidência das personalidades. Isso ocorre porque:

a individuação biológica não esgota as tensões que lhe serviram para constituir-se: essas tensões passam no indivíduo; passa no indivíduo algo de pré-individual, que é de uma só vez meio e indivíduo: é a partir disso, desse não-resolvido, dessa carga de realidade ainda não-individuada, que o homem busca seu semelhante para fazer um grupo no qual encontrará a presença por uma segunda individuação. (Idem, p. 451).

De acordo com Simondon, embora a vida seja uma primeira individuação, ela não esgota e absorve todas as forças. Há um resíduo, tensão, potenciais para devir outros, um recomeço. Por isso essa força pré-individual seria pré-vital. Esta, como transindividual, é depositada no indivíduo, carregada por ele, mas não lhe pertence e não faz parte de seu sistema de ser como indivíduo. São potenciais não resolvidos que precederam a gênese do indivíduo. A questão é que o indivíduo não pode existir sem as tensões que abrem espaço para o transindividual, ele as carrega.

O ser que precede o indivíduo não foi individuado sem restos, por isso ele não foi totalmente resolvido em indivíduo e meio. Nesse sentido, o indivíduo conservou o pré-individual consigo, e todos os indivíduos juntos têm, assim, um tipo de fundo não estruturado a partir do qual uma nova individuação pode se produzir. O psicossocial é algo transindividual, pois é aquela realidade que o ser individuado transporta consigo, aquela carga de ser para individuações futuras. Conforme Simondon:

Portador de realidade pré-individual, o homem encontra em outrem uma outra carga dessa realidade; o surgimento de estruturas e funções, que pode se produzir neste momento, não é interindividual, pois ele aporta uma nova individuação que se superpõe à antiga e a transborda, atrelando inúmeros indivíduos num grupo que está nascendo. (Idem, p. 452).

Sendo reserva de ser ainda não polarizada, disponível, à espera, o transindividual está com o indivíduo, por isso transcendência e imanência não são divergências do próprio transindividual, mas apenas relativamente ao indivíduo individuado. Para Simondon, o transindividual é o que está no exterior do indivíduo, bem como dentro dele, atravessando o indivíduo, como coexistência de duas fases. Isso somente pode fazer sentido, se a lógica da individuação simondoniana for não-granular, já que não há passagem daquilo que toma a

individualidade como já constituída. Desse modo, não se trata apenas de um espírito coletivo, mas sim espírito e corpo coletivos, o coletivo psicossomático.

Há uma carga pré-individual que, como disparação, elabora o coletivo. Essa é como natureza, mas no sentido de natureza associada, remanescência de outra fase. O a priori do ser implica essa carga pré-individual que é a posteriori aportada no coletivo. O indivíduo reúne esse duplo aspecto. A informação significativa demanda o coletivo. Receber uma informação é operar em si mesmo uma individuação que cria o nexo coletivo com o ser do qual provém o sinal, trata-se de individuar na individuação do grupo. Pode-se dizer que o grupo não é fechamento, finalização, ponto final granular dos processos de individuação, mas meio a partir do qual as operações são continuamente demandadas. O indivíduo, nessa compreensão, não deve ser tomado como busca de um complemento que o encerra, mas sim de uma atividade que o faz caminhar. O coletivo não bloqueia, assim, a solidão psíquica, mas a transmuta em uma nova problemática. Ser não-granular prescinde de uma explicação como um defeito na granularidade, mas é afirmativa, ao contrário, de uma lógica distinta de elaboração individual.

A significação está entre os seres, se dá por meio dos seres, é transindividual. Isso faz com que o sujeito seja mais que indivíduo, e sim indivíduo e natureza, de uma só vez, duas fases do ser. Descobrir a significação dessas duas fases demanda o transindividual coletivo. O transindividual é o significado da disparação procedida por essas duas fases do ser contidas no sujeito. A significação é relacional, coletiva, transindividual, essa carga pré-individual que atrela os seres uns aos outros no coletivo. A ontologia simondoniana, pois, carregada de um sentido de gênese da individuação, considera que há fases no ser, que no coletivo são significados pela superposição num sistema único de seres que, um a um, são díspares. Por isso, a reciprocidade, a ressonância interna, é condição do coletivo.

A partir da individuação do coletivo e do espiritual nascem significações transindividuais que não morrem com os indivíduos pelos quais foram constituídas. O que há de natureza pré-individual no ser sujeito pode sobreviver, sob forma de significações ao indivíduo que está vivo. De fato, o que sobrevive é a carga de natureza associada ao sujeito que, devendo significação integrada no coletivo, sobrevive ao *hit et nunc* do indivíduo contido no ser sujeito. Assim, a sobrevivência do sujeito está atrelada à possibilidade de que algo possa devir significação.

Em outras palavras, é apenas como informação que o sujeito pode sobreviver a si, pela natureza associada, no coletivo generalizado. Esse é o caminho para que o coletivo não seja explicado como uma espécie de grande todo, pois ele sempre estará vazado pelas significações provenientes do sujeito, uma espécie de carga pré-individual. O coletivo nunca poderá ser

analisado por si mesmo, mas sim a partir das significações e, por isso, das cargas pré-individuais que o elaboram. Não há grão que preencha o sentido não-granular da individuação simondoniana justamente pelo fato de o granular ser o oposto dos processos, pura indiferença, rejeito do que está implicado na individuação como atividade. Há não-granularidade, pelo contrário, porque nada pode ser depósito de informação e parar a toda transdutiva dos processos, que é sempre mais que unidade.

4 INDETERMINAÇÃO E FENOMENOLOGIA ALIENÍGENA: O LUGAR DAS MÁQUINAS

O exemplo das máquinas, tomadas em seu sentido geral, é bastante ilustrativo para a compreensão da oposição entre os modelos granular e não-granular de ontologia. Tal reflexão nos remete ao início deste trabalho quando mostramos a relação entre as preocupações antropológica e ontológica como ponto de partida para discussão das posições 2 e 4. No caso específico, um interesse de Simondon (2020b) pela inserção cultural dos objetos técnicos e de Leach (2020), filósofa que adota a OOO como vertente, com uma fenomenologia alienígena, se fazem buscando demonstrar como a antropologia se mostra falha em perceber e incluir o que cerca e estende o escopo do humano, representado pelo lugar das máquinas em uma construção ontológica mais ampla. A adoção de uma postura antropocêntrica implica uma ontologia problemática, por ser limitada, e não dar conta de intuir como outros modos de existência participam compondo o real. Por isso, nos dois casos a serem brevemente discutidos, temos uma resignificação antropológica que permite a elaboração de uma ontologia guiada por novos fundamentos.

Já indicamos a presença no pensamento de Harman da defesa de um tipo de “realismo estranho” (2018, p. 116) como cláusula basilar da sua interpretação do movimento do realismo especulativo. Estranho porque não se satisfaz com o tipo de desnudamento que a ciência e a filosofia tradicional permitem realizar, sendo estas apenas intuições preliminares que abrem para novos âmbitos. Simondon, em um movimento semelhante, se utiliza de seus conhecimentos nos diversos campos da ciência para demonstrar que algo subjaz os fenômenos descritos por ela. Além disso, Harman e Simondon são críticos do tipo de alcance possível à filosofia guiada pela afirmação de um princípio de individuação como passo inaugural, nos dois casos porque o grão e o não-grão antecedem qualquer princípio. Além disso, em ambos, o realismo de fundo concede que há uma realidade que podemos conhecer apenas metaforicamente por aquilo que a nossa compreensão permite chegar. Tal realismo é fundamental para essa modificação do status das máquinas, como um tipo de discurso em favor de uma dignidade inerente a elas.

O ponto de partida dessas duas concepções está em demonstrar que existe como parte das máquinas algo que faz com que estas possuam um papel ontológico indispensável. Trata-se aqui de abrir os olhos e mostrar que o ponto de partida humano de criação das máquinas não encerra todas as possibilidades sobre a existência desses objetos. Tem-se um início da criação de uma unidade que, apenas exteriormente, é pronta e acabada. A máquina seria, como tudo

mais no mundo em uma ontologia renovada, então, mais propriamente um tipo de *arché*, um começo ou comando. Não se trata da defesa de uma teoria específica sobre máquinas, mas sim a ideia de que se o real é bem mais do que conhecemos, a fabricação de uma máquina abre para um tipo de novidade indispensável, embora incapaz de ser efetivamente descrita. Tal novidade estaria na presença de um tipo de indeterminação, uma existência que não pode ser reconhecida, seja pelo que a máquina é ou pelo que ela é capaz de fazer. Esse é o ponto do realismo estranho presente nas máquinas que identificamos tanto em Leach, com a OOO, assim como em Simondon, salientando que o filósofo francês parte de um horizonte distinto, que toma sua ontologia dos processos de individuação como inspiração. Poderíamos, assim, afirmar que Leach e Simondon permitem afirmar que há um sentido de importância, tal qual proposto por Whitehead, presente nas máquinas.

As opções que se abrem aqui, como dito, se fazem por um pressuposto granular e outro não-granular. Isso será demonstrado pelo tipo de *arché* ou princípio associado à máquina, defendido nos dois casos, pois uma repousaria no que ela contém enquanto dimensão velada e inacessível, com Leach. Em um outro polo, Simondon nos faz pensar sobre um papel operativo específico que define a capacidade de esta ser concebida enquanto objeto técnico. Nossa busca não diz respeito a simplesmente colocar lado a lado esses dois horizontes, mas sim mostrar como eles possuem em seus fundamentos pressupostos que se autoimplicam. É como se a querela sobre os objetos técnicos fosse apenas uma amostra do que ocorre ontologicamente entre as concepções ontológicas de Harman e Simondon, discutidas separadamente nos capítulos 2 e 3. Se, até agora, nosso interesse foi o de demonstrar como Harman propõe uma ontologia de caráter granular e Simondon uma por meio da não-granularidade, aqui buscaremos fazer ver a autoimplicação presente entre esses dois horizontes, como tentativa de comprovação de uma suspeita já mencionada. Como dito, nosso polo harmaniano será representado por Leach, que desenvolve uma reflexão sobre as máquinas coerente com aquilo que a OOO propõe genericamente.

E se a indeterminação, em Leach atrelada a uma fenomenologia alienígena, assim como em Simondon a um certo caráter operativo como tipo de abertura, fosse compreendida em termos de dois polos que se autoimplicam. Se tivéssemos, como apresentado no capítulo 1, diante da indefinição elaborada em termos de medida e de medição, a medição suposta na medida e a medida implícita na medição. Uma solução para o problema implicaria o desenvolvimento de uma capacidade de lidar com tal polarização sem que tivéssemos de assumir um comportamento pendular. Ver as máquinas a partir de um foco na indeterminação, que se faz como velamento ou operação, não deve implicar uma escolha, mas a adoção de um

pensamento situado como primeira intenção, como esperamos demonstrar. Desse modo, a proposta deste capítulo é mostrar que esses dois polos somente fazem sentido pelo fato de indiretamente se implicarem. No capítulo final, apresento uma proposta sobre como lidar com essa dificuldade.

4.1 LEACH E A NÃO-GRANULARIDADE DA OOO

Nosso percurso será iniciado com uma breve exposição do propósito de Tessa Leach ao afirmar uma fenomenologia alienígena. Inicialmente, vale notar que o antropocentrismo é um termo cunhado por essa filósofa para indicar a reflexão sobre a possibilidade de uma ontologia elaborada por um viés distinto da centralidade humana e, por isso, extensível a outros tipos de realidade, como é o caso das máquinas. A proposta segue um norte baseado no pensamento ontológico de Graham Harman (2011), a partir do qual a realidade do mundo é constituída por uma população infinita de entes individuais que o filósofo denomina objetos. Entretanto, sua concepção representa um encaminhamento possível na OOO, dentre vários articuláveis, a partir da afirmação de um sentido específico de experiência presente nas máquinas. É esse passo a mais dado por Leach que nos permite posicionar mais claramente a OOO em um mesmo plano de ontologias com a teoria dos objetos técnicos simondoniana.

Como veremos, o interesse do argumento está em apresentar uma defesa contundente visando demonstrar como robôs, tomados em princípio como criações artificiais e totalmente marcados pela heteronomia, uma programação humana, poderiam esboçar caracteres específicos dos indivíduos como categoria metafísica básica. Se os objetos como indivíduos podem ser tomados em sua dimensão quádrupla, robôs seriam exemplares por demonstrar como um tipo de fenomenologia, inacessível aos humanos, se faz presente e os qualifica metafisicamente. Leach, assim, permite realizar um exercício interessante: mostrar que a antropologia não resolve a ontologia, mas que a primeira pode indicar pistas importantes no sentido de uma reflexão crítica sobre a segunda.

Nosso interesse aqui está em demonstrar como os robôs, enquanto exemplares de objetos, grãos em nossa acepção, constituem um tipo de opção pela medida³⁴, mas que precisam tomar a medição como meio ou condição intermediária. Isso não implica em negar a conclusão proposta pela filósofa, pelo contrário, a ideia é demonstrar como as Ontologias Orientadas a

³⁴ Vide a oposição entre medida e medição elaborada a partir da análise da querela entre Poincaré e Russell em *O Conceito de Natureza* (1993), proposta por Alfred N. Whitehead. Esta exacerba a oposição primordial entre teses granulares e não-granulares.

Objetos (OOO), no geral, podem ser elaboradas como defesa da visão de que a medida situa o indivíduo, a ser discutida em detalhes no próximo capítulo.

O argumento centra-se na intuição da filósofa de que o olhar humano seja apenas um ponto de vista, um modo de perceber, dentre vários outros possíveis. Temos assim, o primeiro passo do argumento, que seria demonstrar que há uma outra fenomenologia que não nos seria acessível, apenas tateada, mas que diz respeito aos entes como um outro, alheios, mas nem por isso inexistentes. É claro que Leach, como harmaniana, é partidária das cláusulas básicas do realismo especulativo, sobretudo o entendimento de que o real pode ser afirmado por uma estratégia especulativa, a limitação do conhecimento não gera negação ontológica, e sim um tipo de abertura para que o humano seja o ponto de partida para projetar o mundo sem imposição de fronteiras.

Tratando mais especificamente do seu argumento, a filósofa defenderá sua tese de uma fenomenologia alienígena amparada em dois conceitos importantes: o de sensação e o de experiência. Leach destaca a presença de um tipo de fenomenologia específica como condição básica da existência dos robôs, o que desvincula criador e criatura, abrindo para um olhar sobre as máquinas dado por elas mesmas, independente do vínculo com o ser humano. Há, assim, uma crença comum nas máquinas enquanto realidades, enquanto indivíduos antrodocêntricos nos termos de Leach. Isso reafirma o sentido da individuação como atrelado ao que se dá de modo parcialmente velado.

Trazendo em mais detalhes o argumento de Leach, apresenta-se um conjunto de exemplos retirados do campo da cibernética para fundamentar sua fenomenologia alienígena, sendo que usaremos aqui mais diretamente um deles, que diz respeito às tartarugas robôs:

As tartarugas robôs primitivas *Machina speculatrix* foram projetadas no final da década de 1940 e no início da década de 1950 pelo ciberneticista W. Gray Walter. Tinham quase o tamanho de uma torradeira e eram destaque na escrita de Walter. Eles são emblemáticos dos primeiros anos da cibernética e da robótica; uma manifestação física da aplicação da psicologia humana a máquinas que eram tão importantes na época. (2020, p. 116, tradução nossa).

O exercício proposto está, então, em compreender a fenomenologia do robô tendo em conta que se trata de uma descrição nossa de uma ontologia específica pertencente a esse objeto, como uma projeção, que mais do que afirmar o que está implicado nele, demonstra que há pistas de uma realidade muito mais rica. Tal descrição tomará como referencial metodológico o conceito de *Umwelt*, desenvolvido pelo trabalho do etologista báltico Jakob von Uexküll (1864-1944). A *Umwelt* nos permite ver a ligação entre o sujeito e o meio ambiente como composta

de códigos que se entrelaçam para determinar um ao outro. A chave para isso é a ênfase de Uexküll no equipamento sensorial, fazendo com que o corpo constitua o cerne da percepção animal, o dado semiótico por excelência de tais entes.

Conforme Leach, o principal interesse de Uexküll era sobre como os seres vivos sentem o mundo e como criam uma linguagem para falar sobre essas experiências sensoriais. O conceito de *Umwelt*, melhor traduzido como o “mundo subjetivo e significativo”, é composto de todos os elementos de um ambiente que o ser vivo é capaz de sentir; nas palavras de Uexküll (Apud Leach, 2020, p. 118), é o "mundo fenomenal ou mundo próprio do animal". A escrita de Uexküll estaria, segundo a filósofa, repleta de analogias musicais que capturam tanto a essência de seu modelo subjetivo para a biologia quanto sua concepção de um "plano" na natureza que é responsável pela harmonia aparentemente perfeita entre as *Umwelten* de diferentes organismos.

O argumento de Leach implica considerar que não há um modo único de perceber, sendo o caso efetivamente de uma semiótica, um aspecto subjetivo específico atrelado à existência de cada objeto, que faz com que este tome certos dados como significativos enquanto exclui os demais, o que aproxima tal conceito do que Whitehead diz sobre *Importância*. Tudo o que pode ser sentido entra na *Umwelt* como um sinal, contendo o mecanismo pelo qual tal sinal é sentido, percebido e respondido. Ele é o perceptor-efetor do mundo experiencial do animal e é descrito em linguagem semiótica, para Leach. Isso pode significar que a *Umwelt* se relaciona apenas, como exemplo, às partes do espectro de luz que o animal pode perceber, ou apenas a certos produtos químicos que este é capaz de captar com seus sensores olfativos.

Leach apresenta o caso mais emblemático utilizado por Uexküll para ilustrar a *Umwelt*, que se refere ao carrapato feminino durante seu penúltimo estágio de vida (Idem, p. 119, tradução nossa). Esse animal se suspende em uma folha, esperando, às vezes por anos, pelo único estímulo que é afiado para sentir e responder, o ácido butírico liberado pelos mamíferos. Ao sentir essa substância química, o carrapato cai com a esperança de pousar no corpo do mamífero. Feito isso, utiliza seus dois outros sentidos, permitindo a sensação de temperatura e tipologia de pelos, para encontrar um local adequado para furar a pele e se alimentar do sangue do mamífero. Depois de se fartar, põe os ovos e morre. Esses três sentidos representam a totalidade do universo do carrapato nesse estágio de seu ciclo de vida. Os três sentidos formam a *Umwelt* do carrapato, ou a "bolha" semiótica, que é o mundo inteiro do carrapato.

O que se pode depreender dessa análise inicial do conceito de *Umwelt* é que há um critério específico, um dado semiótico, que faz com que cada animal separe o que é significativo daquilo que não o é, notadamente fazendo-o por aspectos ligados à necessidade de

sobrevivência. Assim, o aparato sensorial humano estaria articulado de modo a discriminar o que indica esse aspecto relevante presente em seu contexto de realidade. Algo similar ocorreria com o carrapato, havendo, obviamente, uma total distinção entre a *Umwelt* de cada um de tais entes. Isso permitiria afirmar a existência de uma espécie de fenomenologia particular a cada coisa, o que Leach define como fenomenologia alienígena, não sendo a humana a única e, muito menos, a privilegiada. Desse modo, tudo no real teria condições de estabelecer um critério de importância, um significado do que faz diferença e daquilo que não é percebido.

Aqui é interessante notar a conexão entre fenomenologia alienígena e a Ontologia Orientada a Objetos (OOO). Há objetos, sendo a existência destes sustentada por um ponto de vista pós-fenomenológico e antrodocêntrico de acordo com o qual não apenas o humano é capaz de possuir sensação, de guiar-se por ela. Embora Harman desenvolva as teses basilares da OOO a partir das contribuições de Husserl e Heidegger, adotando um outro viés tal qual discutido anteriormente, objetos têm na sua estrutura quádrupla os condicionantes do que importa ou não, o que corrobora o argumento da fenomenologia alienígena.

O próximo passo de Leach é tentar demonstrar como a *Umwelt* pode ser estendida, coisa que o próprio Uexküll não concedeu, já que para ele “uma máquina, como um telescópio, certamente poderia ser usada como uma extensão da *Umwelt* de um humano, mas o telescópio em si não teria uma *Umwelt*” (Apud, Leach, 2020, p. 120, tradução nossa). Segundo Leach, escritores recentes levaram o conceito de *Umwelt* a um lugar que Uexküll não poderia alcançar, com a ajuda de tecnologias que talvez façam mais para despertar a imaginação fenomenológica. Agora temos máquinas que são capazes de atividades que se assemelham à percepção em muito maior extensão do que a do telescópio, como a tradução de sinais elétricos em mídia visual ou de áudio, diz Leach.

Assim, usando a OOO como fundamento, será possível defender que objetos possuem *Umwelt*, considerando a natureza da interpretabilidade presente, por exemplo, naquilo que se define como *affordance* no âmbito das pesquisas tecnológicas em design, enquanto uma certa capacidade das coisas de perceberem e serem percebidas, e não como um tipo mental atribuído a elas. Assim, pode-se concluir que a *Umwelt* é alusiva a uma capacidade de sentir, desvinculada do que entendemos como subjetivo. Não há referência a um sujeito, mentes, pois a *Umwelt* seria, de fato, uma capacidade de filtrar no objeto aqueles sinais que o aparato da máquina permite acessar. Outras coisas podem acontecer, mas isso não diriam respeito a *Umwelt* desse objeto.

O exame apresentado por Leach sobre as tartarugas robôs é bastante ilustrativo, pois destaca, reiterando, uma capacidade de interpretação própria dada pelo seu aparato sensorial,

um sentido de importância. O relato de Leach informa que W. Gray Walter criou várias tartarugas, duas das quais se chamavam Elsie e Elmer. Estas foram exibidas pela primeira vez para a imprensa no final de 1949. Outras tartarugas mais avançadas tecnologicamente foram construídas em 1951. A robótica foi uma extensão do trabalho de Walter em eletroencefalografia (EEG) e no estudo do cérebro. Este era membro do *Ratio Club* em Londres, um grupo pioneiro da cibernética, e batizou sua nova “espécie”, o “falso-biológico” (Idem, p. 124, tradução nossa), como *Machina speculatrix*, observando que, a partir de suas interações simples, elas podiam desenvolver um comportamento bastante complexo.

Os autômatos são brinquedos mecânicos, movidos por um mecanismo de relógio, que geralmente se movem de maneira repetitiva, e muitas vezes são construídos em formas humanas ou de animais. Do ponto de vista humano, as tartarugas de Walter constituíram um salto significativo, pois eram capazes de movimento semiautônomo e comportamento, aparentemente, bastante complexo. Elas eram diferentes dos autômatos, pois possuíam significativamente mais independência de movimento e sensores que pareciam análogos aos órgãos dos sentidos humanos. Sendo movidas por um motor elétrico, uma tartaruga poderia vagar até atingir algo. Nesse ponto, uma chave de contato seria ativada e ela se moveria em uma direção diferente. Walter escreveu uma breve explicação técnica na *Scientific American*, atribuindo curiosamente a mudança de direção à “uma forma elementar de memória”. A intenção era replicar um ciclo de *feedback* negativo (Apud Leach, 2020, p. 125, tradução nossa).

De acordo com Leach, havia também uma fotocélula na frente da máquina que fazia com que ela se movesse em direção à luz, com suas gaiolas iluminadas em que as baterias seriam recarregadas. A intenção era replicar um ciclo de *feedback* positivo. Assim, em um determinado nível de brilho, as tartarugas se afastariam da luz. À medida que a bateria se esgotava, a sensibilidade à fonte de luz tornava-se maior e as máquinas podiam detectar a gaiola de mais longe, mas se a bateria estivesse completamente carregada, as tartarugas se afastariam da gaiola e explorariam outras áreas. A *Umwelt* atribuído a Elsie e Elmer consistia em luz e toque, no mínimo, sendo distinta, por exemplo, da forma como o humano toma esses dois dados. Além disso, deve-se ressaltar a possibilidade de outros elementos constituírem a *Umwelt* desses robôs, já que haveriam outras interações com o meio distintas daquelas vivenciadas e capazes de serem captadas pelo humano.

Assim, a defesa da *Umwelt* como presentes nos robôs, e especificamente em Elsie e Elmer, passa pela análise do que para tais entes conta como dado perceptivo. Considerando o âmbito teórico no qual Leach está inserida, de uma Ontologia Orientada a Objetos, isso requer o exame temporal de um objeto e, especificamente no vocabulário husserliano herdado por

Harman, das adumbrações que a este são referidas. Essa seria uma importante lição aprendida por Harman a partir de Husserl, segundo Leach. Um objeto sensual pode permanecer o mesmo, ser o referencial de várias experiências dadas em momentos distintos, mas as qualidades sensuais associadas podem mudar, sendo essa a tensão tempo, tal qual apresentado no capítulo 2.

O argumento consiste, então, em demonstrar como as tartarugas robôs também estariam sujeitas a essa condição. Embora possuindo um objeto real, um dado primário inacessível, elas se sujeitariam, por outro lado, às tensões associadas ao âmbito da experiência. Esse dado é interessante, pois o traço marcante da contribuição de Husserl a Harman está em demonstrar que a percepção é sempre de algo, daquilo que possui uma realidade independente da forma como é apreendido. Assim, a *Umwelt* dos robôs-tartaruga seria um chamariz para a afirmação de que há algo nos robôs, para além do suposto pelos seus criadores, que fazem desses objetos aquilo que eles são.

Leach procede um exame em mais pormenores sobre o âmbito da experiência do que se pode afirmar como constituindo os sentidos, as sensações de um robô. Evidentemente, há dificuldades atreladas ao argumento, pois a afirmação de um conceito de experiência implica a adoção de um posicionamento metafísico sobre o significado da percepção no mundo e, nisso, sobre o que está envolvido em ser um objeto. Nesse caso, o problema estaria em como afirmar a sensação ou experiência e, ao mesmo tempo, estabelecer um lugar para o que se concebe como o mental. Em certo sentido, afirmar a experiência parece supor que necessitamos de algum elo de processamento desta, sendo isso o que se toma como a mente. O problema que se coloca, de fato, parece aportado na adoção de um ponto de partida equivocado, o humano, e, mais ainda, de um kantismo que limitaria o alcance daquilo que a experiência seria capaz de declarar por si mesma.

Isso faz com que se crie uma polarização entre físico ou experimental e o âmbito subjetivo, mental. Soluções fisicalistas, pampsiquistas, funcionalistas seriam então as saídas possíveis para o problema. Notadamente sobre o pampsiquismo, haveria um ímpeto de atribuição de mentes a tudo, inclusive aos robôs, já que a percepção precisaria possuir algum tipo de dispositivo que a tornasse significativa, como é o caso da *Umwelt*. Entretanto, a questão, como dito, não diz respeito a uma defesa dos robôs como possuindo mentes, mas sim como capazes de percepção. Nesse ponto, as contribuições de Alfred N. Whitehead mostram-se indispensáveis. O compromisso de Leach, que é comum aos whitehedianos, envolve a

superação do que este último denominou de bifurcação na natureza³⁵ (1993), uma falsa distinção entre o que é a percepção e os elementos que seriam causas para esta.

Por isso, não é necessário supor que o mental constitua um polo distinto, essa seria a falácia a ser evitada tal qual concebido por Whitehead, não havendo dois caminhos e sim um mesmo que entende a percepção como conteúdo do real. O conceito whiteheadiano de apreensão (2010) sintetizaria a sua forma de compreender a questão, já que, a toma como trazendo em seu bojo o aspecto subjetivo, o dado percebido e o conjunto formado por esse encontro. Nos termos de Leach, Whitehead estaria comprometido com um panexperencialismo, ao invés de uma abordagem pampsiquista, já que não é o caso que tudo possua mente, mas sim que tudo experimente.

Conforme Griffin (apud LEACH, p. 139, tradução nossa), a apreensão é algo que compartilhamos com todos os outros indivíduos, independentemente de eles terem órgãos sensoriais. Todo indivíduo tem experiência por meio da apreensão, mas a condição de cada indivíduo seria específica dele. Alguns são “indivíduos compostos”, que possuem um nível de experiência superior e que podem ter consciência; outras são “sociedades agregadoras” que não têm níveis mais altos de experiência, como pedras, telefones ou mesmo Elsie. O fundamental aqui é demonstrar que não há uma conexão necessária entre apreensão e consciência, sendo possível que certos elementos apreendidos não se tornem um dado, seja pela ausência ou pela forma como essa experiência afeta o indivíduo.

Interessa demonstrar que máquinas podem perceber e isso ocorre porque tal ato não está ligado a um aspecto mental ou subjetivo, mas sim pela consideração de que a experiência, como apreensão, pode ser generalizada a tudo. Se considerarmos que o tipo de artifício utilizado por Harman para trazer a fenomenologia de Heidegger e Husserl para a elaboração de sua ontologia de objetos é uma manobra ampla, que pode, por isso, ser aplicada às máquinas, então as tartarugas robô podem mostrar, pela *Umwelt* que carregam consigo, que há algo, um tipo de objeto real enquanto fundamento existencial. Isso explica bastante coisa, já que permite incluir a indeterminação num horizonte de entes que comumente são identificados pelo viés do automatismo e, por isso, aparentemente constituem contraexemplos do senso comum quanto ao alcance da OOO.

³⁵ O problema da bifurcação da natureza perpassa os argumentos dos protagonistas deste trabalho: Harman e Simondon, justamente por partir de um falso compromisso com uma separação entre mente e mundo que tanto a OOO como a ontologia dos processos de individuação negam veemente. Tal conceito será discutido em mais detalhes adiante.

Considerando o referencial whiteheadiano indicado acima, Leach então defenderá, por meio da ontologia orientada a objetos de Harman, que Elsie e Elmer podem ter seu aspecto mental entendido por meio da estrutura quádrupla comum a todo e qualquer ente. Ao invés de mentes, a OOO partirá do pressuposto de que objetos experimentam objetos. O que teríamos aqui, de fato, seria o testemunho de como objetos reais criam objetos sensuais para permitir a interação, sendo que por tais conexões os objetos sensuais são capazes de modificar os objetos reais. Eles produzem incrustações de qualidades sensuais que mudam a maneira como o objeto é capaz de formar relações. Em um nível muito básico, o objeto é afetado por essa mudança e deve registrá-la, em outras palavras, um caso de experiência alienígena está ocorrendo.

Deve-se destacar o sentido dessa experiência alienígena citada por Leach, pois ela contém o cerne da estrutura que compõe a OOO. No caso das tartarugas é fato que uma interação entre objetos reais e sensuais é explicativa do velamento característico de qualquer objeto, como o que ocorre com os robôs. Acrescente-se a isso a contribuição whiteheadiana de que as preensões são o fundamento de qualquer existente, o que permite estabelecer a interação entre o real e o sensual sem que se tenha de apelar apenas a uma conexão de tipo causal. Diferente das entidades atuais whiteheadianas que existem enquanto preendem, a OOO das máquinas proposta por Leach situa a experiência internamente ao que são tais entes. É por ser objeto, primeiramente, que um robô qualquer, por exemplo, pode estar diante do mundo. A experiência está em tudo, mas porque tudo é o que permite posicionar uma experiência. O caráter velado repousa no fato de que não há quaisquer de tais experiências que possa ser dita como universal, havendo sempre um aspecto recôndito, um viés do objeto inacessível à experimentação.

Desse modo, para Leach, as tartarugas robôs não precisam de uma mente humana para experimentar as coisas. A mente pode ser apenas outro tipo de objeto. Os pensamentos são objetos sensuais que aparecem quando uma relação é formada, como por exemplo entre um prato de sopa e a sensação gerada no humano que a está degustando. Nisso se concentra a sua crítica no pampsiquismo como resposta, já que este, ainda que por um caminho distinto, acaba por sustentar um papel e um espaço para o que tradicionalmente entendemos por mentes. Consequentemente, a ênfase deveria ser modificada.

Aqui devemos registrar um ponto importante do argumento, que diz respeito ao repertório adotado pela ontologia projetada por Leach. Entendo que seu argumento em favor da defesa de um papel de destaque para a experiência esbarra em um outro aspecto ainda mais crucial: sua defesa de uma ontologia de objetos. Desse modo, o ponto não é que preensões constituem indivíduos, tal qual defendido por Whitehead, mas sim que objetos, sejam eles de

qualquer natureza, preendem. Essa compreensão é reforçada, sobretudo, considerando a capacidade da OOO em lidar com a problemática da mente, a definindo em termos de uma espécie de afetação produzida nos objetos. Assim, o compromisso de Leach em defesa de uma fenomenologia interior às máquinas, tendo a OOO como horizonte, se fará pela sustentação de que todo e qualquer objeto possui uma *Umwelt*, um modo de se relacionar com o seu meio, específico de tal indivíduo, o que demonstra que diferentes possibilidades de apreensão se colocam a ele e posicionam o velamento como regra aos tratarmos das máquinas.

Com isso, coloca-se aqui um ponto importante de divergência de Leach com relação a Harman e sua OOO. Se tivermos em conta o pressuposto da fenomenologia alienígena, então os objetos sensuais possuem a capacidade de modificar o objeto real, o que para Harman só é admissível em sentido inverso e de modo indireto, vide o que esse filósofo define como *vicarius causation* (2011). Se isso é assim, então pode-se considerar que os objetos seriam, ao mesmo tempo, mas por perspectivas distintas, granulares e não-granulares, por serem objetos como dado básico de sua ontologia e por intrinsecamente possuírem um direcionamento para a experiência, produzindo continuamente um tipo de fenomenologia alienígena.

Considerando o robô como um objeto, a resposta à entrada sensorial seria evidência de experiência, fazendo com que algo mude dentro do objeto. O robô não apenas responderia ao contato humano, mas também a de outros tipos, tendo em conta as relações localmente estabelecidas. O descontentamento com o tema da causação indireta é colocado por Leach ao indicar a fertilidade das intuições de Ian Bogost:

O metaforismo de Ian Bogost baseia-se nesta parte da metafísica de Harman. O efeito de um objeto em outro pode ser descrito como um processo de uma coisa se tornar semelhante a outra, tanto física quanto figurativamente. Quando coloco uma caneca sobre uma mesa, a caneca se modela em qualidades particulares da mesa: imobilidade e posição em espaço. Como uma planta absorve água através de suas raízes, a água se adapta ao formato da árvore, aderindo às paredes do xilema e subindo em direção às folhas. À medida que um texto é lido por estudiosos de uma tradição diferente, ele é traduzido para uma linguagem técnica diferente e faz analogias com ideias que o autor não pretendia. Isso se assemelha ao mito das plataformas de petróleo porque cada objeto detecta uma caricatura de todos os outros, mas sem exigir que aceitemos o conceito de causação indireta. Das duas apostas, eu prefiro a de Bogost, principalmente porque parece menos dependente de um conjunto de suposições a priori derivadas de uma filosofia ainda mais antiga. A OOO está preocupada com novas abordagens que diferem radicalmente de quase todos os modelos ontológicos mais antigos. Portanto, parece incongruente articular uma teoria complexa de interação de objetos que tem suas origens na teologia islâmica medieval. Eu não estou sozinho neste desconforto. Levi Bryant disse que "talvez nenhum elemento do pensamento de Graham tenha sido mais difamado do que sua doutrina da causação Indireta." Harman, no entanto, traz a OOO mais em linha com a fenomenologia tradicional e, portanto, dá à disciplina um senso de autoridade que, caso contrário, poderia faltar. (2020, p. 55-6, tradução nossa)

Se os objetos têm a capacidade de receber algum tipo de moldagem, isso ocorre em razão das relações fenomenológicas a que eles estariam sujeitos por sua condição ontológica granular. Entretanto, esta capacidade de modificação aproxima Leach de influências, notadamente daquelas representadas por filósofos como Bruno Latour e sua defesa de uma *Actor-network theory* (ANT). Sua abordagem seria, assim, uma que busca avançar com relação a Harman ao promover um papel efetivo para relações como algo que se dá entre objetos. Elsie e Elmer só podem ser ditos como objetos disponíveis para uma fenomenologia se as relações estabelecidas forem significantes e, nesse sentido, propensas a mudar de alguma maneira a condição de tais objetos.

Assim, há um impulso latouriano em Leach que faz com que relações possuam uma capacidade de “informar” objetos. Aqui, estar com Latour implica flexibilizar os pressupostos da OOO. Relações modificam objetos, mas só há relações pelo fato de haver objetos. A *Umwelt* de um objeto é a impressão do ambiente sobre um objeto; é o campo no qual os objetos sensuais são formados e mantidos, apesar das incrustações cintilantes de suas qualidades. Saliente-se que, nesta visão, a *Umwelt* deve incorporar sensações totalmente estranhas, como a impressão de rodas no chão em Elsie e Elmer, o que implica na concessão de um valor informacional irrecusável a tal objeto. Há uma forma, que é o objeto, mas que se constitui por uma espécie de forjamento da forma, informação.

Desse modo, o tipo de granularidade que ampara a fenomenologia alienígena em Leach é *sui generis* em relação à Harman, já que a *Umwelt* emula um papel informativo. O fundamental é haver objetos entre objetos, considerando, entretanto, a presença da experiência como um dado que produz uma comunicação em sentido duplo. Dar lugar à experiência pressupõe admitir que há um aspecto de ação, um fundamento não-granular, naquilo que constitui os objetos. Isso não acarreta a propensão a uma filosofia processual ou a suposição de algum tipo de devir por Leach, já que os objetos, também como entidades granulares, vinculam as relações e o horizonte fenomenológico elaborado. Mas é inegável que a filósofa parece atenta no sentido de admitir que a granularidade, a condição interna que define um objeto, somente pode ser constituída se conjugada com o que produz tal panorama. Em nossos termos, a medida é primária porque o objeto é o grão, mas ela deve conter um espaço para a experiência como condicionante, como critério de medição, dando sentido a uma possibilidade de que o grão possa afetar e ser afetado.

Isso explicaria a articulação promovida para que a experiência possa ocupar um papel mais destacado no pensamento harmaniano. Leach, assim, tenta atribuir um papel central à experiência mostrando, ao mesmo tempo, ser o robô, como ente individual exemplar, aquilo

que permite a produção de um tipo de indeterminação, sem distinguir-se do que é tal entidade granular. Se para Whitehead a experiência de qualquer coisa não pode ser diferente do que a coisa é, como superação da falácia da bifurcação da natureza, isso ocorre porque a realidade da coisa está no que é experimentado; Leach, entretanto, parece disposta a conceder que Elsie e Elmer possuem capacidade empírica, que é indispensável na contínua composição de sua condição granular. Não é que a experiência afeta tudo no objeto, mas haveria uma reverberação em tal estrutura, promovendo uma reconstrução contínua desses grãos. Em outras palavras, grãos não demandam complementos, mas tais complementos são inevitáveis pela dinâmica da experiência a partir da qual os objetos constituem o mundo.

Desse modo, há um passo a mais dado por Leach, que está em demonstrar por meio dos conceitos de sensação/experiência que os entes, tomados como objetos, possuem um caráter relacional forte dado pela sua condição perceptiva. Ser objeto é, concomitantemente, possuir uma condição individual específica dada, um grão, como ser humano, ser carrapato, ser robô, mas ao mesmo tempo, carregar um tipo de *Umwelt*, um caractere específico que somente pode fazer sentido do ponto de vista do objeto considerado. A *Umwelt* condiciona o objeto, o viabilizando enquanto tipo de medida, já que permite intuir a estrutura quádrupla como característica base deste. Desse modo, tal experiência se faz como tipo relacional que se dá através do objeto e com os demais objetos. Apesar disso, a capacidade de modificação de um objeto real a partir das relações dadas sensualmente testemunha que tal afetação permite a criação de um condicionamento que possibilita que o grão ou a medida sejam referenciados.

Por outro lado, se a questão fosse tomada do ponto de vista estritamente harmaniano esse passo não poderia ser dado. A experiência seria uma medida estabelecida como um exemplar de objetos, o que nos faria supor uma sobreposição de camadas. Em outras palavras, a explicação de um grão seria dada sempre por meio do apelo a um novo grão e assim sucessivamente. Por isso, a aporia sobre o que fundamenta uma medida, tenderia a ser respondida por um apelo a outra medida, exacerbando esse lado da polarização em análise nesta tese. Leach, por isso, é vista em nossa interpretação como trazendo um estudo de caso interessante sobre como a OOO pode responder ao aspecto agencial ou relacional pressuposto na afirmação de uma tese granular. Nossa queixa, entretanto, permanece no fato de a medição, como tipo de operação, ser subentendida de modo disfarçado, num exercício que tenta manter a unidade do objeto e, ao mesmo tempo, ter em conta um papel efetivo para a experiência, tomando-a granularmente.

Isso nos leva a refletir sobre a própria concepção de grão, no sentido de avaliar se o tipo de completude que o determina pode ser elaborado em relação a uma maior ou menor

repercussão ao que é exterior, em termos da capacidade de modificação ou atualização interior dada a partir de sua fronteira. O pressuposto de unidade individual como norte da OOO harmaniana torna tal concepção engessada, radicalizando os tensionamentos ou contatos em termos de regras restritivas. Para ilustrar isso, basta que tenhamos em conta como o dado sensual reverbera apenas localmente, em uma espécie de departamento do objeto, assim como ocorre com a causalidade presente entre os âmbitos real e sensual, procedida apenas em um sentido, indiretamente, do real para o sensual. Leach nos faz cogitar uma versão renovada da OOO, de gradação mais intermediária em referência ao que entende como agência ou operação, que ainda se coloca do lado harmaniano por atrelar ontologicamente relações a objetos, embora permitindo uma extrapolação do alcance da influência de tais relações a todos os âmbitos destes, fazendo supor que o objeto ele mesmo, produz localmente um tipo de transformação, o que permite posicionar a granularidade em um lugar mais próximo do centro desse quadro de oposições.

Como oportunidade de apresentação de um contraditório, discutiremos a seguir a posição defendida por Simondon no *Do Modo de Existência dos Objetos Técnicos -MEOT (2020b)*. Trata-se de uma discussão relevante pois se faz no interesse de demonstrar como os objetos técnicos, surgidos a partir da ação humana, são entes culturais, pelo fato de conterem um aspecto fundamental de individualidade, presente também em Leach pela afirmação de um aspecto de dignidade das máquinas. A tarefa consiste em fazer ver o papel que a indeterminação exerce em uma máquina, de modo a tirá-la da condição de simples autômato e torná-la de fato um tipo de existente.

Desse modo, espera-se, também por um argumento associado à técnica, mostrar como tais indivíduos se situam no plano ontológico em que já foram expostas as posições de Harman e Leach. Nossa suspeita é que Simondon possa, por um ângulo inverso, ao menos implicitamente, indicar a oposição entre medição e medida, como feito por Leach por meio de sua fenomenologia alienígena. Teríamos, assim, colocado num tipo de plano, dois polos extremos: por um lado a visão do filósofo francês, por meio de sua tese sobre a individuação desenvolvida na obra *A Individuação à Luz das Noções de Forma e Informação (ILFI)* e, no outro, a OOO, tal qual defendida por Harman. O MEOT seria uma posição consonante com a ILFI, mas que indiretamente e não intencionalmente acenaria para o polo harmaniano, o não-granular, como apelando a algum aspecto de granularidade. O outro polo intermediário seria representado pela posição defendida por Leach, uma OOO que intui a presença de agenciamentos.

4.2 SIMONDON - A GRANULARIDADE DOS OBJETOS TÉCNICOS

Inicialmente é importante destacar o objetivo que se busca alcançar nesta seção por meio da interlocução de Simondon, no MEOT, com a proposta defendida por Leach. Como visto, a filósofa faz-nos pensar sobre como a *Umwelt* de um objeto é um elemento constitutivo de sua realidade capaz de promover modificações estruturais em uma toada granular e incluir um princípio de indeterminação, já que a sua unidade sempre se faz como totalidade ou completude, mas em um tipo de dinâmica que leva em conta um papel operativo dado pela experiência, por isso incorporando um sentido de não-granularidade. Por sua vez, o que esperamos demonstrar é que Simondon realiza um movimento semelhante em sentido inverso, pois, na defesa do objeto técnico como um não-grão, precisará basear um sentido de granularidade, mesmo que implícito. O filósofo francês projeta o objeto técnico em uma espécie de pseudo forma, como estrutura, mas que se sustenta por caracteres operativos.

Assim, por um lado, Leach apela a um aspecto não-granular com a adoção da experiência como tipo de *Umwelt* que modifica e atualiza o objeto, embora permaneça vinculada à granularidade pela percepção de que Elsie e Elmer, por exemplo, possuem um princípio de completude, dado por uma fronteira ao que é exterior. Em sentido contrário, Simondon adota, aparentemente, uma dinâmica granular ao admitir, como veremos em detalhes adiante, que um tipo de unidade sistemática é o que torna os objetos técnicos cada vez mais concretos, o que o aproximaria de um sentido de completude, afeta ao que propõe a tese granular da OOO.

Leach, assim, opta pela medida ao afirmar que máquinas retiram sua individualidade do que se dá na unidade, no escopo de um objeto, tomado em seu sentido completo, um grão. Entretanto, reconhece um papel para o que é exterior, a experiência, como prática de medição, mas o faz assimilando tais contribuições enquanto dadas por uma outra unidade, uma espécie de dupla medida. Simondon, por sua vez, está do lado da medição, tomada como atividade, ao afirmar que os objetos técnicos somente fazem sentido como indivíduos se reconhecermos que um tipo de operação é o princípio básico de existência. Nenhum objeto técnico é indivíduo sem margem para indeterminação. Apesar disso, Simondon precisa considerar um sentido de medida ao mostrar que a referida indeterminação de um objeto técnico deve ser rastreada em um tipo estrutural completo, como uma forma, mas a toma como modelo de medição, já que a preenche de poderes, agenciamentos e operações.

Como já tratamos do argumento de Leach na primeira parte deste capítulo, esboçaremos a seguir como esse desenho é apresentado por Simondon no MEOT. Não seremos exaustivos

na análise do seu argumento neste momento. Por isso, optamos por sinalizar alguns aspectos do texto que direcionam para a interpretação a ser apresentada. Nesse contexto, considerando o trabalho de conscientização sobre os objetos técnicos proposto por Simondon como ideia principal de seu livro, analisaremos pontos que dizem respeito à gênese do objeto técnico, como fundamento para a suposição da presença de um tipo de medida na medição, de granularidade em uma realidade não-granular, assim como, o aspecto da evolução/progresso da realidade técnica, que reforçam e intensificam essa ideia.

4.2.1 Simondon – a medição e a medida na tecnicidade dos objetos técnicos

Iniciando a análise proposta, Simondon afirma que os objetos técnicos não receberam no âmbito cultural a valorização que lhes seria cabível, “a cidadania no mundo das significações” (2020b, p. 44). Assim, a tarefa primeira de tal projeto está em fazer ver o aspecto estruturante ou básico dos objetos técnicos. Isso passa pela superação de duas posições extremas, ambas indignas desses objetos: uma caracterizada pela consideração destes pelo simples uso ou em termos de utilidade; a outra estaria na sacralização dos objetos técnicos, geradora de uma postura tecnocrática exacerbada, uma espécie de idolatria da máquina por meio da qual o poder humano se tornaria absoluto.

Assim, Simondon entende que a condição atual dos objetos técnicos se insere nesse contexto de indecisão entre uma visão que os toma enquanto meros instrumentos e uma que os interpreta como dotados de superpoderes, utilizáveis, inclusive, contra o ser humano. Por essa razão, o filósofo argumentará no sentido de admitir que, inversamente, é a indeterminação o que permite aos objetos técnicos alcançarem sua dimensão mais extraordinária, a perfeição técnica:

O verdadeiro aperfeiçoamento das máquinas, aquele que eleva o grau de tecnicidade, não corresponde a um aumento do automatismo e sim, ao contrário, ao fato de que o funcionamento de uma máquina preserva certa margem de indeterminação. (Idem, p. 46)

Nesse ponto, a conexão com Leach é bastante frutífera, no sentido de termos um insight comum quanto a um aspecto de dignidade das máquinas. Ela está fundada na compreensão de que há nestes entes cibernéticos mais do que aquilo que aparentemente conseguimos acessar, por isso um tipo de indeterminação como fundamento. Essa dignidade se faz como atribuição de uma condição individual que implica uma independência, uma possibilidade de estar no

mundo em pé de igualdade com tudo mais, de ser causa e consequência das ocorrências possíveis estabelecidas em seu âmbito ontológico. Essa promoção somente pode ser realizada se houver algo em tais candidatos a indivíduos que os permita cumprir uma função de começo ou de comando, um tipo de *arché*, como referido no capítulo 1 deste trabalho. No caso de Simondon, a indeterminação permitirá aos objetos técnicos levarem adiante sua condição de individuação, por isso, tais objetos estão mais ou menos suscetíveis ao prolongamento de sua individualidade a partir das condições em que se dá a tecnicidade como fluxo de informação.

O objeto técnico afirma-se como um tipo de máquina aberta: “A máquina dotada de alta tecnicidade é uma máquina aberta, e o conjunto das máquinas abertas pressupõe o homem como organizador permanente, como intérprete vivo das máquinas, umas em relação às outras.” (Idem, p. 46). Para o filósofo, a perfeição máxima coincide com a abertura máxima, a liberdade máxima de funcionamento, sendo isso sinônimo de indeterminação. Tal afirmação mostra claramente onde o cerne da individuação deve ser buscado: na capacidade de indeterminação presente nas máquinas. Aqui está o foco a partir do qual tais indivíduos devem ser tomados.

Um outro aspecto a ser destacado da citação acima diz respeito ao papel do humano nesse âmbito, tomado enquanto maestro das máquinas. Essa metáfora é interessante pois mostra que as máquinas demandam uma espécie de auxílio para que possam maximizar seus potenciais, enquanto elevação de capacidade de indeterminação e, conseqüentemente, de fluxo de informação. Leach, em seu contexto, afirma o papel do humano como criador das máquinas e, nesse sentido, também como libertador, mas sem que isso implique uma mediação. Isso se dá em razão de uma diferença de foco importante procedida entre OOO e filosofias agenciais, como é o caso de Simondon. No primeiro caso, a indeterminação é interna, está no objeto, não precisa ser fomentada ou gerenciada. No segundo, as relações são imprescindíveis para aquilo que é a realidade do objeto, sua condição individual está diretamente vinculada às operações realizadas em suas cercanias, o indivíduo não é nada se tomado de modo isolado, sua capacidade de indeterminação inexistente em um contexto de total abarcamento.

Assim, o humano estaria entre as máquinas, possuindo um papel operativo fundamental. Essa conexão se faria como uma espécie de gesto inicial que se perpetua, como criador que participa e fomenta continuamente a sua criação. A perfeição do gesto referido se verifica quando a máquina consegue realizar uma quantidade cada vez maior de procedimentos, adquirindo, com isso, uma maior liberdade de funcionamento. É essa abertura, segundo Simondon, que permite a elas realizarem tipos de agrupamentos, interconexões, constituírem-se como conjuntos técnicos, que cada vez mais amplos, elaboram uma realidade técnica, um

conjunto de indivíduos que existem atrelados à sua capacidade de indeterminação, como condição para uma continuidade indefinida³⁶.

Nesse sentido, vemos como um inimigo importante da proposta de Simondon o real tomado por um critério de transparência, como dado básico dos objetos técnicos, o que também parece ser uma preocupação importante para Leach. Ser transparente implica ser previsível, descritível em todos os seus meandros. Tanto a mera instrumentalização como a automação, retiram dos objetos técnicos a capacidade de se fazerem como veículos informacionais. De modo semelhante, a transparência impediria uma análise da fertilidade esboçada por meio do conceito de *Umwelt*. O ponto comum a essas duas concepções está em buscar demonstrar como os indivíduos tomados a partir da tecnicidade são bem mais do que a filosofia tradicional se predispôs a conceder.

No caso de Simondon, como já relatado, é fundamental sua descrição da gênese de um objeto técnico, pois isso implica em ter claro que tais objetos não possuem um princípio, um ato inaugural como nascimento, mas sim um conjunto de condicionantes que os balizam. Se trouxermos o questionamento da individuação como princípio tal qual discutido pelo filósofo no ILFI, veremos que não há um dado específico que determine a existência de um objeto técnico. Em sentido inverso, Simondon fará ver que não há objetos técnicos sem devir. Isso viabiliza a afirmação de que estes indivíduos possuem um ciclo de vida, já que não são perenes, sendo o surgimento, a continuidade e o fim de um objeto técnico diretamente dependentes das condições internas e dos arredores a partir dos quais estes se instituem³⁷. Nesse sentido, Simondon afirma: “o objeto técnico é aquilo que não é anterior a seu devir, mas está presente em cada etapa desse devir, o objeto técnico uno é unidade de devir.” (Idem, p. 56). Aqui torna-se clara a opção simondoniana pela medição, pois o devir se faz como traço operacional ou agencial presente nos objetos técnicos. O lugar onde está o indivíduo é uma atividade.

Em continuidade ao argumento, o filósofo ressalta a convergência e adaptação como marcas operativas unificadas pela atividade de ressonância interna. Quanto mais estratificado for o objeto, assim como as partes que o compõem, menos condições terá de se adaptar e promover as resoluções necessárias à sua continuidade. Por isso, o exame de um objeto técnico

³⁶ A referência ao pensamento de Gabriel Tarde mostra-se bastante fértil nesse ponto. A principal característica das mônadas tardianas está no fato de que a sua existência se faz pela capacidade de ação, de luta. A sobrevivência de uma mônada é idêntica à possibilidade de prolongamento de seus intercâmbios. Há implícita aqui a negociação como conceito basilar. No caso de Simondon, os objetos técnicos estendem-se também por uma capacidade de intercâmbio, que se faz pela amplitude de seus repertórios, ação que se realiza por meio do que ele define como tecnicidade.

³⁷ Como ressaltado, a OOO também leva em conta o caráter finito de qualquer objeto, definido em termos da capacidade de manutenção de sua estrutura quadrupla, ou seja, por um viés granular.

passa pela análise do regime de causalidade que fundamenta sua existência. Nisso, as nuances da diferença entre objetos técnicos concretos e objetos técnicos abstratos são determinantes. Quanto aos primeiros, as relações de causalidade são mais pontuais, cada parte do objeto técnico se qualifica como uma espécie de mundo em separado, de realidade independente, onde as cadeias causais exercem um papel menor, bem como em que a necessidade de convergência entre as partes que compõem tal objeto não é prioritária.

Como exemplificado por Simondon, as peças que compõem o motor de um carro antigo podem ser mais facilmente aproveitadas em contextos diferentes, por possuírem uma lógica de operação marcada pela independência das partes, enquanto sistema fechado, diferente dos motores mais recentes, os quais possuem um tipo de convergência e concomitância como princípio, já que se elaboram como sistema aberto. Nesse sentido, ele afirma: “Do mesmo modo, existe uma forma primitiva do objeto técnico, *a forma abstrata*, na qual cada unidade teórica e material é tratada como um absoluto, concluída numa perfeição intrínseca que, para funcionar, necessita constituir-se como um sistema fechado.” (Idem, p. 58).

Em oposição a tal princípio, o objeto técnico concreto será, por isso, o que se constitui de modo a que seus componentes sejam elaborados considerando um tipo de interconexão, de contato ou participação. Isso faz com que os elementos que participam da composição de tais objetos sejam menos adaptáveis, na condição de isolamento, do que o visto ao tratar dos objetos técnicos abstratos. Em outras palavras, no objeto técnico concreto nada possui um valor em separado, é a unidade estrutural que constitui o cerne da individualidade. Simondon afirma:

O objeto técnico existe, pois, então como um tipo específico, obtido no final de uma série convergente. Essa série vai do modo abstrato ao modo concreto e tende para um estado no qual o ser técnico seria um sistema inteiramente coerente consigo mesmo, inteiramente unificado. (Idem, p. 60)

Assim, a concretização de um objeto técnico implica a maximização de sua indeterminação, uma possibilidade de prolongamento da individualidade que condiciona sua existência. Pela concretização a referência passa a ser dirigida à unidade estrutural, que não é uma coisa, mas sim uma operação. O exercício simondoniano no trato dos objetos técnicos está em demonstrar que onde estão formas, dados, coisas, temos de ser capazes de enxergar devires, ao invés de medida ou grão, o que faz de fato diferença é o que se apresenta como medição, um referencial não-granular. Entretanto, conforme nosso argumento, não há medição sem que haja um tipo de pressuposto da medida, a sua inclusão, mesmo que implícita, como aparato que permite intuir a presença da indeterminação. A condição de menor indeterminação, presente

num objeto abstrato, faz aparecer mais claramente em que sentido um tipo de pensamento como medida está sendo contraposto, já que expõe a maior dependência que tal objeto possui quanto à sua unidade formal.

No sentido de afirmar esse aspecto estrutural do objeto técnico concreto como modelo de indeterminação, é ressaltado o papel que a unidade interior, elaborada por relações de causalidade, possui. Em outras palavras, é a estrutura do objeto, internamente considerado, que corrobora seu processo de concretização. Essa oposição pode ser melhor compreendida, conforme Simondon, se fizermos a comparação entre o objeto artesanal e o industrial. No caso, o objeto industrial é compreendido como formador de tipos estáveis, dados por uma espécie de padronização intrínseca, enquanto o contrário seria o vigente no objeto artesanal, em que cada unidade se diferencia externamente. O processo de evolução dos objetos técnicos demonstraria um tipo de passagem daqueles de caráter analítico para os de aspecto sintético, do artesanal para o industrial. O caráter analítico é dado inegável, pois este objeto:

(...) usa mais matéria e requer mais trabalho de construção; mais simples em termos lógicos, ele é tecnicamente mais complexo, por ser feito a partir da aproximação de vários sistemas completos. É mais frágil que o objeto técnico concreto porque, dado que o relativo isolamento de cada sistema constitui um subconjunto de funcionamento, ele ameaça a conservação dos outros sistemas, se esse sistema não funcionar. (Idem, p. 63).

Vale ressaltar ainda que "as reformas estruturais, que permitem ao objeto especificar-se, constituem o que há de essencial no devir desse objeto." (Idem, p. 66), o que explicaria a passagem de um a outro de tais sistemas. O princípio dessa mudança seria dado pela "maneira pela qual o próprio objeto se causa e se condiciona a si mesmo em seu funcionamento e nas reações de seu funcionamento ao uso" (Idem, p. 66). Assim, a evolução de tais objetos obedece a aspectos de caráter interno, embora esteja condicionado por influências exteriores. Torna-se claro, e isso é importante para os nossos propósitos, a verificação de que os objetos técnicos, ao invés de indivíduos prontos e constituídos, enquanto espécies de substâncias, são, na verdade, conforme Simondon: "palco de certo número de relações de causalidade recíproca." (Ibidem).

Objetos técnicos engendram sua condição individual a partir da própria possibilidade de prolongamento de sua indeterminação, dada interiormente. Nisso tem-se de ser levado em conta uma condição basilar que diz respeito a um princípio de não saturação. Em outras palavras, objetos técnicos sempre possuem um fundo a partir do qual operam. Nesse sentido, vale citar o filósofo francês: "o objeto técnico não existe apenas pelo resultado de seu funcionamento nos

dispositivos externos (uma condutância assimétrica), mas pelos fenômenos dos quais ele mesmo é a sede; por isso possui uma *fecundidade*, uma não *saturação* que lhe confere uma posteridade.” (Idem, p. 86) A não-saturação ou fecundidade de um objeto técnico diria respeito a essa capacidade de prolongamento da indeterminação como atividade.

O objeto técnico primitivo é tomado como exemplar de objeto não saturado, justamente pelo fato de ser um tipo de ancestral que progride à medida que ocorrem os aperfeiçoamentos no interior de sua estrutura. Tal evolução é vista por Simondon como criadora de uma família de objetos técnicos originados naquele que foi o ponto de partida de todos os desenvolvimentos. De todo modo, vale salientar que o nascimento de um objeto técnico, como dito acima, está fundado em uma assimetria, uma novidade que faz com que esse novo objeto rompa com a estrutura até então vigente. Como dito por Simondon: “o começo de uma linhagem de objetos técnicos é marcado por esse ato sintético de invenção, constitutiva de uma *essência técnica*.” (Idem, p. 87).

Devemos ressaltar que esse ato sintético de invenção referido é justamente o que constitui o surgimento de uma assimetria. Se as conexões se mantêm simétricas, então o objeto técnico permanece vinculado à mesma família ou linhagem técnica que o antecede e fundamenta, fazendo com que sua essência técnica permaneça estável, embora em movimento estrutural interno contínuo. Importante notar o papel da essência técnica, que não é sinônimo de coisa, mas de estrutura funcional, elaborada como criação de uma dinâmica própria e por isso, assimétrica em relação ao que lhe antecede. O começo é, por isso, a abertura para um funcionamento específico, para uma dinâmica que permite ao objeto prolongar sua indeterminação, por isso assimilável a um tipo de *arché*.

Simondon demonstra, de acordo com o argumento acima, como o pêntodo e o tetrodo seriam descendentes diretos do tríodo, por isso, parte de uma mesma família técnica, já que “completam o desenvolvimento de seu esquema técnico interno ao reduzir as incompatibilidades por meio de uma redistribuição das funções em subconjuntos sinérgicos.” (Idem, p. 90). Nesse caso, deve-se considerar o aspecto relativo à base e à estabilidade do sistema concreto de invenção organizadora, em seu contexto de desenvolvimento, como critério para a fundação da unidade e da distinção de uma linhagem técnica. Isso implica em admitir que um objeto pode ser o fundamento para outros dentro de uma mesma base comum ou para o surgimento de novas famílias. São as conexões, enquanto atividade, que balizam a continuidade simétrica ou o surgimento de uma assimetria, como manutenção ou mudança de linhagem técnica.

Esse é o parâmetro para que se compreenda o lugar do objeto técnico tendo como referência o que conhecemos como objetos naturais e aquilo que a ciência toma como representação científica. O modo de existência do objeto técnico o aproxima³⁸ dos objetos naturais, pois: “tende para a coerência interna, para o fechamento do sistema de causas e efeitos que se exercem circularmente no interior de seu recinto. Além disso, incorpora uma parte do mundo natural que intervém como condição de funcionamento, e com isso faz parte do sistema de causas e efeitos.” (Idem, p. 91). Assim, distancia-se da artificialidade, já que não mais demanda o constante acompanhamento e suporte humano, sendo tal objeto dotado de uma estrutura de auto coerência que permite responder autonomamente às funções para o qual foi criado.

Sobre essa referência à artificialização, a intervenção humana torna o objeto menos próximo do natural e, por isso, distante do tipo de dignidade que Simondon atribui aos verdadeiros objetos técnicos. Nesse ponto, é como se Simondon estivesse do mesmo lado que Leibniz (1983) na querela com os newtonianos sobre a fundamentação das relações espaço-temporais no mundo. Um objeto técnico como representação totalizante do real corresponderia a um relógio inicialmente criado pelo humano, mas que de tão perfeito e concreto consegue operar sem qualquer necessidade de reparos, pois a sua estrutura funcional é maximamente indeterminada, dirigida internamente. Se Leibniz precisou supor um tipo de harmonia pré-estabelecida para sustentar a autonomia dessa máquina, Simondon faz isso depender das próprias operações, como um tipo de recursividade contínua³⁹, que engendra esse grande objeto. O mundo assim é causalmente regulado pela dinâmica de coerência interna constituinte de tal máquina.

Trazendo Leibniz para o escopo dessa discussão conceitual, diríamos que ele precisou conciliar medida e medição, ou grão e não-grão, por meio de unidades individuais que seriam capazes de agência, mostrando como uma coisa possibilita a outra. Simondon faz da medição a regente única, de modo que aquilo que é medido é apenas reflexo da indeterminação operativa. Nosso ponto é que essa opção faz com que Simondon, compulsoriamente tendo que admitir um tipo de medida, como um grão, um resultado no mundo da medição, sempre o faça indicando um mais além, um processo apenas indiretamente percebido, um tipo de não-granularidade. Por

³⁸ O objeto técnico tende à concretização, sendo tal resultado nunca completamente realizado, como o que ocorre com os objetos naturais, pois há sempre aspectos de abstração residual em sua composição. Nos termos do ILFI, poderíamos supor um aspecto de pré-individualidade. Uma tensão entre o não-granular e o granular pode, então, aqui ser vislumbrada.

³⁹ Diríamos que essa recursividade aparece na OOO como sinônimo de simbiose, numa toada granular em que a relacionalidade é ontologicamente vinculada à realidade dos objetos.

isso, tendemos a considerar que as falácias da sub e da supraminação do real, denunciadas por Harman, são também preocupações para o filósofo francês, em uma nova roupagem. Isso ocorre porque tanto Harman como Simondon precisam reduzir o oposto de suas concepções a um tipo de mal-entendido, uma compreensão equivocada do problema, um parar antes ou depois daquilo que realmente é o fato do mundo.

4.2.2 Simondon – a medida na medição - a questão da hipertelia

Nesse momento, vamos examinar como a evolução dos objetos técnicos envolve fenômenos que, de acordo com o vocabulário que temos adotado inspirado em Whitehead, dizem respeito a uma preocupação com aquilo que seria a medida ou com o processo de medição, assim como, seguindo os principais conceitos discutidos ao longo dos capítulos 2 e 3, transitam entre grão e não-grão. Temos claro que o propósito de Simondon é compreender os objetos técnicos em termos de uma atividade, excluindo um sentido granular e, por isso, afirmativo da medição. Entretanto, isso esbarra diretamente nos condicionamentos exteriores a que tais entes estariam sujeitos em razão de sua dependência ao humano como cofundador da gênese que os inaugura. Há aqui um desacordo importante, pois a incompreensão pelo humano do verdadeiro papel de indeterminação dos objetos técnicos, gera como consequência a adoção de um viés pragmático e utilitário quanto a estes entes, os tomando como meras coisas, uma abertura para que sejam considerados como medida, mas sem a profundidade individual a partir da qual Leach referiria, na nossa interpretação, esse papel, a necessidade de uma fenomenologia alienígena ou mesmo um tipo de velamento, tal qual Harman.

Assim, embora tal apelo possa fazer, de fato, com que se perca a realidade cultural que Simondon busca afirmar nos objetos técnicos, vemos uma oportunidade para que o aspecto de medida neste presente, o aporte como coisa que condiciona sua indeterminação como operação, seja melhor compreendido. Isso ficará claro com a análise do conceito de hipertelia. Simondon adota tal conceito com a finalidade de demonstrar como os objetos técnicos contemplam um aspecto de adaptação enquanto condição fundamental de sua existência. O filósofo diz: “a evolução dos objetos técnicos exhibe fenômenos de hipertelia que dão a cada um desses objetos técnicos uma especialização exagerada e o desadaptam de qualquer mudança, mesmo ligeira, que ocorra nas condições de uso ou fabricação.” (Idem, p. 97). Desse modo, as modificações na essência de um objeto técnico podem se dar de duas maneiras: uma enquanto adaptação às condições materiais e humanas da produção de tal objeto; a segunda diz respeito a um tipo de adequação do objeto à tarefa a ser desempenhada. Fica claro que a hipertelia como fenômeno

produziria um tipo de desvirtuamento do objeto técnico, como tensão que faz com que este se direcione a outros vetores, que não à capacidade de prolongamento enquanto indeterminação.

Nesse caso, ocorre a necessidade de uma adaptação dada localmente, nomeada por Simondon como sobreadaptação funcional, aqui utilizada para exemplificar contextos nos quais os objetos técnicos precisam promover tipos de ajustes para responder às necessidades de utilização. Nos casos em que esse tipo de adaptação mantém a autonomia do objeto técnico diz-se que se trata de uma adaptação fina. Por outro lado, quando o objeto técnico precisa ser dividido ou fracionado para a realização de uma determinada função, temos a adaptação fracionária, que exige deste um tipo de modificação para que exerça o papel desejado pelo seu operador. Vê-se, assim, a sobreadaptação como afirmativa de uma quebra na cadeia de indeterminação a partir da qual um objeto técnico produz sua individuação. Elementos externos, como dados, não compõem, mas demonstram que a autonomia de tais indivíduos repousa ou se associa com um suporte que acaba por condicioná-lo ou interrompê-lo. Há a participação de um tipo de medida no objeto técnico enquanto operação.

O exemplo utilizado retirado do campo da aviação é bastante instrutivo, pois, para o filósofo francês, os aviões antigos eram menos sobreadaptados que os modernos, já que não tinham um repertório maleável, do ponto de vista técnico, para responder às diferentes demandas. A mesma estrutura era utilizada para um pouso no campo, numa pista ou em qualquer outro lugar. De modo distinto, um avião de transporte tipo rebocador, carrega planadores, aviões menores que voam em grande velocidade sem a utilização de motores, sendo apenas alçados pelo primeiro. O avião de transporte é visto como uma realidade sobreadaptada ou hipertélica, e fracionária, pelo fato de conter em seu bojo um tipo de estrutura adaptativa que permite concebê-lo como um objeto técnico específico, quando puxa o planador para voo formando com este uma unidade, ou um objeto distinto, em situações que, sem o planador, é apenas um objeto técnico que possui a capacidade de voar por meio de seus componentes mecânicos e eletrônicos. O planador, ele mesmo, seria um objeto técnico autônomo, já que apenas pode operar segundo a estrutura quase parasitária de apoio realizada a partir dos rebocadores, não estando sujeito ao fracionamento.

Um outro caso de sobreadaptação se dá quando a modificação procedida pelo objeto técnico é realizada por uma necessidade externa a este, relacionada ao ambiente em que tal objeto está sendo inserido. Simondon utiliza o exemplo do relógio sintonizado por quadrante para demonstrar como em alguns casos o ambiente é determinante para a ocorrência da hipertelia, uma vez que, no caso em análise, a coisa modifica sua estrutura operativa em lugares diferentes e geograficamente separados, pois haveria uma mudança de frequência a que tal

objeto seria sensível. O Intuito de Simondon ao apresentar tais exemplos, assim como outros citados no decorrer de sua exposição, é fazer ver o lugar ocupado pelo objeto técnico no âmbito da realidade em que este se insere:

O objeto técnico está no ponto de encontro de dois meios e deve integrar-se simultaneamente a ambos. Todavia, como esses dois meios são dois mundos que não fazem parte do mesmo sistema e nem sempre são inteiramente compatíveis, o objeto técnico é determinado, de certo modo, pela escolha humana que tenta efetuar um acordo, da melhor maneira possível, entre os dois mundos. (Idem, 100).

Aqui, vê-se claramente que o meio atua como elemento significativa na estruturação de um objeto técnico, de fato definindo direções a partir das quais a indeterminação será constituída. Trata-se de uma necessidade de adaptação, posterior a demanda inicial da qual se origina, por isso a adoção do termo hipertelia, como inserção demasiada de finalidades, ou estranhas, em tais entes. A sobreadaptação parece demonstrar, por isso, uma espécie de resíduo da medida naquilo que é o objeto técnico enquanto orientado em princípio para a medição. É como se no seu exercício de existência houvesse sempre um momento em que o aspecto formal no qual o objeto se assenta demandasse uma redefinição de rotas, fazendo ver que a indeterminação somente pode ocorrer parcialmente, em um âmbito específico, em referência a um tipo de medida dada em segundo plano.

Simondon busca solucionar tal dificuldade insistindo na prevalência do aspecto de indeterminação presente nos objetos técnicos ao afirmar um papel para o que ele denomina de adaptação-concretização. O conceito é adotado pelo filósofo para indicar um tipo de movimento que não implica a simples moldagem do objeto ao ambiente em que este se insere, mas sim uma atividade que “ (...) condiciona o nascimento de um meio, em vez de ser condicionado por um meio já dado.”(Idem, p. 104). Um meio no qual a existência só pode ser tomada de modo virtual, antes que seja efetivada. A consumação desse meio é vista por Simondon como um tipo de invenção, uma vez que concretiza, produz um novo ambiente, relacionado funcionalmente ao que se busca realizar com esse objeto técnico. Aqui a diferença aparece, pois, o meio já não seria estranho, medida em relação ao que é o objeto técnico como operação de medição: “o objeto técnico, portanto, é a condição de si mesmo como condição de existência desse meio misto, a um tempo técnico e geográfico.” (Idem, p. 104). O meio é projetado, incluído na indeterminação, acondicionando e sendo condicionado por ela, um tipo que favorece a atividade porque é também operacional.

O progresso técnico como atividade genuína, e por isso não implicado pela hipertelia, se apresenta como encontro coerente, não marcado pela discrepância, entre o âmbito técnico e

a natureza. Simondon denomina tal contato de meio tecnogeográfico, que não é nem técnico ou natural, mas sim que se coloca como um tipo de simbiose que produz a novidade. Mediado pela inteligência humana através de uma espécie de função inventiva, tal meio se realiza como uma convergência que, de antemão, não poderia ser vislumbrada, mas que apenas se coloca no momento em que essa relação produz uma nova sistemática, uma nova organização implicada em uma modificação funcional realizada nos dois polos extremos desse contato, o objeto técnico e o meio geográfico ou natural. Essa relação é explicada por Simondon por um apelo à recorrência de causalidade, que possibilita, a partir da individuação dos seres técnicos, a obtenção do progresso técnico: “ela (esta individuação) é possível pela recorrência da causalidade num meio que o ser técnico cria em torno de si e que o condiciona, assim como é condicionado por ele” (Idem, p. 105-6). A recorrência, nos nossos termos, permite que a medição se coloque diante apenas de uma mesma dinâmica que é a operativa, produzindo indeterminação. Esta parece, portanto, constituir uma saída para que no trato dos objetos técnicos um outro fundamento, para além do aspecto operativo, possa colocar-se. Busca-se evitar a ocorrência do problema da concretude mal posicionada, tal qual denunciado por Whitehead (2010), em que o fundamento da realidade seria referido a algo que, de fato, não teria um papo efetivo nas ocorrências dadas no mundo.

Entretanto, nos parece que Simondon está constantemente tentando escapar da possibilidade de que algum tipo de medida seja o fundamento dos seus objetos técnicos, já que a causalidade é utilizada para demonstrar a existência de um tipo de imbricação que faz do objeto técnico um tipo posicionado em relação aos seus arredores. A causalidade recursiva será assim uma operação que integra meio e objeto técnico enquanto elaborações essencialmente indeterminadas. Em outros termos, é uma forma de assegurar que a medição lide e gere apenas indeterminações. Nesse ponto, a causalidade indireta harmaniana pode ser tomada como estratégia semelhante adotada pelo outro polo dessa discussão, já que busca garantir a medida enquanto medida, como granularidade, na OOO e isso somente pode ser cumprido caso o objeto real mantenha-se alheio ao que ocorre em outros departamentos de sua estrutura.

Seguindo o argumento, Simondon define o meio associado como: “ (...) um regime dos elementos naturais que cercam o ser técnico, ligado a um regime dos elementos que constituem o ser técnico.” (SIMONDON, 2020b, p. 106). Para esse filósofo o meio associado “(...) constitui a condição de existência do objeto técnico inventado.” (Ibidem). Embora tal objeto inventado seja criado de modo separado do meio de operação, há um tipo de conexão virtual que associa tal estrutura artificial com a natureza, permitindo a tal objeto cumprir a função a que foi destinado. Por isso, como dito, a causalidade é elo de efetivação de uma virtualidade

previamente esboçada. Simondon ressalta o fato desse tipo de conexão causal e a dependência ao meio associado ser característica do objeto técnico inventado, de origem absoluta, que não permite progressões em seu processo constitutivo, mas apenas uma existência dada em termos das relações causais que ensejará.

4.2.3 Simondon – elemento, indivíduo e conjunto - graus de medição

Em uma abordagem semelhante ao proposto no ILFI, já que naquele contexto o filósofo estava focado em apresentar a dinâmica da individuação como processo nos diferentes níveis da existência, Simondon buscará demonstrar como o princípio de indeterminação que rege os objetos técnicos repercute em termos de gradações mais elevadas ou prévias, em conjuntos e elementos. De fato, o dispositivo que permite o estabelecimento desses níveis de objetos técnicos está na recorrência de causalidade, que responde à necessidade de continuidade entre a natureza e tais objetos. Como dito, nosso ponto de vista é que para negar a medida, deve a medição, como tipo de operação, estar presente em todos os âmbitos imagináveis. Vejamos, por exemplo, o que é mencionado sobre a formação dos conjuntos técnicos e a relação destes com o meio associado, em termos de correlações, causalidades recíprocas. Diz Simondon:

Portanto, o princípio de individuação dos objetos técnicos num conjunto é o dos subconjuntos de causalidade recorrente no meio associado. Todos os objetos técnicos que têm uma causalidade recorrente em seu meio associado devem ser separados uns dos outros e conectados de modo a manter essa independência dos meios associados, uns em relação com os outros. (Idem, p. 114)

Desse modo, generaliza-se a indeterminação, sem que isso implique a afirmação dos objetos técnicos como uma única e imensa coisa. Há um interesse, portanto, em fazer ver que mesmo com a recorrência de causalidade não precisamos desaguar em um monismo. Por isso, a questão aqui não pode ser vista como inteiramente resolvida sem que se tenha claro onde está situada a individualidade, se nos conjuntos técnicos ou nos subconjuntos que fomentam as relações em particular. Simondon compreende que o critério para a individualização está na causalidade recorrente. Isso requer admitir que os conjuntos superiores seriam efetivamente compostos de indivíduos, com a ressalva de que tais conjuntos não possam eles mesmos assumir tal condição, já que não há uma causalidade única entre o conjunto e o meio.

É necessário, ainda, fazer menção aos elementos técnicos⁴⁰, que seriam menores que o tipo de unidade elaborada pelos objetos técnicos. Estes, por não possuírem meio associado, podem ser integrados aos indivíduos, mas nunca serão tomados enquanto unidades independentes⁴¹. Assim, a evolução dos objetos técnicos se dá pela ocorrência de modificações também nas cercanias destes e não somente por uma evolução específica de tais indivíduos. Simondon exemplifica isso fazendo menção a ocorrências do meio técnico em que a evolução de um dado elemento é base para o aperfeiçoamento do objeto enquanto dado unitário.

Desse modo, o elemento, embora possuindo condição inferior à do indivíduo, de modo semelhante aos conjuntos técnicos que estariam para além do objeto, por conterem em seu bojo vários indivíduos técnicos, demonstraria que as relações que atuam no processo de composição dos objetos se dão entre coisas não individuadas e aquelas em condição de individuação. Não haveria, assim, uma composição restrita a indivíduos ou mesmo que implicasse a modificação dos termos relacionados eles mesmos em novos objetos. Tais elementos passam a participar de um novo indivíduo, embora o ponto de partida não individual seja um rastro que não pode ser simplesmente apagado. Pode-se dizer, com isso, que a menção à elementos, embora indique etimologicamente um tipo de grão, exerce um papel fundamental de fonte não-granular para novos objetos técnicos.

Simondon menciona ainda o que ele denomina de lei de relaxação, visando demonstrar que as conexões causais que dão ensejo à produção de objetos técnicos não se realizam por uma causalidade linear, retilínea, senão "(...) no formato de dentes serrilhados, já que a mesma realidade existe sob o aspecto de elemento, de característica do indivíduo e, por fim, de característica do conjunto" (Idem, p. 118). As conexões causais se fariam presentes em níveis distintos, como ciclos que perpassariam cada um dos momentos, o elemento, o indivíduo, o conjunto, mas sem que isso se dê por uma trajetória uniforme. Apesar de não lineares, os ciclos causais tornam possível a admissão de uma espécie de solidariedade histórica das realidades técnicas, que se faria pela fabricação dos elementos.

Segundo Simondon: "Para que uma realidade técnica tenha uma posteridade, não basta que se aperfeiçoe em si mesma: também é preciso que reencarne e participe desse devir cíclico segundo uma fórmula de relaxação nos níveis de realidade." (Idem, p. 118). De alguma maneira, pode-se supor que a lei de relaxação seja alusiva a um tipo de dependência que os seres técnicos

⁴⁰ Nesse ponto, é interessante notar como os elementos técnicos aparecem por uma dinâmica semelhante ao papel exercido pelo pré-individual nos processos de individuação descritos no ILFI.

⁴¹ A individuação do coletivo no ILFI é explicada por uma dinâmica semelhante, evitando tomar o grupo como junção de indivíduos prontos, tais quais grãos.

possuem, até certo ponto, em relação ao humano, que pode promover alterações significativas em toda uma estrutura do sistema, demandando a sua completa reformulação. É como se o problema da medida fosse apenas afastado, mas nunca completamente resolvido. Um aspecto pré-individual e transdutivo explicaria a passagem que permite ao objeto técnico afirmar-se como indeterminação em diferentes níveis, havendo, entretanto, um elo exterior capaz de interromper tal dinâmica, o humano.

Em Simondon, a solidariedade no âmbito técnico é histórica pois pressupõe uma dimensão temporal de evolução que se faz entre componentes assimétricos, justamente porque em tal meio a fabricação permite o contato entre diferentes componentes, o elemento, o objeto técnico e o conjunto técnico. Ressalte-se que tal solidariedade é também condição para as modificações e para o eventual progresso no que tange à tecnicidade. Simondon apresenta o exemplo da termodinâmica para explicar o processo evolutivo da fabricação dos trens, que começaram a ser produzidos como objetos artesanais no Século XVIII, sendo que nessas mesmas fábricas teriam surgido as máquinas termodinâmicas de alto rendimento no início do Século XIX e a locomotiva moderna. De maneira semelhante, outros desenvolvimentos tecnológicos que parecem se fazer de modo paralelo, estando apartados entre si, podem ser agregados futuramente em uma mesma unidade. Um tipo de conexão transdutiva, dada por um instrumento não-granular, a informação.

Ao mencionar o aspecto solidário e admitir o universo técnico como permeado por diferentes tipos de entidades, o que se conclui é que a individuação dos objetos técnicos possui uma forte fundamentação relacional, como já dito acima, e que sua efetivação, a produção de concretude, é menos resultado de esforços isolados, mas sim de tipos de composições, de nexos solidários. Não há individuação sem que se leve em conta o papel exercido pelos elementos técnicos, assim como as evoluções nos processos individuais demanda que se considere a operação de indivíduos semelhantes, componentes de um mesmo conjunto técnico. Indivíduos seriam o resultado do encontro de entidades, sem que se desconsidere o papel exercido pelo meio associado, ensejadas pelas causalidades recorrentes. Além disso, a manutenção ou evolução de um objeto técnico se dá tendo em conta a condição atual de tal indivíduo, bem como as contribuições dadas em seu meio ou em outros paralelos que possam influir para que tal prolongamento seja sempre continuado. Como dito, trata-se de mostrar que mais do que estrutura mecânica, é uma realidade informacional que marca a realidade do objeto técnico como indeterminação.

Nesse ponto é importante ter em mente o modo como Simondon toma o conceito de relação, tal qual demonstrado no ILFI, como possuindo valor de ser. Aqui, levando em

consideração, ainda, o papel que a causalidade recorrente exerce em seu sistema, uma relação não pode ser tomada distintamente daquilo que é um indivíduo ou um objeto técnico. As relações se dão como conexões entre os diferentes níveis de individuação. Para explicar a conexão entre o que existe como operação é necessário apelar para algo que não seja essencialmente distinto dela. O caminho para a negação da medida passa pela afirmação de que tudo se explica por meio do que estamos tomando como medição, um tipo de operação. Leach realiza tal exercício em sentido inverso, mostrando que o real deve ser compreendido como tipo granular, contendo algum tipo de essência e, por isso, tudo que se dá no mundo é também uma gradação em novos níveis dessa coisa, embora nos dois casos se apresentem dificuldades que indicam a reflexividade entre o granular e o não-granular.

Voltando a Simondon, tem-se que indivíduos não são simples produtos, pois a manutenção das relações ou da solidariedade que os enseja é vista como uma espécie de ação contínua dada na temporalidade existencial de tal objeto técnico. Não há como mencionar um simples fator como condicionante para a constituição de objetos técnicos, mas sim conexões que se fazem continuamente, operações que prolongam indeterminações, o fundamento é não-granular. E um dado que parece bastante peculiar da obra simondoniana é o fato de tratar-se de uma solidariedade daquilo que preexiste e, ao mesmo tempo, colabora para que a individuação, nesse caso a criação dos objetos técnicos, seja possível. Nesse contexto, reitera-se o papel que o pré-individual exerce como potencialidade contínua associada à realidade dos objetos técnicos.

Ao tratar do progresso técnico como um processo de transmissão epocal, destaca-se o papel do elemento, que associamos ao pré-individual, discutido detalhadamente no âmbito do ILFI. Não haveria um ímpeto de mudança contínuo, mas sim um marcado pela modificação ou passagem de um período temporal a outro. Não seria o objeto técnico como indivíduo o responsável por essa transmissão, mas sim aquilo que o antecede e participa de sua implementação. Segundo Simondon: “O que se pode passar de uma época para outra não são nem os conjuntos técnicos nem os indivíduos, mas sim os elementos, que esses indivíduos, reunidos em conjuntos, tenham conseguido produzir.” (Idem, p. 124). Simondon afirma uma capacidade como inerente aos seres técnicos, esses indivíduos, em seus termos:

Contudo, o ser técnico tem uma liberdade maior que a do ser vivo, decorrente de uma perfeição infinitamente menor. O ser técnico pode produzir elementos que reúnem o grau de perfeição a que chegou um conjunto técnico. Eles, por sua vez, podem ser reunidos para permitir a criação de novos seres técnicos, na forma de indivíduos. Aqui não há geração, progressão ou produção direta, mas produção indireta pela constituição de elementos que encerram certo grau de perfeição técnica. (Idem, p. 124)

Nesse contexto, tanto os conjuntos quanto os seres técnicos são compreendidos como balizadores para a produção do novo, já que em última instância remetem a um tipo de estrutura que não é individual, o elemento. Se fosse individual, Simondon teria que, explicitamente, supor a granularidade como parte da lógica de explicação desses indivíduos, os objetos técnicos. Os seres técnicos não podem produzir elementos semelhantes a eles, como é o caso do vivente. Entretanto, a liberdade de que são dotados, como referido, permitiria que cada época pudesse ensejar mudanças tão radicais quanto o exigido naquele momento. Assim, a admissão do aperfeiçoamento técnico, tal qual referido acima por Simondon, faz com que esse filósofo tenha que explicar como se avalia a tecnicidade de um certo objeto ou indivíduo. A resposta simondoniana, fugindo de qualquer tipo de apelo utilitarista, implica um exame do grau de concretização do objeto técnico.

Ao tratar da concretização, a conclusão valiosa aqui vislumbrada é que não são os indivíduos que carregam o cerne da individuação dada pela condição de tecnicidade neles presentes, mas sim os elementos que o condicionam. Não sendo os elementos como unidades, já que isso levaria a análise do tema da individuação a níveis menores em uma regressão infinita, mas tidos apenas como instrumentos de efetivação no objeto técnico, nessa conexão solidária acima apresentada, infere-se que a individuação no âmbito técnico se faz pela capacidade de agregar, de relacionar um conjunto de componentes que na e pela relação referida formam tal objeto, como dito, pelo resquício de pré-individualidade presente em qualquer objeto técnico enquanto capacidade de indeterminação.

Esse caminho é coerente com o tipo de saída que adotam as filosofias não-granulares, pois é solidariamente e prescindindo de qualquer dado seminal como fundamento que o real, por meio de agenciamentos, é continuamente produzido. Não há, tal qual Harman, um modelo que responde a tal problema pelo viés da medida, afirmativo de um objeto que é uma unidade indissociável de si mesmo. Nesse caso, a forma, a matéria ou mesmo um composto hilemórfico, não conteriam o locus da tecnicidade e, assim, da unidade de tais objetos, embora em algum sentido, ao postular a indeterminação como processo, seja suposto um tipo de repositório em que ela opera, sendo esse o fio que nos faz perceber que medida e medição não estão em planos distintos, mas em posições que indiretamente se autoimplicam.

Isso explica a possibilidade de a tecnicidade presente nos elementos ser transportada, já que se viesse a constituir um dado do objeto nele mesmo seria como uma raiz que, presa ao solo em que foi semeada, inviabilizaria as mudanças e até mesmo a fala sobre o progresso

técnico. Nesse ponto, aportando no MEOT um conceito tão relevante no âmbito do ILFI, de transdução, o filósofo francês afirma:

Não há razão peremptória para atribuir a tecnicidade apenas ao elemento; o meio associado é depositário da tecnicidade no nível do indivíduo, assim como a extensão é depositária da intercomutatividade no nível do conjunto. Entretanto, é bom reservar o termo *tecnicidade* para essa qualidade do elemento mediante a qual aquilo que foi adquirido num conjunto técnico se expressa e se conserva, a fim de ser transmitido a um novo período. (Idem, p. 127)

Se o elemento é depositário da tecnicidade, é a realidade técnica concretizada, segundo Simondon, que o transporta. O indivíduo e o conjunto contêm tal realidade sem, entretanto, poder transmiti-la. Para Simondon: “os elementos têm uma propriedade transdutiva que faz deles verdadeiros portadores da tecnicidade, como os grãos que veiculam as propriedades da espécie e recriam novos indivíduos.” (Idem, p. 127). A tecnicidade existiria em nível de pureza nos elementos, livre, enquanto no nível dos indivíduos e dos conjuntos existiria como mera combinação. Esse ponto do argumento é bastante interessante, pois demonstra que Simondon nos faz supor grãos como um tipo de conteúdo da tecnicidade, mas que não têm valor de essência e sim de devir. Embora isso ocorra, o uso do termo grão simbolizando “um algo” ou “coisa”, reforça a suposição de critérios de importância equivalentes entre medida e medição, o que viabiliza a disposição destes em um mesmo plano ontológico.

Voltando a Simondon, vale ressaltar que a existência individual não se realiza ao acaso, sendo necessária a presença de um aspecto inventivo, humano, capaz de agregar a tecnicidade identificada nos elementos em um objeto técnico compatível, sendo suposto, ainda, o meio associado. Assim, haveria uma organização dada em termos da tecnicidade, um esquema técnico formado a partir do elemento. Nesse sentido, vale citar Simondon: “O indivíduo é um sistema estável de tecnicidades de elementos organizados em conjunto.” (Idem, p. 128). A compatibilização entre tecnicidade e objeto técnico em formação se dará de modo a promover a associação entre a estrutura intrínseca desse objeto à tecnicidade, tendo em conta as características do meio associado. Tal meio dita essa conexão, sendo suposta por Simondon até mesmo uma espécie de indeterminação interna em função do ajustamento do objeto como um todo ao seu meio.

A tecnicidade é concebida por Simondon como um tipo de potência, uma capacidade de produzir determinado efeito. Quanto maior a potência, menor a condição de indeterminação. Assim, a capacidade de agir não é uma faculdade material, atribuída a um ente em específico, mas sim uma disposição. Isso permite que Simondon afirme o progresso técnico sem vinculá-

lo a um tipo de existente que pudesse implicar uma substancialidade dada por si e em si mesma, o que resultaria na perda da dimensão de concretude do real defendida. Disposições ou capacidades possibilitam a Simondon sustentar uma concepção de progresso técnico sem ter que se vincular aos objetos técnicos como entidades em si mesmas intransponíveis, grãos. Tais objetos, como mencionado, carregam a tecnicidade, é ela a potência que situa a individuação ao mesmo tempo que permite que a passagem ou a história da técnica seja continuamente construída. Tal história não está situada no objeto técnico, mas sim na tecnicidade, na capacidade ou disposição que ela implica.

Como resultado tem-se uma conexão entre tecnicidade e transdução. Esta última, vista enquanto capacidade de transmissão da condição individual entre os seres técnicos, encontra no que é a tecnicidade a potência a ser captada. Por isso, antever o que serão os objetos técnicos de um outro momento histórico, do futuro, não é uma atividade realizável. Há sempre que se ter em conta como o processo transdutivo referido se dá e este, por sua vez, depende das consequências advindas dos acontecimentos atrelados à tecnicidade dados no presente. Desse modo, a pergunta pelo fundamento de um objeto técnico, sua *arché*, deve ser referida à capacidade transdutiva deste, um caractere não-granular.

4.3 O LUGAR DA MEDIDA E DA MEDIÇÃO

A proposta do capítulo consistiu em mostrar como uma tensão entre medida e medição permeia a formulação da individuação como presente nos objetos leachianos e nos objetos técnicos simondonianos. Tal condição permitiu trazer uma resposta importante, para os nossos propósitos, ao mostrar que as posições 2 e 4 elaboram-se permeadas entre si. A *Umwelt* de um robô é o dado que se faz tomando a medição como horizonte ou pano de fundo, sendo que a realidade granular se dá no indivíduo, o modifica, mas não o desfalca de sua completude e de seu velamento. Essas duas condições referidas definem os objetos tal como proposto por Leach: um todo granular, mas que internamente demandam não-granularidade como lugar para a *Umwelt*. O objeto técnico simondoniano é realidade transdutiva, balizado por um princípio de tecnicidade que se faz operativamente. Nesse caso específico, se podemos afirmar um tipo de essência no objeto técnico ela é um tipo não-granular, pois não cabe limitação ou direcionamento para a completude, ela é continuamente elaborada, havendo sempre um complemento possível, mas nunca algo que possa simplesmente arrematar e aparecer como fechamento. Este se alimenta da possibilidade de prolongamento dado por sua condição informacional. Entretanto, deve-se destacar, conforme discutido ao tratarmos do fenômeno da

hipertelia, que há um tipo de granularidade margeando tais objetos, delimitando os contornos de sua não-granularidade.

Vê-se, ainda, que se tratam de duas ontologias que se alimentam da própria possibilidade de indeterminação como motor para a afirmação de seus aspectos de granularidade e não-granularidade. Elas não fariam sentido, como coisa ou operação, se não houvesse algo a que tais entidades pudessem estar dirigidas. Há um *télos*, uma finalidade que sustenta tais concepções, vinculando a existência à indeterminação. Isso faz com que tais indivíduos sejam mais do que aquilo que pode ser capturado por um postulado qualquer. Por outro lado, considerando esse referencial comum, suspeita-se que a indeterminação seja ponte para o estabelecimento de um autodirecionamento entre granularidade e não-granularidade. É tentando salvar o que existe de modo velado que grão e não-grão tendem a se avizinhar perigosamente.

Por isso, ao aproximarmos esses dois polos, vemos que uma certa semelhança de fundo aparece. Desse modo, buscando encaminhar uma solução para o problema, partiremos, no próximo capítulo, do pressuposto de que elas compõem um mesmo plano, porém ocupando posições diferentes e antagônicas, mas que se retroalimentam, vide o argumento sobre a interconexão entre medida e medição. Mais do que uma diferença entre grãos e não-grãos, temos que incluir nessa arena o papel exercido pelos graus, relevante, pois, além de indicar um tipo de medida, demonstra como esta se elabora em referência a um sistema de medição. Se Leach é insuficiente por ainda permanecer vinculada a uma posição que defende o real por um tipo de granularidade, o mesmo ocorrendo com Simondon ao tomar não-granularmente a essência dos objetos técnicos como diluído nas estruturas e funções da máquina, então, temos que analisar suas concepções de individuação a partir do ponto em que estão situadas nesse plano. Talvez esse imbricamento se faça por um viés mais amplo, incluindo outras posições, entretanto, metodologicamente precisamos partir desse duplo, pois o estabelecimento de graus tem de ser decidido através da adoção de uma escala comum.

Para justificar o sentido de um pensamento da granularidade como dizendo respeito a graus, o próprio argumento heideggeriano pode ser útil, pois mostra como velamento e desvelamento aparecem continuamente entre medida e medição. Isso fica claro considerando o apresentado sobre Leach, uma vez que a medida esconde a medição, já que objetos são fundamentados em um tipo de indeterminação granular, mas que supõem, pela forma como a experiência é tomada, uma presença não-granular omitida ou que passa despercebida. Para Simondon, inversamente, a medição esconde a medida, pois ao focar no aspecto operativo ou sistemático dos objetos técnicos, deixa transparecer seu âmbito granular quando da ocorrência

de fenômenos hipertélicos, assim como pelos níveis de estruturação dos objetos técnicos, e pela participação humana no geral, em que o objeto se vê coagido a ocupar um lugar de coisa.

Como dito, não entendo que se tratem de dois esquemas problemáticos, mas que precisam ser tomados em um plano, que os situará como medida, ao mesmo tempo que permitirá o embasamento de toda e qualquer medição. Por isso, tendo em conta nosso apelo aos graus, buscaremos apoio em Whitehead (1993), por meio de seu conceito de *locus standi*, bem como na estereoscopia extraída do pensamento de Tristan Garcia (2014), em conexão com o que esse filósofo define como dedeterminação. São dois referenciais que juntos permitem elaborar uma ontologia tomada por um viés plano, ao mesmo tempo que articulam a dinâmica ontológica de comunicação entre o que participa desse ambiente. A formulação desses conceitos em uma resposta ao problema que nós colocamos está no escopo do nosso capítulo final, apresentado a seguir.

5 UMA PROPOSTA DE INDIVIDUAÇÃO SITUADA

5.1. A CHAVE PARA A INDIVIDUAÇÃO

Buscou-se demonstrar nos capítulos anteriores como as concepções de individuação propostas por Harman e Simondon apresentam uma novidade importante em referência à forma tradicional a partir da qual a ontologia, tomada em sentido amplo, elaborou os seus pressupostos. Os dois filósofos mencionados são críticos de teses que não teriam enxergado onde, de fato, estaria concentrado o cerne da diferença, nos objetos para Harman e nos processos de individuação para Simondon. Por um motivo ou outro, o foco da individuação teria sido perdido, restando apenas um resquício ou mesmo um tipo de ilusão de presença desta. Esses equívocos estariam embasados em uma interpretação inadequada sobre o papel de forma e matéria na constituição dos entes individuais ou pela adoção de um substancialismo exacerbado, que faz do mundo uma estrutura hierarquizada entre entidades primárias e secundárias.

Harman menciona teses que teriam subminado ou suprimado (*undermining* e *overmining*) estes. Simondon, por sua vez, é crítico do monismo e do hilemorfismo, especialmente quanto a este último, pelo fato de tal tese partir de uma concepção que desconsidera o que ocorre antes da junção de matéria e forma, notadamente, as operações. Isso permitiu estabelecer um outro parâmetro para o que se deve levar em conta na constituição individual, do mesmo modo que sobre o papel das cercanias para o surgimento e continuidade de tais indivíduos.

Com Harman e Simondon, a individuação passa de mero resultado a um viés de protagonismo do ponto de vista da arquitetura metafísica. O real depende dela, seja dada como unidade ou constitutiva de um processo. Nisso, a indeterminação individual é condição oriunda da própria estrutura dos indivíduos, seja em termos de ocultamento, em Harman, ou como devir em Simondon. De todo modo, vale ressaltar, é por ela que a individuação consegue manter-se como distinta de um mero correlato.

Isso, entretanto, não nos permite afirmar que Harman e Simondon estão unidos em termos de um mesmo projeto filosófico. Trazer esses dois filósofos para discussão nos leva a admitir que as suas intuições são indispensáveis porque conseguem identificar problemas filosóficos estruturantes, embora encampem porções diferentes desse universo de reflexões. Poderíamos dizer que Harman está certo naquilo que consegue identificar como questão central para a sua abordagem filosófica, sobretudo considerando o seu papel no movimento do realismo

especulativo e como isso reverbera na formulação de uma ontologia de objetos. Esse também é o caso com Simondon, que busca demonstrar que a individuação resulta de uma realidade que se faz pelo caráter de potencialidade que a constitui, sendo tal potencialidade mais básica que a individuação ela mesma. Certos e cegos, esse seria o dilema que se pretende apresentar.

Em ambas as posições, teríamos assim, um fazer filosófico que propõe a dignidade do que existe de modo velado. Isso implica em admitir que o real é mais do que aquilo que habitualmente temos condições de conceder ou captar. Nesse ponto, a crítica ao correlacionismo no âmbito do movimento do realismo especulativo, que Harman encampa, é notória, já que o correlato não englobaria as coisas naquilo que elas são de fato, dizendo respeito apenas à nossa possibilidade de acesso. Não se trata, entretanto, de expurgar o correlato, sim de inseri-lo no problema e na proposta de solução.

Além disso, não se pode prescindir da crítica simondoniana dos indivíduos, tomados como tipos de substâncias ou como meros compostos, pois tais concepções clássicas não levariam em conta os processos que produzem tais entes individuais. Os desenvolvimentos da ciência, sobretudo da física no início do século XX viabilizam a Simondon afirmar que o indivíduo estava sendo perdido, não captado pelas teorias clássicas. Trata-se de um lampejo comum aos dois filósofos de que todo apelo explicativo do real deve referir-se à individuação. Nada é explicado sem que se apele para outras entidades ou para os processos que as engendram e que não podem ser justificados antes de sua ocorrência. Há um sentido de comando, uma *arché*, que coloca a individuação em primeiro plano sem que ela precise ser, como questão, previamente apresentada.

Saliente-se o fato de serem filosofias que levam em conta um sentido de planitude, embora isso não possa ser tomado irrestritamente. De qualquer maneira, nenhum objeto é mais importante ou primeiro em relação a outro, do mesmo modo que em Simondon, nada escapa aos processos, mesmo os indivíduos permanecem vinculados aos acontecimentos, às tensões energético/estruturais que regem o mundo. Assim, indivíduos são primeiros porque nada pode determiná-los para além deles próprios. Essa é uma grande virada em termos dos projetos clássicos de individuação, que elaboram o problema, conforme Harman e Simondon, em termos de um princípio prévio, básico e explicativo das ocorrências do mundo.

Entretanto, não devemos desconsiderar o fato de termos teses que aparentam um forte antagonismo, já que amparadas sobre fundamentos radicalmente opostos. Harman nega de modo veemente os devires como encaminhamento não-granular, pois como visto no capítulo 2, todas as mudanças no real devem ter como base o aparecimento ou a presença dos objetos, nesse caso, um processo é um objeto. Isso demanda, ainda, negar que relações possam,

externamente, intermediar objetos. Assim, de modo bastante resumido, percebe-se que a assunção dos objetos como dados básicos e únicos faz com que a realidade seja de fato concebida como um composto de objetos entre objetos, havendo apenas indivíduos, sendo toda a explicação sobre o que permite a estes exercer domínio ou serem subsumidos por outros, assim como quanto àquilo que faz com que as conexões estabelecidas entre eles sejam explicativas das atualizações vistas no mundo, resolvida por tais entes individuais.

Simondon, por outro lado, elabora sua ontologia como alagmática, uma descrição do papel exercido pelas operações no desenho do real. O mundo somente se efetiva por um referencial metaestável, um tipo de equilíbrio provisório dado por potenciais que são a base de tudo. Em termos deleuzianos, poderíamos afirmar que diferentes intensidades compõem o real continuamente, sendo elas processos relacionais de elementos não individuados. Afirma-se, com isso, que o real pode sempre ser explicado por sua dinâmica, já que o que vemos é o desaguar de processos de individuação. Nisso deve ser ressaltado a impossibilidade de afirmação de qualquer processo como grão.

Usando uma imagem pronominal, poderíamos dizer que Harman consegue responder à pergunta sobre *quem* faz do mundo aquilo que ele é, pois focado em uma abordagem granular, embora tenha que lidar com a dificuldade de demonstrar *o que* tais entes produzem, que constitui o aspecto privilegiado por Simondon, pela adoção de um ponto de vista não-granular. Dois modos de referir, que tendem a substantivar o real por vieses distintos, já que concentram o foco do real em tipos específicos de singularidade. Esse é o drama de uma ontologia de indivíduos e apenas indivíduos, assim como de uma dada exclusivamente por meio de processos de individuação. Em termos gerais, com Harman sentimos necessidade do que é a base da filosofia da individuação simondoniana, e com este último tendemos a buscar uma Ontologia Orientada a Objetos (OOO) proveniente de Harman. O que didaticamente parece mais claro se tivermos em conta a conexão estabelecida entre medida e medição, já que a primeira como dado parece autoevidente, desde que esqueçamos o fato de, em algum momento, ter sido realizada como prática. Esta, por sua vez, não pode ser realizada caso não se apresente um consenso sobre o critério de medida a ser adotado.

Diante disso, o esforço a ser realizado neste último capítulo do trabalho diz respeito a estabelecer um tipo de inteligibilidade entre os pensamentos de Harman e Simondon. Não se trata de desculpar, de demonstrar que temos duas opções para lidar com a questão da individuação em uma abordagem pós-substancialista, mas sim de tentar estabelecer um caminho que torne possível sermos harmanianos e simondonianos sem que isso implique uma

contradição. Tal tarefa será realizável apenas se conseguirmos, internamente à filosofia de cada um, estabelecer uma espécie de complemento filosófico que dissolva essa oposição.

Nossa intuição é, assumindo que a escolha pela medição ou pela medida diz respeito a um critério de importância, que ela demanda o estabelecimento de um compromisso da ontologia com uma estratégia estereoscópica a partir da qual dois lados aparentemente opostos podem ser tomados como componentes de uma composição mais profunda e inovadora, um plano. Destaque-se, ainda, o papel do *locus standi* como um apelo indispensável ao lugar, àquilo que existe ocupando uma posição. Nisso, o perspectivismo ameríndio, tal qual trazido por Viveiros de Castro (2002), e os pressupostos gerais de uma concepção Indexicalista, conforme exposto por Bensusan (2021), serão apresentados como espelhamentos para a solução aqui proposta.

Seguiremos esses dois pontos, para que possamos em um último momento unir o fio da meada que, espero, venha a constituir a resposta ao problema proposto. Antes disso, vale passar por Bruno Latour (1988) como inspiração para a reflexão proposta por meio desta tese, já que, antes de qualquer coisa, estamos diante de concepções que bebem da mesma fonte irreducionista. Além disso, penso que sua maneira de elaborar o arcabouço de composições esclarece o foco do dilema, ajudando a demonstrar o que está em jogo e as soluções possíveis.

5.2 UM INSIGHT LATOURIANO: O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES

O mote deste trabalho, como discutido ao longo do capítulo 1, decorre da análise do pensamento de dois filósofos que acentuam um forte papel para as associações em suas formulações ontológicas. Teríamos por um lado uma sociedade constituída em termos de agenciamentos, assim como uma elaborada por objetos. O detalhe é que nos dois casos indivíduos espelham sociedades, o que provaria que é a individuação que condiciona uma abertura para um sentido de social. De modo distinto, Latour (1988) nos faz refletir sobre até que ponto são as associações ou alianças que forjam a realidade. Isso não implica uma dissolução de toda e qualquer pretensão metafísica, mas sim uma maneira de afirmar um sentido ou seguimento a partir do qual nossa visão de realidade é gerada. O social poderia ser descrito como o terreno ou plano a partir do qual a individuação pode ser significada. Se nos dois casos referidos associações forem tomadas como condição prévia aos indivíduos, sejam eles processos ou objetos, então o fundamento de escolha entre um ou outro não seria justificado por um caminho de exclusividade, mas sim por um tipo de prevalência em que aquilo que foi inicialmente preterido pode vir a ocupar um papel de destaque.

Nos termos de Latour, a primazia das associações sobre nossas pretensões ontológicas teria o poder de dirimir a tendência redutora do pensamento racional. Inversamente, a força como guia das associações explica que não se trata de reduzir, de dizimar, mas sim de alistar, convencer, de elaborar uma uniformidade, sempre provisória. A razão é redutiva, pois tende a assimilar tudo aquilo que se coloca diante dela como questão. A força, por sua vez, seria irreducionista, pois demonstraria que nada pode ser simplesmente retirado da existência. Diz Latour:

Fazendo isso, desenterrei rapidamente o que me pareceu ser o pressuposto fundamental daqueles que rejeitam explicações “sociais” da ciência. O pressuposto é de que a força é de um tipo diferente da razão; o certo nunca pode ser reduzido ao forte. Todas as teorias do conhecimento são baseadas nesse postulado. Enquanto este for mantido, todos os estudos sociais da ciência serão vistos como *reducionistas* e serão acusados de ignorar os traços mais importantes da ciência. Embora, como foi com os postulados sobre linhas paralelas na geometria euclidiana, parecesse absurdo negar essa pressuposição, decidi ver como seriam o poder e o conhecimento se não fosse feita distinção entre força e razão. O céu cairia sobre nossas cabeças? Será que nos veríamos incapazes de fazer justiça à ciência? Estaríamos aprovando uma imoralidade? Ou seríamos levados em direção a uma imagem *irreducionista* da ciência e da sociedade? (1988, p. 153-4, tradução nossa)

O termo força, aqui utilizado, serve para indicar o que possui ou não capacidade de resistir. Por isso, não pode ser significado de antemão. Trata de um critério de valoração, do estabelecimento de um sentido de importância que não pode ser compreendido fora dos testes ou do sistema em que são dadas, tal qual mencionado a seguir: “O que é uma força? Quem é? Do que ela é capaz? É um sujeito, texto, objeto, energia ou coisa? Quantas forças existem? Quem é forte e quem é fraco? É uma batalha? Um jogo? Um mercado? Todas essas questões são definidas e deformadas somente por mais provas.” (Idem, §1.1.7, p. 159, tradução nossa). O que é pressuposto, de todo modo, é que nada é redutível a nada. Tudo que há, precisou ter sido testado, por isso colocado diante de suas próprias contradições. Por essa razão: “Tudo pode ser feito de medida para outras coisas” (Idem, §1.1.1, p. 158, tradução nossa).

Assim, a existência é compreendida como uma espécie de exercício de resistência diante dos testes de forças. Por isso, não há um lugar privilegiado para medida ou para medição, para objetos ou processos de individuação, pois: “Quantos *actantes* existem? Isso não pode ser determinado até que tenham sido medidos entre si.” (Idem §1.2.3, p. 164, tradução nossa), assim como: “Todas as enteléquias podem medir ou ser a medida de todas as outras enteléquias. Entretanto, certas forças tentam medir as outras constantemente em vez de serem medidas, e traduzir em vez de serem traduzidas.” (Idem, § 1.3.1, p. 167, tradução nossa). Desse modo, comensurabilidade ou incomensurabilidade, equivalências, são todas ocorrências explicadas no âmbito das associações. A clareza ou a capacidade de distinção sistemática, como postulam as

metafísicas, somente poderiam fazer sentido se assentadas sobre uma falsa pretensão de universalidade, que desconsidera todo o preparo exigido, o âmbito em que tais formulações foram embasadas:

Frequentemente tentamos começar com “trocas”, “igualdades” e a “transferência” de equivalentes. Mas nunca falamos do trabalho preliminar nos quais esses equivalentes são forjados. É como se falássemos de redes de estradas, mas nunca de engenharia civil. Entretanto, há tanta diferença entre equivalente e tornar equivalente quanto há entre dirigir um carro e construir uma rodovia. (Idem, §1.4.1, p. 170, tradução nossa)

O irreducionismo latouriano é afirmativo de um plano de possibilidades que antecede os indivíduos e que os viabiliza. Inversamente, Harman e Simondon orientam seus pensamentos por uma opção pela medida ou pela medição. Em Latour, de modo distinto, um teste de forças produz uma realidade sem que isso implique na negativa ontológica de outros horizontes. Abre-se um plano que se mostra elucidativo para a compreensão de objetos e processos de individuação como oriundos daquilo que Latour denomina de *actantes*.

O filósofo nomeia *actant* ao que existe pela própria capacidade de resistência, não se tratando de uma concepção exclusiva de indivíduos, pois ela direciona seu foco para o aspecto primário dos testes de força: “Um *actante* é uma essência ou uma relação? Nós não podemos dizer sem uma prova (1.1.5.2). Para evitar que sejam arrastadas, essências podem se relacionar com muitos aliados, e relações podem se relacionar com muitas essências.” (Idem, § 1.1.8, p. 159-160, tradução nossa). Ser essência ou relação não seria, por isso, uma necessidade inerente do que se afirma como fundamento da individuação, mas sim decorrente do exercício de resistência nos testes de força, uma maneira de não ser subsumido ou assimilado por outros *actantes* mais fortes. *Actantes* estariam assim sempre em um plano de possibilidades, em que os testes de forças contínuos resultam em constituições provisórias de tudo o que possui capacidade de marcar posição. Objetos ou processos de individuação seriam, por isso, em última instância, *actantes*, pois, vinculados, de fato, aos testes de força.

A fertilidade de um tal modelo das associações, como o proposto por Latour, está em demonstrar como a decisão entre medida e medição, tal qual exposto por Whitehead, não se faz por um tipo de recorte exclusivo, mas sim num contexto em que todas as possibilidades, por elas mesmas, estão disponibilizadas para jogo. De uma forma metafórica pode-se dizer que o deparar-se com a medida implica um lastro não perceptível com aquilo que é a medição, enquanto tensionamento diverso e não preponderante. Isso não gera a perda dos objetos ou a

preponderância dos processos de individuação, mas sim uma intuição de que forças podem refletir a articulação de um pensamento situado.

Entretanto, a defesa de uma teoria das Irreduções por Latour não contempla completamente a resposta ao problema aqui proposto, embora seja afirmativa de um primeiro passo indispensável, que diz respeito a um modo de lidar com as tensões. Precisaremos, assim, enveredar por essa dimensão da individuação explicada a partir do seu ambiente, o que nos dirigirá para uma reflexão sobre o plano em que ela se dá, assim como sobre o evento implicado em sua realidade.

5.3 GARCIA E A POSSIBILIDADE DE UMA ESTEREOSCOPIA DA INDIVIDUAÇÃO

5.3.1 Entre objetos e processos

A escolha de Garcia para esse momento de diálogo, próximo à conclusão da tese, ocorre tendo em conta uma justificativa bastante clara: uma proposta alternativa de interpretação da OOO que parte de uma abordagem horizontalizada, estabelecendo o plano como referencial de qualquer concepção de individuação. Nesse sentido, acreditamos que entre granularidade e não-granularidade deve estar o plano, no mesmo sentido que Latour afirma a força como parâmetro do significado de existência. Não se perde o grão ou o seu oposto, mas se acentua a necessidade de elaboração de uma situação. Isso destaca o erro ou problema de tomar as coisas por elas mesmas, o que reverbera na dificuldade da conexão, como visto, entre medida e medição.

A ideia de um tal plano é interessante por permitir considerar a OOO por um tipo de experiência estereoscópica, já que demonstraria que não há efetivamente a medida como dado separado, sendo esta como uma visão parcial, que precisa ser complementada para que aquilo que é percebido receba uma significação efetiva⁴². Por essa razão, a individuação diz respeito a um lugar, pois é nele que se dá a possibilidade de encontro, de interseção entre modos distintos de existência, ao mesmo tempo que autoimplicados. A estereoscopia seria, por essa razão, a busca de defesa de um modelo de individuação como complementação, dado a partir de dois polos indispensáveis.

⁴² “A base para a percepção estereoscópica é a disparidade binocular do sistema visual humano, que gera duas imagens ligeiramente diferentes quando uma cena é projetada nas retinas dos olhos. As duas perspectivas diferentes das imagens são fundidas no córtex visual do cérebro, de forma a compor uma simples visão estereoscópica (tridimensional).” (In: C. Kirner e R. Tori, 2004)

Assim, haveria a possibilidade de afirmação de essências, relações, processos, em suma, diferentes modos de existência marcados, em um aspecto, por alguma espécie de determinação e lastreados, por outro lado, pelo que existe fora de qualquer tipo de substancialização, dedeterminados, em que a granularidade ou a não-granularidade não seja o que importa. O que se coloca, com isso, é a possibilidade do estabelecimento de um referencial como gradação, elaborado entre a determinação e a dedeterminação. A pergunta correta sobre qualquer existente deveria ser então sobre o lugar no plano, a marcação de um ponto, que é sempre como uma coordenada, pois nega tipos absolutos, implicando uma condição de maior ou menor dedeterminação. É como se Garcia indicasse a imprescindibilidade da conexão entre medida e medição.

Seguindo o norte do argumento, conforme apresentado por Garcia, temos um diagnóstico inicial apontado pelo filósofo: “vivemos uma epidemia das coisas” (GARCIA, 2014, p. 1, tradução nossa) o que tem implicado em uma dessubstancialização das essências. Considerando a necessidade de lidar com tal contexto, ele propõe “(...) a construção de um novo modelo de divisão das coisas ao nosso redor, das coisas em nós e de nós entre as coisas” (Idem, p. 2, tradução nossa). A ideia, assim, de sua investigação seria apresentar “um pensamento sobre as coisas, ao invés de um pensamento sobre o nosso pensamento a respeito das coisas” (Ibidem, tradução nossa). Descartando ontologias que explicam o real pelo referencial humano, Garcia busca maneiras de descrever a ontologia como um exercício de autoimplicação sobre como as coisas são no mundo e como o mundo é para tais coisas.

Tal postura revela uma acomodação das pretensões do que se define como filosofias do acesso, que buscam igualar o arcabouço filosófico ao que nos é manifesto. Há intensidades, rótulos ou classificações, mas isso somente é possível por uma capacidade concomitante de as coisas não serem passíveis de determinação, colocadas em um plano horizontal, de indefinições ou simplificações. Nesse caso, a presença ou o correlato não precisam ser negados, mas sim colocados em conexão com um outro plano indissociável que o fomenta ao mesmo tempo que por ele também é influenciado. Garcia, assim, se propõe a elaborar uma combinação não redutiva entre a ontologia formal da igualdade com uma ontologia objetiva de desigualdade. Como dito:

Se este tratado apresenta uma ontologia de um mundo plano, seu único objetivo é então propor uma enciclopédia e topografia do universo e dos objetos, dos problemas práticos de divisão e da valorização do cosmológico, biológico, antropológico, cultural, artístico, social, domínios históricos, econômicos e políticos. Longe de concluir com uma descrição de um mundo formal onde as diferenças entre as coisas foram reduzidas a zero, este livro visa montar uma descrição de um mundo plano de coisas que pode corresponder à reconstrução antagônica - entre universalismo e

relativismo - das magnitudes, valores, profundidades, variações e interesses dos objetos presentes, acumulados incessantemente e contestados por várias abordagens metodológicas. (Idem, p. 6, tradução nossa)

Este modelo se contrapõe a outras duas formas de conceber o exercício filosófico, as quais mostram-se especialmente controversas no modo de lidar com as coisas. O filósofo as denomina de ontologia substancial e ontologia vetorial. Embora devam ser guardadas as devidas ressalvas, tais modelos seriam semelhantes, respectivamente, àquilo que propõem Harman e Simondon em suas concepções sobre a individuação. No que concerne ao primeiro modelo de ontologia, a substancial, os predicados são definidos em referência a uma substância que centraliza os atributos a ela concedidos.

Nos termos de Garcia, os predicados são como flechas dirigidas para a substância, que, por sua vez, teria flechas focadas nela mesma. De fato, Harman é um crítico do modelo substancial, já que sua ontologia de objetos internaliza a relação entre sujeitos e predicados a compartimentando na estrutura quádrupla do objeto, como demonstrado no capítulo 2. Ainda assim, há um aspecto de substancialidade, marcado pelo que é o objeto real para com as outras dimensões de tal objeto. O objeto real carrega a substancialidade, o traço efetivo desse ente, enquanto os demais aspectos concentram suas predicacões, qualidades transitórias dadas em função do ciclo de vida desse objeto. Nada do que ocorre em termos de predicacões é capaz de alterar o objeto em seu âmbito real, velado.

O segundo modelo admite um ser distribuído vetorialmente pensado em termos de trajetórias, identificadas com eventos, fatos, poderes, intensidades ou intencionalidades. Esses vetores são primários, pois carregam, apoiam e deslocam o ser, mas sem nunca obter um ponto final ou consistência objetiva. Nessa representação, o que está no mundo não é identidade, mas diferença, trajetória, devir, projeção contínua do ser que nunca leva à sua compactação, ou um fechamento sobre si mesmo. O plano ontológico é aberto e se estende por meio de fluxos, forças e devires. Para dar conta da existência aparente de coisas, de entidades estáveis identificáveis e reidentificáveis, essa concepção vê a possibilidade de determinar figuras na intersecção de diferentes trajetórias. O foco não está na coisa, mas sim nas direções. Tal ideia possuiria um aspecto de semelhança com o pensamento de Simondon, já que a substância estaria aqui dada por uma dinâmica vetorial, por isso não-granular. O indivíduo simondoniano é dado em termos dessas intersecções, baseadas, como dito, na potencialidade, como metaestabilidade.

Garcia percebe nesses dois exercícios tendências que dificultam a possibilidade de um pensar da coisa, pois comprometidos com a absolutização do que definimos como grãos e não grãos:

A substancialidade tende a compactar o ser no estágio final de seu processo, sobredeterminando as coisas autosaturadas ou em si mesmas. A pura eventualidade, o caráter de evento, dos vetores do ser tende a dissolver e disseminar o ser, transformando as coisas em efeitos, ilusões ou realidades secundárias. Nosso conceito de coisa não se ajusta nem ao primeiro nem ao segundo modelo. A primeira produz uma coisa que é demasiada coisa, que é "compacta", enquanto a segunda gera uma coisa que não é suficiente, que é apenas uma construção ou projeção efêmera. (Idem, p. 11, tradução nossa)

Em outras palavras, há algo em comum que esses dois modelos ontológicos não conseguem captar e que os coloca em uma condição de fechamento ou de abertura exacerbada. Semelhante ao modo como a questão heideggeriana da análise da instrumentalidade mobiliza Harman, Garcia percebe um algo que está entre esses dois movimentos descritos. Nisso, o aspecto gráfico do argumento é bastante ilustrativo, pois mostra como o jogo de setas que aponta para o centro em um caso e o outro que aponta para fora, indicam as tensões que o direcionam para um tipo de diferença. Nesse sentido, vale destacar a sua compreensão do problema como resultado de um cálculo marcado “entre aquilo que está nesta coisa e aquilo em que a coisa está.” (Ibidem, tradução nossa). Segundo o filósofo:

Nosso objetivo é o seguinte: conceber um modelo que não seja muito forte nem muito fraco, e representar as coisas que realmente estão no mundo sem serem em si mesmas.(...)

A única solução consiste em construir a seguinte trajetória: o ser entra em um laço em que o ser não se projeta em si, mas é lançado fora de si. Em nosso modelo, uma seta aponta para dentro de um círculo - uma coisa - e, a partir desse círculo, uma segunda seta aponta para fora. O ser entra em uma coisa e o ser sai dela. Uma coisa nada mais é do que a diferença entre estar dentro [*l'être entré*] e estar fora [*l'être sorti*]. Conseqüentemente, o canal do ser nunca é bloqueado. Dentro de uma coisa, uma coisa nunca é ela mesma. Uma coisa não está em si mesma, mas fora de si mesma. No entanto, o ser não é como evento "polinizado" por vetores, mas tem um ponto final objetivo. As coisas correspondem ao círculo indicando a lacuna, diferença e inadequação entre a flecha que entra e a flecha que sai, e são inscritas ou impressas no mundo. Reinscrever as coisas no mundo é situá-las fora de si mesmas (como substâncias) e fora de nós (como sujeitos). É organizá-las fora de si mesmas (elas próprias e nós mesmos) no mundo. O preço a pagar por esse arranjo é uma circulação do ser que sistematicamente distingue dois sentidos [sens] das coisas: o que está em uma coisa e aquilo em que uma coisa está, ou o que a compreende e o que compreende ela. (Ibidem, tradução nossa).

Dito de uma outra maneira, Garcia propõe que entendamos a questão pelo seguinte viés: “como obtemos universalidade e mantemos o senso de relatividade ao mesmo tempo?” (Idem, p. 14, tradução nossa). Para ele, essa resposta somente pode ser fornecida se abandonarmos o

compromisso com o devir estático e com as coisas autosaturadas⁴³. Isso mostra-se interessante, já que permite enquadrar de um modo bastante claro a problemática desde suas raízes harmaniana e simondoniana. O devir estático seria representado pela mudança agencial, sem participação de agentes, focado nos processos pelo que eles são. Por outro lado, as coisas auto saturadas poderiam ser ditas dos objetos harmanianos em sua dimensão quádrupla.

De modo semelhante, a crítica da universalidade e da relatividade diz respeito a uma abordagem absolutizada de concepções que privilegiam a particularidade das coisas ou sua universalidade. A maneira como Harman toma a questão, ao afirmar que a particularidade dos objetos se torna universalidade pela participação que estes exercem na composição de outros em níveis distintos, não resolve a dificuldade pois a diferença é forjada na própria estrutura de seus entes individuais. Do mesmo modo, Simondon pode afirmar que a universalidade dos processos gera individuações como exemplos de particulares. Sem, metodologicamente, separarmos a universalidade da particularidade, tendemos a ver apenas um ou outro desses âmbitos como uma insistência recursiva na medida ou na medição. Isso ajuda a enfatizar o modelo proposto por Garcia, que está justamente em fazer ver que universalidade e particularidade são modos a partir dos quais as coisas podem ser colocadas no mundo, mas sem conceder que essa exposição seja tudo o que pode ser dito sobre elas.

5.3.2 O Formal e o Objetivo

A estereoscopia como estratégia ontológica de Garcia, tal qual estamos buscando demonstrar, se origina de uma percepção de que aquilo que é a coisa no mundo não precisa constituir isoladamente o seu fundamento. Em sua concepção, tratam-se de dois modos de existência, da coisa como dado e também em uma condição totalmente indeterminada, que partilham um mesmo plano horizontal, já que tudo estaria suscetível ao trânsito entre formal e objetivo. Sobre o formal, tomado como a realidade em separado das coisas, semelhante ao que Harman afirma sobre o objeto real, este plano diria respeito à condição de dedeterminação desta, retirada de todas essas possíveis designações, como “Não Importa o Quê”⁴⁴.

Segundo Garcia: “NIQ é desinteressante; é, no fundo, apenas a possibilidade de não atribuir importância ao 'o quê'” (Idem, p. 21, tradução nossa). E isso se faz justamente pelo fato

⁴³ Interessante notar a influência do pensamento dialético na formulação ontológica proposta por Garcia. Ressalte-se, entretanto, que o seu argumento nos interessa mais diretamente pelo modo como, previamente à resolução, dois polos são colocados em relação e estabelecem a significação como decorrente desse contato.

⁴⁴ Visando facilitar a compreensão desse conceito utilizaremos a abreviação NIQ para referir ao termo em francês (*n'importe quoi*), que consta da obra original.

de as coisas no geral existirem por um exercício determinativo, de categorização. Para ele, nada no mundo é NIQ, entretanto, tudo que existe, existe em relação à NIQ. Assim, a chave para compreender NIQ está em sua indeterminação ou indefinição, pois qualquer tentativa de situá-lo gera uma fuga para o plano objetivo. Para Garcia, NIQ busca realizar em sua natureza a incapacidade de ser algo. NIQ é o que pode ser indiferentemente isso ou o seu negativo. De tal modo que NIQ não é nada, pois se fosse, NIQ seria alguma coisa.

O fundamento que sustenta o NIQ diz respeito ao âmbito das coisas como constituindo um plano de igualdade a partir do qual toda a realidade se elabora: humanos, animais, vegetais, pensamentos, contradições, dentre várias outras possibilidades, nada escaparia a essa condição determinativa. A conclusão decorrente é que tudo são coisas, já que somente a partir desse pressuposto as diferenças podem, em um plano distinto e oposto, serem forjadas. Para Garcia:

NIQ é simplesmente o plano de igualdade do que é real, possível, inexistente, passado, impossível, verdadeiro, falso ou mau. Não importa. Diz respeito à possibilidade de ser real ou possível, real e possível, ou nem real nem possível, construído ou dado, natural ou artificial, ou natural e artificial, verdadeiro ou ilusório, de não ser tudo de uma vez, mas de poder igualmente estar sob (ou não) uma dessas determinações, qualquer determinação” (Idem, p. 30, tradução nossa).

NIQ implica um compromisso com ontologias de aspecto plano, pois a retirada de qualificações, torna o âmbito das coisas um contexto em que tudo equivale ontologicamente, justamente pela falta de importância ao “quê”, vigente nesse contexto. Garcia ressalta que esse âmbito de planitude “não supõe nem abstração nem redução, nem ascetismo nem crítica, nem genealogia nem desconstrução, mas um simples *nivelamento*” (Idem, p. 31-2, tradução nossa). Percebe-se, desse modo, uma distinção do que se dá quando tratamos das coisas que importam, *To matter*, em referência ao que existe a partir da atribuição de valor, gerando intensidades nas coisas e a continuidade destas.

Segundo Garcia, houve uma tendência na filosofia do século XX de tratar NIQ como algo⁴⁵. Em alguns contextos a coisidade foi tratada como “mais que uma coisa” (Idem, p. 34, tradução nossa), em outros como “menos que uma coisa” (Idem, p. 31, tradução nossa). A falha, entretanto, se coloca no momento em que NIQ deixa de constituir um plano horizontal e passa a contemplar a verticalidade constituída por meio da valoração das coisas. Essa roupagem acaba por fomentar o retorno a ontologias em que a substancialidade ou passa a ser dada por meio de um núcleo, substrato, ou é diluída em termos de potências, relações, intensidades, dentre outras

⁴⁵ Nesse ponto ele estaria com os realistas especulativos em criticar a pretensão de redução do real ao que pode ser descrito como correlato.

possibilidades. Quanto a isso, tal maneira de criticar o tratamento de NIQ poderia ser estendido à Harman e Simondon, justamente por tomaram a indeterminação como incluída no que são os grãos ou os não-grãos. Garcia a tomaria, como podemos notar, estereoscopicamente, atuando como mediadora das determinações, viabilizando uma concepção que encontra o cerne da individuação no meio do caminho, coordenada entre o que é o que não é determinado. Talvez o fantasma da granularidade ou da não-granularidade diga respeito, efetivamente, a uma tentativa de incluir no indivíduo seu aspecto de indeterminação, seja substancial ou vetorialmente.

Para Garcia nossa possibilidade objetiva de estabelecer diferenças não se sustenta sem que as coisas estejam na retaguarda amparando tais vinculações. Por outro lado, são essas determinações que permitem que a individuação possa ser afirmada, pois ela é que faculta a cada coisa mostrar no mundo sua presença. O que se vê é que, sem esse duplo, a estrutura não se equilibra, já que a coisa precisa ser objetivada, e o dado objetivado só existe em referência à coisa. A dificuldade, entretanto, está em como conceder lugar a coisidade, considerando a impossibilidade de simplesmente associá-la a um fato ou característica básica. O filósofo afirma:

não se pode prescindir do conceito de coisa, mas também não se pode fixá-la em alguma determinação; uma coisa sempre será uma coisa material, uma ideia ou um conceito. Algo é contaminante na coisa. Quando uma coisa é, é aparentemente impossível limitá-la apenas a determinações particulares. É inútil querer impor uma quarentena a ela. (Idem, p. 38, tradução nossa)

Ao invés de fugir do “caráter epidêmico das coisas” (Idem, p. 1, tradução nossa), Garcia entende que é preciso aceitar tal condição, inclusive tendo em conta a própria impossibilidade de estabelecer um limite para a coisidade. Isso o ajuda a inferir que, em uma última instância, NIQ é algo e, por complemento, que coisa alguma pode ser tomada como nada. Aqui já se ventila um aspecto interessante do argumento: há um trânsito, uma contaminação das coisas, formal e objetivo não são instâncias antagônicas e sim complementares, que demandam um tipo de comunicação que se faz horizontalmente.

O que se percebe por meio do NIQ é uma pavimentação por Garcia de uma estratégia que permite tratar o problema da relação entre medida e medição de modo a escapar de uma tendência de exacerbação em um ou outro desses polos. Para que alguma coisa seja medida ou medição, aquilo que permanece para além dessas duas possibilidades, deve ser levado em conta. É o que persiste que condiciona a medida ou a medição. NIQ mostra aqui de maneira clara em que consiste a estereoscopia como método: uma possibilidade de desafogo da individuação, de

mostrar que o seu sustento não se faz por um alicerce interno, pela busca de um alicerce interno, mas por uma abertura presente no próprio indivíduo.

Haveria um referencial no que é o indivíduo, mundanamente tomado, que o direciona para fora dessa condição, ao mesmo tempo que elabora a possibilidade desta existência no mundo. A medida, assim, precisa referir algo que está além do dado, uma possibilidade de medição, para que esses dois elos sejam unidos justificando o que se dá no mundo. Seria necessário, assim, considerar o papel da coisidade e de como ela reflete o modo de ser objetivo dos indivíduos no mundo.

O fisicalismo, o materialismo e o substancialismo são exemplos de concepções que teriam ido além ou ficado aquém da coisidade. Nesse ponto da estratégia de pensamento garciana, a alusão a Harman é bastante apropriada, já que este último denuncia, tal qual podemos verificar no capítulo 2, estratégias de pensamento que vão além do objeto o subminando, *undermining*, assim como outras que param antes dele o supraminando, *overmining*. A diferença é que a tese garciana pressupõe a coisa como amparada em modos de existência fundamentais que a permeiam e que possibilitam um encontro que se realiza entre esses dois horizontes.

Se um objeto é quadruplicamente considerado pela sua constituição interna em Harman, Garcia faz do indivíduo um estar entre. A ciência, por exemplo, não captaria a coisidade, encontrando, ao invés disso, sempre um excesso ou falta, por estar dirigida exclusivamente ao modo como as coisas são no mundo. O problema é que, sem o suporte formal, o plano objetivo não se torna capaz de oferecer o cerne da individualidade ou coisidade. O que se gera é a objetivação do mundo no cosmos ou universo. Para Garcia o:

cosmos é o mundo hierarquizado metafisicamente por uma ordem de substâncias e atributos, ou realidade substancial e ilusões secundárias de aparência. O universo é o mundo hierarquizado fisicamente por uma ordem de átomos, partículas e efeitos não materiais de processos materiais (pensamento, funcionamento simbólico, emoções, ideias, palavras e assim por diante). (Idem, p. 40, tradução nossa)

O outro lado dessa moeda, ou dessa estrutura pendular de pensamento, reside em tentativas na história moderna da metafísica de dessubstancializar o cosmos, o que contribuiu para a geração de uma dicotomia entre ciência e filosofia acerca da fundamentação do real, que para Garcia compreende apenas um âmbito inexplicável por si mesmo. A dificuldade no geral reside em definir os limites daquilo que é algo mais ou menos que as coisas sem que se leve em conta a coisidade, o âmbito da planitude formal, limitando-se ao plano objetivo. Ser coisa no mundo é admitir uma existência que se faz pelo mais e pelo menos, pela incapacidade de um

exercício de indiferença, o que implica que coisa alguma no mundo pode ser definida como sinônimo de um nada.

Nisso, o argumento sobre a coisidade pode ser levado ao seu extremo, pois, tendo em vista a inspiração proveniente de uma ontologia dada a partir de objetos, Garcia considerará que a precedência da coisa somente pode ser dada por outra coisa. O filósofo afirma três lições sobre o nada: “Primeira lição: nada preexiste algo exceto outra coisa. Segunda lição: o negativo de uma coisa não pode preceder a coisa nem seguir a coisa, mas é inseparável de sua existência. Terceira lição: a ausência de uma coisa só pode seguir a coisa.” (Idem, p. 48, tradução nossa) Garcia, assim, entende que o pensamento ou qualquer tentativa de compreensão do nada já implica na afirmação de alguma coisa. Mesmo o avesso de uma coisa é já outra coisa que ali está sendo referida.

O que se percebe nessa formulação é uma tentativa de evitar que o extremo do polo oposto seja tomado como solução para o problema, o que pode ser visto como uma insistência em fundamentar o princípio de individuação em uma atividade que suprima ou submina o real, considerando o vocabulário de Harman. A coisidade, como já explicado, é importante tal qual a medição o é para a medida, permitindo que esta última se afirme sem representar qualquer tipo de contradição. A medida é possível pois, em algum momento, ela se fez a partir da atividade de medição. De fato, não há estereoscopia sem NIQ e nisso Garcia está com Harman e Simondon, já que toma o aspecto de indeterminação como imprescindível para a fecundidade do pensamento ontológico. Nosso ponto, tomando Garcia enquanto intuição, é que a busca pela salvaguarda do aspecto de indeterminação internamente ao modo como a individuação é tomada tende a elaborar o tipo de polarização que a tese busca discutir.

Voltando a Garcia, vê-se que esse estabelecimento da coisa como dado básico traz consequências para o tratamento do tema da unidade, daquilo que torna uma coisa um ente individual. A unidade deve ser identificada pelo olhar sobre o termo em particular, contável, mas ressaltando que esse item não é o indivíduo em si mesmo, embora o compreenda. Isso ocorre porque nenhuma coisa é mais ou menos que outra coisa, sendo todas elas igualmente algo. Assim, admite-se que tal indivíduo deve ser localizado no limite, naquilo que este apresenta como mais ou menos que algo no mundo e, ao mesmo tempo, pela coisidade que o sustenta ou o ampara. Esse argumento é bastante interessante para os nossos interesses, pois reitera nossa suspeita de que Harman e Simondon não estão ambos errados, mas sim que não tenham considerado o papel da coisa como indicativa de um lugar. Em outros termos, é aludida um tipo de referência adverbial importante para os contornos do nosso argumento

Por isso, Garcia entende que outras concepções de individuação estarão sempre a perder o âmbito do indivíduo, pois este somente pode se definir por dois limites: aquilo (em) que é algo e aquilo (em) que algo é. Assim, Harman não teria ido longe o suficiente e, apesar de entender a individuação como tipo de mediação dada por meio do objeto tomado em seu sentido quádruplo, ainda assim, o caminho seguido seria dado unilateralmente e, por isso, incapaz de captar um ponto fundamental do que constitui tal indivíduo. Aqui tem-se um aspecto importante acerca do papel da planitude, já que não há um sentido único, mas sim um ambiente horizontalizado em que a individuação se dá no meio do caminho, um lugar, entre o que a coisa é e o que é a coisa. Em outras palavras, Harman e Simondon teriam cumprido apenas metade da tarefa ontológica, pois dirigidos somente pelo interesse de mostrar a coisa como parte do mundo, substantiva ao invés de adverbialmente.

Para Garcia a coisa pode ser pensada pela solidão que a constitui, já que ela tira de si tudo o que de fato a acompanha, embora não a defina. Considerando tal pressuposto, a sua localização será sempre dada em termos de como ela é objetificada, tanto em termos da unidade que elabora, como pela participação na composição mundana de coisas maiores, sendo nesse caso sua dimensão espacial dada em função desse novo objeto que implementa. Isso implica admitir que o mundo não preexiste às coisas, mas sim que é o “lugar comum das coisas” (Idem, p. 56, tradução nossa), “aquilo em que todas as coisas entram igualmente.” (Idem, p. 56, tradução nossa). Isso é diferente de, como percebemos em Harman e Simondon, tomar o mundo como idêntico ao que são os objetos ou os processos de individuação.

Nesse sentido, não se pode esquecer que a coisa no mundo não perde sua condição específica, sendo apenas tomada por um outro plano paralelo ao formal. Como objeto, a coisa passa a existir pela relacionalidade, por um tipo de performidade que estabelece com outras no mundo. Isso se verifica também pelo modo como Garcia trata a questão da subjetividade, do eu, e a conexão deste com o que ele define enquanto compactação. Segundo Garcia, “Tudo tem um eu porque nada é em si mesmo” (Idem, p. 62, tradução nossa). Ou seja, ele afirma que no eu se apresenta uma contradição entre a busca pelo desejo de autocompreensão como essência e incapacidade de realizá-lo, considerando os pressupostos que definem a coisa. A impossibilidade de compactação pode ser explicada como a negativa de a individuação ser embasada substantivamente.

Assim, a contradição é a regra de polarização entre o eu e o em si, já que o primeiro, apesar de contemplar um tipo de singularidade, como busca, não pode se fazer de modo apartado do que é o mundo; o em si, opostamente, não pode sequer ser dito, já que a sua condição de compactação o impede de ser dado no plano objetivo. Garcia define, por isso, o em

si como fracasso, pois: “A possibilidade de algo em si existe, desde que se especifique que essa possibilidade é a possibilidade *de que não pode haver esse algo*. Se algo é em si mesmo, é porque há confusão entre 'aquilo (em) que é algo' e 'aquilo (em) que algo é', entre 'aquilo que está nesta coisa' e 'aquilo em que esta coisa está': 'eu'.” (Idem, p. 63, tradução nossa). O que se conclui é que é impossível estabelecer a coisa por ela mesma, como medida do âmbito em que está contida ou que ela contém. Temos, assim, a abertura para um duplo, que importa como estrutura que permite posicionar grãos e não grãos adverbialmente⁴⁶.

Tomar o problema a partir da posição do indivíduo no plano estereoscópico é uma forma de dissipar a polarização. Trata-se, assim, de uma atividade de captação do indivíduo no ponto em que ele se encontra entre suas possibilidades extremas. Tal conclusão é trazida pelo argumento do saco ou bolsa, explicativo da conexão entre coisidade e objetividade:

Uma coisa é quase como um saco. Há o que se coloca no saco e o que fica fora dele. A questão é: presumindo que se pode encher um saco com qualquer coisa, pode-se colocar o saco em si mesmo? Se eu pegar a parte de fora do fundo da sacola, tentando desesperadamente colocá-la no compartimento superior, meu exercício atingirá mais ou menos rapidamente seu limite. Na melhor das hipóteses, conseguirei virar o saco do avesso, de modo que o que era seu interior se torne seu exterior, e vice-versa. Nesse caso, inverti o conteúdo e o contêiner sem torná-los um e o mesmo com sucesso. Portanto, uma coisa não é exatamente como um saco, pois uma coisa não é uma pele ou camada fina. Em vez disso, uma coisa é equivalente a uma bolsa imaterial sem camadas. Uma coisa nada mais é do que a diferença entre aquilo que é esta coisa e aquilo que esta coisa é - entre conteúdo e recipiente. (Idem, p. 61, tradução nossa)

Como visto, a coisa em si mesma está diretamente conectada com o modo como o mundo é objetificado, já que a captação da diferença que a instituiu se dá sempre por um referencial, por um tipo de situação estabelecida entre esses dois planos. Por isso, sua condição básica é ser *Something-other-than-a-thing*, estando sempre em algo diferente do que ela é. Essa conjuntura é que elabora o aspecto formal de existência das coisas, que permite situá-las na fronteira. Como consequência, existir para uma coisa implica sempre em estar no seu oposto, fora dela mesma, como dado finito e definido. Isso não é muito diferente do que notamos quanto à presença de aspectos de não-granularidade contidos na filosofia granular de Harman e vestígios granulares no que tange a não-granularidade dos processos de individuação simondonianos.

⁴⁶ Garcia sinaliza o caminho para que a individuação ultrapasse o sentido de mera singularidade, estabelecendo uma possibilidade de mapeamento, uma situação. Tal viés ainda não aparece integralmente, já que a saída proposta pelo filósofo está amparada em uma opção por modos de existência. Esperamos ter em Whitehead o complemento desse argumento e a abertura efetiva para essa nova abordagem.

A coisa como NIQ é infinita e indefinida, não sendo possível estabelecê-la por essa estratégia bilateral. ‘O que não é algo’ apenas dá conta de demonstrar a finitude de todas as coisas concebidas como um começo. Como dito por Garcia: “Uma coisa começa com NIQ e termina com seu negativo.” (Idem, p. 71, tradução nossa). A definição de uma coisa sempre se faz tendo em conta os limites dados por sua condição de *Something-other-than-a-thing*, já que tomar a coisa como um todo pressupõe adentrar no âmbito de sua compactação, que como visto é impossível. Assim, em participando do mundo pela sua condição bilateral, quanto a ela: “há apenas uma definição de partida e uma definição de retorno” (Ibidem, tradução nossa), sendo esse o seu limite.

O mundo, por outro lado, define-se como a condição de algo, aquilo em que algo está. Um outro sinônimo para o termo é pensar esse âmbito como tudo, sendo que ambos indicam um mesmo projeto de negação da finitude. Isso porque pode-se dizer que aquilo que não é a coisa possui como referente o mundo ou, de um outro modo, a afirmação de tudo. Se é possível afirmar uma moral da história, essa poderia ser dita, conforme Garcia, como a impossibilidade de sair, de eximir-se de participar do mundo, pois em termos whitehedianos, no mundo é que se dariam os eventos ou acontecimentos imprescindíveis do real. Sair do mundo seria como supor uma existência dada substantivamente, por si mesma.

O âmbito formal ajuda a explicar o porquê de estarmos no mundo, mas não nos oferece uma estratégia de escape, uma fuga da objetivação. Aqui estaria, segundo Garcia, o delírio da cobra que se autodestrói ao tentar comer o próprio rabo. Essa é a pretensão da compactação, do ser como si mesmo, que se inviabiliza à medida que tenta realizar o seu projeto de descoberta, como a medida que tenta se explicar de forma independente da medição. Nisso, Garcia aparece claramente como mediador do problema proposto por essa tese, fazendo ver que precisamos ler Harman e Simondon como rotas de fuga da compactação, tomando a dinâmica que explica a conexão entre formal e objetivo enquanto um lugar para grãos e não-grãos.

Conforme Garcia: “Não proibimos uma coisa de ser em si, nem explicamos que o ser em si é inútil. Devemos simplesmente demonstrar que uma coisa não é nem mais nem menos que uma forma de estar no mundo” (Idem, p. 74, tradução nossa). O que deveria ser foco do nosso interesse filosófico seria “precisamente essa relação inevitável de todas as coisas com o mundo - quer a coisa aceite ou negue essa relação.” (Ibidem, tradução nossa). Tal afirmação nos leva a concluir que o problema da individuação não está na afirmação da medida ou da mediação, mas na confusão implicada pela suposta identidade entre ser no mundo e ser em si mesmo. O objetivo existiria em relação com o formal, e vice-versa, por tratarmos de dois planos

ontológicos de possibilidades, mas não que devamos fundar um sobre o outro, esse é o passo estereoscópico que estamos referindo.

5.3.3 Coisas, objetos e mundo

Isso nos dirige a pensar mais detalhadamente sobre o que está envolvido na concepção garciana de mundo, de modo a explicar a conexão deste aos planos formal e objetivo. Garcia admite que o mundo não preexiste às coisas, porém é contemporâneo, mais especificamente de cada uma delas. O mundo, tal qual proposto por Garcia compreende: “(...) o que algo (e não apenas cada objeto) é e o que ele não é”. (Idem, p. 76, tradução nossa). Vê-se que o esforço está em demonstrar que as determinações não captam o significado do mundo, justamente pelo fato dele existir em tensão com NIQ.

Mostrar o papel do mundo no plano sem que este seja simplesmente reduzido às determinações, tomado como um meio estável, um repositório, é a proposta garciana, já que, em sentido inverso, é o mundo que permitirá que as determinações se deem. Segundo ele: “É o mundo "sempre já lá" da nossa intuição sensível, que vivemos no horizonte e que constituímos como tal. É o mundo, de uma forma ou de outra, que atribui certas determinações e outras determinações.” (Ibidem, tradução nossa). O mundo aqui é precisamente tomado como o que não é alguma coisa, para que cada coisa seja o mundo: “cada mundo, cada coisa entra no mundo, e o mundo entra no nada” (Ibidem, tradução nossa). Deve-se destacar, nesse sentido, o papel ocupado pelo mundo no projeto estereoscópico de Garcia, pois sem ele o filósofo não conseguiria afirmar o significado específico da polarização elaborada a partir do aspecto objetivo em referência ao formal.

Essa conclusão permite considerar que o mundo tem um começo, mas nunca um fim. Ele compreende tudo e não é compreendido por nada, que o seu ser existe em apenas um sentido. Afirmar o mundo tem como consequência considerar que ele é “algo outro que uma coisa” (Idem, p. 72, tradução nossa). De fato, “o mundo é a forma das coisas” (Idem, p. 77, tradução nossa), ele determina, mas não é coisa. É pelo mundo que as coisas existem, saem de seu papel de NIQ, mas isso não quer dizer que a determinação de uma coisa, tomada objetivamente, implique em uma definição daquilo que o mundo é como realidade. É pelo mundo que as coisas existem objetivamente. Harman e Simondon não discordariam desse pressuposto, já que por objetos e processos de individuação pode-se afirmar um sentido de mundo. A diferença é que em Garcia o mundo é instrumental estereoscópico, ele não apenas viabiliza substantivamente o indivíduo como coisa, mas o coloca adverbamente no plano.

Nesse caso, em razão dessa existência viabilizada pelo mundo, entende-se o papel do que seria a coisa como lugar. Para Garcia é impossível estar em si mesmo, pois essa condição nos faria supor uma espécie de existência dada de parte alguma, um não lugar, um tipo de compactação. Embora isso não se aplique ao âmbito formal, mas somente ao objetivo, a coisa necessita estar posicionada para existir, sendo esses dois termos, coisa e posição, equivalentes. Assim, entre coisas e objetos a diferença está no fato de as primeiras terem uma condição formal dada pela sua solidão ou negação, enquanto os segundos possuem requisitos determinados, um modo de existir que é ele mesmo dado pela sua necessidade de ocupação, ressaltando o papel do mundo. Entretanto, um plano implica o seu oposto, pois a coisa ao mesmo tempo que condiciona o plano objetivo, tem neste plano o que lhe permite existir de forma solitária, tal qual o argumento da estereoscopia.

Do mesmo modo, é destacado novamente o papel exercido pela planitude, que permite ao mundo ser o que ele é, pois se faz diretamente conectado ao que é coisidade. Se o desenho fosse vertical, ao invés de horizontal, a comunicação seria desigual e variável em seu sentido, facultando um tipo de prevalência que prejudicaria o propósito de mediação. Garcia é bastante claro ao destacar que “Se não houvesse nada exceto objetos, então não haveria objetos” (Idem, p. 79, tradução nossa), uma vez que sem o plano formal, das coisas em sua solidão, não seria possível torná-las mundanas ou incluí-las em um plano desigual, de intensidades distintas, traduzível em uma localização também específica. Isso demonstra que a individuação, tal qual tomadas por Harman e Simondon, privilegiam o aspecto objetivo, sendo que para Garcia ser objetivo apenas é possível pelo fato de haver um plano que existe por meio de uma composição dupla e auto implicada.

A relacionalidade vigente no plano objetivo, das coisas foras de si, como unidades constituídas em função de um local, seria ao invés de princípio, testemunho do caráter primordial destas. Nesse ponto, Garcia está muito próximo de Harman, já que concebe as relações como consequência de sua ontologia de coisas:

Cada relação é direcional. Na direção de mim para o meu objeto, o objeto deve existir fora de mim e fora da relação que leva a ele, caso contrário a relação se relacionaria com a relação, que se relacionaria com a relação, e assim por diante, de forma que a relação seria em si (ainda, nada é em si). (Idem, p. 81, tradução nossa).

Desse modo, temos o estabelecimento de uma oposição sobre o significado de relação, tal qual proposto pelas Ontologias Orientadas a Objetos, em que estas se dão através dos indivíduos, e as processuais, como é o caso ANT e de Simondon, em que relações são idênticas aos processos de individuação. Para Garcia interessa reforçar o papel exercido pelo que define

como fronteira. Esse é um dispositivo fundamental para que a metáfora da bolsa ou sacola seja efetiva. Há conteúdos diversos que podem ficar dentro da bolsa, seja ela tomada no sentido usual ou no avesso, mas os contornos desse repositório são o que de fato viabilizam essa colocação. Assim, coisas são necessárias para ocupar a sacola, já que são elas que apontam os limites, a fronteira. Nesse caso, ser um objeto harmaniano ou um processo de individuação alude a assumir um sentido objetivo, do que precisa existir como mediação procedida pelo mundo.

Há uma ressalva importante que diz respeito à conexão estabelecida entre mundo e coisa, já que a ligação não implica que um possa ocupar o lugar da outra, pois isso levaria à compactação, a uma neutralização que é contrária ao papel que deve ser exercido pelo mundo no âmbito objetivo. Por não ser suscetível à compactação, o mundo se mostra como exceção em relação àquilo que são as coisas no geral, não ser algo. Isso é imperativo, pois em sendo o mundo algo, uma contradição formulada por uma pseudo ontologia bipolar dada entre coisa e mundo se colocaria. Nesse sentido, diz Garcia:

O mundo, o lugar de tudo, é um impasse; o ser entra no mundo e o ser não sai do mundo. Mas o mundo não é um curto-circuito. Por que, então, o mundo não é alguma coisa, quando afirmamos que NIQ seja alguma coisa? Precisamente porque o mundo não é equivalente a NIQ; mesmo que NIQ seja o mundo (esteja no mundo), o inverso não é válido. O mundo é, portanto, a exceção a qualquer coisa; para que NIQ seja algo, é necessário que aquilo que as coisas são não seja uma coisa".
O mundo que sai de si mesmo se excede. Mas não entra em nada mais. (Idem, p. 84, tradução nossa)

Diante disso, aquilo que fazemos do mundo é possível justamente por essa condição de o mundo não ser algo. Para Garcia, assim: “Se o mundo fosse alguma coisa, nunca conheceríamos nenhum objeto. Visto que o mundo não é algo, ele nos leva a representá-lo como uma coisa e a falhar em completar nossa imagem do mundo” (Idem, p. 85, tradução nossa). Essa é a exceção que nos permite falar do mundo, objetificá-lo, torná-lo conteúdo. Temos o mundo como aquilo que não é algo, viabilizando a sua tomada como alguma coisa, inclusive o somatório de todas as coisas, uma coisa grande, nos termos de Garcia. Isso reforça o sentido do mundo como lugar das coisas, consideradas objetivamente. Trata-se de uma forma de situar o plano ontológico, indicando como cada coisa pode existir. Por isso, o mundo contrapõe o que existe ocupando espaço e o que se dá por si mesmo. Nesse último ponto, o velamento, que é marca da OOO harmaniana, e a indeterminação, como condição de qualquer processo de individuação em Simondon, se veriam contemplados por uma dinâmica que nem interioriza ou exterioriza os condicionantes individuais, mas a planifica esterioroscopicamente. Como já

mencionado, diríamos que o mundo garciniano precisa elaborar-se por uma estratégia adverbial, alusiva a um indexical.

Para Garcia, ser uma grande coisa implica uma composição inflada por outras coisas. Aqui, entretanto, devemos ter em conta o duplo que compõe uma grande coisa, pois por um lado ela é por si mesma uma coisa, no plano formal. Entretanto, assume uma identidade constituída em função desse agrupamento no âmbito objetivo. Conforme Garcia: “uma 'grande coisa' é uma totalidade de várias coisas que entram juntas em uma coisa maior.” (Idem, p. 86 - 87, tradução nossa). Entretanto, coisas grandes não substituem o mundo, justamente pelo fato de que “nada sai do mundo e nada está no mundo, exceto como solitário” (Idem, p. 87, tradução nossa). Assim, mundos possíveis falham por tentarem tratar como coisas aquilo que o mundo efetivamente é enquanto exceção. Esse seria o caso das visões cosmológicas, ou que partem de um ponto de vista logicista, como é o caso do realismo modal sobre mundos possíveis defendida por Dawid Lewis (1986). Como ressaltado, a diferença entre Lewis e Garcia está no fato de que para o primeiro o mundo existe como coisa, não é separado daquilo que contêm, enquanto Garcia se esforça para afirmá-lo como instrumento estereoscópico.

Um mundo como possibilidade sempre se fará atrelado ao que se tem como atualidade, uma posição ocupada. Para Garcia: “Tudo o que as coisas não são é o negativo e a forma do que são” (idem, p. 92, tradução nossa), o que resulta em admitir que “aquilo que uma coisa é e aquilo que não é estão igualmente no mundo, embora de forma diferente.” (Idem, p. 92, tradução nossa). Aquilo que ela é se define pela sua localização, pela sua colocação no plano objetivo, o que ela não é diz respeito ao NIQ, ao que é a coisa formalmente. Tomar a questão em termos de mundos possíveis esclarece bastante o argumento, pois demonstra que entre as visões estereoscópica e a de drone há uma grande diferença: a primeira precisa ser dada a partir de algum lugar do plano, enquanto a de drone, panorâmica, pode contemplar séries de mundo totalmente distintas simultaneamente, o que não seria compatível com este modelo de OOO.

Esse norte ontológico dado a partir da coisa, que define os limites do mundo, explica a pretensão geral de Garcia em defender que é por meio da coisa que uma ideia de realidade pode ser elaborada. Esta, como fundamento ontológico, é equivalente ao que Harman designa por meio de sua concepção de objeto e ao papel que Simondon concede aos processos de individuação. Nos três casos, o mundo não pode ser repositório, mas tomado como um evento, tal qual proposto por Whitehead. Há uma antecedência do indivíduo a qualquer princípio, como o de mundo, nessas abordagens. Entretanto, apenas com Garcia a possibilidade de um pensar situado se coloca, já que construído entre planos.

Tendo em conta o mundo como consequência de indivíduos, "tudo" e "algo" são dois conceitos relevantes. Estes expressam uma necessidade de definir fronteiras, partes, de estabelecer relações de conjunto. "Tudo" diz respeito ao que cada coisa é enquanto unidade, solitariamente. Isso ocorre pelo fato de as coisas tomadas pluralmente serem, de fato, objetos e não coisas universais. Assim, o todo se diz em referência a algo, quanto àquilo que é cada coisa. Conforme referido por Garcia: "Para ter "tudo", basta ter algo". (Idem, p. 93, tradução nossa). Isso implica em admitir que toda acumulação, toda junção somente pode ser tida em referência às coisas tomadas a partir dos âmbitos formal e objetivo. Formalmente o acúmulo nunca ultrapassa a unidade, as coisas são simplesmente, pois estas entram no mundo individualmente. Objetivamente, no entanto, estas se acumulam, o fazendo de várias maneiras. O acúmulo de objetos, a sua hierarquização, são fenômenos possíveis pelo fato da procedência destes, da fundamentação horizontalizada no plano formal, a igualdade ali presente na unidade de cada coisa.

A análise das possibilidades de ser: um, vários, todo e igual, em função do conceito de totalidade, permite que compreendamos os limites do arcabouço ontológico de Garcia. Ele diz:

Muitas coisas nunca resultam em um todo, apenas uma coisa nova. Mas se a pluralidade termina na unidade e nunca na totalidade, por que precisamos da ideia de totalidade? Não se poderia prescindir dela e considerar que a pluralidade produz unidade e que as unidades compõem pluralidades? Como isso acarreta compactação? Se nada é absolutamente maior neste modelo, ser maior e ser menor tornam-se absolutos na compreensão das coisas. (Idem, p. 99, tradução nossa)

A resposta, a nosso ver, está em admitir uma pressuposição de que o plano objetivo deve receber algum tipo de limitação, o que permitirá tratá-lo como uma balança em que as diversas possibilidades de medida como "um", "vários", "todo" e "igual" possam ser discriminadas. A totalidade permitirá à pluralidade e à unidade se colocarem horizontalmente e não como meros absolutos.

Assim é a totalidade que permite às coisas serem tratadas igualmente, já que "tudo é simplesmente o que cada coisa é igualmente" (Idem, p. 99, tradução nossa). A acumulação de coisas somente é possível em se considerando que há um todo. Do mesmo modo, a igualdade é fundamental para que o menor e o maior não sejam compactados, tornados absolutos em torno de si mesmos. Somente o todo pode dar sentido ao que é a pluralidade. Aqui está um ponto importante do argumento, que trata da relação entre formal e objetivo como a que se dá entre medida e medição, tal qual o exemplo levantado por Whitehead, como discutido no capítulo 1.

Nada, tudo ou algo é por si mesmo, mas apenas como contraponto, elaborados por uma dinâmica estereoscópica

Sua maneira de responder expõe, como ressaltado, o papel da esteoroscopia, já que não é apenas que o objetivo demanda o formal, por uma preponderância deste último, mas sim que há uma espécie de autoimplicação entre esses dois âmbitos. Por isso, a igualdade está implicada no plano formal, já que por ela nenhuma diferença pode ser estabelecida, não há todo, enquanto a totalidade é resultado do encontro, daquilo que são os objetos. Assim, formalmente considerada, cada grande coisa é menos que cada um de seus elementos, pois a coisa nunca pode ser afastada de sua solidão, de sua unidade. Por outro lado, a grande coisa é mais que seus elementos tomados objetivamente, pois essa passa a ser vista nesse âmbito pela sua localização, pelo seu espaço, e não pelas partes que a constituem. Para Garcia, reforçando o argumento: “o que compreende outras coisas nunca pode ser o que esta coisa compreende” (Idem, p. 101, tradução nossa). Tudo aquilo que compreende deve estar fora do que é compreendido, compreender é sair do que se é, sendo essa o tipo de dinâmica característica do plano objetivo.

A grande coisa precisa ser também coisa, já que para estabelecer a igualdade no plano formal, não pode estar entre seus objetos. O sonho de *Aufhebung* representa a falácia de acreditar que a constituição objetiva das coisas pode dar conta de eliminar a unidade destas tomadas formalmente. Há sempre algo que escapa às tentativas de redução. Garcia afirma:

Em outras palavras, o que um objeto tem mais do que a grande coisa na qual esse objeto entra, que essa coisa compõe entre outras coisas, é um ponto de igualdade entre parte e todo, entre objeto e grande coisa, um ponto onde ambos são igualmente unidades determinadas que entram no mundo. Objetivamente, as coisas estão juntas e em desigualdade. Formalmente, as coisas estão sozinhas e em igualdade. (Idem, p. 102, tradução nossa).

Assim, o que Garcia busca destacar é que a igualdade entre parte e todo é formal, que é diferente da desigualdade objetiva. O sentido diádico aparece de forma bastante incisiva no argumento, uma igualdade em um plano permite a desigualdade em outro. Isso é consequência da impossibilidade de que os âmbitos formal e objetivo definam-se por eles mesmos, sendo efetivamente referenciais de uma dinâmica estereoscópica. Essa crítica pode ser dirigida à Harman e Simondon pelo fato de tais filósofos procederem a distinção entre unidade e pluralidade como um tratamento especificamente interior, com Harman tendo em conta a arquitetura que elabora o objeto quádruplo, assim como em Simondon por meio de um âmbito conexo, o pré-individual, que sustenta e prolonga os processos, fomentando a individualidade. Garcia, como podemos perceber, quer colocar as coisas em um "entre", oportunizando nossa

tese de um pensamento situado, que é efetivamente instrumentalizada com Whitehead, tal qual veremos.

5.3.4 Garcia: a estereoscopia como ferramenta

Como pudemos mostrar, a ontologia de Garcia permite estabelecer o real por uma abordagem estereoscópica, ao afirmar que qualquer explicação do que existe no mundo deve se fazer em referência a um complemento, que não é dessa coisa, mas que a viabiliza. Ao invés de uma simples polarização dada entre dois âmbitos, o que se encontra é uma resposta dada no meio do caminho, que não pode prescindir das tensões estabelecidas entre dois modos de ser. Por isso, o seu tratado inspira um pensamento que tenta captar aquilo que mostra a coisa dedeterminada por completo, enquanto NIQ, mas que demanda em um outro plano uma possibilidade plena de determinação. Poderíamos assim, afirmar, que a realidade de uma coisa é alusiva à sua condição, maior ou menor, de dedeterminação. Nada é por si mesmo, mas sim como referencial ou coordenada de um plano.

Assim, interessa compreender como essa dinâmica estereoscópica presente no pensamento garciano pode contribuir para lidarmos com as aparentes contradições presentes entre as teses de Harman e Simondon. Por exemplo, como demonstrado, estereoscopicamente tomadas, unidade e pluralidade explicam-se a partir de um plano horizontal de possibilidades, sendo a dedeterminação sinônimo de unidade e a existência objetiva do que é plural. Não sendo viabilizada por tal plano, resta a estas filosofias demonstrar como unidade e pluralidade podem estar incluídas a um só tempo em objetos e em processos de individuação, tendo em conta, por um lado, a imutabilidade do que existe como recôndito em meio à pluralidade sensível e por outro, um modelo que lida com a multiplicidades dos processos, norteada por uma unificação que é transdutiva.

Harman estabelecerá em uma única estrutura, embora de modo hierarquizado e separado, em que o inacessível é causa do visível, que unidade e pluralidade estariam presentes no objeto. Assim, não há uma conexão direta entre esses dois âmbitos, mas a pluralidade sensual demanda a unidade do âmbito real, que por sua vez se vê afetada pelo que ocorre sensualmente ao objeto. Assim, é a arquitetura do objeto que elabora a conexão entre unidade e pluralidade. Simondon, por sua vez, entende que a unidade não é origem, mas que perpassa a pluralidade potencial que é o real, indivíduos devem ser sempre mais que um. O que é primeiro são as tensões metaestáveis que condicionam a existência de tudo, o contínuo plural é fundamento para a descontinuidade como alusivo à unidade.

A novidade trazida por Garcia está em estabelecer que a unidade e a pluralidade não são dadas por si mesmas, mas que dizem respeito aos dois planos a partir da qual a individuação é constituída. Não há que se falar nestas sem situar o âmbito em que estão ocorrendo. A coisa no âmbito formal implica a unidade, mas no tocante ao plano objetivo, admite-se a pluralidade. Como vimos, o mundo é a tensão que permite esclarecer esse vínculo estereoscópico, já que, tal qual demonstrado, a coisa entra no mundo, mas o mundo não sai da coisa. O mesmo poderia ser dito quanto ao que existe como velamento, pois não se trata de mostrar que os anteparos que escondem o indeterminado estão nos objetos ou nos processos, mas sim que se elaboram pela impossibilidade de que qualquer coisa se defina por ela mesma.

Desse modo, só é possível ficar na fronteira se considerarmos que ela possui dois lados. Esse é um argumento que faz com que Garcia adote uma posição em favor de uma ontologia de objetos, mas não o modelo harmaniano, justamente pelo fato deste último tensionar a oposição entre realidade e sensação no interior do objeto. Essa estratégia acaba por impedir que tais indivíduos possam existir a partir de uma posição específica. Garcia, por outro lado, consegue estabelecer entre formal e objetivo um critério de medição aportado no plano horizontal como medida.

Em Simondon nada está a salvo dos processos, é a partir da pluralidade pré-individual que a individuação como unidade se afirma. Esta é, de fato, uma maneira de lidar com o aparecimento de uma condição metaestável. O amparo do filósofo em um modelo quântico, tomando pluralidade e unidade como condições momentâneas dos processos físicos, implica na afirmação de que indivíduos precisam ser continuamente produzidos. Por isso, aqui também, como em Harman, o que existe elabora-se de modo não situado, já que retira das próprias cercanias o seu fundamento individual.

A observação acima ajuda a destacar o papel da dedeterminação em Garcia, que, a partir do mundo, se elabora como separação. Existir em comum é um tipo de característica que somente pode ser atribuída àquilo que se dá no plano objetivo. Essa conclusão é importante para que tenhamos claro que por meio da coisa nada mais é posicionado além dela mesma. Assim, no mundo é aberto o campo para uma existência em comum, que é recortada formalmente. Tal compreensão está incluída no tratamento de questões como igualdade, equivalência e simetria. Garcia, ao ter condições de estabelecer uma passagem entre esses dois planos, permite que o risco de a medida ser apenas um dado contingente seja salvo pela possibilidade que os indivíduos têm de referir por uma outra posição, construída formalmente.

Nesse sentido, a querela entre Poincaré e Russell seria resolvida em Garcia tendo em conta o papel que a dedeterminação pode ocupar em cada caso, tensionando o plano objetivo.

A comparação, se o que vige é a medida ou a medição, pode ser respondida por um apelo às condições de dedeterminação. Afirmar a medida ou a medição nelas mesmas, isoladamente, têm implicado um erro de supor que indivíduos podem ser explicados por si próprios e panoramicamente, sem considerar o que estereoscopicamente os condiciona. Qualquer coisa dada objetivamente implica o outro polo, o âmbito formal, e nisso podemos localizar um referencial comum de comparação.

Isso encaminha a afirmação garciana de acordo com a qual somente por uma estrutura ontológica horizontal, formal e objetivo são significados. Pode-se dizer que entre esses dois âmbitos vigora a planitude, embora o interior de cada um deles seja operado por uma lógica distinta. A diferença entre esses planos referidos se faz por modos de existência que, embora opostos, elaboram conjuntamente aquilo que é o indivíduo formalmente e objetivamente tomado. Assim, a planitude nos permite dizer que a individuação está entre formal e o objetivo, pois nenhum dos dois referenciais, isoladamente, consegue explicar em separado o que são os indivíduos.

Esse é o viés para que a parede da bolsa, como fronteira, possa ser inserida. A fronteira é encontrada na planitude dos dois âmbitos por ele defendidos. A mediação, que se realiza entre o que entra na coisa e no que a coisa entra, demanda um tipo de indiferença hierárquica quanto aos seus dois modos de existência. Somente assim, essa fronteira pode ser aberta. A estipulação de um lugar, faz com que a coisa possa ser vinculada ao plano em que está localizada. Formalmente é só, enquanto objetivamente está no meio de tudo. Pode-se afirmar a existência como dada por um sentido de espelhamento, como mecanismo que é mediação.

Desse modo, não há um princípio de indiscernibilidade da coisa ou mesmo um tipo de *haecceitas* que permita a ela manter uma condição única e intransponível independente de tudo mais. A solução é buscada, de fato, no meio do caminho, diferente de Harman e Simondon, que optaram mais diretamente por incluir a díade no que é ou elabora os indivíduos. A relacionalidade, por sua vez, que possui marcas distintas em Harman e Simondon, também é um tema tratado por Garcia. Em Harman, resumidamente, relações, como visto, devem ser entendidas em termos de objetos. Enquanto para Simondon relações são primárias, sinônimo da realidade de um processo de individuação. O que Garcia produz ao estabelecer o horizonte de um plano formal e um objetivo é favorecer uma compreensão das relações como instrumentos que efetivam a dinâmica estereoscópica. Não se trata de tomar as relações como possuindo valor primário ou secundário, mas de fazê-las coadunar com a dinâmica adverbial a partir da qual a coisa existe, tal qual um “enquanto” ou um “entre”.

A pedra de toque aqui está novamente na tomada da planitude como condição vinculante da passagem entre esses dois âmbitos. Não há um erro, mas sim uma insistência que impede que o status das relações seja contemplado de modo a não gerar contradições. Nosso ponto consiste em considerar que relações devem espelhar um maior ou menor aspecto de dedeterminação. No âmbito objetivo, em termos de substâncias, intensidades, objetos velados, estas são disformes, respondendo a um aspecto em específico, o sentido de medida a partir do qual o objeto é tomado. Por outro lado, como coisa, a relacionalidade se exaure como NIQ. Assim, é no plano horizontal que esta se dá. Como dito, a relação aqui, como constituinte de uma concepção de individuação em Garcia, encontra lugar na fronteira, como possibilidade de demarcação da diferença entre o que está na coisa e no que a coisa está. Em outros termos, relações são instrumento de situação, uma conclusão de grande valia para os nossos objetivos.

Um outro ponto de grande relevância para este debate é sobre o que Garcia, considerando o viés estereoscópico de sua ontologia, poderia conceder à Harman e Simondon quanto ao papel dos agenciamentos na elaboração do real. Nisso, objetos e processos de individuação nunca podem ser tomados como um simples dado, pois incluem um aspecto importante de indeterminação e, por isso, de contingência. No modelo harmaniano, considerando a dinâmica da causação indireta, o objeto real contém o âmbito da necessidade, que produz a contingência no que se realiza como presença. Em Simondon a contingência é a marca dos processos. É um direcionamento para os processos, como devires na natureza, dando-se em função da busca de um equilíbrio metaestável que rege todos os acontecimentos do mundo. A necessidade, por isso, é marca do que é simples meio, como resquício de processos de individuação já concluídos.

Por isso, nos dois casos, necessidade e contingência permeiam indivíduos, seja por um viés granular em Harman, internalizando essa polarização, ou não-granularmente, como relação com um meio, uma periferia que não é completamente distinta dos processos de individuação. Para Garcia, a separação diádica de planos viabiliza uma radical distinção entre necessidade e contingência, sendo o plano formal o âmbito da pura necessidade da coisa, enquanto tal, e o plano objetivo onde a contingência de fato tem lugar, já que é onde as interações, relações ocorrem e são determinadas sem obedecer a um critério pré-definido e permanente. Isso permite a esse filósofo tratar a oposição entre necessidade e contingência com um certo grau de fluidez, como um exercício de verificação do grau de dedeterminação de algo, seja esse indivíduo um objeto harmaniano ou um processo de individuação, tal qual suposto por Simondon. Essa compreensão pode ser absorvida para os nossos interesses demonstrando que todo e qualquer referencial par afirmação de necessidade ou contingência deve ser elaborado como apelo a um

lugar e não efetivamente apenas pela que é coisa substantivamente tomada. Importa a coisa, mas também o ponto que ela ocupa no plano.

Poderíamos estender ainda mais o diagnóstico construído por Garcia, entretanto, o já exposto viabiliza o encaminhamento para uma proposta, uma maneira de lidar com esses dois vieses filosóficos riquíssimos, que são a marca dos pensamentos de Harman e Simondon. Garcia nos faz ver, como já mencionado, um plano a partir do qual a análise da individuação, mais do que dado por objetos em detrimento de processos de individuação, se explica pela ocupação horizontal, que permite um trânsito situacional. Por isso a dedeterminação, utilizada por Garcia como instrumento de depuração da coisa em relação à sua existência no plano formal, é tomada aqui como possibilidade de mapeamento, para o estabelecimento entre dois âmbitos de toda a possibilidade de sentido a ser atribuída, como marcadores construídos entre medida e medição. A questão pensada como dada entre grãos e não-grãos precisa ser reposicionada por meio da afirmação de uma tese sobre graus, esse é o ápice do argumento garciano: a possibilidade da dedeterminação em um ponto qualquer ser como a afirmação de uma posição que não é por si mesma nem granular ou o seu oposto, já que o mapa situacional somente pode ser traçado se tivermos esses dois polos compondo o plano horizontal, sua gradação.

Precisamos, assim, apresentada a alternativa de tomar a oposição entre granular e não-granular por um horizonte plano e, por isso, passível do estabelecimento de um trânsito, de lugares possíveis, refletir mais detalhadamente sobre as implicações de um pensamento situado. É como se a tarefa aqui proposta demandasse dois atos preparatórios, o primeiro que buscou mostrar que é possível sair dessa aparente tensão supondo um plano estereoscópico de possibilidades, elaborado como o desenho de um mapa do real, feito com Garcia. O segundo, que virá na sequência com Whitehead, se propõe a mostrar localmente, como um pensamento situado dissipa essa aparente oposição, por fazer-se sempre como adoção de um referencial, um critério de importância, como mencionado no capítulo 1.

5.4 WHITEHEAD E A DEFESA DE UMA ONTOLOGIA DOS EVENTOS

5.4.1 Whitehead – Objetos e processos de individuação como eventos

Temos em *O Conceito de Natureza* (1993), obra originada a partir da *Conferências Turner* ministradas por Whitehead no *Trinity College* em novembro de 1919, um importante insight sobre como pensar uma ontologia por uma lógica dos eventos. Para os nossos interesses,

o ponto alto de tal estratégia está em demonstrar que qualquer resposta sobre o que são os indivíduos deve referir ao acontecimento a partir do qual este é elaborado. Nesse sentido, a base do argumento whiteheadiano consiste em afirmar uma imbricação entre mundo natural e pensamento.

Para Whitehead, o significado de evento deve levar em conta um exame da percepção sensível, mais propriamente uma análise sobre como o dado é percebido no mundo. Nesse contexto, ele diz: “(...) a percepção sensível é a apreensão de algo que difere do pensamento.” (1993, p. 8). Esse algo é a apreensão sensível. Interessa ao filósofo mostrar a existência de um lastro estabelecido entre pensamento e mundo natural. Isso fica claro se tivermos em conta o exemplo das demonstrações especulativas marcadas pelo uso de conectivos como “este” e “aquele”, que extrapolam a mera conexão proposicional, explicitando que é um tipo relacional que contém em sua estrutura o termo da apreensão sensível, a conexão entre pensamento e natureza.

Nesse ponto, Whitehead está próximo de Simondon no sentido de afirmar relações como possuindo valor de ser. A diferença, entretanto, está no fato de que para o primeiro isso decorre não da alagmática que dirige os processos, mas do caráter vinculante exercido pela percepção sensível quanto à pensamento e natureza. O que é percebido não é simplesmente um conjunto de traços provenientes de dois polos separados, mas a realidade fundamental do mundo. Isso coaduna com o papel que o filósofo atribui ao conceito de importância, que toma a percepção como guia daquilo que pode existir ontologicamente.

A consideração do evento como raiz da conexão dada entre pensamento e natureza torna-se ainda mais clara se tivermos em conta aquilo que elabora a apreensão sensível no pensamento que, para Whitehead, deve levar em consideração: “*o fato*, termo indiferenciado da percepção sensível; *os fatores*, termos diferenciados da apreensão sensível dados em referência aos fatos; e *as entidades*, como fatores em sua função de termo do pensamento”. Aqui as relações “existentes entre as entidades naturais são por si mesmas entidades naturais, ou seja, são também fatores de fato, ali presentes para a apreensão sensível.” (Idem, p. 19). O que essa conclusão demonstra é que a inteligibilidade explicativa de qualquer formulação sobre a natureza apela para a inerência de elementos que tendemos associar ao pensamento, assim como ao fato natural. Por isso, a conclusão de que um evento pode ser definido como o “fato fundamental para a apreensão sensível” (Idem, p. 21). Isso explica a relevância das relações, como eventos, acontecimentos primordiais que definem o mundo dado a partir da percepção sensível.

Por essa razão, espaço e tempo não seriam condições externas do que existe, mas sim parte do que é o evento. Trata-se de tomar aquilo que tradicionalmente era visto enquanto instrumental separado da experiência como parte imprescindível do mundo. Desse modo, ao invés de uma teoria espaço temporal que se coloque como repositório dos fatos naturais, sem que se considere o papel exercido pelos fatores, Whitehead encaminha uma concepção comprometida com a realidade da relação efetuada entre fatos, fatores e eventos de uma entidade. Nesse sentido vale citar:

Meu ponto de vista pessoal é de uma crença na teoria relacional tanto do espaço como do tempo e de uma descrença na forma corrente da teoria relacional do espaço, que exhibe porções de matéria como os termos relacionais para as relações espaciais. Os legítimos termos relacionais são eventos. (Idem, p. 31).

O oposto de uma ontologia de eventos seria uma que toma a bifurcação da natureza, separando os fundamentos dos fenômenos naturais, baseado em dados microfísicos tais como elétrons e moléculas, do que é testemunhado pela experiência de um ponto de vista macro. O problema em si não está na suposição desses dois âmbitos, mas sim na consideração da mente enquanto mediadora dessa polarização, realizada a partir de um encadeamento causal que seria efetuado tomando o nível micro como *input* dado ao pensamento, o que Whitehead denomina de influência, para aquilo que na percepção seria como um *output*, efluência.

Ao bifurcar a natureza, de acordo com essa lógica, o pensamento se veria isolado da realidade, pois sobre aquilo que pode conjecturar não há acesso e quanto ao dado natural perceptível seria mero receptor. Segundo Whitehead:

A teoria da bifurcação é uma tentativa de apresentar a ciência natural como uma investigação quanto à causa do fato do conhecimento, vale dizer, tenta apresentar a natureza aparente como uma efluência da mente devida à natureza causal. Toda essa noção baseia-se parcialmente na admissão implícita de que a mente só pode conhecer aquilo que ela mesma produziu e de alguma forma conserva dentro de si, embora exista uma razão extrínseca tanto para originar como para determinar o caráter de sua atividade. (Idem, p. 39-40).

A grande atratividade exercida pela teoria da bifurcação estaria no fato da natureza causal ser usada como um tipo de artifício para lidar com a dificuldade de explicar a conexão na mente entre o que ocorre em termos de percepção e aquilo que é elaborado de modo conjectural sobre a natureza, seu aspecto micro. Nesse ponto, compreende-se, a partir da crítica à bifurcação da natureza, como Whitehead denuncia uma polarização infrutífera, já que elaborada sem incluir um sentido de participação, supondo apenas mente e mundo como origens e o percebido como um híbrido falho, pois não embasado propriamente por uma coisa ou outra.

Se o problema da bifurcação é diretamente referente ao papel que o pensamento tem na natureza, isso implica em reexaminar como a percepção, que é meio entre esses dois extremos, pode, de fato, mediar sem com isso produzir uma polarização como estratégia de isolamento. Whitehead demonstrará que a causalidade não pode fornecer razão nenhuma para que o nosso pensamento seja idêntico ao mundo natural. Entre os níveis micro e macro não deve haver separação, mas sim uma relação de continuidade, sendo esse o papel da apreensão sensível. O real se constitui por uma mediação de estruturas que, apesar de operarem em níveis distintos, possuem um aspecto de interioridade.

Para Whitehead, o conceito de natureza entendido como “um único fato complexo para o conhecimento;” (Idem, p. 56) seria o ideal a ser buscado por qualquer projeto de filosofia natural, nisso estando implicado: “expor as entidades fundamentais e as relações fundamentais entre entidades em cujos termos todas as leis da natureza devem ser estabelecidas, e afiançar que as entidades e relações assim expostas são adequadas à expressão de todas as relações entre entidades que têm lugar na natureza.” (Ibidem). Desse modo, o conceito de natureza visa a superar a tomada desta como dado bruto, um existente à parte, razão de todos os acontecimentos do real.

Nesse contexto, Whitehead insere a explicação sobre como espaço e movimento possuem algum lastro no modo como a realidade funciona na natureza, tema de uma de suas conferências do Trinity College⁴⁷. A questão aqui consiste em demonstrar que alguns termos abstrativos utilizados na definição de conceitos como sólido, área e rota, também incluem uma posição geométrica que, por sua vez, somente pode ser devidamente compreendida se tivermos em conta que o espaço implica um vínculo com aquilo que se denomina de movimento.

Entretanto, a menos que o movimento possa ser descrito como um fato físico, como um dado da natureza, essa compatibilização de instâncias não progredirá. Nesse sentido, segundo ele, uma teoria adequada do espaço, “deve investir a natureza de algo a ser observado.” (1993, 126). Whitehead consegue, assim, elaborar um argumento que destitui a posição absoluta de sua condição apartada da realidade natural, como pensado classicamente. Isso tem como corolário a compreensão de que o tempo não pode ser tomado como absoluto, mas sim que inclui em sua condição relativa a possibilidade do absoluto.

Desse modo, dizer que um ponto ocupa uma posição pressupõe considerar o sistema temporal em que este se insere, em uma multiplicidade de tempos possíveis. Por esse argumento, Whitehead demonstra que pensar um ponto pelo aspecto abstrativo de sua condição

⁴⁷ Que, como dito, deram origem ao livro *O Conceito de Natureza*.

quadrimensional não fornecerá nenhum dado ou acréscimo que possa contribuir para aproximar o pensamento da natureza. Segundo ele: “A fim de descobrir evidências das propriedades a serem encontradas no múltiplo de partículas de eventos, devemos sempre recorrer à observação da relação entre eventos.” (Idem, p. 128). Compreender o mundo, por isso, não se resume a um simples exercício de achar a coisa, mas sim em lidar com o modo como estas existem relacionalmente no arcabouço da percepção sensível.

Nisso então, a determinação da posição absoluta em um espaço atemporal com base na relação de eventos, que seria o caminho para decidir sobre a própria possibilidade de superação da bifurcação da natureza, dada pela diferença entre o que existe no pensamento e como a natureza é nela mesma, resolve-se pelo que Whitehead define como o somatório da duração e do *locus standi*:

Quando analisamos os fatores da natureza tais como imediatamente revelados na apreensão sensível, devemos observar o caráter fundamental do objeto da percepção do “estar aqui”. Discernimos um evento meramente como fator de um complexo determinado no qual cada fator tem sua participação própria e característica. Dois fatores há que são ingredientes constantes desse complexo: o primeiro é a duração, representada no pensamento pelo conceito de toda a natureza que se faz presente agora, e o segundo, o *locus standi* peculiar da mente envolvida na apreensão sensível. Esse *locus standi* da natureza é aquilo que, no pensamento, é representado pelo conceito de “aqui”, isto é, de um “evento aqui”. (Idem, p. 128)

Esses dois fatores apresentados por Whitehead são de grande relevância para a solução do problema da apreensão sensível, uma vez que situam ou estabelecem na natureza o foco do ato de percepção. Segundo o filósofo inglês, estes originam dois eventos, sendo a duração presente, “que assinala o ‘quando’ da percepção, e o evento percipiente que assinala o ‘onde’ da percepção e o ‘como’ da percepção.” (Idem, p. 129). Whitehead denomina de congregiência o evento que é a soma do “aqui”, enquanto aspecto percipiente, e do “agora”, âmbito de duração. Isso tem como consequência considerar que os eventos que dizem respeito à apreensão sensível somente podem ser dados, se tomados em termos da congregiência que engendram. Nesse ponto, o aspecto notadamente relacional do que define um evento mostra-se claramente. A congregiência é sinônimo de um tipo de acontecimento que permite situar, temporal e espacialmente, o que faz diferença no mundo.

O que se tem com isso é uma resposta capaz de esclarecer e superar a aporia dada por meio da bifurcação da natureza. O *locus standi* demonstraria, assim, que não há duas possibilidades de estabelecer a raiz de um evento, a mente e a natureza, mas sim apenas um caminho que situa essa ocorrência a partir de um “aqui” e um “agora”. Não se trata, assim, de buscar o mundo substantivamente, mas de mostrar que ele é carregado por um apelo adverbial,

já que ao invés de centralizar a questão na coisa, no dado externo e separado, ocorre uma atividade demonstrativa, em que quem aponta e aquilo que é apontado compõem uma unidade indiscernível, relacionalidade como evento e, mais propriamente, *locus standi*.

Não há eventos aos quais possam ser extraídos aspectos que digam respeito a uma objetividade da natureza em oposição aos acréscimos simplesmente dados pela mente. O grande desafio está justamente em demonstrar, por meio da congregiência, que aquilo que se tem é um acontecimento. É ele que proporciona a análise do evento pela capacidade relacional que engendra. Aqui as relações não são entre termos, como meio ou elo, mas sim aquilo que se faz apenas enquanto fins nelas mesmas. O *locus standi* é a própria relacionalidade presente e que supera também a oposição elaborada pela polarização entre objetivo e subjetivo. Não há subjetividade, uma vez que a objetividade é encontrada no modo da presença, no “aqui” do evento que se coloca.

Por isso, o *locus standi* whiteheadiano revela-se valioso ao demonstrar que toda nossa ânsia por um apelo à medida ou à medição tem que ser compreendida pelo viés de um evento. É como se medida e medição fossem os dois caminhos da bifurcação que se abrem por uma análise equivocada do problema. Por outro lado, como *locus standi*, pode-se demonstrar que qualquer ente, uma medida específica ou uma atividade de medição, se faz como um acontecimento, uma realidade relacional, estabelecida entre medida e medição, que deixam de ser absolutos e afirmam-se como referenciais para localizações.

5.4.2 Uma ontologia de eventos: duração e *locus standi* como reconhecimento em Harman e Simondon

Apesar da obra *O Conceito de Natureza* não carregar consigo o compromisso com uma ontologia de indivíduos ou mesmo de processos de individuação, como a questão com Harman e Simondon parece demandar, o tipo de dinâmica explicativa da conexão entre natureza e pensamento, como eventos, oferece pistas importantes para o encaminhamento de nosso problema. Se pudermos estabelecer uma analogia, por meio de Whitehead, entre as tensões de Poincaré e Russell com a de Harman e Simondon, veremos que nas duas situações o que ocorre é uma dificuldade em estabelecer o pensamento pelo viés da congregiência, duração e *locus standi*. Há a necessidade de uma mediação como a proposta para diluir a oposição que marca uma visão bifurcada da natureza.

Sobre Harman, Whitehead nos faz ver que ao tomar os objetos como sinônimos de indivíduos, há a necessidade de interiorizar um “aqui” e o “agora” da apreensão sensível. Não

é que estejamos propondo um tipo de subminação ou supriminação dos objetos, mas sim buscando coadunar unidade e relacionalidade. Ao invés de termos uma ontologia de objetos, dados básicos e independentes entre si, teríamos que considerar que os eventos são primordiais na qualificação de qualquer coisa. Não se trata de romper com a estrutura quádrupla e as tensões dela decorrentes, inclusive quanto à conexão entre os âmbitos sensual e real, dado por meio do princípio de causação indireta (*Vicarius Causation*). Harman poderia estabelecer um papel para a congregiência whitehediana, demonstrando que o aqui e o agora dos objetos são como indexais, indicativos de um tipo de localização, fixando tais objetos, sem tirá-lo de seu velamento.

Tal referencial ajudaria a aclarar e preencher um vazio que diz respeito ao modo de existência dos objetos dado a partir da perspectiva deles e em relação aos demais objetos. Assim, há uma lição indexical não vista por Harman e que permite à sua ontologia responder mais adequadamente ao problema da individuação, já que a presença de um objeto pode ser tomada como um ponto de partida, como situação específica e, ao mesmo tempo, relativa aos demais objetos que o margeiam. Embora objetos não sejam como mônadas, uma característica destas últimas pode ser dita em um modelo de OOO situado, que é o acontecimento como sinônimo de presença no mundo e que se elabora em referência aos demais indivíduos. Isso é diferente da maneira como Harman incorpora o papel da percepção, pois, em certo sentido, ainda refém de um modelo bifurcado⁴⁸, faz dos objetos entidades que somente podem ser descritas panorâmica e isoladamente.

Essa questão aparece de modo mais claro se tivermos também em mente o tipo de inimigo que Harman busca combater no *Immaterialism* (2016), discutida de uma forma mais detalhada no capítulo 2. Se Harman adotasse um posicionamento alinhado ao viés whitehediano, teria mais argumentos para lidar com os seus opositores, notadamente os representantes das teorias relacionistas e materialistas. Em última instância, tais teorias ganham fôlego sobre a ontologia de objetos, pelo fato mesmo desta concepção não estabelecer um sentido de congregiência e congruência como fundamento para as tensões que constituem o objeto em seu sentido quádruplo. Em outras palavras, por não saber onde está de fato um objeto, busca-se uma alternativa seja apelando para o papel das relações como matriz de todas as operações no mundo ou apoiando o real no conceito de matéria. A ideia é que é possível manter no objeto um aspecto velado sem que isso implique na negativa de um ponto de vista do objeto.

⁴⁸ Obviamente a bifurcação é superada pela OOO como concepção que denega a separação entre pensamento e natureza, afirmando que a única realidade pertinente são os objetos. Ainda assim, permanece a dificuldade que decorre da absolutização do que são as singularidades.

Tendo em conta o conceito de *Umwelt*, trazido por Leach (2020) em referência a Jakob Van Uexküll (1864-1944), assim como aquilo que o próprio Whitehead afirmou sobre o conceito de importância no capítulo 1, vê-se que o significado da experiência deve ocorrer desde o ponto de vista do que percebe. Não há descrição do real que possa ser dada sem que se leve em conta de onde ela parte, sem rastrear o caminho que ela descreve. Minha experiência de um livro é distinta da forma como um inseto a concebe. Para a traça o livro é simples alimento a ser consumido, que se relaciona com o aniquilamento das folhas de papel. O que se tem como consequência disso, é que a experiência de um objeto não pode ser devidamente descrita sem que a *Umwelt*, enquanto dado significativo ou um sentido de importância, seja levada em conta. A posição panorâmica a partir da qual Harman define seus objetos faz com que não se verifique um papel efetivo para estes, os deixando no campo da aleatoriedade e explicando menos que o desejável sobre a dinâmica do mundo. É esse tipo de anseio que nos afasta de sua ontologia de objetos e nos direciona para uma postura como a de Simondon.

Simondon, por outro lado, ao focar nos processos como base para a individuação, elabora uma ontologia que nega um papel a unidades definidas, pois não há indivíduos propriamente, mas apenas processos, trata-se de uma existência dada como agência sem agentes. São as tensões pré-individuais a chave para a continuidade dos processos. Como crítico de teorias monistas, as quais Harman poderia ser associado, o filósofo entende que a agência é de fato o motor que rege as transformações dadas no mundo. Se em Harman a relacionalidade é dirigida demasiadamente para um sentido de unidade, como granularidade, Simondon foca de modo exacerbado no polo oposto, a definindo como descritiva da não-granularidade dos processos de individuação. Nesse caso, a relacionalidade também não situa, apenas seguindo a dinâmica agencial. Por isso, há um sentido em que a bifurcação da natureza se mantém viva no seu modelo de ontologia, já que tudo são, de forma não-situada, processos.

Nesse caso, estabelecer um papel para o *locus standi* implica em conceder que mesmo em se tratando de processos, há experiência, um sentido da *Umwelt*, um aspecto de importância, que não pode ser deixado de lado. Esta poderia se fazer presente na ontologia de Simondon, dirigindo os devires, como rastreio dos processos de que decorrem, assim como de seus seguimentos. Simondon não teria se preocupado em estabelecer um âmbito a partir do qual, por exemplo, um objeto técnico, enquanto exemplar de indivíduo, precisa constituir um referencial de um “aqui” e “agora” para que a sua condição de indeterminação possa fazer sentido.

Situar um objeto subentende imprimir duração e *locus standi*, o que viabiliza a explicação da conexão entre descontinuidade e continuidade, tendo os próprios processos/indivíduos como base. Nesse caso, a descontinuidade física seria amparada pela

situação dos indivíduos diante dos processos de que participam. Haveria, desse modo, um âmbito dos processos como dinâmica do mundo, mas levando em conta a *Umwelt*, o sentido da experiência que se elabora a partir do ponto de vista individual. Esse passo a mais permitiria a Simondon atribuir aos seus indivíduos uma aderência ao mundo, constituído a partir dos processos.

O que se apresenta, então, como tarefa, a partir da abertura de uma ontologia dos objetos e dos processos, que incluem um sentido para o que existe de modo situado, é a possibilidade de que essas duas concepções sejam tomadas estereoscopicamente. As primeiras intuições para tanto foram encontradas em Leach e no próprio Simondon (2020b). Isso nos dirigiu à Garcia, que nos encaminhou à Whitehead. Com este último podemos retornar à inspiração garciana, desta feita mostrando como Harman e Simondon podem ser posicionados ou dados como constituintes de um pensamento situado em uma ontologia plana, estereoscopicamente tomada.

Em outras palavras, temos, por enquanto, dois diagnósticos separados, um com Garcia que é crítico da individuação como resolvida nela mesma, sem considerar os alicerces ontológicos, o plano, a partir do qual ela é tornada possível. O outro, trazido por Whitehead, nega que indivíduos possam se fazer fora de um lugar, de uma marcação que elabora a composição do real. Como dito, nossa defesa é que esse duplo diagnóstico precisa ser balanceado em uma concepção de individuação, coadunando objetos e processos de individuação a partir de uma estratégia situada, dada por *locus standi* em um plano elaborado estereoscopicamente. Isso será apresentado em mais detalhes adiante, como nossa resposta final ao problema. Antes disso, vale analisar o perspectivismo ameríndio como modelo inspirador da solução que iremos propor.

5.5 O PERSPECTIVISMO AMERÍNDIO COMO PISTA

Propõe-se aqui um estudo da síntese conceitual relativa ao perspectivismo ameríndio desenvolvida por Viveiros de Castro (2002), considerando uma possível similaridade entre o arcabouço utilizado por ele, reportado a estudos sobre a forma de ver o mundo de algumas comunidades tradicionais amazônicas, e o ferramental que norteia a solução a ser proposta por meio desta tese, dado a partir dos pensamentos de Tristan Garcia e Alfred N. Whitehead. Há uma intuição de que a aporia discutida no âmbito das reflexões antropológicas quanto às concepções de natureza e cultura, que recebem um encaminhamento com o perspectivismo, coaduna com o tipo de estratégia de pensamento que nos faz patinar entre as filosofias da individuação de Harman e Simondon e que tem com Garcia e Whitehead uma possibilidade de

solução. Assim, entende-se que o perspectivismo pode se mostrar como um olhar fértil para a defesa de uma tese sobre a individuação situada, como exporemos na sequência.

Nisso, um primeiro ponto a ser destacado, dentre os que nos interessam no âmbito do perspectivismo, diz respeito ao critério de alteridade, de definição de um escopo entre o humano e o não-humano como base para uma concepção de realidade. Como ressaltado antes, nossa análise da questão da individuação lida com duas ontologias que incluem o humano, mas não restringem, nem o tomam como norte, sendo este de fato apenas um ponto de partida. Nesse sentido, sobre os ameríndios, diz Viveiros de Castro:

Tipicamente, os humanos, em condições normais, vêem os humanos como humanos e os animais como animais; quantos aos espíritos, ver estes seres usualmente invisíveis é um signo seguro de que as 'condições' não são normais. Os animais predadores e os espíritos de presa, entretanto, veem os humanos como animais de presa, ao passo que os animais de presa vêem os humanos como espíritos ou como animais predadores. (2002, p. 350).

O que se tem aqui, de acordo com o descrito acima, são possibilidades de perspectivização do real, o modo comum, e a maneira como isso é procedido nas comunidades referidas. Quanto a estas últimas, é ressaltado o papel exercido pela percepção em oposição ao que, no nosso meio, é concedido à razão. Estar no mundo para eles, assim, implica em uma imersão em um âmbito de sensações, de busca por aquilo que constitui a diferença, sugerindo nos termos de Whitehead, a vigência de um critério de importância.

Ressalte-se como indicado no capítulo 1, a importância não diz respeito a uma escolha, mas sim ao modo como somos tocados pelo mundo. Viveiros de Castro afirma: "esse 'ver como' refere-se literalmente a perceptos e não analogicamente a conceitos" (Idem, p. 351). No caso mencionado, a percepção é que norteia a consciência que pode ser elaborada por um eu, bem como o olhar formulado sobre o outro. O humano se dá não como atividade espiritual, mas como ponto de vista a partir do qual o mundo é sentido. O outro, em decorrência, diz respeito a uma capacidade de perceber distinta daquela que o indivíduo traz como referencial dessa atividade.

O perspectivismo ameríndio, assim, como primeiro pressuposto, recoloca o problema da conexão entre natureza e cultura, mostrando que a questão primordial a ser respondida é sobre o papel da percepção. Cometemos um equívoco todas as vezes que buscamos compreender o outro tomando abrupta e isoladamente os contextos de crença ou pensamento. Definir a perspectiva diz respeito a uma possibilidade de estar no lugar, de mostrar como o dado

percebido possui um vínculo com a situação. Em outros termos, a situação oferece a perspectiva, que nunca pode ser a de tudo ao mesmo tempo.

Se tradicionalmente formula-se uma crença em diferentes culturas, balizadas por uma natureza comum, uma diversidade que estaria dada no pensamento, modos distintos de compreender o mundo, o natural passa a ser tomado pelos ameríndios como lugar da diferença, que decorre de uma universalização do significado do sentir. Valoriza-se nesse contexto, como já discutido previamente, aquilo que a *Umwelt* pode indicar sobre o que estaria implicado na percepção do mundo, de sermos tocados por coisas diferentes e de um modo distinto, o que gera respostas também específicas e que afetam apenas o que se mostra sensível àquela conexão. Assim, o cultural é universal, pois o veículo da natureza como sensação é a base de qualquer existência dada no mundo. Estaria na natureza, desse modo, a base das diferenças.

Deve-se salientar a proximidade dos sentidos de natureza e cultura, tal qual apresentados pelo antropólogo, com a defesa por Whitehead de superação de uma visão bifurcada da natureza. Trata-se, conforme Viveiros de Castro, de uma interpretação fenomenológica proveniente da riqueza de concepções cosmológicas dos ameríndios, em que se nega a dualidade como dizendo respeito a regiões do ser, afirmando diversamente que indicam "configurações relacionais, perspectivas móveis, em suma - pontos de vista." (Idem, p. 349). Nesse caso, o que se dá entre natureza e cultura seria como que eventos whitehedianos, pois elaborados em termos de relacionalidade, uma certa conexão intrínseca, e não como oposição, entre esses dois marcadores, o natural e o cultural. Dizer o cultural implica em um tipo de imbricamento com o natural e não um encaminhamento como oposição, como escolha entre alternativas dadas por pontos de partida isolados.

Para o antropólogo, a forma manifesta de cada espécie é um envoltório a esconder uma forma interna humana, normalmente visível apenas aos olhos da própria espécie ou dos xamãs, sendo ela o espírito do animal. Teríamos então uma distinção entre uma essência antropomórfica de tipo espiritual, comum aos seres animados, e uma aparência corporal variável, característica de cada espécie, mas que não seria um atributo fixo e sim uma roupa trocável e descartável. Isso ocorre porque o pensamento indígena conclui que tendo outrora sido humanos, os animais e outros seres dos cosmos continuam a sê-lo, mesmo que de modo não-evidente. O humano assim não se afirma como referência a uma espécie, mas sim a um tipo de ponto de partida da perspectiva, de onde o olhar parte e a que se dirige. Como dito, o antropomórfico simboliza a centralidade a partir do qual o jogo de sensações é dado, distinto de um antropocentrismo marcado por um foco, na chegada, do que é passível de ser conceitualizado.

Cria-se uma estrutura diádica, não bifurcada, semelhante ao que Garcia apresenta por meio da contraposição entre formal e objetivo, já que a diferença entre a minha posição e a do outro, diz respeito a um plano de possibilidades que nunca é definido unilateral e definitivamente, mas sempre pelo modo como tal inserção é realizada a partir da experiência. A chave do ser no mundo, assim, está em um ver como, numa leitura passível de ser feita a partir da perspectiva. Teríamos, assim, dois modos de ser da coisa, um antropomórfico, que a segue no plano horizontal de possibilidades, que é sua situação, e esta como é dada para o outro, o plano objetivo garciano, tal qual o indivíduo é visto pelos demais seres.

Como exemplo, o perspectivismo toma o jaguar em sua condição formal, a partir do antropomorfismo de seu traço pessoal, e quanto ao aspecto objetivo, enquanto alusivo ao modo como é visto, um felino muito rápido e de mordida acachapante. Desse modo, o ápice do argumento, partilhado por Garcia e pelos ameríndios, está em notar que nada se define por si mesmo, mas sim por uma dinâmica estereoscópica, que atrela o sentido da individualidade a uma junção de perspectivas. Ressalte-se, ainda, o ponto de vista é como o evento whitehediano que se elabora a partir de uma estrutura que é relacional, *locus standi*.

Essa mudança de panorama é ilustrada pelo papel que o pensamento ameríndio concede ao xamã como individualidade capaz de cruzar barreiras corporais e adotar outras perspectivas, administrando a relação entre essas outridades e os humanos. Nesse caso, vale destacar, como comparação, que o jogo epistemológico ocidental é a objetificação, pois entre forma e coisa impera a identidade. Por outro lado, para o xamanismo, conhecer é personificar, tomar o ponto de vista daquilo que deve ser conhecido. De acordo com Viveiros de Castro: “(...) o conhecimento xamânico visa um ‘algo’ que é um ‘alguém’, um outro sujeito ou agente. A forma do outro é a pessoa.” (Idem, p. 358). O xamã seria então o agente exclusivo da possibilidade de um trânsito, da ocupação de posições diversas no plano de possibilidades existencial. Ressalte-se, entretanto, que o Xamã, para o ver outro, precisa se colocar como este, não havendo uma posição panorâmica ou um não lugar a partir do qual possa agir. Nesse sentido, nota-se que o perspectivismo ressalta o papel efetivo do significado de posição, tanto para quem vê como para o que é foco. Nada faz sentido fora desse plano de referenciais, entre o formal e o objetivo como tomado pelos ameríndios, nenhum desses dois aspectos pode ser deixado de lado.

O Xamã, de todo modo, testemunha o que em nossa análise ocidentalizada encontramos em Garcia por meio do conceito de dedeterminação. Esta tem uma função clara de permitir que, no plano de possibilidades, perspectivas ou pontos de vista sejam marcados pelo lugar em que

ocorrem as ações de identificação⁴⁹. Estar na posição do outro é tentar capturar o que nela há de único e intransponível, retirar as determinações objetivas que o cercam, situar-se por uma posição de sujeito. De determinar é lidar com uma tentativa de ver as coisas nelas mesmas e isso somente pode ser feito em referência a um plano não bifurcado. Assim, o xamã seria de fato um ente privilegiado por testemunhar o significado da individuação como dado nos diversos segmentos do plano de possibilidades.

Uma consequência derivada desse jogo de posições ameríndio é considerar que diferentes entes passam a adquirir uma atitude intencional, ter um ponto de vista. Assim, a agência aqui é abduzida, movida, movimentada, sistemática e deliberadamente. Isso é possível e não gera um relativismo irrefreável pelo fato de a perspectiva vincular o que é intencional ao natural, o corpo. Como um refletor de luz que projeta diferentes sinais a partir do foco em que é colocado, intencionalidades múltiplas passam a ter lugar sem que se busque traduzi-las, pois não precisam ser vistas pelo resultado, mas sim pelo que constitui a raiz desses acontecimentos. Como salientado, a relacionalidade como base da perspectiva assegura que nada seja por si mesmo, mas sim em conexão ao que é o mundo natural e culturalmente significados⁵⁰.

Por esse viés, nota-se que é possível estabelecer um sentido para o que é a experiência, apenas se a tomarmos como atividade, operativamente. Em uma concepção de individuação situada como a que proporemos, teríamos, com os ameríndios e Whitehead, que a localização é derivada da própria necessidade que o indivíduo possui de estar no mundo por uma espécie de intencionalidade. Ser intencional diz respeito a ter a experiência como evento, incluindo uma marcação temporal e espacial, como duração e *locus standi*, em se perceber como parte de um arcabouço que deriva consequências para o restante do desenho geral do mundo.

Ainda sobre a conexão entre cultural e natural, vale destacar, considerando o papel que a natureza exerce no que é intencional e cultural, a crítica comum das ontologias da individuação que, tanto em Harman como em Simondon, negam que a matéria isolada possa responder ao que fundamenta ontologicamente o real. Harman entende que o conceito de matéria não faz jus ao que são os objetos em seu ciclo de existência, já que apelam para um tipo de resposta redutiva, subminando (*undermining*) o real. Simondon, em uma toada semelhante, vislumbra a matéria como dotada de um tipo de potência, uma tensão pré-individual, que dá origem à diferença no mundo, salientando, entretanto, que processos não são redutíveis ao

⁴⁹ Que podemos tomar como referenciais de individuação.

⁵⁰ Interessante notar como o conceito de relação tal qual tomado por Whitehead e o Perspectivismo ameríndio bebem de uma mesma fonte monodológica, tal qual discutido por Bensusan e eu (2018). Nenhuma relação é explicada por si mesma, mas sim em referência ao mundo em que se insere.

material. Nos dois casos, a matéria deve ser compreendida em termos de objetos ou processos de individuação.

Com os ameríndios, ocorre a inserção da estereoscopia garciniana, que propomos realizar, já que o material, como natural, é já intencional, contendo os termos do que pode implicar para a matéria um papel significante, sem que isso resulte em um total isolamento. Assim, a diversidade intencional é já sinônimo dos potenciais contidos na natureza. Por isso, pode-se dizer que os ameríndios são sensíveis ao tipo de queixa de Harman e Simondon sobre o problema da significação comum da matéria, a resolvendo por um caminho garciniano, diádico, assim como whitehediano, destacando a relacionalidade como mola mestra.

Vale notar, ainda, um pano de fundo comum entre as concepções de Harman e Simondon com o perspectivismo. Trata-se de ontologias que adotam uma estratégia semelhante de articulação entre as séries natural e social, já que para os ameríndios: "o intervalo entre natureza e sociedade é ele próprio social". (2002, p. 364). Este sentido de sociedade está incluído nos modelos ontológicos trazidos para o debate no âmbito desta tese, pois suas concepções de individuação demonstram, tal qual exposto no capítulo 1, como a metafísica pode tirar importantes lições das ciências sociais, seja pela maneira como elementos individuais e interdependentes podem constituir sociedades, granularmente, assim como, pela possibilidade de que isso seja realizado por intermédio de processos que são eminentemente sociais, que antecedem e independem de entes previamente constituídos, o não-granular.

No contexto específico do perspectivismo, isso decorre da adoção de uma abordagem animista sobre o real. Para os ameríndios, o estabelecimento do ponto de vista abre portas para que a estrutura do real seja anímica, viabilizando um sentido amplo de sociedade marcado pelas possibilidades múltiplas de perspectivação do mundo. Nisso, indivíduos, como objetos ou processos, são, para Harman e Simondon, um testemunho de que não há ontologia sem sociedade. Para que se tenha isso mais claro, vale considerar a definição de animismo trazida por Viveiros de Castro, que seria a "tese de acordo com a qual "as categorias elementares da vida social" organizam as relações entre os humanos e as espécies naturais, definindo assim uma continuidade de tipo sociomórfico entre natureza e cultura, fundada na atribuição de "disposições humanas e características sociais aos seres naturais"(2002, p. 362). Esse conceito de sociedade seria consequência da própria possibilidade de que relacionalmente, expurgada a bifurcação, tudo exista através dos pontos de vista.

O animismo, desse modo, mostra-se adequado como mediador do tipo de tensão que é base da nossa discussão ao demonstrar que o cultural ou intencional é antes de tudo social e, por isso, parte da resignificação ameríndia da ideia de natureza, desvinculando-a de uma

caracterização antropocêntrica e polarizada. Nesse sentido, a pessoalidade como marca social e anímica está implicada na possibilidade de que qualquer coisa seja sujeito, de ocupar a centralidade de uma perspectiva, uma condição pronominal. Como visto na seção anterior, ao tratarmos de Whitehead, demonstrativos provam que uma conexão prévia e vinculante se dá entre quem mostra e aquilo que é mostrado. Há uma unidade de mundo como base que permite o uso de estruturas pronominais, isso implica um sentido de social. Em conexão com Latour, poderíamos dizer que o animismo elabora uma outra maneira de afirmar que nada pode ser reduzido a nada, qualquer coisa está disponível socialmente. Isso ocorre porque, superada a falácia da bifurcação da natureza, tudo pode ocupar uma posição.

Mesmo a forma corporal e o âmbito cultural são compreendidos por esse aspecto pronominal. Assim, os outros são humanos porque são sujeitos, dotados de perspectivas, sendo esta a condição base para que quaisquer atributos sejam considerados. Como referido por Viveiros de Castro:

Assim, as auto designações coletivas de tipo 'gente' significam 'pessoas', não 'membros da espécie humana'; e elas são pronomes pessoais, registrando o ponto de vista do sujeito que está falando, e não nomes próprios. Dizer então que animais e espíritos são gente é dizer que são pessoas; é atribuir aos não-humanos as capacidades de intencionalidade consciente e de agência que facultam a ocupação da posição enunciativa de sujeito. (Idem, p. 372)

Se tudo possui anima, elaborando assim um sentido amplo de sociedade, não havendo nada que por si mesmo seja mais importante que qualquer outra coisa, então o que, nos termos de Whitehead, se define como *locus standi* será, de fato, o referencial existencial para a formulação de uma tese sobre a individuação. Vê-se aqui um tipo de pensamento que consegue situar as perspectivas como intensidades pelo fato de a estrutura anímica e cosmológica ser plana e desubstancializada. Nada é mais importante do que qualquer outra coisa, pois nenhuma destas se define por ela mesma.

Essa atribuição de significado ao sujeito como alusiva a uma posição concentra dois aspectos indispensáveis para uma proposta de individuação situada, como defenderemos na sequência. A primeira, já presente em Harman e Simondon, afirma a negativa do substancialismo antropocêntrico em suas concepções de individuação, de modo que a condição de sujeito implica uma capacidade de participação no jogo social, leia-se uma realidade elaborada estereoscopicamente e pós-bifurcação. Além de uma segunda, indicativa de uma necessidade de que o indivíduo, como sujeito, seja tomado a partir da posição que ocupa, já que sua centralidade somente pode ser referida desde que elaborada a partir de si.

Trata-se de uma maneira de superar a representação, marca da polarização comum elaborada entre sujeito e objeto, estabelecida por uma abordagem panorâmica do mundo e das relações, a substituindo por uma outra formulação em que agenciamentos são balizados pela referência ao lugar. Assim, o sentido de intencionalidade adotada pelo perspectivismo animista, que ressignifica a definição comum de sujeito, ajuda a elaborar a possibilidade mesma de quietude entre grão e não-grão, já que sinaliza que a granularidade e o seu negativo somente podem ser significados pelo lugar de onde partem, de sua posição em referência a um plano social comum. Por isso, como esperamos demonstrar na sequência, a individuação precisa ser tomada como evento e *locus standi*, tal qual proposto por Whitehead, em referência ao ambiente de sua ocorrência.

Tal entendimento permite aclarar o sentido mesmo de cultura, demonstrando como ela está relacionada ao que é o sujeito, como alma, que se elabora pela adoção de um ponto de vista, sendo agente: "A cultura é a natureza do sujeito; ela é a forma pelo qual todo agente experimenta sua própria natureza". (Idem, p. 374). Por isso, a humanidade é a forma geral do sujeito, enquanto possibilidade de apontar, de indicar o mundo a partir de uma posição. Isso tem implicações, ainda, para a maneira como um sentido de diferença individual pode ser concebido. Se tomarmos Harman e Simondon, toda e qualquer diferença entre objetos ou entre processos de individuação será explicada panoramicamente, tendo em conta uma organização completa do campo ontológico. Entretanto, falta a estes processos, nesses dois casos, a possibilidade de que a individuação seja considerada a partir dos indivíduos. Isso mostraria porque num processo de individuação houve a prevalência de uma determinada estrutura em detrimento de outra, assim como sobre o desaparecimento e o surgimento de novos objetos.

É o multinaturalismo ameríndio, como abertura para um maneirismo corporal (p. 380) o que explicará a possibilidade de atribuir um lugar para o assimétrico sem que isso implique em relativismo. Trata-se, como referido, de uma compreensão segundo a qual a diferença no mundo diz respeito a uma questão de posição, sobre uma disposição que é corporal. Viveiros de Castro afirma: "todos os seres vêem ('representam') o mundo da *mesma* maneira - o que muda é o *mundo* que eles vêem." (Idem, p. 378). Assim, a forma, o "como" se vê o real, seria equivalente entre os diferentes seres, havendo variação de fato no conteúdo visto, "o quê". Essa nuance é o que explica o multinaturalismo, pois o percebido é consequência do fato mais primordial sobre uma organização uniforme da natureza: "uma unidade representativa ou fenomenológica puramente pronominal, aplicada indiferentemente sobre uma diversidade real." (Ibidem). Seu caráter pronominal, mais indicativo da posição a partir da qual se vê em detrimento de quem o faz, decorre do fato de o ponto de vista estar no corpo e não no espírito.

O corpo é o indexal por excelência, pois é dele o referencial de onde se parte e para onde aportam as perspectivas.

Com o multinaturalismo, a natureza passa a adquirir capacidade de agência, o que explica o sentido múltiplo a partir do qual ela poderia ser interpretada. Não se trata de um mesmo dado objetivo e comum, natural, que gera ramificações pela capacidade de interpretação, afirmada abstratamente e fora de qualquer lugar, mas sim de um modo comum de estar no mundo procedido através do corpo, que abre para uma multiplicação desse âmbito natural. Assim, múltiplas naturezas decorrem do fato único de que corpos se realizam como lugares, sendo estes intraduzíveis e intransponíveis. Compreende-se, a partir disso, a impossibilidade do multiculturalismo e do relativismo no âmbito ameríndio: não há intencionalidades, sujeitos ou sociedades independentemente de corpos, sendo eles que produzem a variedade, que pode ser conferida unicamente por uma estratégia de ocupação do lugar.

O aspecto pronominal associado ao corpo, como referido acima, permite ao perspectivismo reunir dois pressupostos essenciais para o projeto de uma individuação situada, como duas âncoras, que em conjunto sustentam a proposta a ser apresentada em detalhes a seguir. Isso ocorre pois, primeiramente com a inclusão do animismo como fundamento para as concepções de Harman e Simondon, torna-se possível estabelecer um plano horizontal, um sentido amplo de sociedade. O segundo ponto, atrelado ao multinaturalismo, viabiliza a cada coisa a ocupação de um lugar, afastando a acusação de relativismo e mesmo uma disputa por uma prevalência entre pontos de vista.

Assim, entre os ameríndios, o contrapeso do animismo é aportado no multinaturalismo. Curiosamente, por um caminho semelhante, no âmbito das discussões dos problemas da filosofia dos Séculos XX e XXI, Garcia afirma a necessidade de referência a um plano, e ainda mais especificamente, com Whitehead, a um lugar, enquanto condições indispensáveis para qualquer concepção de individuação. Nesse sentido, as diferenças entre espécies seriam explicadas ontologicamente pela forma como cada coisa toma posição, e isso, em termos de perspectivismo, diz respeito ao corpo. Desse modo, qualquer teoria da individuação terá uma base pronominal comum para justificar a amplitude de pontos de vista, assim definida não em termos de representação, mas sim de tomada de um lugar.

Considerando o problema a partir de nossa abordagem inicial apresentada no capítulo 1, o perspectivismo ameríndio explicaria a dificuldade em saber se é a medida ou a medição que determinam a diferença no mundo pela condição mesma pronominal ou corporal do indivíduo. Reitere-se, entretanto, que o corpo pode especificar porque o anímico unifica. Será

o ponto de vista, por exemplo, do jaguar, que vai à caça e identifica a si mesmo como sujeito e o porco do mato como presa que definirá a humanidade de um em referência à animalidade do outro. O evento corporal é dado relacionalmente tendo como lastro a cultura comum partilhada entre tudo em um mundo ou plano não-bifurcado. O critério de medida do jaguar com a relação à sua presa não se explica como simples distinção entre espécies, mas sim é definido em termos de um lugar, o que coloca os dois lados, do que vê e do que é visto, em um mesmo plano de medição.

Desse modo, entre esses dois animais, a decisão entre medida ou medição não constitui um problema por si mesmo, desde que o requisito anímico e o multinaturalista sejam ambos considerados como constituintes da perspectiva. Dito de um outro modo, Viveiros de Castro poderia afirmar que não há nada amparado ontologicamente fora de uma perspectiva, e que a discutida contaminação entre esses dois contextos, o que é medido e o que faz a medição, pode ser resolvida relacionalmente em um ambiente elaborado por um viés pronominal, em termos do lugar, de uma posição.

5.6 ENTRE GRÃOS E GRAUS - UMA PROPOSTA DE INDIVIDUAÇÃO SITUADA

5.6.1 Com Harman e Simondon: interlocuções

A lógica argumentativa que ensejou a produção da parte inicial deste capítulo visou estabelecer os aportes necessários para a apresentação de uma resposta ao problema proposto por meio desta tese. As partes 1 e 2 deste trouxeram, respectivamente, a possibilidade de um pensamento estereoscópico elaborado entre forma e objeto com Tristan Garcia, seguido pela defesa de uma ontologia dos eventos, elaborada em termos de duração e, sobretudo, *locus standi*, com Whitehead. Por fim, pudemos verificar como o perspectivismo ameríndio, tal qual tomado por Viveiros de Castro, adota referenciais inspiradores para a nossa solução, um plano que se abre estereoscopicamente com o ponto de vista, dado a partir do corpo, um lugar, como medida para qualquer evento. Desse modo, buscamos demonstrar que temos razões para sermos harmanianos ou simondonianos, desde que possamos incorporar as contribuições presentes nas obras de Garcia e Whitehead.

Garcia, resumidamente, é importante por viabilizar o plano estereoscópico, que permite incluir as ontologias de Harman e Simondon como dois polos ou modos de existência. Forma e Objeto, ao invés de oposições verticalizadas, explicam o real por um tipo de proximidade que se faz não por confrontação, mas sim por uma análise da condição de determinação. Por isso, esta é imprescindível como mecanismo que permite estabelecer a condição existencial de cada

coisa. Dizer o que é algo será, por isso, sempre um exercício de verificação, que implica, necessariamente, uma análise sobre aquilo que ele também não é. Determinar é mostrar que qualquer modo de existência se faz em referência a um plano. Não há estereoscopia sem relações de complementação, essa é uma lição primordial que espelha as nossas intuições sobre objetos harmanianos e processo de individuação simondonianos, que indiretamente parecem existir se auto referindo, vide o caso dos robôs Elsie e Elmer, assim como dos objetos técnicos. Há um fundo, fora do enfoque ontológico, que é imprescindível para que aquilo que está no centro seja iluminado, como seu complemento. Garcia, de fato, não faz uma opção, concentrando-se efetivamente naquilo que um plano horizontalmente elaborado pode conceder. Isso já é suficiente, como dito, para o nosso primeiro passo.

A planificação permite dirimir as dificuldades implicadas na adoção de uma abordagem unívoca e substantivista, como Harman e Simondon tomam suas próprias ontologias. Estas, em linhas gerais, promovem um tipo de exacerbação em suas respostas ao tema da individuação, que se tornam problemáticas pela ausência de um horizonte em que possam ser sustentadas. Harman, por exemplo, toma objetos como causa e consequência de tudo. As tensões que os compõem são modos de ser de objetos. Teríamos aqui a imagem de um arquipélago, composto por um conjunto de ilhas que, por elas mesmas, precisam articular um acordo externo, já que nada pode ferir a condição granular de qualquer outra coisa. Ao invés de substâncias e predicados, conforme o modelo aristotélico, os objetos concentram a condição primeira e secundária de tudo que existe como grão, deixando de lado o substrato, embora mantendo a unidade constitutiva do que seria a substância primeira, como foco daquilo que pode existir. A dificuldade aparece quando se percebe que a granularidade não é um caminho que abarca sem percalços todas essas possibilidades ontológicas, sendo necessário apelar para relações de causalção, como questionado no modelo proposto por Leach. A granularidade como marca de uma ontologia de objetos faz com que todas as conexões sejam como exercícios de diplomacia, em que cada coisa toma a preservação de sua integridade interior como pressuposto básico para negociações, procedidas desde fora ou exteriormente.

Com Simondon o problema decorre da própria impossibilidade de encontrar um indivíduo. O filósofo é muito claro ao afirmar que há, de fato, processos de individuação. Indivíduos seriam sempre intuídos pelos seus resquícios, como operações não mais presentes. Isso inviabiliza o sentido de unidade que Harman tanto enfatiza, embora possibilite uma quebra definitiva com a substancialidade, sobretudo, o viés de substrato envolvido no modelo aristotélico. Como dito, Simondon mostra-se platônico por não acreditar que indivíduos possam existir sensualmente. Há razões diferentes, entre o filósofo francês e o ateniense, que motivam

essa afirmação, já que Simondon não se compromete com um plano inteligível como o faz Platão. De todo modo, com base nessa impossibilidade de unidades individuais no sensível, segue-se que grãos não são o caso. Nesse ponto, em comparação com Harman, a dificuldade decorre do fato de os agenciamentos implicarem um tipo de produto que não pode ser nunca concebido fora de sua atividade. Há uma pseudo coisa que sempre se esconde por trás dos processos de individuação. Nesse contexto, a hipertelia dos objetos técnicos demonstra esse limite do não-granular, margeando tais objetos como uma espécie de sombra de granularidade.

No limite, um objeto ou processo de individuação, veem-se pressionados pelos seus opostos, como na imagem heideggeriana do martelo quebrado em que a insistência em uma forma de tomar o real, abre, inadvertidamente, para o não previsto, um inesperado que pelo seu caráter intrusivo precisa ser levado em conta. A planitude garciana, assim, permite apresentar o que se afirmava como horizonte subjacente, colocando às claras, embora preservando os aspectos de velamento e indeterminação dessas ontologias, modos de existência que viabilizam uma compatibilização estereoscópica de tais posições. Desse modo, buscaremos mostrar como os objetos harmanianos ocupam pontos desse plano. Isso também seria o caso para os processos de individuação simondonianos. Não se trata de abandonar a diferença, mas sim de fazer ver como a partir dela pode se originar uma abordagem que não nos leve aos extremos por frustração, mas sim por um tipo de abertura. Em outras palavras, não seríamos obrigados a migrar, porém permanecemos cientes de que um ponto se conecta ao outro.

Entretanto, vale notar que a afirmação do plano estereoscópico não é suficiente, pois não explica as inserções, nesse espaço, não as situa. Nesse aspecto, Whitehead torna-se um personagem central. Sua ontologia de eventos permite demonstrar como Harman e Simondon podem ser explicados sem que isso se faça pela mera afirmação de modos de existência, como proposto por Garcia. Eventos, como base para um pensamento situado, levam em conta um sentido de Importância que explica o lugar ocupado pelos indivíduos no plano. Trata-se, nos termos whitehedianos, de uma atividade de reconhecimento a partir da qual tempo e espaço precisam ser vistos de modo interligado. Efetivamente, é a partir da maneira como ontologicamente é incluído um sentido de afetação, uma maneira de lidar com a experiência, que um lugar pode ser afirmado.

Nisso, tomo o aspecto absoluto ou unívoco a partir do qual Harman e Simondon elaboram suas ontologias como indicativos da presença de resquícios da falácia da bifurcação da natureza, denunciada por Whitehead, já que apesar de os dois filósofos não oporem uma separação entre pensamento e natureza, superada por meio de objetos e processos de individuação, falta um tipo de fricção, um lugar, que é dado, em nosso entendimento, por uma

referência ao evento como realidade elaborada relacionalmente. Sem isso, tendemos a sempre perceber sombras não-granulares na granularidade e vice-versa. Destaca-se, assim, a relevância do conceito whiteheadiano de *locus standi*, explicativo de como uma situação implica um lastro.

O *locus standi* viabiliza a resolução do problema ao demonstrar que qualquer situação deve incluir um sentido de "aqui" e "agora", como congregiência. Trata-se, por isso, de um negativo de modelos de individuação que absolutizam seus pressupostos, impedindo a efetividade de afirmação de um plano horizontal, como proposto por Garcia. Um evento é um apelo adverbial, que situa aquilo que para tais concepções de individuação soam como substantivos apenas, fazendo da posição um ponto a partir do qual todos os demais referenciais podem ser elaborados. Afirmar o evento é comprometer-se com um sentido de acontecimento, um vínculo que conecta o que aponta e o que está implicado no que é indicado. Isso faz com que se estabeleça um tipo de ponte entre contexto, como proximidade, e horizonte, mediando as posições elaboradas em termos de grãos e não-grãos. Deve-se ressaltar que ser substantivo é diferente de afirmar-se como substancial. O primeiro pode ser abarcado por um referencial adverbial, ser situado⁵¹. O segundo, por cair na falácia da bifurcação, é sempre absoluto, fomentando a tão questionada oposição entre o granular e o não-granular.

5.6.2 Os contornos de uma proposta de individuação situada

Denominaremos nossa solução de individuação situada, que será discutida tendo em conta dois pressupostos importantes: o primeiro destes afirma que a pergunta pelos indivíduos oportuniza a percepção do real por uma dinâmica estereoscópica, isto é, a necessidade de que um ponto seja compreendido em referência ao traçado que projeta, em um plano de possibilidades. A estereoscopia é inspirada na concepção garciana, que toma o indivíduo a partir de sua inserção em um arcabouço elaborado entre dois âmbitos distintos, opostos e indispensáveis. O segundo, consiste em afirmar que a individuação somente pode ser articulada a partir de uma ontologia de eventos, que inclua duração e *locus standi*. Nosso propósito está em fazer ver que o pensamento situado é operado em termos do referencial instaurado pelo lugar. Ciente da posição como localizada e, assim, passível de ser estabelecida estereoscopicamente, busca-se solucionar uma aparente oposição sobre a individuação, pensada a partir de uma ontologia de objetos e uma de processos de individuação. Nesse sentido,

⁵¹ Nossa proposta consiste em atrelar o aspecto substantivo a um condicionante adverbial indispensável. Não se trata de abandonar o grão ou o não-grão, mas sim de situá-los.

qualquer referência ontológica deve ser tomada a partir de um lugar estabelecido em um plano marcado por relações de complementação.

A individuação situada entende que os problemas nos sistemas ontológicos de Harman e Simondon originam-se em uma abordagem de cunho panorâmico, pela qual objetos e processos afirmam-se universalmente, fora de qualquer lastro, sem menção à medida. Por isso, nosso esforço foi no sentido de estabelecer um marcador a partir do qual tais sistemas pudessem ser situados. Trata-se de demonstrar como a relacionalidade do que compõe o plano permite aportar aquilo que localmente se afirma granular e não-granularmente. A individuação situada não assimila tudo, nem opta por um tipo de relatividade fomentando modos de existência, mas insiste que qualquer afirmação sobre o mundo precisa ser feita a partir de um ponto, pela perspectiva ou angulação que viabiliza o estabelecimento de um contexto em referência a algo que se coloca como horizonte. Em outras palavras, granularidade e não-granularidade apenas podem ser sustentadas, elas mesmas, por um apelo adverbial de situação, como *locus standi*.

O que está sendo pressuposto aqui como atrelada à individuação situada é a formulação de uma capacidade de seguimento, semelhante ao que os aplicativos de GPS fazem quando se busca a localização em um determinado lugar incluído no mapa de uma cidade, como é o caso da verificação de distâncias com relação aos demais endereços e o estabelecimento de rotas de acesso. Entre uma infinidade de marcas possíveis, o critério de escolha define-se, como já referido, por um sentido de importância que direciona o ponto que será tomado como destino. Ressalte-se que plotar um registro é como indexar⁵², isto é, proceder um ajuste que é realizado sempre a partir da suposição de algum tipo de circunstância.

Atrelando os dois pressupostos whitehedianos, de negação da bifurcação da natureza e da afirmação do *locus standi*, podemos supor que o mundo como grão e não-grão é sempre um tipo de mediação – através da medida – que conserva a condição específica de cada polo, tomado como realidade situada, um contexto, ao mesmo tempo que demanda o seu oposto como complemento ou horizonte. A individuação situada é por isso um tipo de consciência de que mediações não precisam ser dadas como superação em uma dinâmica dialética, pois esse caminho não faz jus aos pontos que ensejaram a problemática, mas sim que nenhuma individuação pode ser elaborada fora de uma situação⁵³. Uma situação não desnuda a coisa por completo, retirando-a do velamento e determinando-a, apenas mostra como o seu seguimento,

⁵² Tomo o Indexicalismo, tal qual apresentado por Bensusan em *Indexicalism* (2021) como uma inspiração de grande relevância para a solução dos problemas propostos por meio desta tese, embora nossa solução não seja, ela mesma, estritamente indexical.

⁵³ Esse aspecto esclarece a razão de tomarmos o instrumental filosófico proposto por Garcia como guia, sem que o sigamos completamente em sua proposta de solução.

enquanto realidade situada, é aquilo de mais concreto que pode ser dito sobre ela. Não se pretende, com isso, perder a coisa, seja ela um grão ou não-grão, mas sim mostrar como ela demanda um lugar. Em outras palavras, não buscamos propor uma mediação entre as concepções de Harman e Simondon, mas sim afirmar que elas fazem sentido se tomadas por um critério de medida.

5.6.3 Entre Medida e Medição

Nosso argumento parte do pressuposto de que o pensamento como formulação ontológica elaborada a partir de um referencial de terceira pessoa tende a criar absolutos, posições que incompatibilizam a diferença, filosofias certas e cegas, já que corretas em razão de fundamentos por elas desconsiderados. Para ilustrar essa dificuldade, retomaremos o problema da conexão entre medida e medição como exemplo do aparente antagonismo dado entre granularidade e não-granularidade. O problema apresentado por Whitehead, como vimos, diz respeito à pergunta sobre o critério determinante para o estabelecimento da medida de qualquer coisa. O referencial, tal qual compreendido pelas filosofias que partem da univocidade, tende a tomar o condicionante como incluído na coisa, um tipo de relação com o que é o mundo ele mesmo, ou fora dela, dado apenas como um critério externo, como um simples acordo. Nos dois casos, como podemos notar, falta seguimento.

Com Poincaré tratam-se de simples convenções, como uma definição sobre que régua utilizar para realizar tal comparação que nos permita ser exitosos nessa tarefa de determinação, o que ensejaria a conclusão de que uma bola de bilhar pode ser considerada maior que o Sol. Russell toma o problema de modo distinto, afirmando que o critério de medida não está no instrumento utilizado para medir, mas sim na experiência como guia geral da prática de medição de qualquer objeto. Como já notado, estamos em um ambiente de indefinição semelhante ao que se dá entre Harman e Simondon, não exatamente pela questão que interessa, mas sim pela maneira como a tensão é elaborada. Nenhuma das duas posições concede espaço ao que lhe é oposto. Em outras palavras, a forma como o problema foi colocado faz com que tomemos a questão desde fora, como leigos chamados a decidir sobre um tema desconhecido.

A nossa proposta de individuação situada, seguindo Whitehead no diagnóstico desse caso, entende que é somente colocando-se a partir de um referencial de primeira pessoa, nisso o perspectivismo ameríndio é também bastante inspirador, que a questão pode ser adequadamente examinada. Poincaré e Russell passam a não serem tomados como absolutos em termos de posicionamentos teóricos, mas sim como lugares de um conjunto de transições

possíveis. Assim, o “aqui” e “agora”, habilitam para que, mais do que uma decisão, se compreenda o significado do que está sendo visto. É a partir de um lugar, concebido desde um critério de Importância, dado em termos do evento em que são posicionados a bola de bilhar e o sol, em um plano de possibilidades, que pensaremos com Poincaré ou Russell. A medida somente pode ser afirmada tendo um horizonte de fundo representado pela medição, sendo a recíproca verdadeira. Como conclusão, pode-se afirmar que os dois estão corretos não por eles mesmos, mas sim a partir da situação em que a verificação da medida deve ser procedida.

Diante de tal pressuposto de individuação situada, o caso concreto é fundamental para a definição do que conta como *locus standi*. Nesse sentido, a análise realizada por um astronauta colocado em um foguete em direção ao Sol e de posse de uma bola de bilhar em uma das mãos, importa para que afirmemos, sem maiores dificuldades, que a estrela é maior que a bola, pois a atividade de medição é conduzida a partir de uma localização que deve ser levada em conta, a posição do astronauta no espaço, tendo a bola como medida e o sol enquanto horizonte. Nenhuma régua por si mesma pode expressar o significado do que é medido, assim como nenhuma coisa dada isoladamente o fará. Por isso, a posição de quem usa uma fita métrica e verifica a semelhança entre uma bola de bilhar presente em suas mãos e o Sol a partir da superfície de Marte, um planeta distante do nosso astro rei, indicaria que a bola de bilhar é maior. Reparemos que, nesse caso, a fita como instrumento de medição também é situada, tendo em que conta que aquilo que está sendo considerado como medida se coloca como pano de fundo.

Não se trata de relativismo desde que estejamos de acordo em afirmar que nada pode ser dado como a imagem de um drone, fora de situação: uma junção das contribuições de Garcia, Whitehead, ilustrada de modo completo no Perspectivismo Ameríndio. Antes de qualquer coisa, trata-se de dedeterminar, e isso somente é possível tendo em conta que no plano cada posição é a afirmação de um tipo de referência, um tipo de complemento que é indissociável da coisa. Por isso, o valor da tarefa primordial de retirar as determinações, naquilo que são como pseudo absolutos. Quando algo é dedeterminado, deixa de existir isoladamente, se coloca no plano, inicia um tipo de disponibilidade ao par estereoscópico que o elabora. Nesse sentido, se avançarmos nessa metáfora para além do que Garcia propõe, veremos que não se trata de estar entre, como fronteira, mas sim de mostrar que uma posição é o que permite afirmar um critério de individuação, amenizando contradições. Com Garcia, concordamos que o plano mostra o objetivo a partir do formal, e vice-versa, mas ressaltamos que isso se faz a partir de um lugar.

Desse modo, nossa proposta busca oferecer uma alternativa às dificuldades decorrentes de uma prática filosófica que parte de um pressuposto controverso segundo o qual podemos falar com propriedade sobre o mundo fora de qualquer posição. Nesse sentido, o indexicalismo, conforme defendido por Bensusan (2021), toma o substantivismo como equívoco comum a concepções filosóficas que pensam a ontologia como um desenho construído por um viés panorâmico. Ao invés disso, para o indexicalismo: "há um caráter dêitico irreduzível no mobiliário do universo;" (2021, p. 16, tradução nossa). Por isso, ao invés de um compromisso primário com coisas, tais quais objetos ou processos de individuação, o dêitico, como elo situacional, destaca o lugar como referencial descritivo. De fato, para o indexicalismo "coisas são constituídas de elementos dêiticos." (Ibidem, tradução nossa). Esse caminho corrobora nosso argumento sobre a diluição da aporia dada entre medida e medição por meio do papel exercido pelos indexicais, como condicionantes que situam. Desse modo, o indexicalismo é inspirador da estratégia aqui adotada para lidar com as aporias implicadas no substantivismo filosófico, orientador das concepções filosóficas de Harman e Simondon, que assim se afirmam pelo fato de aportarem na coisa, independente de qualquer elo situado, o fundamento primeiro da realidade.

Conforme Bensusan, é possível encontrar os primórdios do indexicalismo na conexão entre as 5 grandes categorias discutidas por Platão no Sofista. A de Ser, central em termos de descrição do real, seria cercada por 4 outras de aspecto indexical (Mesmo, Outro, Repouso e Movimento). Mais que isso, o Ser apenas receberia significação em referência a essas outras 4 categorias (Idem, p. 17, tradução nossa). Nosso ponto é que estar com o Estrangeiro, um dos personagens centrais do diálogo que expõe essa abordagem, tem como consequência opor-se a Parmênides, como defensor de uma posição substancialista, do Ser existindo por si mesmo. O Estrangeiro diria, no sentido do seu argumento, que qualquer categorização implica a adoção de um critério de medida, que somente pode ser elaborado indexicalmente. O exemplo do Estrangeiro em Platão é bastante interessante, ainda, por demonstrar que a centralidade somente faz sentido por um tipo de apelo relacional em referência àquilo que ela está dirigida. Até o que é aparentemente subsidiário mostra-se indispensável para a sustentação dessa relação que coloca o primário em evidência. Nesse sentido, inspirando-se em pressupostos indexicalistas, a individuação situada entende que nada é, por si mesmo, mais ou menos importante, mas apenas definido em termos de um lugar de partida e um horizonte que é projetado.

Deve-se ressaltar que não é claro se a individuação situada é uma tese tão ampla ou forte que implique o indexicalismo. Talvez haja uma inspiração comum entre essas posições proveniente do status ontológico das relações na monadologia de Leibniz, naquilo que

Whitehead elabora como *locus standi* e o indexicalismo em termos de dêiticos. O indexicalismo parece ter como consequência que o grão não pode ser um substantivo, logo a distinção entre grãos e não-grãos tem que ser ela mesma indexical – e essa consequência se aproxima da ideia de uma individuação situada. Esta última, entretanto, considera o papel dos substantivos, desde que amparados por um referencial de situação. Em todo caso, os argumentos em favor das duas teses são diferentes – ainda que haja pontos de partida comuns - já que nossa posição aqui foi pensada a partir dos problemas relacionados com a individuação. Há, no entanto, um ar de família entre essas posições.

5.6.4 Grãos são graus ou para além de Harman e Simondon

Uma pista que nos faz intuir que o pensamento situado é o caminho para lidar com as ontologias de Harman e Simondon é o fato de serem, ambas, filosofias inspiradoras para uma concepção de social, e isso somente pode ser feito se pudermos entender o significado e o papel dos objetos e dos processos de individuação para o que é o comum. Em outras palavras, há uma sensibilidade para o papel exercido pelas relações, mesmo que tomadas diversamente nos dois casos. Com Latour, em um ponto que nos parece de inspiração whitehediana, entendemos que nenhuma análise social pode fazer sentido se elaborada panoramicamente, como a escolha de Deus por um mundo mais perfeito possível, descrita por Leibniz na Teodicéia (2013). É a partir do real que o mundo social pode ser significado. Essa compreensão está intuída no modo como Harman busca conectar os objetos e naquilo que são os processos de individuação, como relacionalidade primeira em Simondon, já que nos dois casos o mundo resulta do modo como o social pode ser engendrado, embora isso seja feito forjando dois vieses separados. Por isso, tomo o pensamento situado como estratégia inspiradora para superação dessa pseudo oposição, inclusive socialmente tomada, entre grãos e não-grãos.

Se toda significação provém de um lugar, decorrente do abandono do privilégio do substantivismo, então grãos e não-grãos devem ser compreendidos a partir de suas perspectivas e não por aquilo que os elabora fora de posição. O receio de uma quebra que faça a OOO perder os objetos para algum princípio distinto ou com que processos de individuação se refiram a algum tipo de indivíduo constituído desde sempre, somente faz sentido em abordagens panorâmicas. Sendo a proposta de individuação situada levada até as últimas consequências, entenderemos que o problema relativo à oposição entre grãos e não-grãos, se resolve por um apelo à graus, já que é aberto espaço para um tipo de continuidade. O grau, assim, permite explicar um sentido de sociedade elaborado entre grãos e não-grãos. Nisso, vale ressaltar, que

a continuidade não implica uma total identificação. Isso seria o caso se estivéssemos tratando grãos e não-grãos por eles mesmos, substantivamente. Continuidade aqui significa o compromisso com um tipo de conexão marcada pelo que pode ser situado, levando em conta a perspectiva como referencial de onde se parte e do que é alcançado por ela⁵⁴. A continuidade diz respeito a uma diferença que não pode ser estabelecida em razão da natureza. Por isso, podemos tomar esses diferentes sentidos do social como pontos de um plano macro.

Nesse sentido, graus promovem uma ponte entre grãos e não-grãos pelo fato de fazer ver que tais conceitos apenas são alusivos a pontos de partidas distintos de um mesmo plano. Note-se que Garcia, apesar de nos fornecer a escada estereoscópica, não avança o suficiente de modo a permitir que o formal e o objetivo sejam eles mesmos como graus, já que o filósofo se compromete com um argumento afirmativo de modos de existência. A fronteira seria apenas uma estratégia para mostrar aquilo que decorre da superação da diferença entre absolutos. Nesse caso, Garcia prescinde de *locus standi*, o que inviabiliza uma possibilidade de gradação, mesmo em sendo o plano construído por um sentido de horizontalidade. Por isso, se entre grãos e não-grãos elabora-se uma oposição etimológica entre o que se afirma como semente, o corpo pequeno⁵⁵, e aquilo que, contrariamente, como não-grão, toma o descabimento como condição do que existe, o grau, em sua origem latina indica como *gradus*, o passo⁵⁶. Este, como deslocamento, supõe justamente um plano a partir do qual esse caminho venha a ser percorrido.

Se temos alguns pontos que são mais aproximados ou mais distantes, isso será definido em um passo, que nunca é um fato isolado, remetendo ao lugar de onde se parte e ao ponto de chegada almejado, justificando o sentido do seguimento como marca de nossa proposta. Talvez, o compasso como instrumento possa ilustrar bem essa ideia. A angulação marcada é sempre consequência do referencial de partida dado por uma das hastes e o de chegada fornecido pela outra, o grau diz respeito, desse modo, à necessidade de situar a medida. Por isso, não se trata de fazer escolhas entre os diversos modelos de ontologias, mas sim posicionar-se em referência à escala. É a perspectiva a partir da qual a individuação ocorre que definirá os contornos de sua gradação no plano. Não seria o caso, em consequência, de estabelecer um modelo geral, um princípio de individuação amplo e uniforme, mas sim perceber o significado decorrente do ponto de vista, o que ele demarca em termos de Importância.

⁵⁴ Nesse ponto, reafirmamos a relevância do perspectivismo ameríndio para a nossa proposta de individuação situada, inclusive por indicar que toda e qualquer diferença não é sobre mundos, mas sim concernentes a pontos de vista.

⁵⁵ Conforme: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/grão/>

⁵⁶ Conforme: <https://origemdapalavra.com.br/artigo/gradus-3/>

Por esse viés, o vírus pode ser tomado como exemplo da individuação estabelecida por graus. Vale ressaltar, tais entes possuem capacidade de hospedagem em células constitutivas de um outro organismo, embora eles mesmos sejam acelulares, ensejando um sentido de unidade, assim como um mercado por operações. Assim, não cabe decidir se o vírus é grão ou não-grão, mas de tomá-lo desde seu *locus de standi*, que é *gradum*. Nesse caso, aquilo que no vírus parece permeado por um viés granular não pode ser separado da não-granularidade dada como pano de fundo. Um grau jamais pode ser tomado como um absoluto, mas sempre como um tipo de par ordenado. Mesmo o não-granular pode ser visto como um tipo de aturdimento quanto ao granular. A não localização como unidade é garantida pela presença desta no horizonte.

Desse modo, granularidade e não-granularidade são aspectos da existência de um vírus não definidas por elas mesmas, mas em razão de uma dinâmica posicional que é, vale ressaltar, estereoscópica, pois não há grão sem o não-grão compondo esse horizonte e vice-versa. Por isso, a situação deste não é como uma história universal contada linearmente, havendo apenas cenas, com seu sentido estabelecido a partir da perspectiva tomada. Esse conjunto de possibilidades somente pode ser elaborado se o critério de individuação seguir o indivíduo, puder ser dito como o passo, o *gradus*. O vírus, assim, seria um exemplo da individuação como grau, já que a toma por uma possibilidade de trânsito marcada pela perspectiva. Isso explicaria, inclusive, as mutações de que é sede, pois responde como grau aos diferentes tipos possíveis de individuação.

Poderíamos pensar, ainda, sobre a individuação de uma cachoeira e nessa toada nos perguntar sobre o que produz a diferença entre um ecossistema e uma paisagem⁵⁷. O primeiro modelo toma em grande relevância o papel que as interações, como tipos de atividades, promovem na elaboração do real. O segundo, como uma imagem unitária e totalizante, é um quadro do mundo. Pela nossa proposta da individuação como *gradum*, derivada do pensamento situado, ao invés de oposição, teríamos graus a partir dos quais essa aparente diferença pode ser tomada. Nosso ponto é que esse mesmo ambiente contém esses dois âmbitos, desde que levemos em conta a situação. Há um grau que o associa a um tipo de granularidade, mas que não pode excluir uma não-granularidade de fundo, sendo a recíproca verdadeira. Um ecossistema implica um sentido de importância que somente pode ser significado pela posição. Do mesmo modo, uma paisagem é indicativa do que interessa por um outro olhar situado.

O biólogo, examinando aquele bioma, leva em conta aspectos de interação e de composição conjunta na natureza para compreender determinados fenômenos, por isso as

⁵⁷ Nesse ponto, os estudos de Tsing (2019) são inspiradores.

operações são determinantes para o que toma como unidade específica, tendendo a focar no horizonte como referencial processual, no que não pode ser visto explicitamente, mas que deixa pistas. Um apreciador de arte, numa galeria, verá, provavelmente primeiro, a unidade implicada, um retrato congelado daquele ambiente, para intuir em um segundo momento, as atividades ali realizadas. Não há grão sem não-grão e vice-versa. Situar é, sobretudo, um modo de estabelecer um grau. Isso ocorre porque, como já referido, o ponto de vista do que situa sempre leva em conta, indiretamente, o que não está no centro, pois é por ele que o lugar pode ser vislumbrado. O ecossistema contém a paisagem como pano de fundo, sendo a recíproca verdadeira. Nesse aspecto, infinitos intermediários entre um e outro desses cenários podem ser dados.

Os robôs também são ilustrativos para a compreensão do que está implicado na individuação situada, como é o caso da *Machina speculatrix*, referida no Capítulo 4 por Leach, construídas por W. Gray Walter. Nesse caso, suspeita-se que os traços semióticos múltiplos possam ser melhor acolhidos como graus do que como grãos ou não-grãos. Diríamos que a *Umwelt* pode ser tomada como a perspectiva de um robô, que marca o traço em um plano. Considerando a insatisfação de Leach com o exacerbamento da granularidade, como proposto por Harman, poderíamos afirmar que a condição dos robôs é sempre uma situação que envolve granularidade e não-granularidade.

Desse modo, considerando o viés granular de Harman, a *Umwelt*, como percepção pelo robô de um obstáculo, a presença de um gato, por exemplo, toma como grau uma situação que pode ser para ele dirigida por um viés granular. Não é que, para o robô, gatos sejam unidades granulares, mas sim que o contato implica um seguimento procedido a partir daquilo que ali conta como unidade. A situação enquanto grau implicaria grãos em primeiro plano quando o critério de importância fosse indicativo desse viés, a individuação elaborada em referência a um tipo de fronteira, de limite exterior, a tomada do animal como obstáculo. Um outro cenário viabilizaria uma percepção do contexto não-granularmente quando o horizonte fosse o mais relevante, tal qual a presença de luz forte, que faz com que o robô, hipoteticamente, retorne para a base. Nesse caso, uma preponderância do não-granular carrega consigo a granularidade. Como referido, a dinâmica é semelhante, pois o não-granular não está na coisa, mas em sua forma de assimilação como operação. A situação em que a luz é projetada por um holofote é para o robô mais relevante que o objeto de onde ela provém. O horizonte ocupa o primeiro plano fazendo do aspecto contextual, a proximidade unitária, algo secundário. Por isso, graus são maneiras de referir um critério de importância que colhe da coisa, a partir da sua situação, o que em absoluto seria tomado como granular ou não-granular.

Essa maneira de tomar a questão permite lidar com as aparentes contradições percebidas na condição de um objeto técnico simondoniano, dirimindo dificuldades como os casos de hipertelia. A recíproca seria verdadeira quanto à *Umwelt* dos robôs e seu traço não-granular. Especificamente sobre Simondon, não é que objetos técnicos percam sua condição quando da ocorrência de fenômenos hipertélicos, mas sim que a situação a partir da qual estes são considerados, como produção de indeterminação, tem como foco o horizonte, um enfoque não-granular. A hipertelia, de acordo com nossa interpretação, demonstraria como o grau de fato é norteador, já que o granular não seria ausente, mas um pano de fundo do não-grau. A recíproca seria verdadeira quanto à OOO em termos do papel que o objeto real possui como aspecto velado que insere a não-granularidade como pano de fundo.

Isso não significa que Leach e Simondon podem ser entendidos como tendo, no fim das contas, uma mesma visão sobre Elsie e Elmer. De acordo com a nossa proposta de pensamento situado as perspectivas não são intercambiáveis pelo fato de não ser possível um tipo de abordagem panorâmica do real⁵⁸. Há pontos de vista que emergem e isso reforça o peso do que estamos tomando emprestado de Whitehead quanto ao papel exercido pelo seu conceito de Importância. Por outro lado, como mencionado, a perspectiva permite esclarecer em termos de seguimento ou conexão entre contexto e horizonte o que parecia ser uma oposição. O grau é a culminância do argumento justamente por atuar como um norte que viabiliza dirimir a disparidade tratando aquilo que a fomenta. Grãos e não-grãos, tomados de modo exclusivo, são como heranças de uma abordagem de drone, que buscam o princípio para o real somente no que é focado, sem levar em conta a situação a partir da qual isso se elabora.

5.6.5 Graus e continuidade: consequências

Talvez o modo mais justo de encerrar essa investigação seja voltando, tal qual procedido no início desta tese, ao *A Diáspora da Agência*. Mais especificamente ao personagem principal que enseja a fertilidade da discussão ali proposta, Leibniz. No prefácio de *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*, o filósofo afirma que “a natureza nunca faz saltos” (1999, p. 29), essa é a base do seu princípio definido como Lei de Continuidade. Tal princípio torna possível tomar a ontologia como *gradus*, pois ao invés de uma diferença de natureza, um salto entre as coisas marcado por uma distinção irretratável entre elas, estas passam a ocupar um mesmo e único plano. Há em Leibniz, ainda, um pressuposto relacional inspirador, no qual, ao invés de

⁵⁸ Voltamos aqui ao perspectivismo ao ameríndio acentuando o papel do corpo na elaboração da perspectiva. Via de regra, não há possibilidade de simples intercambio de pontos de vista.

substancialidade, o foco individual está nas predicacões elaboradas como caminhos de uma rede. Isso é abertura para a horizontalidade e a continuidade, pois nada está imune e se diferencia por si mesmo de qualquer outra coisa.

Tal princípio ajuda a compreender, no âmbito do livro referido, o aspecto orgânico do uso do borboletóide como metáfora (BENSUSAN, H; ALVES DE FREITAS, J; 2018, p. 40): O eixo central e as duas asas não se anulam, mas permitem identificar aspectos de complementação entre as posições que colocam a agência em diáspora. Tratamos mais propriamente de duas dessas posições com Harman e Simondon e estamos aqui a concluir que elas se seguem, ao invés de se oporem. Isso é possível porque o eixo central, que engloba as características gerais da monadologia, implica a continuidade onde aparentemente havia oposição.

Embora Leibniz apareça pouco, entendo que a base monadológica é adotada na crítica de Whitehead à bifurcação da natureza, que permite ao borboletóide constituir-se como organismo, tomando suas diferentes partes como pontos que se distinguem a partir das perspectivas que introduzem. Nesse sentido, ao rejeitarmos tal visão bifurcada, a continuidade é consequência direta, pois o que até então sustentava a fragmentação coloca-se como fundamento comum para as diferenças específicas, que não mais se chocam, passando, de outro modo, a compor conjuntamente. Vemos, com isso, que entre grão e não-grão surgem os graus. Deve-se ressaltar que o grau não apenas refere-se a uma mediação fonética, que seria menos relevante, mas, sobretudo, uma que posiciona uma coisa em relação a algo mais, sendo esse de fato o nosso foco, além do caminho, para a solução aqui proposta. Por essa razão, a crítica da bifurcação da natureza demanda o *locus standi* como estratégia de marcação de uma posição, uma forma de estabelecer os graus, dando sentido a um plano comum elaborado, entre outras possibilidades, por uma instância granular e outra não-granular. Nesse sentido vale reafirmar, o granular e o não-granular como graus são parte do continuum, o que explica o tipo de proximidade que percebemos entre eles.

Como parece claro, a continuidade mostra-se presente em Garcia por um viés semelhante, também de inspiração whitehediana como consequência da rejeição da falácia da bifurcação, já que o filósofo francês busca demonstrar como formal e objetivo são modos de existência de um plano comum e horizontal, afastando uma distinção radical de natureza, entre esses dois âmbitos. A dedeterminação garciniana é testemunho do jogo de forças, do cabo de guerra que se elabora no que passa a existir como “entre”, da diferença obtida tomada como fator decisivo para o que se dá como modo de existência. Entretanto, como defendemos, graus somente fazem sentido em um ambiente em que um ponto é significado a partir de referenciais

ou circunstâncias, que são indispensáveis já que produzem a situação. Nosso esforço foi, nessa linha, demonstrar como a tese do pensamento situado implica a planitude tomada como oportunidade para uma existência posicionada. Uma posição é, trocando em miúdos, uma alusão a graus, como criação de um tipo de referência em relação a tudo mais. Talvez esse seja um modo de ler, uma interpretação proveniente da proposta de individuação situada, o famoso princípio leibniziano apresentado na *Correspondencia con Arnauld*, segundo o qual "*praedicatum inesse verae propositionis*" (2004, p. 48), pois ao sujeito tomado como ponto de partida de uma perspectiva deve sempre ser referido um pano de fundo, como espécie de predicação inerente. Como não há situação sem pano de fundo, não há sujeito sem predicados. Nesse caso, o foco não está dirigido para o conteúdo de sujeito e predicado, seu aspecto substantivo, mas sim para a relação, um tipo de indexical é estabelecido entre esses dois vieses.

Ainda com Leibniz, devemos ressaltar que a monadologia não contempla o tipo de solução que propomos, embora tenhamos na lei da continuidade uma contribuição marcante, já que a afirmação de substâncias individuais definidas em termos de seus predicados, dados relacionalmente, é apenas a ocupação de mais um ponto do plano que se abre por meio do *locus standi*. As mônadas, assim como objetos, tomados em termos de uma ontologia de objetos, granular, e uma dada por meio de processos de individuação, compreendidos pelo viés da não-granularidade, seriam como marcações desse espaço que assim se afirmam por abandonarem um sentido de natureza como realidade bifurcada, mas que apenas são efetivamente significados pela possibilidade de ocupar uma perspectiva. O plano não preexiste e sim é perspectivado, preenchido por graus que se afirmam como auto implicação. Reiteramos, por isso, que a superação da bifurcação é abertura para que se estabeleçam pontes entre diferentes concepções. Não estamos negando a diferença, mas afirmando que ela realmente se coloca pelo *locus standi*.

Deve-se ressaltar que a individuação situada não entende Harman e Simondon como extremos do plano horizontal, mas sim como momentos destes. Acreditar em uma tal oposição seria trazer para a nossa solução a raiz daquilo que elabora o problema sem, entretanto, lidar diretamente com ele, tomando a questão como feito por Garcia, a partir de modos de existência. Isso não impede a consideração de que são concepções que se espelham situacionalmente, no sentido de afirmar que o grão carrega como ponto de chegada da perspectiva o que o não-grão afirma como partida. Há sim um tipo de liga, de conexão, que faz com que grãos impliquem a não-granularidade, e vice-versa. Poderíamos falar explicitamente em uma conexão entre contexto e horizonte que se constrói entre esses dois âmbitos, assim como outros poderiam ser aventados.

Nesse caso, o ganho da individuação situada está no fato de não ser necessário mascarar esse vínculo. Em tal linha, um grão, pelo seu apelo à unificação interna como separação quanto ao que lhe é externo, pode incluir operações em tal composição. O não-grão passa a estar no horizonte, não como espantalho, fomentando um distanciamento, mas sim como referencial a partir do qual a própria granularidade pode ser significada. Seguindo a inspiração que elabora o perspectivismo ameríndio, o ponto de vista humano a partir do qual o jaguar toma a sua presa, mostra que estar numa situação implica a inclusão de um tipo de referência a partir do qual o corpo posiciona e indica o que para ele é significado. Nesse sentido, constrói-se uma conexão que, temos insistido, é seguimento, por uma atividade na qual nunca o que conduz será identificado ao que é carregado, embora existam de modo atrelado.

Pode-se dizer, assim, que o ponto de partida da individuação situada, o *locus standi*, é idêntico à sua matriz de Importância. Nesse caso, a Importância é uma referência ao lugar de onde se parte, sem que isso implique uma absolutização do que é captado. A individuação situada não exige que tratemos de um plano específico de tipos individuais, mas sim que foquemos o lugar a partir do qual a individuação pode ser considerada. Se Harman lida com uma ontologia de indivíduos e Simondon demanda operações de individuação, que incluem um papel fundamental para o pré-individual, este pré-individual é também um ponto a partir do qual uma perspectiva pode ser traçada, sobretudo se tivermos em conta a conexão desta com o sentido de alagmática enquanto horizonte ou pano de fundo. Em outras palavras, a matriz de importância está no real, que é sempre situado, embora, não necessariamente, tenhamos que estar entre um indivíduo ou um processo de individuação. Como já referido, a monadologia é um outro exemplo de concepção de individuação, que não é exclusivamente granular ou não-granular. Por isso, salientamos o fato de que a solução aqui apresentada constituir uma maneira de lidar com as dificuldades que tem raízes em um modo substantivo de tomar a individuação, nos termos de *Indexicalism* (2021). Substantivo pode ser tomado como sinônimo de não-situado, de critérios de individuação que patinam no vazio⁵⁹.

A crítica harmaniana da subminação e da supraminação dos objetos, assim como a de Simondon quanto ao monismo e o hilemorfismo, não captam essa dificuldade adicional relativa à visão de drone, devendo ser analisadas como possibilidade de solução, tal qual proposto por nossa concepção de individuação situada, como referenciais de uma posição, da definição de um critério de Importância que busca captar aquilo que no sensível é realçado.

⁵⁹ Note-se que singularidade não implica situação. Na verdade, individuar é produzir singularidades. Nosso ponto, entretanto, é que a singularidade por si só não situa, não posiciona, não resolve a dificuldade criada pela abordagem substantiva que absolutiza o grão e o não-grão.

Nossa defesa é que, ao invés de uma proposta de individuação como fragmento elaborada a partir de marcações isoladas, seja viabilizada uma como horizonte, em que cada ponto implique aquilo que com ele elabora uma conexão de fundo. Ao invés de separação, teríamos zonas escuras, usando a metáfora monadológica, que assim se colocam pelo que passa a receber algum destaque, a clareza. Em outras palavras, unindo aspectos da ontologia whitehediana, diríamos que a Importância é sempre indicação de um lugar em que proximidade e aturdimento são ambos igualmente relevantes e imprescindíveis.

Desse modo, pode-se afirmar que o horizonte é justamente o contrapeso de uma posição, um contexto. Assim, ontologicamente, o aturdimento deve ser tomado como o que permite o estabelecimento do foco em algo que é próximo. Entre perspectiva e horizonte há complementaridade, no mesmo viés de uma abordagem estereoscópica, tal qual afirmado quando discutimos as contribuições de Garcia para a nossa proposta. O foco maior ou menor em um contexto se estabelece gradativamente em termos do direcionamento entre ponto de partida e de chegada. Assim, ao tomar algo de perto, como um grão, o não-granular é o que está no horizonte, fora do contexto, ao mesmo tempo que inseparável deste. Busca-se demonstrar com isso que toda perspectiva granular envolve o não-granular porque nada existe como *locus standi* sem conexão com um pano de fundo.

Nessa mesma toada, o direcionamento para o ponto de chegada permite reconhecer casos nos quais o contexto não é dado em primeiro plano, justamente porque o que deve ser destacado é o pano de fundo. Essa é uma consequência natural decorrente da conexão do não-granular com o granular por meio da proposta de individuação situada, pois não são tipos individuais que são situados, mas sim um lugar a partir do qual algo pode tomar posição e, assim, por consequência, situar tudo mais. A situação antecede a coisa, embora a inclua, pois como vimos ao tratar do perspectivismo ameríndio, o corpo como realidade não-bifurcada não discrimina um em si como essência, mas o lugar, a condição de sujeito a partir da qual tudo mais é objetificado. Contornado o substantivismo exacerbado que parte de um não lugar, um processo de individuação simondoniano pode ser situado, visto como uma abordagem menos contextual, pois dirigido para o horizonte por uma espécie de dispersão do que se dá nas proximidades. De modo distinto, um grão seria um direcionamento para o que existe em contexto e a colocação do horizonte como pano de fundo.

Vale notar, o foco no horizonte se faz por uma perda do contexto, uma prevalência do aturdimento que retira o privilégio do que se afirma como unidade granular. Não se trata primariamente do conteúdo que se vê, mas como uma maior ou menor abertura é efetuada e acaba por viabilizar o modo como algo é visto. Assim, pela individuação situada há graus de

visibilidade, uma mira que pode estar mais ou menos focada no ponto de partida ou de chegada. Há uma marcação indexical que favorece tal assertiva, pois a situação não determina apenas a posição de quem vem e do que é visto, mas ela inclui o modo ou o foco da imagem. Ela é *locus standi*. O horizonte e o contexto seriam, nessa dinâmica, como variações.

Bensusan (2021) ressalta o tipo de abordagem viciosa que os substantivismos implicam em termos de ontologia, já que priorizam aquilo que é a coisa, ao invés de levar em conta o papel destas na produção de referência. Nosso percurso buscou, justamente, mostrar como a afirmação de singularidades, um objeto, um processo de individuação ou uma mônada, demandam situações. Perceber a beleza de um desenho de mundo deve ser sempre o exercício de exploração de um ponto de vista que, por si mesmo, é criador contínuo de novas possibilidades. Nisso, acreditamos que não absolutizar pode ter como consequência algo distinto da pura relativização, desde que deixemos de tomar o gesto ostensivo como simples denominação exterior de algo objetivo e unívoco e passemos a considerar as circunstâncias como parte daquilo de que o real é feito. Por essa razão, encontro em Ludwig Wittgenstein as palavras finais, alusivas ao que aqui se buscou discutir:

(...) um lance de xadrez não consiste somente no fato de que uma peça seja movida de tal e qual modo no tabuleiro, e também não consiste nos pensamentos e sentimentos daquele que a move e que acompanham o lance; mas sim nas circunstâncias a que chamamos "jogar uma partida de xadrez", "resolver um problema de xadrez" e coisas do gênero. (1999, §33).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES DE FREITAS, J. **Substâncias e Relações em Leibniz: Inspirações Metafísicas para o Pensamento Filosófico nos Séculos XX e XXI**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Ciências Humanas/Departamento de Filosofia, Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

ARISTÓTELES. **Metafísica (MET)**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Organon: Categorias e Periérmeneia**. Primeiro Volume. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

BADIOU, A. **Being and Event**. London: Continuum, 2007.

_____. **Logics of Worlds: Being and Event II**. London: Continuum, 2009.

BARAD, K. **Meeting the Universe Halfway**. Durham: Duke University Press, 2007.

BARNES, J. Metafísica. in: **Aristóteles**. Aparecida/SP: Ideias e Letras Editora. p. 103-153, 2009.

BENSUSAN, H; ALVES DE FREITAS, J. **A Diáspora da Agência**. Salvador: EdUFBA, 2018.

BENSUSAN, H. **Indexicalism: realism and the metaphysics of paradox**. Edinburgh/UK: Edinburgh University Press, 2021.

_____. **O Realismo Especulativo e a Metafísica dos Outros**. Rio de Janeiro: Revista Dossiê - UFRJ, V. 21, n.º 2, 2018.

_____. Post: Harman e Garcia in: <http://anarchai.blogspot.com>, 2019.

BRASSIER, R. **Nihil Unbound: Enlightenment and Extinction**. London: Palgrave Macmillan, 2007.

BRYANT, L.; SRNICEK, N. & HARMAN, G. (editores). **The Speculative Turn: Continental Materialism and Realism**, Melbourne: re.press, 2011.

COMBES, M. *Simondon: una filosofia de lo transindividual*. Buenos Aires: Cactus, 2017.

DELANDA, M. *Intensive Science and Virtual Philosophy*. New York: Continuum, 2002.

DELEUZE, G. **O indivíduo e sua gênese físico-biológica**. In: *A ilha deserta: e outros textos*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. **A Dobra: Leibniz e o Barroco**. Campinas: Papirus, 2011.

DESCARTES, R. **Meditações sobre a Filosofia Primeira**. Coimbra: Livraria Almedina, 1988.

EWING, A. C. *Idealism: A Critical Survey*. London: Routledge, 2012.

GARCIA, T. *Form and Object: A Treatise on Things*. Edinburgh/UK: Edinburgh University Press, 2014.

GRANT, I. *Philosophies of Nature after Schelling*. London/UK: Continuum, 2006.

HARMAN, G. *Immaterialism*. Cambridge/UK: Polite Press, 2016.

_____. *Object Oriented Ontology: a new theory of everything*. UK: Penguin Book, 2017.

_____. *Prince of Networks: Bruno Latour and Metaphysics*. Melbourne: Re.press, 2009.

_____. *Speculative Realism: An Introduction*. Cambridge: Polity Press, 2018.

_____. *The Quadruple Object*. Londres: Zero Books, 2011.

_____. Whitehead and schools X, Y and Z, in: Gaskill, N. & A. Nocek, *The Lure of Whitehead*, Minneapolis: Minnesota University Press, pp. 231-248, 2014.

HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas**. São Paulo: Madras, 2001.

KRIPKE, S. **O Nomear e a Necessidade**. Lisboa: Gradiva, 2012.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KIRNER, C & TORI, R (eds.). **Realidade Virtual: Conceitos e Tendências - Livro do Pré-Simpósio SVR 2004**, p. 179-201. Mania de Livro, São Paulo, 2004.

LARUELLE, F. **Anti-Badiou: On the Introduction of Maoism into Philosophy**. London: Bloomsbury, 2013.

_____. **Philosophies of Difference: A Critical Introduction to Non-Philosophy**. London: Bloomsbury, 2011.

_____. **Philosophy and Non-Philosophy**. Minneapolis: Univocal, 2013.

LATOURET, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. **The pasteurization of France**. Massachusetts: Harvard University Press, 1988.

LEACH, T. **Machine Sensation: Anthropomorphism and 'Natural' Interaction with Nonhumans**. London/UK: Open Humanities Press, 2020.

LEIBNIZ, G. **Correspondencia com Clark**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1983.

_____. **Correspondencia con Arnauld**. Buenos Aires: Losada, 2004.

_____. **Discurso de Metafísica e outros textos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

_____. **Ensaio de Teodicéia sobre a bondade de Deus, Liberdade do homem e a origem do mal.** São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

_____. Monadologia in: **Discurso de Metafísica e Outros Textos.** São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

_____. **Obras filosóficas y científicas 2 – Metafísica.** Granada: Comares, 2010.

_____. Novos Ensaio sobre o Entendimento Humano. in: **Os Pensadores: Leibniz.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LEWIS, D. *On the Plurality of Words.* Oxford: Blackwell, 1986.

MEILLASSOUX, Q. *After finitude: an essay on the necessity of contingency.* London/UK: Continuum, 2010.

RUSSELL, B. **Os Problemas da Filosofia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

SELLARS, W. **Empirismo e Filosofia da Mente.** São Paulo: Vozes, 2008.

SIMONDON, G. *Curso sobre la percepción.* Buenos Aires: Cactus, 2012.

_____. **A individuação à luz das noções de forma e de informação.** São Paulo: Editora 34, 2020.

_____. **Do modo de existência dos objetos técnicos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2020b.

TARDE, G. **Monadologia e Sociologia.** Petrópolis: Vozes Editora, 2003.

TSING, A. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno.** Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena in: **A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: 2002.

WHITEHEAD, A. **O Conceito de Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Modos de pensamiento*. Buenos Aires/AR: Losada, 1944.

_____. **Processo e Realidade – Ensaio de Cosmologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010.

WITTGENSTEIN, L. Investigações Filosóficas. in: **Os Pensadores: Wittgenstein**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.